



ERIKA MOREIRA MARTINS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO”:
UM PROJETO DE NAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Campinas
2013



Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

ERIKA MOREIRA MARTINS

“MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO”:
UM PROJETO DE NAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Orientadora: PROFA. DRA. NORA RUT KRAWCZYK

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração *Ciências Sociais na Educação*

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Erika Moreira Martins e aprovada pela comissão julgadora.

Prof. Dra. Nora Rut Krawczyk
Orientadora

Campinas

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

M366m Martins, Erika Moreira, 1979-
Movimento "Todos pela Educação" : um projeto de nação para a educação brasileira / Erika Moreira Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Nora Rut Krawczyk.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Política e educação - Brasil. 2. Reforma do ensino - Brasil. 3. Empresários.
I. Krawczyk, Nora Rut, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "Todos pela Educação" movement : a national project for brazilian education

Palavras-chave em inglês:

Politics and education - Brazil

Education reform - Brazil

Entrepreneurs

Área de concentração: Ciências Sociais na Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Nora Rut Krawczyk [Orientador]

Roberto Leher

Luiz Carlos de Freitas

Vicente Rodriguez

Gilda Cardoso de Araújo

Data de defesa: 23-07-2013

Programa de Pós-Graduação: Educação



Universidade Estadual de Campinas
Faculdade De Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO”:
UM PROJETO DE NAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Autora: ERIKA MOREIRA MARTINS

Orientadora: PROFA. DRA. NORA RUT KRAWCZYK

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Erika Moreira Martins e aprovada pela comissão julgadora.

Data:

Orientadora:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nora Rut Krawczyk".

Profª. Dra. Nora Rut Krawczyk

Comissão julgadora:

Three horizontal lines with handwritten signatures in black ink. The signatures are partially obscured by the lines.

Campinas

2013

Agradecimentos

Esse documento sintetiza o trabalho destes últimos anos de estudo na Faculdade de Educação/Unicamp. Seu esboço iniciou-se ao final da minha graduação e sua realização ocorreu durante os cinco semestres em que cursei o mestrado. Durante este processo, muitos foram os que, pacientemente e de diversas formas, contribuíram para sua concretização.

Como toda investigação acadêmica, as lacunas, deficiências e falhas apresentadas neste trabalho são de responsabilidade exclusiva da autora. Entretanto, o mérito desta pesquisa deve ser compartilhado, em forma de agradecimento, especialmente com alguns.

À professora Nora Krawczyk, minha orientadora, pelo profissionalismo, qualidade e rigor das intervenções através dos quais consegue suscitar um alto nível de exigência dos seus orientandos.

Aos professores Roberto Leher, Luiz Carlos de Freitas e Theresa Adrião pelas fundamentais contribuições que nortearam a finalização deste trabalho. Agradeço ainda à professora Gilda Cardoso de Araújo por tão prontamente ter aceitado compor a banca examinadora e ao professor Vicente Rodriguez, por participar de mais um momento da minha formação acadêmica.

Aos professores Terezinha Guadalupe Bertussi, Mercedes Ruiz e Hugo Aboites pela receptividade, interesse e colaboração dispensados durante minha estadia no México.

À todos os colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Educação – GPPE, pelas discussões e pela solidariedade demonstrada no decorrer do nosso convívio.

À generosidade dos amigos que, em diferentes momentos, acompanharam o desenvolvimento deste trabalho: Liliane, Marcela, Vanessa, Wis, Karolina, Ananda, Jorge, Luciana, Camila, Júlio, Ana Paula, Steve, Carlos, Rafael, Milton e Nelito. Aos colegas da Associação de Pós-graduação da FE/Unicamp.

À minha mãe e aos meus irmãos. Às queridas Raquel, Kelly e Sheila agradeço por ajudar a tornar possível, em tempos impossíveis, esta tarefa que diz muito sobre mim e sobre nós.

Agradeço, também, aos profissionais entrevistados pela indispensável colaboração, sem a qual a realização desta pesquisa seria impossível.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, que viabilizou esta pesquisa através da concessão das bolsas de Mestrado e de Estágio no Exterior.

...o erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida.

Florestan Fernandes, 1977.

Resumo

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento “Todos pela Educação”**: um projeto de nação para a educação brasileira. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), Campinas, SP, 2013.

A pesquisa procurou, através da análise do Movimento “Todos Pela Educação” – TPE, apresentar elementos para a compreensão do processo de construção de um projeto hegemônico para a nação brasileira, em que a educação pública ocupa um papel estratégico. Em tal processo, privilegamos a análise do lugar do empresariado no âmbito da formulação de políticas e da mobilização social. Buscamos compreender em que medida a atuação do TPE expressa uma nova configuração da esfera pública. Para tanto, analisamos seu significado como uma nova força que, ao inserir-se na arena de disputas políticas que conformam o atual cenário brasileiro, conjuga as demandas e propostas para educação provenientes do governo, iniciativa privada e outros setores da sociedade. Além disso, no decorrer da pesquisa, percebeu-se que o TPE conta com um maciço poder de comunicação, com um respaldo técnico que sustenta suas afirmações e propostas e com um alto grau de articulação com o Estado, representado em seus três poderes. Finalmente, a forma como o TPE foi estruturado – a partir de um pacto entre iniciativa privada, terceiro setor e governos – contribui para a ocultação dos conflitos entre classes e frações de classe, tornando mais complexa a compreensão da realidade, sobretudo no que se refere aos tênues limites entre o público e o privado – de modo a tornar também menos nítida a distinção entre os direitos sociais e os direitos individuais. As propostas desse grupo contribuem para sustentar a possibilidade de aliar práticas de mercado à justiça social, integrando e promovendo pactos por supostos interesses em comum entre as classes sociais.

Palavras-chave: Todos pela educação – Política e educação (Brasil) - Reforma educacional (Brasil) – Empresários

Abstract

MARTINS, Erika Moreira. **“Todos pela Educação” Movement: a national project for Brazilian education.** State University of Campinas. College of Education (Dissertation), Campinas, SP, 2013.

Through analyzing the “All for Education” Movement (TPE), this research presents the elements necessary to understanding the process of building a hegemonic project for the Brazilian nation in which public education occupies a strategic role. The analysis focuses on the business class’s role in policy formulation and social mobilization. We examine the extent to which the actions and policies of the TPE create a new configuration of the public sphere. To this end, we analyze the TPE’s significance as a new social force that combines public, private and popular demands and proposals for education as a means to become a central player in political disputes currently shaping Brazil. In the course of the research, we observed the TPE relying on powerful communication backed by solid technical support to advance its positions and proposals with a high degree of articulation within all three branches of the state’s power. Finally, the form in which the TPE was structured — a pact between entrepreneurs, the service sector and the government — contributes to the blurring of class conflict and class divisions, making the understanding of reality more complex, especially regarding the tenuous line between the public and the private, and making the distinction between social rights and individual rights less clear. This group’s proposals contribute to maintaining the possibility of aligning market practices with social justice as a means to integrate and promote agreements for supposed common interests between different social classes.

Keywords: All for education - Brazilian education reform - Brazilian education policy – entrepreneurs.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Entrevistados por cargo/função, formação e trajetória profissional

Quadro 2 – Principais Grupos Empresariais ligados ao TPE

Quadro 3 – Mapa Estratégico – Todos pela Educação

Quadro 4 – Metas – Todos pela Educação

Lista de Grafos

Grafo 1 – Rede de relações dos sócio-fundadores do TPE

Lista de Siglas e Abreviações

ABAVE – Associação Brasileira de Avaliação Educacional
ABERT – Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV
ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AFROBRAS – Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior e da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural
ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica
ANJ – Associação Nacional dos Jornais
ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil)
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSC – *Balanced Scorecard*
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE – Compromisso Campinas pela Educação
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAL – Conselho de Empresários da América Latina
CEATS - Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor
CEDAC – Comunidade Educativa
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária
CEPAL – *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*
CGDC – Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CIEE – Centro de Integração Empresa–Escola
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CINDE – *Corporación de Investigaciones para el Desarrollo*
CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNTE– Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CONSED – Conselho de Secretários Estaduais de Educação
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DRU – Desvinculação dos Recursos da União
DTDIE – Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing
FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIES – Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJAN – Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNQ – Fundação Nacional da Qualidade
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IAD – *Inter-American Dialogue*
IAS – Instituto Ayrton Senna
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICE – Instituto de Cidadania Empresarial
IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MBC – Movimento Brasil Competitivo
MEC – Ministério da Educação
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PGQP – Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade
PISA – *Programme for International Student Assessment*
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREAL – Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e do Caribe
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SciELO – *Scientific Electronic Library Online*
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TCH – Teoria do Capital Humano
TPE – Todos pela Educação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIETHOS – Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Sumário

Introdução	1
Procedimentos Metodológicos	8
Organização do Texto.....	15
Capítulo 1 - Fatores antecedentes ao surgimento do Todos pela Educação	17
1.1. Bloco de Poder no limiar do século XXI	17
1.2. Empresariado e Governo: a tensão entre continuidade e mudança no governo Lula da Silva.....	22
1.3. Organizações internacionais e educação brasileira	26
1.4. Um chamado à organização empresarial.....	29
1.5. Rede social de relações.....	38
Capítulo 2 - Gênese, inserção na sociedade e programa de atuação do Todos pela Educação	45
2.1. Gênese do Todos pela Educação - voluntariado e responsabilidade social	45
2.2. A construção de propostas consensuais.....	49
2.3. Aproximação com outros segmentos	52
2.4. Lançamento do Todos pela Educação	54
2.5. Programa de atuação do Todos pela Educação - As cinco “Bandeiras”	55
Capítulo 3 - Pressupostos e Princípios do Todos pela Educação	59
3.1. Pressupostos: crises da educação pública.....	59
3.2. Crise da qualidade da educação	62
3.2.1. Princípio do direito à educação de qualidade	64
3.3. Crise da responsabilidade pela educação.....	65
3.3.1. Princípio da Corresponsabilidade	67
3.4. Crise do gerenciamento da educação.....	72
3.5. Princípios Pedagógicos do Todos pela Educação.....	74
3.5.1. Capital Humano, Capital Social e Todos pela Educação	76
Capítulo 4 - Organização, Estrutura e Formas de atuação do Todos pela Educação	81
4.1. Organização e Estrutura do Todos pela Educação	81
4.2. Financiamento e parcerias estratégicas.....	83
4.3. Formas de atuação	85

4.4. Geração de Conhecimento técnico	87
4.4.1. Metas do Todos pela Educação e a “Cultura de Metas”	90
4.5. Mobilização e Comunicação	100
4.5.1. Comunicação: O Todos pela Educação e a mídia	106
4.5.2. Mobilização e Ampliação da adesão ao Todos pela Educação	107
4.6. Articulação e Relações Institucionais	108
4.7. Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação - REDUCA	111
4.7.1. Características das organizações	114
Capítulo 5 - Reorganização da educação básica pública brasileira	119
5.1. O projeto do Todos pela Educação para a educação básica brasileira	121
5.1.2. O Todos pela Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação: sintonia com o governo	122
5.1.3. O Todos pela Educação e o Plano Nacional de Educação (2011 - 2020)	127
5.1.3.1. Mobilização e resistências: o Congresso Internacional “Educação: Uma agenda Urgente”	130
5.2. Propostas e Incidência em políticas públicas para educação	132
5.2.1. Avaliação/metas	132
5.2.2. Financiamento/Gestão	134
5.2.3. Docentes	135
5.2.4. Arranjos de Desenvolvimento da Educação	137
5.2.5. Lei de Responsabilidade Educacional	141
Considerações Finais	145
Referências Bibliográficas	155
Documentos	163
Legislação	165
Sítios eletrônicos	166
Anexos	168
Anexo 1 - Rede de Sócio-fundadores do TPE e principais entidades de pertencimento	169
Anexo 2 - Lista de reportagens – Pesquisa em periódicos	174
Anexo 3 - 10 Causas e 26 Compromissos	181
Anexo 4 – Roteiro básico de entrevistas	183

Introdução

No capitalismo contemporâneo, o discurso hegemônico recoloca a educação como dimensão fundamental tanto para o desenvolvimento de um país, como para sua possibilidade de se tornar competitivo internacionalmente. À diferença das décadas anteriores, diante da reestruturação produtiva, das alterações na divisão internacional do trabalho e do lugar que o Brasil vem ocupando no capitalismo internacional em tempos de mundialização do capital (CHESNAIS, 1997)¹, um dos principais eixos da política econômica nacional passa a ser a competitividade em nível internacional.

Soma-se a isso a questão das reformas, as quais iniciaram-se na década de 1990, ocorridas sob a lógica da “modernização”, que reforçam a subordinação da educação ao projeto de desenvolvimento, às mudanças econômicas e à concorrência internacional. No caso brasileiro, a partir do processo de reforma do Estado, ocorrido em 1995, as políticas públicas passaram a apresentar uma nova dinâmica. Nessa nova dinâmica, chamada administração gerencial, as políticas governamentais passam a ser definidas por um núcleo estratégico situado no Executivo central (NEVES, 2004, p. 3), e, ao mesmo tempo, segmentos da sociedade civil² começam a atuar de forma distinta frente à questão social: estes se mobilizam para pressionar os governos, propõem diretrizes políticas e, cada

¹ Os estudos de CHESNAIS apontam para o fato de que vivenciamos um novo regime mundial de acumulação do capital, que alterou o funcionamento do capitalismo. Este autor denominará a nova etapa do capitalismo mundial como “*regime de acumulação predominantemente financeira*”, que caracteriza a “*mundialização do capital*”. Essa etapa seria “*algo mais – ou mesmo outra coisa – do que uma simples fase a mais no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século*” (CHESNAIS, 1997). Segundo este autor, “*a expressão ‘mundialização do capital’ é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’.* O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta assim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram a interligação em tempo real” (CHESNAIS, 1996, p. 17).

² Neste trabalho, entenderemos a Sociedade Civil a partir da reformulação conceitual de Antonio Gramsci. Para este autor, a sociedade civil é indissociável da ordem econômica, de suas classes e dos aparelhos privados de hegemonia – formas concretas de organização de visões de mundo, da consciência social, da sociabilidade e da cultura, adequadas aos interesses hegemônicos. Dessa forma, a sociedade civil seria a arena de disputa de classes nas sociedades contemporâneas, em sua estreita vinculação com o Estado (GRAMSCI, 1991; 1999). No conceito gramsciano, “*não há oposição entre sociedade civil e Estado, pois a sociedade civil é duplo espaço de luta de classes: expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam também as lutas entre as classes. Os aparelhos privados de hegemonia (ou de contra-hegemonia)*” – tais como sindicatos, ONGS, órgãos representativos de classes e associações – “*são organizações nas quais se elaboram e moldam vontades nas quais as formas de dominação (ou de luta contra ela) se irradiam para dentro e para fora do Estado. Dessa maneira, seu entendimento não de maneira estática, de forma dialética.*” FONTES, 2009; SEMERARO, 1999.

vez mais, estabelecem parcerias na execução³ de políticas sociais que, posteriormente, serão avaliadas no âmbito estatal. No novo tipo de racionalidade que passa a orientar o Estado, a correlação de forças privilegia a lógica da esfera privada, permitindo que muitas áreas e instituições sociais sejam agora mercantilizadas.

Este movimento ocorre sob um nova lógica do papel do Estado, o qual o torna mínimo, porém, forte. Neste processo a capacidade de controle do aparelho estatal se acentua. Nesse sentido, o conceito de regulação⁴ auxilia na compreensão do novo momento na relação entre Estado e sociedade civil, no qual o confronto – que marcou a transição democrática – cede lugar à colaboração entre o mercado, o Estado e a sociedade, à “concertação” e, em certa medida, à mobilização social, sem, contudo, significar uma relação antagônica ao Estado.

Krawczyk (2005) chama atenção para a um processo próprio desta década, em que um novo modelo de regulação supõe uma mudança radical da categoria ‘sociedade civil’ e ‘cidadania’. Este novo modelo vem sendo concretizado a partir de um processo de descentralização desenhado em três dimensões: descentralização entre os diferentes órgãos de governo (municipalização), descentralização para escola (autonomia escolar) e descentralização para o mercado (responsabilidade social). Para Krawczyk (2005, p. 803), *“propõe-se inovar não só as relações institucionais no interior do próprio Estado (que se mantém na liderança da implementação das reformas), mas também as parcerias com a sociedade civil”*.

No processo de descentralização para o mercado, o compartilhamento das responsabilidades por formular e implementar políticas implica uma articulação entre Estado, setores privados e organizações não governamentais. A partir da ideia de que a responsabilidade pela educação pode ser assumida por todos os segmentos da sociedade, e não apenas ficar a cargo unicamente do Estado, novos sujeitos passam a ser considerados.

³ Neves (2004) assinala que, a partir de então, as políticas sociais em geral começam a se constituir em serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, que podem ser exercidos simultaneamente pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas chamadas organizações públicas não-estatais (NEVES, 2004, p. 3).

⁴ Como pontua Krawczyk (2008), a regulação tem como propósito manter a governabilidade necessária para o desenvolvimento do sistema. Este conceito refere-se a um *“ordenamento normativo, historicamente legitimado, que medeia as relações entre Estado e sociedade, que busca a solução de conflitos e a compensação dos mecanismos de desigualdade e de exclusão próprios do modo de produção capitalista. Esses ordenamentos supõem uma concepção de organização social, política e econômica, a partir da qual se definem responsabilidades e competências do Estado, do mercado e da sociedade, e tendem, também, a desencadear processos de ressocialização”* (KRAWCZYK, 2008, p. 798).

Nesse sentido, como solução para os principais problemas de qualidade da educação, ‘sofisticadas’ formas de intervenção privada podem ser observadas no âmbito das políticas educacionais, como o ressurgimento do tema do gerencialismo através da proliferação de “consultorias” nacionais e internacionais (VERGER, 2012), as quais buscam reorientar o trabalho nas diversas instâncias educativas (do Ministério da educação – MEC à unidade escolar) de modo a torná-lo mais eficiente; outra forma de intervenção seria a utilização do respaldo de pesquisas científicas e conhecimentos técnicos para justificar determinadas políticas no sentido de construir problemas e/ou definir soluções (BARROSO, 2009); e ainda, o protagonismo de grupos da sociedade que, a partir da correlação de forças sociais, procuram reorganizar política educacional partir de interesses específicos.

Neste cenário, grupos de empresários, a partir de sua posição de poder privilegiada, têm apresentado seus posicionamentos, pactos, realinhamentos e estratégias no sentido de influenciar discussões, planejamento, implementação e decisão dos rumos das políticas junto aos governos.

Diante desta explicação, percebe-se que tais grupos empresariais, valendo-se da possibilidade de uma reconfiguração do espaço público e, a partir de sua condição de sujeitos da sociedade civil, cada vez mais ganham espaço na participação dos processos de mudanças das políticas sociais. Suas estratégias, essencialmente no que tange o fomento da filantropia, do voluntariado e da responsabilidade social empresarial, se efetivam através de uma ação organizada que ultrapassa o âmbito da produção e da lucratividade imediata. Ademais, tais grupos procuram influenciar em outras áreas como o poder político institucional e na sociedade como um todo através de pactos com outros segmentos de classes ou setores sociais.

No contexto da intervenção destes distintos grupos empresariais, com interesses diversos e atuação em diferentes níveis da administração pública e da sociedade, surgem, nos últimos anos, no Brasil, bem como em outros países da América Latina, organizações ainda pouco estudadas. Tais organizações são fomentadas por grupos empresariais e lideranças da sociedade, atuam em rede, e, a partir de estabelecimento de alianças com o poder público, buscam incidir nas políticas públicas voltadas à área da educação em seus países de origem.

Na perspectiva desses grupos empresariais, os baixos resultados e a péssima colocação dos estudantes em exames internacionais como o PISA⁵ (OCDE), aferidos durante os últimos anos, podem afetar a competitividade, o crescimento econômico e a coesão social do país⁶. Tal problemática apresentava a necessidade de mudanças na educação pública. A forma de atuação desses grupos, baseia-se no princípio do direito à educação de qualidade, reforçando preceitos constitucionais, resgatando e ressignificando bandeiras de lutas políticas da década de 1980, incorporando novas pautas na agenda educacional e, ao mesmo tempo, buscando a reorganização da educação pública.

É neste contexto que grupos empresariais de elite, que já possuíam um histórico de atuação junto à educação pública, promoveram o Movimento⁷ Todos Pela Educação - TPE.

Observa-se que o TPE se orienta, declaradamente, por dois pressupostos:

1) um país só poderá ser considerado independente se suas crianças e seus jovens tiverem um ensino público de qualidade, capaz de prepará-los para os desafios do século XXI; 2) O ensino só vai melhorar quando pais, educadores, líderes comunitários, conselhos tutelares e promotores públicos souberem valorizar a educação básica, verificar a sua qualidade e cobrar uma oferta melhor nas escolas de sua comunidade” (VILLELA, 2006b).

Corresponsabilidade pela educação e independência a partir do ensino público de qualidade. É a partir dos elementos citados que a organização justifica sua atuação, valendo-se de sua experiência empresarial na tentativa de reorganizar a educação pública.

O TPE denomina-se uma aliança nacional apartidária composta pela sociedade civil, iniciativa privada e organizações sociais de educadores e de gestores públicos da educação. Seu principal objetivo é incidir em políticas públicas para a educação básica brasileira, em nível nacional, a partir da bandeira do direito à qualidade da educação.

⁵ PISA - *Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada em estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela OCDE. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo INEP. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em: 05/2013.

⁶ Cf. JOHANNPETER, 2006a; TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação: uma agenda urgente*. [Filme-vídeo]. Produção: s/i. São Paulo, 2011. Digital, 2: 59 min. color. son. In: <http://www.youtube.com/watch?v=E6gKdcaqA3I>. Acesso em: 06/2013.

⁷ Neste trabalho, adotamos o termo ‘Movimento’ (em maiúsculo) quando nos referimos ao Movimento Todos pela Educação.

Para tanto, este grupo lança 5 metas⁸, as quais têm como característica principal o fato de serem verificáveis e mensuráveis (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012c).

Uma forma de compreender este Movimento é através da conformação de uma coalizão advocatória, conforme definido por SABATIER e JENKINS *apud* SIMINELLI (2008, p. 117) como

a junção de ‘atores públicos e privados, provenientes de diversas instituições e níveis governamentais, que dividem um conjunto de crenças e valores comuns e que buscam manipular as regras, orçamentos e recursos humanos governamentais visando atingir seus objetivos no longo prazo.

Por atuarem com a intenção de influenciar políticas públicas através da produção e difusão de conhecimentos, o TPE também pode ser considerado um *Think Tank*⁹ da educação.

Nos Estados Unidos, os grupos que promovem ações semelhantes às do TPE têm sido chamados de *Corporate reformes* – termo que

reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para ‘consertar’ a educação americana (FREITAS, 2012, p. 380).

Por sua vez, SHIROMA (2011) apresenta estudo em que se verifica que o apoio e o incentivo ao uso de redes sociais na educação foram sugeridos por organismos internacionais, tais como o BID e o Banco Mundial. As redes sociais, para Shiroma, são definidas como um conjunto de pessoas e/ou organizações com interesses comuns, que, em conjunto, contribuem para a produção e disseminação de informações, criam canais de comunicação e estimulam a participação da sociedade.

⁸ Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; Meta 4 – Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; Meta 5 – Investimento em Educação ampliado e bem gerido (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p.7).

⁹ “Segundo Thunert (2003), o termo Think Tank surgiu durante a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, como uma analogia a um lugar onde as conversas não podem ser interceptadas (tank) e nos quais experts civis e militares traçam estratégias militares e planos de invasão (think). Nos anos 60 e 70, o conceito passou a ser utilizado para denominar institutos de pesquisa intensivamente voltados para a prática. Hoje, tanto instituições públicas e centros de pesquisas em universidades quanto aquelas com ligações políticas declaradas se utilizam do conceito. No entanto, o elemento constituinte central dos Think Tanks continua sendo a intenção de influenciar as políticas públicas” (Thunert *apud* Sponholz, 2008).

Alguns estudos, como o de LOPES (2010), apontam para a hipótese de que as redes viabilizam uma nova maneira de se propor e fazer políticas sociais, configurando novas formas de articulação entre Estado e sociedade. Outras pesquisas, como a apresentada por LIMA (2007), associam os estudos de redes sociais à noção de governança, considerando as funções educativas públicas não exclusivas do Estado. Nesse sentido, a forma de atuação do TPE também se aproxima à de uma rede social.

Devido ao seu caráter diretivo e organizativo, em um sentido laxo, a forma de atuação do TPE também pode ser compreendida como a de um partido. Isso porque, no sentido gramsciano, “*o partido como organização prática (ou tendência prática)*” funciona como “*instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional e internacional*” (GRAMSCI, 2006, p. 420). Para Gramsci, “*os ‘partidos’ podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos’*” (GRAMSCI, 2002, p. 326). Dessa forma,

um movimento ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental: precisamente na medida em que possui (elaborou em seu interior) dirigentes de vários graus e na medida em que esses dirigentes adquiriram determinadas capacidades. [...] Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado (GRAMSCI, 2002, p. 84-85).

Entretanto, neste trabalho, procuraremos, além de definir o TPE, analisar seu significado como uma nova força que, ao inserir-se na arena de disputas políticas que conformam o atual cenário brasileiro, defende, em consonância com os governos atuais, uma proposta que visa reorganizar a educação básica pública brasileira.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é investigar as propostas e as ações para a reorganização da educação básica brasileira do movimento “Todos Pela Educação” – TPE. Privilegiaremos, então, a análise do lugar do empresariado no âmbito da formulação de políticas e da mobilização social em prol da hegemonização de um projeto educacional para o país, buscando compreender em que medida a atuação deste grupo expressa uma nova configuração da esfera pública.

Para alcançar o objetivo acima enunciado, pretende-se o aprofundamento das seguintes questões:

- 1) Analisar o surgimento e organização do TPE, privilegiando suas motivações, demandas, sua inserção na sociedade civil e suas estratégias de ação.
- 2) Analisar os pressupostos e princípios que fundamentam a reorganização da educação básica proposta pelo TPE, procurando identificar as bases sobre as quais se assenta o projeto proposto por esta organização. Para tanto, destacaremos: a) Pressupostos das crises da educação pública; b) Princípio do direito à educação de qualidade; c) Princípio da corresponsabilidade pela educação; d) Princípios pedagógicos do TPE.
- 3) Analisar a organização e as formas de atuação do TPE a partir de suas frentes de trabalho, destacando a) Metas e Cultura de Metas; b) Relação do TPE com a mídia; c) Incidência do TPE em políticas públicas.
- 4) Analisar o TPE no contexto da sociedade brasileira a partir dos governos Lula da Silva.
- 5) Analisar como as influências dos organismos internacionais são assimiladas pelo TPE.
- 6) Compreender o TPE no contexto Latinoamericano a partir da conformação da Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil para Educação - REDUCA.

A partir do aprofundamento dessas questões, indaga-se como o TPE, expressando um movimento que abrange aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, em suas múltiplas determinações no âmbito de suas complexidades e contradições, alcança um estatuto de especialista em educação frente à sociedade, pressionando e, simultaneamente, promovendo junto aos governos uma ampla e complexa reforma educacional.

Enfim, norteia toda essa pesquisa a tentativa de compreensão de construção de um projeto hegemônico, no qual a educação pública ocupa um lugar estratégico. Nesse processo, a investigação procura analisar como as propostas educacionais promovidas por

frações da classe burguesa, tornam-se parte de um projeto para toda a nação no século XXI, conforme as palavras do próprio TPE¹⁰.

Ressaltamos, ainda, que o problema de pesquisa e as hipóteses formuladas a partir dele foram construídas de tal maneira que seus encaminhamentos permitissem a formulação de novas questões de pesquisa que servirão de interrogações para investigações futuras.

Procedimentos Metodológicos

Diante da exposição dos objetivos gerais e específicos, entendemos que, para a viabilização dessa pesquisa, seria necessário conhecer o TPE desde seu surgimento, abrangendo as motivações de seus principais organizadores, suas estratégias de ação para produção de consensos, seu modo de assimilação de conceitos e a adesão de outros segmentos da sociedade, os princípios e pressupostos que respaldam suas propostas, suas relações com os organismos internacionais e, finalmente sua articulação com os governos.

Para tal empreendimento, optou-se pelo enfoque qualitativo, especialmente pela possibilidade de aproximação com as características específicas da realidade social em sua complexidade e totalidade. Tal enfoque permite analisar as propostas e as ações do TPE para reorganização da educação básica brasileira, não somente como um ato isolado de um grupo da sociedade, mas, também, como um produto histórico resultante de um campo de tensões produzido por interesses, percepções e demandas de diferentes sujeitos sociais, políticos e econômicos.

Na condução dessa pesquisa foram realizados:

- 1) Levantamento bibliográfico e sistematização de dissertações e artigos relacionados ao tema – fontes primárias e secundárias;
- 2) Sistematização e análise de notícias relacionadas ao tema em periódicos;
- 3) Pesquisa documental – sistematização de documentos do TPE – fontes primárias;

¹⁰ Cf. TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 9.

- 4) Entrevistas;
- 5) Observação realizada através da participação em eventos organizados pelo TPE.

Além dessas atividades previstas no projeto de pesquisa, foi realizado um estágio na Cidade do México.

Por se tratar de um movimento recente, as **entrevistas** tiveram um papel fundamental nessa investigação. Através de tal recurso metodológico, procuramos explorar mais amplamente os objetivos específicos propostos pelo projeto de pesquisa.

As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturado, ou seja,

(...) aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVINÕS, 1987, p.146).

O roteiro básico¹¹ (Anexo 4) foi considerado um ponto de partida, pois permitiu preservar a flexibilidade da entrevista, além de possibilitar o aprofundamento das questões e o estabelecimento de relações com novos temas de acordo com a vontade do entrevistado e com o andamento da conversa, abrindo possibilidade para um maior conjunto de informações.

As dificuldades enfrentadas na realização das entrevistas, sobretudo com os dirigentes do TPE, variaram do acesso ao possível entrevistado à recusa em conceder a entrevista. Apesar das dificuldades, destacamos que as entrevistas, gravadas e realizadas pessoalmente, foram de fundamental importância para este trabalho. No total, foi possível realizar 7 entrevistas, as quais foram distribuídas da seguinte forma: 3 membros do TPE, sendo 1 membro do conselho de governança, 1 membro da comissão técnica e, também, ex-presidente do INEP na época do lançamento do TPE, e a diretora executiva; 1 professor universitário, ex-secretário adjunto do Ministro da educação quando na época do lançamento do TPE; uma orientadora pedagógica de rede pública municipal que atua na divulgação do TPE para outras redes; diretor executivo do CCE – Compromisso Campinas

¹¹ Apesar de não se ter utilizado um único roteiro para as entrevistas, já que este foi sendo adaptado a cada nova situação e às informações já obtidas, apresenta-se, no Anexo 4, o modelo de roteiro que contempla as várias entrevistas realizadas.

pela Educação – movimento que representa o TPE localmente no município de Campinas; e diretor executivo do Mexicanos Primero – grupo que, junto com o TPE (Brasil) e Educación2020 (Chile) está à frente da Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil para Educação – REDUCA.

Para a identificação das pessoas entrevistadas, nos baseamos, primeiramente, na organização estrutural do TPE: conselho de governança, comitê gestor, comissão de comunicação, comissão de articulação, comissão técnica, comissão de relações institucionais e equipe executiva. A partir da leitura de notícias dos periódicos, identificamos os principais protagonistas de cada uma dessas instâncias.

Os primeiros contatos foram estabelecidos através da **observação e participação no evento**: Congresso Internacional ‘Educação: uma Agenda Urgente’, promovido pelo TPE e outras instituições, entre os dias 13 e 16 de setembro de 2011, em Brasília. Neste evento, foi possível estabelecer os primeiros contatos para a realização das entrevistas. Paralelamente, tomando por base os primeiros entrevistados, foram solicitadas indicações de outros possíveis sujeitos a serem incluídos nas entrevistas.

O quadro a seguir apresenta as entrevistas realizadas, em ordem cronológica, evidenciando as funções exercidas pelos sujeitos entrevistados. Tais funções, como o cargo atual exercido, a formação e trajetória profissional dos mesmos, justificam a realização das entrevistas.

Quadro 1 – Entrevistados por cargo/função, formação e trajetória profissional.

	Entrevistado	Cargo / Função	Formação	Trajétoria profissional
1)	André Lázaro	Professor da UERJ	Licenciado e Bacharel em Letras. Mestre e Doutor em Comunicação	Foi professor da rede pública de ensino do RJ. Professor da PUC/RJ. Desde 1987 é professor da UERJ. Foi secretário executivo adjunto do Ministro Fernando Haddad entre 2006 e 2007. Organizou e dirigiu a SECADI/MEC até jan/2011. Foi secretário executivo da Secretaria dos Direitos Humanos até 2011. É professor da UERJ.

2)	Priscila Fonseca da Cruz	Diretora executiva do TPE. Sócia fundadora do TPE	Bacharel em Administração e em Direito. Pós-graduação em Harvard.	Trabalha há 10 anos no terceiro setor e voluntariado. Coordenadora do Ano Internacional do Voluntário no Brasil – AIV. Fundadora e coordenadora do Instituto Faça Parte. Sócia fundadora do TPE. Foi coordenadora do TPE. É diretora executiva do TPE.
3)	Maria Lúcia Meirelles Reis	Membro do Conselho de governança do TPE Sócia fundadora do TPE	Sem informação	Atua há 30 anos no terceiro setor e voluntariado. Vice-diretora do Centro de Voluntariado de São Paulo / Faça Parte.
4)	Silvana de Santis	Orientadora Pedagógica do Município de São Caetano do Sul	Bacharel em Letras	Orientadora Pedagógica do Município de São Caetano do Sul
5)	Arnaldo Rezende	Professor da Facamp. Diretor do movimento Compromisso Campinas pela educação - CCE	Engenheiro Mecânico, Pós graduado em finanças, marketing e governança corporativa.	Desde 2000 é diretor executivo da Fundação FEAC. Professor universitário. Diretor do Compromisso Campinas pela educação.
6)	David Calderón	Diretor do 'Mexicanos Primero'	Bacharel em Filosofia e pós-graduado em Ciências Sociais.	Foi instrutor comunitário em zonas indígenas do México. Professor no ensino secundário, preparatório e na Universidade. Pesquisa o tema de Ética aplicada, Políticas Públicas e Participação cidadã. Atualmente é Diretor do 'Mexicanos Primero'
7)	Reynaldo Fernandes	Professor da USP Membro da Comissão técnica do TPE Sócio fundador do TPE	Mestre e Doutor em Economia	Trabalhou no Ministério da Fazenda entre 2003 e 2005. Foi presidente do INEP entre 2005 e 2009. É professor universitário.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e, junto com os documentos coletados e as anotações realizadas no *caderno de registro* durante os momentos de observação no campo de pesquisa, iniciou-se a sistematização dos dados.

Neste trabalho, privilegiou-se a compreensão da atuação dos empresários dirigentes do TPE – entendidos aqui como *intelectuais orgânicos* na acepção gramsciana (GRAMSCI, 2001), ou seja, intelectuais ligados à classe dominante fundamental. Diante da impossibilidade da realização de entrevistas com esses sujeitos, optou-se pela análise de entrevistas concedidas por estes em canais midiáticos. Dessa forma, incorporamos aos dados entrevistas concedidas pelos principais empresários dirigentes do TPE: Jorge Gerdau Johannpeter, Milu Villela e Viviane Senna. As entrevistas utilizadas são fruto de uma seleção que priorizou os jornais de circulação nacional: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo; além das revistas Veja, Exame, Isto É Dinheiro e Valor Econômico, nos anos que abrangem o período entre 2005 e 2011. Este recorte justifica-se por ter sido constatado que, durante o desenvolvimento da pesquisa, alguns dos principais protagonistas do movimento TPE, frequentemente, eram entrevistados ou convidados pela direção dos periódicos a expressar suas opiniões.

Além do estabelecimento dos primeiros contatos para realização de entrevistas, durante a participação no Congresso Internacional ‘Educação: uma Agenda Urgente’, constatou-se a formação da Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação – REDUCA, em que se destacaram as atuações dos grupos brasileiro, mexicano e chileno. Para um maior aprofundamento das relações entre o TPE e o grupo Mexicanos Primero foi realizado um **estágio de curta duração** no México. Dessa forma, a autorização e o financiamento da FAPESP viabilizaram o estágio na *Ciudad de México*¹², local onde foi possível realizar entrevistas e aprofundar questões referentes à constituição da REDUCA.

Adotamos a **análise dos documentos de TPE** para compreender o seu surgimento e sua forma de organização e atuação. Além disso, a leitura e sistematização dos documentos permitiram a compreensão dos pressupostos e princípios que fundamentam

¹² O estágio para realização da pesquisa “Movimento ‘Mexicanos Primero’: relações com o Movimento Todos Pela Educação” ocorreu em 03/2012, financiado pela FAPESP, e contou com o auxílio da *Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado – AUIP*. Para sua viabilização, foram fundamentais as colaborações das professoras Dr^{as}. Mercedes Ruiz, da *Universidad Iberoamericana* e da Dr^a. Terezinha Guadalupe Bertussi, da *Universidad Pedagógica Nacional*.

a reorganização da educação básica proposta pelo TPE. Destaca-se, ainda, que, devido ao caráter do objeto a ser estudado, optamos por incorporar à pesquisa documental vídeos e filmes elaborados pelo TPE. Tal opção metodológica justifica-se, pois

o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes, dependem de elementos visuais. Consequentemente, o ‘visual’ e a ‘mídia’ desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica” (BAUER & GASKELL, 2008, p.138).

Foi utilizada a **pesquisa documental** em fontes primárias, caracterizada como “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares (...)” (GODOY, 1995, p. 21). Além dos documentos, sítios eletrônicos também foram consultados como recurso adicional para a construção/entendimento dos contextos analisados.

Dentre os documentos sistematizados destacam-se os documentos oficiais do TPE:

- Anuário Brasileiro da Educação Básica. 2012.
- Caderno do Congresso Internacional Educação: Uma agenda urgente. 2011.
- Compromisso Todos Pela Educação. Bases Éticas, Jurídicas, Pedagógicas, Gerenciais, Político-Sociais e Culturais. 2006.
- História, conquista e visão de futuro. Edição comemorativa do primeiro ano do compromisso Todos pela Educação. 2007.
- Todos Pela Educação: 5 Anos, 5 Metas, 5 Bandeiras. 2012.
- Nota Técnica Preliminar. Metodologia para a obtenção das Metas Finais e Parciais. Comissão Técnica do Compromisso Todos Pela Educação. 2007.
- Relatório de Atividades do Todos Pela Educação 2007.
- Relatório de Atividades do Todos Pela Educação 2008.
- Relatório De olho nas metas - 2008.
- Relatório De olho nas metas - 2009.
- Relatório De olho nas metas - 2010.
- Relatório De olho nas metas - 2011.
- Todos Pela Educação - Rumo a 2022. 2006.
- Todos Pela Educação: 2006-2009. Relatório de Atividades. 2009.

Complementarmente, fizemos uma **pesquisa em periódicos** (Anexo 2). Através deste estudo, foi possível acompanhar a movimentação política do TPE no cenário nacional e suas análises em relação às ações do governo. Para tanto, trabalhou-se com pesquisa em

periódicos de circulação nacional e local, além de notícias divulgadas em portais eletrônicos. Foram utilizados 61 documentos, dentre notícias, artigos, entrevistas, reportagens e editoriais, divulgados em 26 veículos, incluindo mídia impressa e digital. As matérias abrangem o período de 2006 a 2011, com uma maior concentração entre os anos 2010 e 2011. Os documentos foram selecionados a partir da divulgação de Clippings eletrônicos¹³. A análise de notícias em tal período e a leitura e acompanhamento sistemático das notícias de jornal, as quais apresentavam comentários do TPE, proporcionaram uma visão a respeito de suas propostas que não eram evidentes desde o seu lançamento. Tais propostas auxiliam na compreensão do caráter de projeto educacional que este Movimento procura implementar no Brasil.

A partir do **levantamento bibliográfico**, foi constatada a pouca análise acadêmica sobre o tema. Em busca realizada entre 2011 e 2013, foram encontradas 2 dissertações, 3 artigos e 3 capítulos de livros cujos temas envolviam diretamente o TPE¹⁴. As buscas foram realizadas em diversos catálogos de faculdades, institutos, universidades, associações nacionais e órgãos de fomento de pesquisa, tais como Banco de Teses da CAPES, Biblioteca Digital da UNICAMP, SciELO, Biblioteca da FGV, utilizando-se como referência a expressão “Todos pela Educação”.

Através da leitura e da sistematização de todos os documentos, buscou-se identificar não apenas as informações a respeito do surgimento, pressupostos e princípios que fundamentam o TPE, mas seu significado histórico e suas relações com o contexto atual, para, a partir de então, identificar categorias de análise que permitiriam compreender o projeto para educação que tal organização propõe a partir de sua dimensão política, econômica e cultural.

¹³ Clippings “Educação na mídia” (Todos pela Educação), “Comunicado Campos & Bravo” (Campos & Bravo Educacional) e “Clipping Educacional” (EDITAU), divulgados diariamente a partir de um cadastro de endereço eletrônico.

¹⁴ Artigos: MARTINS, 2009; EVANGELISTA & LEHER, 2012; FREITAS, 2012; Capítulo de livro: LEHER, 2010a; OPPENHEIMER, 2010; SHIROMA, GARCIA & CAMPOS, 2011; Dissertações: RIBEIRO, 2010; SIMIELLI, 2008.

Organização do Texto

O trabalho está estruturado em 5 capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais.

Sua organização compreende: *Introdução*, em que situamos a problematização deste estudo e os Procedimentos Metodológicos utilizados. Em seguida, no *Capítulo 1*, tendo em vista compreender os elementos de mudança e permanência no campo social e econômico, apresentamos elementos que antecederam o surgimento do TPE, privilegiando a relação entre empresariado e governos. Também são apresentados neste mesmo capítulo o início das articulações e a rede de relação dos sócio-fundadores no TPE. No *Capítulo 2*, procuramos compreender o surgimento do TPE, identificando os principais grupos que conformam este Movimento, suas propostas, sua aproximação com outros segmentos da sociedade e seu programa de atuação, a fim de situarmos política e economicamente este grupo. O tema do *Capítulo 3* relaciona-se ao campo das definições políticas-ideológicas, para tanto, buscou-se reconhecer e compreender os pressupostos e princípios básicos que sustentam as propostas do TPE no sentido de apreender seu caráter de conservação ou de transformação históricos. No *Capítulo 4*, apresentamos a organização e as formas de atuação que viabilizam a atuação do TPE e suas implicações na política educacional brasileira. Além disso, apresentamos um aspecto relevante que surgiu durante a pesquisa: a conformação da REDUCA – uma rede de organizações lideradas por empresários que objetiva “ser uma voz coletiva” no nível regional. No *Capítulo 5*, procuramos situar o TPE na dinâmica do contexto político nacional, além de tentar compreender como este Movimento assimila as orientações internacionais no âmbito da educação. Por fim, nas *Considerações Finais*, apresentamos elementos da conformação do projeto, o qual se pretende hegemônico para a educação brasileira.

Capítulo 1

Fatores antecedentes ao surgimento do Todos pela Educação

1.1. Bloco de Poder no limiar do século XXI

O propósito deste capítulo é compreender as alterações na conjuntura contemporânea do Brasil que propiciaram as bases para o surgimento do TPE e de outros grupos análogos a este. Para tanto, apresentaremos um breve histórico das relações de poder entre sociedade civil e sociedade política, privilegiando a aproximação entre o executivo/legislativo e empresariado brasileiro a partir do final da década de 1990.

Os anos que compreenderam a década de 1990, foram marcados pela reorganização das políticas públicas, reorganização esta que se deu a partir de uma redefinição da agenda pública, a qual contemplava programas de estabilização econômica e de reformas estruturais orientadas para o mercado, como as privatizações, a liberalização comercial e a abertura externa.

No Brasil, o auge desse processo de reformas neoliberais deu-se sob as gestões de Fernando Henrique Cardoso, durante seus dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), quando se observou uma ruptura com os aspectos políticos e econômicos do modelo anterior, sobretudo em relação à estratégia de desenvolvimento e da estrutura produtiva do país.

No primeiro mandato de Cardoso¹⁵, algumas entidades de classe empresariais aderiram à agenda neoliberal. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por exemplo, já havia publicado, em 1990, o documento “Livre para Crescer: Proposta para um Brasil Moderno”. Em 1993, contando com o apoio e o respaldo técnico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi criada a Ação Empresarial, um movimento de articulação empresarial que, sob a liderança de Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, procurava exercer influência sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na defesa dos postulados liberais, tendo como principal objetivo a reforma tributária.

¹⁵ Fernando Henrique governou sob condições extremamente favoráveis, pois contou com o apoio de uma ampla base parlamentar, totalizando 66,5% e 67,6% da Câmara dos Deputados, em seu primeiro e segundo mandatos, respectivamente, e contou, ainda, com 79% do Senado (DINIZ, 2005, 25-26).

Para Leher (2010c, p. 39-40), as reformas empreendidas durante os mandatos de Cardoso, em conjunto com as privatizações e a entrada de capital estrangeiro, iniciam uma profunda mudança no perfil econômico do país. A economia foi rearranjada tornando-se mais dependente de produtos direta ou indiretamente extraídos da natureza – as *commodities* – para fortalecer as exportações.

De acordo com a análise de Diniz (2005), nesse período, não se verifica no Brasil uma desindustrialização, mas um processo de reestruturação produtiva. Nesse processo, uma parte expressiva do empresariado nacional foi atingida, e, simultaneamente, o segmento que se expandiu aprofundou seus vínculos com grupos transnacionais, a partir da centralização e concentração de capitais, seguindo uma tendência internacional¹⁶.

Entretanto,

a incapacidade do governo de romper com as amarras da estagnação e da vulnerabilidade externa da economia terminaria por abalar a confiabilidade daquela estratégia até mesmo junto a alguns dos novos grupos empresariais, aumentando a margem de descontentamento (DINIZ, 2005, p. 6).

No final da década de 1990, sinais de ruptura do consenso que, até então, sustentara o primeiro mandato de Cardoso, podem ser percebidos: se, por um lado, a Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) aprofundou seu alinhamento com o governo federal, a FIESP, por sua vez, sob a liderança de seu novo presidente, Horácio Lafer Piva¹⁷, do grupo Klabin, passou a defender uma postura crítica, de maior distanciamento e independência em relação ao governo de então. Tal postura, na análise de Diniz (2005, p. 19), apontava para a busca de novos fundamentos – uma nova concertação social – para manter a governabilidade.

Lafer Piva assume a presidência da FIESP com um programa que visava reposicionar as entidades dos industriais paulistas no cenário nacional, inaugurando, assim,

¹⁶ “*Antigas lideranças perderam expressão, dadas as dificuldades de sobrevivência diante do aumento da concorrência externa e dos efeitos adversos da política governamental - como a abertura acirrada e os estímulos ao capital internacional. Em contraste, outros industriais ganharam projeção, beneficiando-se, por exemplo, das oportunidades abertas pelas privatizações*” (DINIZ, 2005, p. 15-16).

¹⁷ Eleito em 1998, Piva afirmaria que o momento impunha uma ruptura com a prática de adesão, a fim de que a FIESP assumisse a postura mais apropriada de grupo de pressão. Criticaria também, fortemente, o alijamento dos empresários do processo decisório, afirmando que a classe tomava conhecimento das políticas governamentais pelos jornais, não sendo sequer consultada pelas autoridades públicas. Piva discordaria também da equipe econômica do governo, que, estando preocupada com as questões financeiras, teria abandonado o setor produtivo à própria sorte. Questionando o tratamento preferencial dispensado ao capital internacional, em vários pronunciamentos públicos, Piva iria reivindicar isonomia para a empresa nacional, advertindo que essa demanda não significava solicitar o retorno do protecionismo e do paternalismo estatal. Por outro lado, a discriminação das empresas nacionais deveria ser combatida. Em outros termos, impunha-se conceder à indústria local, até então prejudicada, tratamento capaz de garantir-lhe igualdade de condições em relação aos concorrentes estrangeiros (DINIZ, 2005, p. 20).

um novo ciclo de mobilização empresarial. Para Bianchi (2010), no segundo mandato de Cardoso, a FIESP conseguiu imprimir seu novo projeto liberal-desenvolvimentista.

Ao contrário do esperado pelos industriais em 1998, o curso da política econômica não sofreu inflexões em suas diretrizes mais gerais. Ao final do segundo mandato presidencial, o empresariado encontrava-se em choque aberto com a equipe econômica de Cardoso (BIANCHI, 2010, p. 256).

De modo similar, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)¹⁸, após o término do primeiro turno das eleições que garantiram a reeleição de Cardoso, lançou o documento “Agenda Para Um Projeto de Desenvolvimento Industrial”. Tal documento, além de criticar a falta de participação do setor empresarial no processo decisório, defendia a relevância e urgência de uma política industrial para o país. Para o IEDI, o Brasil insistia na defesa do neoliberalismo (DINIZ, 2005, p. 20-21). Além dessas manifestações de teor organizado, declarações isoladas de lideranças empresariais contribuíram, ao longo do processo eleitoral, em 1998, para sinalizar a insatisfação de segmentos do setor privado frente à política em vigor (DINIZ, 2005).

Bianchi (2010) considera ainda mais três dimensões relacionadas à aproximação entre empresariado e oposição. Para este autor, essa aproximação também pode ser interpretada como um complexo jogo de forças com o objetivo de abrir negociações com o governo de Cardoso em torno da condução da política econômica e, particularmente, da taxa de juros e da minirreforma tributária. Outro motivo para essa aproximação, seria o de que o grau de conflitividade do empresariado com as candidaturas da oposição, principalmente, com a de Lula da Silva, era menor do que nas eleições anteriores. Tal fato, elevou o índice de aceitação dessa candidatura. A chave para tal consistiu na percepção que o empresariado tinha da crescente moderação do discurso dos dirigentes petistas e de Lula da Silva. Por fim, o baixo grau de conflitividade do empresariado com a candidatura de Lula da Silva representava dois fatores: 1) a confiança de que sua eleição não significaria uma ameaça à propriedade privada nacional e estrangeira e 2) a política do candidato da oposição não produziria uma descontinuidade radical da política econômica (BIANCHI, 2010, p. 257-258).

¹⁸ O IEDI é uma entidade representativa dos interesses e das demandas do setor industrial. Criado em 1989, surgiu a partir dos rumos da abertura da economia realizada pelo governo Collor e das tendências que a FIESP estava tomando (SOUZA, 2010).

Com estes precedentes, no segundo mandato de Cardoso, ocorre um aprofundamento das dissidências internas na base de sustentação do governo e um importante segmento do empresariado se afasta do governo e caminha para uma postura abertamente crítica.

Para Diniz (2005, p. 25), nesse momento, delinearam-se duas correntes: a visão desenvolvimentista, reivindicando uma maior participação do Estado no estímulo aos setores produtivos e na regulamentação e fiscalização da concorrência com o capital estrangeiro, e uma política industrial capaz de fortalecer as empresas nacionais e garantir a retomada do crescimento; e, em contrapartida, os defensores de uma postura mais restritiva. Tais defensores viam na retomada do desenvolvimentismo uma potencial ameaça à estabilidade. Para essa corrente, seria mais adequado manter a austeridade fiscal, a continuidade das privatizações, o estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, o aprofundamento da internacionalização da economia, o livre mercado e a redução do papel do Estado na economia.

A partir da observação dessas dissidências, algumas lideranças do PT passaram a defender a necessidade do partido de rever suas posições e de formular uma nova estratégia, mais ao centro, moderando suas posições políticas. Mesmo com discordâncias internas no partido, a nova postura adotada previa um discurso moderado, a valorização da política no contexto democrático e a relevância da negociação e da tática de alianças para chegar ao poder. Expressão evidente dessa nova postura, foi a busca de confiança junto às instituições financeiras internacionais e, internamente, junto ao setor privado. Foram essas as estratégias que marcaram a campanha eleitoral de Lula da Silva para a presidência da República, em 2002.

Para que o candidato tivesse êxito nas eleições o PT compôs uma coalisão junto ao Partido Liberal (PL), convidando o então senador liberal mineiro e empresário, José de Alencar, para concorrer ao cargo de vice-presidente da chapa. Este seria um primeiro sinal do pacto capital-trabalho, meta do governo Lula da Silva, em caso de vitória nas urnas. Para demonstrar publicamente que manteria orientações políticas correlatas à manutenção da estabilidade macroeconômica, outra estratégia importante foi a apresentação do documento “Carta ao Povo Brasileiro” (LULA DA SILVA, 2002). Em tal documento, o então candidato Lula da Silva, além de defender o respeito aos contratos e compromissos

internacionais, se comprometia com uma transição moderada para um novo modelo, que combinaria crescimento com estabilidade econômica e responsabilidade fiscal¹⁹.

Esse novo discurso contribuiu de modo significativo para que alguns partidos de centro-direita passassem a ver o partido dos trabalhadores como um interlocutor mais confiável. Os próximos passos seriam a apresentação de um programa de governo bem mais moderado do que os anteriores e, finalmente, a divulgação da “Nota sobre o Acordo com o FMI”, reafirmando o compromisso de respeitar o acordo com o FMI negociado no final do governo Fernando Henrique (DINIZ, 2005).

Paralelamente, setores expressivos do empresariado, sobretudo do estado de São Paulo, passaram a explicitar seu apoio à candidatura de Lula da Silva. Industriais integrantes do IEDI²⁰ organizaram uma reunião com o então candidato petista para que este apresentasse seu programa de governo (BIANCHI, 2010, p. 256). Ainda antes do primeiro turno das eleições de 2002, setores da Fiesp, da Bovespa e da Febraban, e um grupo composto por mais de 100 empresários, assinaram um “Manifesto de apoio a Lula”²¹. O manifesto foi articulado pela Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives)

¹⁹ “O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará [...] de um dia para o outro. [...] Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se fez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As crescentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e do clamor popular pela sua superação (...) Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica, no curto prazo, é pequena (...) Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro (...) A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.” São Paulo, 22 de junho de 2002. Fonte: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: fev./2013.

²⁰ Eugenio Staub, da Gradiente, Paulo Villares, da Villares e Jacques Rabinovitch, do grupo Vicunha.

²¹ “Sob o nosso ponto de vista, o atual modelo econômico, apesar do relativo sucesso do controle da inflação, apresenta índices de crescimento insuficientes, não atende as necessidades sociais e pratica uma política de juros altos que inviabiliza os investimentos produtivos. [...] Queremos tornar pública nossa adesão à candidatura de Lula à presidência da República e nosso desejo de participar do amplo Pacto Social proposto por ele. Entendemos que Lula é a única alternativa capaz de implementar um programa de governo voltado ao crescimento econômico com geração de empregos, redução das desigualdades, fortalecimento do mercado interno e de apoio às empresas nacionais”. Manifesto de Apoio a Lula, 29/07/2002. Fonte: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT353005-1659,00.html>. Acesso em: 03/2013.

da qual participavam também os integrantes do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), entre eles estavam Oded Grajew e Paulo Feldmann²².

Dessa forma, à insatisfação de frações da classe social burguesa interna em relação ao modelo econômico somou-se a revisão do discurso do Partidos dos Trabalhadores em relação a sua estratégia de alianças. Assim, Lula da Silva foi eleito com o apoio de uma ampla coalizão que incluía tanto os setores da esquerda como os mais diversos setores do empresariado, unidos, todos, pela aspiração de mudança nos rumos da economia e da política (RIBEIRO, 2009).

Diniz (2005; 2002) apresenta um conjunto de fatores que ocorreram durante a década de 1990 que foram responsáveis pela construção de uma nova coalizão que aspirava mudanças, o que explica a vitória de Lula da Silva nas eleições de 2002. Para a autora, a chegada do candidato ao poder não pode ser entendida apenas como um fenômeno de natureza conjuntural, o qual se explicaria, simplesmente, pelas crises internas e externas do momento, ou pela estrutura de marketing utilizada em sua campanha eleitoral (DINIZ, 2005, p. 10). Fatores como o fechamento dos canais de articulação entre o governo e grupos de interesse empresariais - grupos estes que antes haviam participado ativamente da campanha pela retirada do Estado da economia e pela abertura política do regime militar objetivando a garantia de maior espaço no processo decisório - expressavam uma nova situação de exclusão da categoria empresarial, sinalizando um reforço do distanciamento Estado-sociedade e promovendo uma alteração no padrão de representação de interesses da classe empresarial (DINIZ, 2005; 2002).

1.2. Empresariado e Governo: a tensão entre continuidade e mudança no governo Lula da Silva

Em 2003, Lula da Silva foi eleito por uma ampla coalizão que conquistou os votos tradicionais da esquerda e, também, os votos de inúmeros outros setores -

²² OLIVEIRA, E. Empresários lançam hoje manifesto para apoiar candidatura de Lula. *Revista Época*, Edição Nº 219, 29/07/2002. In: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG49497-6009,00-EMPRESARIOS+LANCAM+HOJE+MANIFESTO+PARA+APOIAR+CANDIDATURA+DE+LULA.html>; Acesso em: 03/2013; STELZER, V. Empresários lançam “manifesto” de apoio a Lula. *UOL Notícias*, 29/07/2002. In: <http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/07/29/ult27u24362.jhtm>. Acesso em: 03/2013.

empresariado e da classe média²³ - descontentes com o modelo neoliberal posto em prática ao longo dos anos 1990 (DINIZ, 2005). Sua ascensão à presidência não pode ser compreendida de forma alheia à dinâmica que esse governo pretendeu implantar nas suas relações internacionais, tal dinâmica tinha o propósito de colocar o Brasil em outro patamar no mercado mundial.

O acesso de Lula da Silva à presidência do Brasil também se deve às alterações na relação entre Estado e sociedade desencadeadas pelas novas alianças promovidas com a grande burguesia interna brasileira, sobretudo com o empresariado. Na análise de Boito (2007), os governos de Lula da Silva, sem romper com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, promoveram a ascensão política da grande burguesia interna brasileira – sobretudo do empresariado – ao interior do bloco no poder²⁴.

Uma vez no poder, o governo Lula da Silva, em seus primeiros anos de mandato, foi marcado pela tensão entre continuidade e mudança. Considerando a política macroeconômica, prevaleceram as linhas de continuidade, sobretudo em relação aos governos anteriores. Além disso, a aproximação com o empresariado se deu não só pela presença de José de Alencar na vice-presidência do país, mas, ainda, pela indicação de outros empresários para integrar a equipe ministerial e outros órgãos do governo²⁵ (DINIZ, 2005, p. 32-33).

No processo de estabelecimento de um espaço de negociação entre Estado *stricto sensu* e sociedade, uma das estratégias utilizada foi a promoção da *corresponsabilidade* entre o Estado e a sociedade (BRASIL, 2011c), a partir da multiplicação de canais institucionais de consulta à sociedade, “*o que representa um grande contraste, segundo depoimentos dos próprios empresários, com o que se passava no governo FHC*” (DINIZ & BOSCHI *apud* BOITO, 2007, p. 67).

²³ Em 2002, Lula da Silva disputa as eleições presidenciais, pela quarta vez consecutiva, depois da queda do regime militar, em 1985. Em sua primeira disputa, em 1989, as pesquisas eleitorais destacaram o alto grau de rejeição de Lula, sobretudo entre as elites. Naquele ano, o líder empresarial Mário Amato, presidente da FIESP, afirmou publicamente que uma eventual vitória de Lula provocaria uma “fuga em massa” de empresários para fora do país. Entre os militares e grandes proprietários rurais, também foi detectado um claro sentimento de rejeição do candidato (DINIZ, 2005, p. 3). Já em 2002, Lula obteve, no segundo turno, 61,3% dos votos (cerca de 53 milhões de eleitores) contra 38,7% de votos alcançados por José Serra, - o candidato do governo e seu principal adversário.

²⁴ BOITO (2007) refere-se ao conceito de “bloco no poder” desenvolvido por Nicos Poulantzas para pensar a classe burguesa como a unidade (classe social) do diverso (frações de classe) nas suas relações com o Estado e com o restante da sociedade.

²⁵ Dentre tais empresários, citamos Roberto Rodrigues, então presidente da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) para a pasta da Agricultura e Luiz Fernando Furlan (presidente do Conselho de Administração da Sadia) para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (DINIZ, 2005, p. 33).

Assim, o governo de Lula da Silva redefiniu as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República criando um Sistema Nacional de Democracia Participativa²⁶, por meio de conselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo, fóruns e audiências públicas. Tais canais promoveriam a concretização das aspirações democráticas através da interlocução entre sociedade e Estado.

Um dos principais canais institucionais de consulta no marco político da proposição do “novo contrato social” foi a conformação de um espaço privilegiado de “concertação” no aparelho estatal, o chamado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social²⁷ (CDES)²⁸, que, conforme explicitado nas “Cartas de Concertação”²⁹, significava:

a construção de um espaço público não estatal, a partir de uma representação plural da sociedade civil, inaugura um novo caminho em nosso país: a civilização do Estado brasileiro, ou seja, a subordinação do Estado à sociedade civil. Como resultado do processo histórico e político, não temos uma cultura do diálogo, de interlocução real e positiva com todos os setores. Referenciados na tolerância e na diversidade, na disposição de ouvir as ideias contrárias, o CDES busca a construção do consenso. Através da explicitação das divergências, das múltiplas e legítimas visões que nos constituem, é possível construir as convergências. O processo de concertação, que ora iniciamos, pressupõe a busca, através do diálogo e do debate, de diretrizes e propostas consensuais ou majoritárias em questões estruturais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Um esforço que objetiva a celebração de um novo Contrato Social - uma nova vontade política majoritária para recoesionar a sociedade brasileira na construção consciente de uma nação moderna, democrática e socialmente solidária. (BRASIL, 2004, p. 2-3, grifos meus).

²⁶ LEI No 10.683/2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

²⁷ O CDES é um órgão da sociedade, de caráter consultivo da Presidência da República, e tem como função “*assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade*”. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html>. Acesso em: 02/2012.

Destaca-se também que fazem ou fizeram parte do CDES na condição de Conselheiros, os seguintes sócio-fundadores do TPE: Jorge Gerdau Johannpeter, Milu Villela, Viviane Senna, Marcelo Neri, Fabio Coletti Barbosa, Daniel Feffer, José Vicente, Oded Grajew, Ricardo Young Silva e Zilda Arns.

²⁸ Pesquisas de Martins (2009) e Ribeiro (2009) sinalizam que a proposta de criação do CDES foi resultado de estratégias de alianças anteriores à eleição de Lula da Silva.

²⁹ Conjunto de 6 Cartas elaboradas pelos conselheiros do CDES, cujo objetivo era delinear o planejamento estratégico para um Projeto de Nação inaugurado pelo governo Lula da Silva. 1ª. Carta: “Ação política para a mudança e a concertação” (13/02/2003); 2ª. Carta: “Ação pelo progresso e inclusão social” (10/04/2003); 3ª. Carta: “Fundamentos para um novo contrato social” (12/06/2003); 4ª. Carta: “O desafio da transição e o papel da sociedade: a retomada do crescimento” (04/09/2003); 5ª. Carta: “Caminhos para um novo contrato social: documento de referência para o debate” (10/12/2003); e 6ª. Carta: “Política industrial como consenso para uma agenda de desenvolvimento” (11/03/2004) (BRASIL, 2004).

Na “concertação”³⁰ caberia ao Estado a tarefa de manter a estabilidade, adotar medidas de ajuste e controle fiscal, garantir os investimentos públicos, gerar políticas de distribuição de renda e ações que permitiriam a inclusão social. À sociedade foi reservado um protagonismo especial.

Capital e trabalho, empresários e trabalhadores, podem e devem construir juntos os alicerces do desenvolvimento. As condições políticas, sociais e econômicas para a superação da crise estão a um passo. Cabe a cada um, Governo e sociedade, fazer a sua parte (BRASIL, 2004, p. 18).

O CDES seria, dessa forma, um espaço de geração de consenso e estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento.

Assim, na relação entre o governo e a sociedade civil, quando esta é convocada a assumir um papel de novo agente histórico da transformação, deve ser considerada a arena de disputas políticas de interesses de classes e frações de classe. A concertação firmada a partir de uma frente política e representada pelo CDES foi, inequivocamente, conformada por forças políticas, sindicais, e diversos segmentos da sociedade civil, dentre os quais o setor empresarial ocupou um lugar privilegiado³¹. As reformas tinham a finalidade de criar as condições para o crescimento da economia, preservar a estabilidade fiscal do Estado e elevar a produtividade. Para tanto, as políticas econômicas deveriam recoesionar a sociedade, reduzir a exclusão e o desemprego, e incentivar a cooperação e parceria entre trabalhadores e empresários (BRASIL, 2004, p. 6).

No entanto, percebe-se que, embora o discurso que acompanha a conformação do CDES venha permeado de valores que supostamente justificariam um espírito democrático, incorporando propostas da sociedade e criando consensos em torno de mudanças das políticas a serem implementadas, sua composição denota as estratégias utilizadas pelos governos Lula da Silva no que se refere à abertura de canais de participação empresarial nas instâncias de articulação política e econômica na aparelhagem do Estado (GUIOT, 2012).

³⁰ O discurso oficial (Cartas de Concertação) apresenta um projeto de concertação entre todos os setores da sociedade. Entretanto, o que de fato se verifica, é uma aliança entre o empresariado e segmentos do PT.

³¹ Na composição dos Conselheiros Titulares da “Sociedade Civil” do CDES, em 2003, 51% dos membros estavam ligados diretamente ao meio empresarial, dentre os quais se destacam: Antoninho Marmo Trevisan (Trevisan Associados), Eduardo Eugênio Gouveia Vieira (presidente da FIERJ), Horácio Lafer Piva (então presidente da FIESP), Eugênio Staub (presidente da Gradiente e membro do Conselho do IEDI), Jorge Gerdau Johannpeter (presidente do grupo Gerdau), Abílio Diniz (presidente do grupo Pão de Açúcar), Benjamim Steinbruch (presidente da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, e membro do Conselho do IEDI), Reinaldo Campos Soares (presidente da Usiminas), Pedro Jeressaiti (presidente da Telemar). Os 49% dos lugares restantes foram ocupados por representantes de sindicatos, líderes religiosos e sociedade civil. Cf. em http://www.cdes.gov.br/galeria_conselho/2003/. Acesso em: 08/2012.

1.3. Organizações internacionais e educação brasileira

É preciso, ainda, entender o alinhamento de ações externas e internas em curso no Brasil. A situação econômica do Brasil do século XXI faz com que o país procure incluir novas prioridades em sua agenda: ao lado do crescimento econômico, disponibilidade de mão de obra e de geração de emprego, intensifica-se a formulação de uma nova estratégia de projeção internacional, em que estão incluídas as reformas no sistema educacional nacional³². Para Freitas (2011):

Economicamente, o Brasil é hoje muito diferente do que à época das primeiras tentativas liberais de implantar esta política educacional. Hoje é um candidato a país emergente com alto grau de investimentos produtivos e que, portanto, chama a atenção do capital internacional como palco de alocação de recursos. Isso faz com que as corporações se organizem para garantir as condições gerais de funcionamento adequadas à realização do lucro sobre os investimentos, envolvendo redução da miséria (e consequentemente das turbulências que ela causa, as quais afugentam o capital); o desenvolvimento da infraestrutura (o PAC) e, é claro, a melhoria da qualidade da educação, entendida esta como um subsistema da produção – entre outros aspectos. Estes fatores exercem fortes pressões de curto prazo, em especial no campo da política educacional. (FREITAS, 2011, p. 4-5.)

Assim, a partir de seu recente protagonismo como potência emergente na economia mundial, o Brasil passou a integrar o grupo de países com grandes mercados potenciais, os BRICS³³, que, juntos, representam 22% da economia mundial (FLEMES, 2010, p. 150). A expectativa de crescimento econômico³⁴ fez com que instituições financeiras e grupos econômicos internacionais passassem a acompanhar as taxas de crescimento brasileiras e indicar prioridades para o país. Este é o caso da Goldman Sachs, que, diante do desempenho inferior do país em relação às expectativas de crescimento das taxas reais do PIB, e, em comparação com os outros países do BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), recomenda que o governo brasileiro realize reformas educacionais. Estas

³² Além disso, para DALE (2004), os países vêm construindo políticas educacionais de modo a tornarem-se mais competitivos para fixar investimentos estrangeiros.

³³ A sigla BRIC foi introduzida em 2001 por Jim O’Neill, do Goldman Sachs, um dos maiores bancos de investimento de Wall Street, para descrever o rápido crescimento econômico do Brasil, Rússia, Índia e China (*The Economist*, 2010), depois, com o advento da África do Sul, a sigla passou a denominar-se: BRICS. “A iniciativa BRIC é um grupo informal entre os foros internacionais, que se encontra para intercambiar seus pontos de vista e que, uma vez alcançado um acordo comum, defende sua posição” (FLEMES, 2010, p. 151). Compõem o BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

³⁴ De acordo com o relatório do Goldman Sachs “*Dreaming with Brics: the path to 2050*” [“Sonhando com o Brics rumo a 2050”], 2003, as economias Brics, em conjunto, podem se tornar, daqui a menos de quarenta anos, maiores do que as dos seis países mais desenvolvidos do mundo – Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, Itália e França (GOLDMAN SACHS, 2003).

tinham a intenção de “melhorar a qualidade geral da educação” – além de indicar a realização de outras reformas estruturais, como a política fiscal e a política de comércio (GOLDMAN SACHS, 2007, p. 75). Segundo a análise da Goldman Sachs, os índices de crescimento e a produtividade brasileira não acompanham as taxas dos outros integrantes BRICS devido às deficiências na qualidade do ensino.

Já para o Banco Mundial – BM, a ascensão dos países de renda média, como no caso BRICS, intensifica a necessidade do aumento da competitividade mediante o desenvolvimento de força de trabalho mais capacitada (BANCO MUNDIAL, 2011, s/p).

Diante dos desafios dos avanços tecnológicos e dos altos níveis de desemprego entre os jovens, o BM muda sua estratégia de investimento em educação, lançando a “Estratégia 2020” para alcançar “Educação para Todos” ao longo da próxima década. A nova estratégia do BM focaliza a *aprendizagem*³⁵ e, para tanto, procura reformar os sistemas de educação dos países e construir um banco de dados de alta qualidade para subsidiar reformas educacionais em nível global. Tais reformas nos sistemas educacionais incluirão

regras, políticas e mecanismos de responsabilização que aglutinam um sistema de educação, bem como os recursos e mecanismos de financiamento que o sustentam. [...] A abordagem da nova estratégia ao sistema educacional centra-se em maior responsabilização e resultados como complemento de proporcionar recursos (BANCO MUNDIAL, 2011, p.5 – grifos meus).

Especificamente na América Latina, destaca-se também a atuação do PREAL – Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e do Caribe. Criado em 1995, o PREAL conta com o apoio financeiro e técnico de agências e fundações internacionais³⁶ e tem como objetivo

envolver o conjunto da sociedade e seus atores no aperfeiçoamento das políticas educativas proporcionando conhecimentos e informações a líderes de opinião e autoridades, públicas e privadas. A ênfase dos seus projetos é a colaboração entre

³⁵ “A *aprendizagem tem de ser encorajada desde cedo e continuamente, tanto dentro como fora do sistema escolar formal. A ciência emergente do desenvolvimento cerebral mostra que para se desenvolver adequadamente, o cérebro em crescimento de uma criança precisa ser acalentado muito antes do início do ensino escolar formal, aos 6 ou 7 anos. [...] Para obter o melhor valor por cada dólar aplicado na educação, é preciso fazer investimentos hábeis – aqueles que já provaram contribuir para a aprendizagem. A qualidade tem de ser o fulcro dos investimentos na educação, com os ganhos de aprendizagem como medida-chave da qualidade*” (BANCO MUNDIAL, 2011, p.4).

³⁶ O PREAL é codirigido pelo Diálogo Interamericano em Washington, D.C. e pela Corporação Para Desenvolvimento de Pesquisa - CINDE, Santiago de Chile. É financiado pela Agência dos Estados Unidos Para Desenvolvimento Econômico (USAID - *U.S. Agency for International Development*), pelo Centro Internacional de Desenvolvimento de Pesquisas do Canadá (IDRC – *International Development Research Centre*), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Fundo GE e outros doadores, como o OIE – Organização dos Estados Ibero-Americanos (PREAL, 2006, p. 4).

a sociedade civil e os governos na melhoria dos sistemas de educação e no fortalecimento das suas capacidades de gestão³⁷.

Na análise de Oliveira (2011, p. 116), a forma de atuação do PREAL se baseia na conformação de redes de ‘teóricos da neoconservação’ localizadas em universidades, fundações e empresas³⁸. Os intelectuais que fazem parte dessas redes são os encarregados de produzir documentos, livros, informativos, seminários, boletins de monitoramento, estudos encomendados, etc. Tais estudos tratam da educação na América Latina, levando em conta dados e análises fornecidos pela UNESCO, CEPAL, BID e Banco Mundial. Em seus documentos, também são difundidas as noções da “sociedade civil” vinculada à responsabilidade social.

Além de atuar como um *Think Tank*, o PREAL também é responsável pela implementação de diversos programas, dentre eles o *Alianzas Empresa & Educación en América Latina*”. Este visa o fortalecimento dos vínculos entre empresários e sistemas educativos na América Latina.

Esses e outros organismos internacionais representam um importante papel para os grupos dominantes locais. Há vários anos³⁹ observa-se que estas agências vêm atuando como *intelectuais orgânicos coletivos*, pois: mobilizam setores, promovem parcerias, exercem influência e pressões sobre os governos no sentido de reformar as políticas educacionais, incorporando outros sujeitos nos processos decisórios, sobretudo os setores empresariais. Contudo, tal como nos alerta Aboites (2012), é simplista pensar que a relação entre organismos internacionais e os países

ocorre nos termos ‘o organismo internacional dita instruções e o governo acata’. Há tempos os analistas das agências internacionais haviam notado as dificuldades que implicava promover à distância a política de controle e eficiência. [...] No fundo, sabiam que estes desenhos só podiam se estabelecer a partir de cada contexto nacional, contando com o convencimento dos atores envolvidos e embasados nos recursos e operadores políticos a sua disposição.” (ABOITES, 2012, p. 54⁴⁰).

³⁷ Disponível em <www.preal.org>. Acesso em: 03/2013.

³⁸ Alguns consultores do PREAL são também sócio-fundadores do TPE.

³⁹ Desde meados da década de 1990, observa-se a existência de parcerias entre grandes empresas para ações conjuntas com foco na educação. É o caso da parceria entre CNI, Fiesp, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Instituto Ayrton Senna, Votorantim, dentre outras, promovida pelas Organizações Globo para criação do Canal Futura, em 1997 (MARINHO, 2004, p.148).

⁴⁰ Tradução livre da autora, do original em espanhol: “*Es simplista pensar que la relación entre organismos como el Banco Mundial y los países se da en términos de que ‘el organismos internacional gira instrucciones y el gobierno nacional acata’.* Desde temprano los analistas de las agencias internacionales habían notado las dificultades que implicaba impulsar a distancia la política de vigilancia y eficiencia. [...] En el fondo, sabían que esos diseños sólo podían

Cientes de que para se avançar nas reformas educacionais é necessário que os problemas surjam como questões próprias de cada país, esses organismos tem como uma de suas estratégias incorporar intelectuais que atuem junto às instâncias de poder, às universidades, às associações de classe ou aos canais influentes de comunicação. São esses os casos de alguns dos sócio-fundadores do TPE ligados a organismos como PREAL⁴¹, UNESCO⁴², Banco Mundial/BIRD⁴³, dentre outros.

Dessa forma, atento às recomendações internacionais e, simultaneamente, pressionado por parte da elite empresarial brasileira, o governo iniciou um amplo processo de reorganização da educação pública, que, a partir da mudança na relação entre sociedade e Estado, atenderia ao mesmo tempo a demanda internacional de melhoria dos índices educacionais e as novas necessidades de formação para o trabalho e para a produtividade.

1.4. Um chamado à organização empresarial

A presença de frações de classes representantes do empresariado e de suas entidades no interior do governo não se constitui como uma novidade. Ao contrário, no caso da educação brasileira, a partir da história, é possível identificar que, de distintas formas e, com variada intensidade, sua participação nas políticas públicas para educação remonta ao século XIX⁴⁴ e se estende até os dias atuais (CUNHA, 1977; RODRIGUES, 1998; LUZ, 2009). Observa-se que setores empresariais que, em princípio, focalizavam sua atuação no campo educacional no sentido de construir um sistema de profissionalização para atender demandas próprias e também do Estado, passam a participar de um espaço de formulação de um projeto educacional que ultrapassa a educação profissionalizante. Dessa

establecerse a partir de cada contexto nacional, contando con el convencimiento de los actores involucrados y con base en los recursos y operadores políticos a su disposición” (ABOITES, 2012, p. 54).

⁴¹ Maria Helena Guimaraes de Castro, Cláudio de Moura Castro e Simón Schwartzman.

⁴² Milu Villela (embaixadora de Boa Vontade), Célio da Cunha (Assessor), Celso Antunes (Assessor); Vincent Defourny, Cleuza Rodrigues Repulho (ex-consultora), Maria Helena Guimarães de Castro (consultora), Ricardo Henriques (consultor) e Viviane Senna.

⁴³ Fernando Luiz Abrúcio (consultor), Cláudio de Moura e Castro (consultor).

⁴⁴ Como exemplo desta atuação observa-se que, desde o período imperial do Brasil, a atuação dos empresários no campo da educação foi focalizada na educação técnico-profissional, principal via de propulsão do desenvolvimento industrial (LUZ, 2009, p. 56). Por sua vez, agentes do poder público, no Brasil, historicamente, adotaram certas posições comuns com o empresariado em relação à educação e ao desenvolvimento (CUNHA, 1977). Já no século XIX, durante a era Vargas, as organizações empresariais brasileiras (CNI, CNC, etc.) implementaram, em parceria com o poder público, uma rede de centros de formação profissional e capacitação em serviço – os sistemas nacionais de formação de mão de obra – Sistemas “S”.

forma, a participação do empresariado na educação básica tem sido objeto de interesse tanto por parte do próprio empresariado, como por parte dos governos. Ao longo da história, pode-se notar “*o fato de que o setor empresarial está ocupando, de forma cada vez mais enfática, o espaço da construção de um projeto político educacional para o País, inclusive sendo reconhecido como o ator imprescindível nesse processo*” (KRAWCZYK, 2009, p. 24).

Tendo como precedente a reforma empreendida por Cardoso⁴⁵ a atuação do empresariado intensifica-se e muda de caráter. Isso porque, a partir de 1995, sob a lógica da “modernização”, Cardoso reorganiza a atuação estatal, inovando não só através das relações institucionais ao interior do próprio Estado (que se mantém na liderança da implementação das reformas), como também através da terceirização nas diversas áreas sociais, concretizada por meio de parcerias com a sociedade civil (KRAWCZYK, 2005) e suas organizações (ONGs, Terceiro Setor, etc.) Assim, criam-se as bases que sustentariam as reformas educacionais empreendidas pelo governo Lula da Silva, a partir de 2003.

À diferença do tradicional modo de atuação do setor empresarial na educação, a novidade na participação de parte deste setor (que posteriormente organizará o TPE) apresenta-se através do fortalecimento de uma proposta de atuação nacional que conjuga o empresariado, o Estado e a sociedade civil através de um “pacto” para reorganização do conjunto do sistema educativo público. Na visão de alguns setores empresariais, a amplitude e a complexidade dos problemas sociais ultrapassam as possibilidades do Estado ou de qualquer organização empresarial que se proponha a agir isoladamente⁴⁶. Sendo assim, esses empresários optaram por agir através de uma coalizão política, de forma estratégica, atuando em larga escala. Isso ocorre porque a construção de um projeto para a educação com magnitude nacional pressupunha um processo de convencimento e uma

⁴⁵ As principais medidas legais propostas no âmbito da reforma do Estado foram: o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, a Emenda Constitucional n.º. 19/98 (Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências), que em seu parágrafo 8, do artigo 37, dispõe sobre a ampliação da autonomia de gestão por meio do contrato de gestão; a Lei n.º. 9.637/98 (Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências); o Decreto n.º. 2.487/98 (Dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas, estabelece critérios e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e dos planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional das entidades qualificadas e dá outras providências); e o Decreto n.º. 2.488/98 (Define medidas de organização administrativa específicas para as autarquias e fundações qualificadas como Agências Executivas e dá outras providências).

⁴⁶ Cf. Grupo de Líderes Empresariais / Empresários pelo Desenvolvimento Humano. In: <http://www.lide-edh.org.br/quesomos.htm>. Acesso em: 01/2013.

“convocatória”, não apenas da sociedade civil, mas, também, dos governos e do próprio empresariado brasileiro.

No cenário nacional, alguns empresários⁴⁷ se destacam por um tipo de atuação que ultrapassa a esfera estritamente econômica, agindo de modo a garantir a organização, o funcionamento e a reprodução do modelo social vigente. Tal como nos convida a pensar Gramsci, esse tipo de atuação pode ser entendida como a de *intelectuais orgânicos*.

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa (GRAMSCI, 2001, p. 15-16).

Dessa forma, os representantes de frações da burguesia nacional não podem ser vistos apenas como empresários desprovidos de interesses de classe. Antes disso são sujeitos influentes, com capacidade de mobilizar lideranças e redes de parceiros de diversos tipos. Esses intelectuais têm atuado na construção de um consenso favorável à defesa de uma proposta educacional de acordo com a concepção de mundo que defendem, para tanto, eles pautam-se na colaboração entre setores da sociedade, nas vontades individuais e em uma nova postura de sensibilidade ou “nova consciência social” do empresariado frente às questões sociais. Tais sujeitos, em seu conjunto, buscam agir como classe dirigente, organizando e conferindo um direcionamento moral e intelectual à educação pública nacional.

No caso do TPE é preciso destacar ainda que, no processo de convocação de outros sujeitos e setores para compor um pacto pela educação, sobressaem-se os setores financeiro e industrial, tendo como principais expoentes o Banco Itaú Unibanco⁴⁸ e suas

⁴⁷ O essencial das suas reflexões de Gramsci a respeito da figura do intelectual orgânico guarda sua atualidade até hoje. Para este autor: “*Todo grupo social [...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura [...]. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.)*.” (GRAMSCI, 2001).

⁴⁸ São acionistas da UIPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. os seguintes sócio-fundadores do TPE: Milu Villela, Rodolfo Villela Mariano, Pedro Moreira Salles e Maria Alice Setubal. Fonte: <http://www.proprietariosdobrasil.org.br/>. Acesso em 05/2013.

ramificações, e o Grupo Gerdau, nas figuras de Milu Villela e Jorge Gerdau Johannpeter, respectivamente.

Em pesquisa realizada nos periódicos de circulação nacional, é possível identificar como alguns empresários têm promovido um processo de “convocação” do próprio segmento empresarial visando a questão da educação. A mobilização que tais empresários de destaque nacional empreendem tem como objetivo cooptar outros empresários para a atuação na educação, a partir do pressuposto que a melhoria da qualidade da educação – entendida, sobretudo, como aumento nos índices das avaliações externas – promoveria o desenvolvimento econômico. Para tanto, além da promoção do voluntariado e da responsabilidade social das empresas, eles reforçam a nova relação entre Estado e sociedade através da corresponsabilidade.

Jorge Gerdau Johannpeter⁴⁹, por exemplo, empresário do setor siderúrgico e defensor das reformas e do estabelecimento de um Estado com uma administração pautada pelos paradigmas do setor privado (SOUZA, 2010, p. 251), postula uma nova dinâmica no enfrentamento dos problemas sociais do país, a partir da participação do empresariado.

Na convocação que faz a seus pares, no sentido de que participem efetivamente do processo de desenvolvimento social do país, Johannpeter sustenta a importância da corresponsabilidade entre Estado, iniciativa privada e terceiro setor na condução da questão social, destacando a relação educação, produtividade e coesão social:

Mas, quando se trata de analisar a atuação cidadã da elite empresarial, política, acadêmica e sindical, os resultados ainda não são satisfatórios. Falta indignação por parte da elite. Ela tem a obrigação de construir um país melhor e mais organizado institucionalmente, com menos corrupção e mais capital social, possibilitando a construção da igualdade de oportunidades por meio da educação. Para isso, é preciso formar um forte capital social e reforçar a capacidade competitiva e inovadora do país. O capital social ajuda a manter a coesão social, o que resulta em uma sociedade mais aberta e democrática [...] O país não cresce significativamente, entre outros fatores, porque não tem uma população com educação de qualidade. [...] Afinal, o futuro do Brasil está na produtividade de toda a sociedade - não basta que apenas as empresas sejam produtivas (JOHANNPETER, 2006a).

⁴⁹ Além de presidente do conselho do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, destaca-se no cenário nacional por sua atuação em diversas instâncias consultivas, incluindo conselhos de Estado. Destaca-se sua participação em: CDES (membro); é presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC/Conselho de Governo da Presidência da República; membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI; presidente-fundador do Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP; Junior Achievement Brasil (Membro-Fundador e Presidente do Conselho Consultivo); Movimento Brasil Competitivo (presidente e Conselheiro Nato); Ação Empresarial Brasileira (Coordenador-geral); Instituto Millenium (mantenedor/Conselho de governança); Fundação Nacional da Qualidade – FNQ; membro do conselho estratégico da FIESP e do Conselho da Parceiros Voluntários. Cf. ANEXO 1.

Partindo do princípio de que a suposta “ineficiência” do Estado o impediria de arcar sozinho com a questão social, Johannpeter reafirma a questão da participação empresarial, por meio da responsabilidade social das empresas, promovendo o voluntariado como uma das ações a serem incentivadas na sociedade:

Nas empresas, existem diferentes tipos de atuação na área de responsabilidade social. Algumas são meras doadoras de recursos e ignoram a eficiência de seus investimentos; outras são financiadoras -dão o dinheiro e fiscalizam sua aplicação; finalmente, outras têm atitudes empreendedoras, ao participar da construção de melhores entidades sociais por meio da sua atividade voluntária e a de seus funcionários. A decisão das empresas de assumir atitude empreendedora resulta da mobilização de sua principal liderança, movida por convicções espirituais, emocionais ou materiais. Independentemente dos motivos, a atividade voluntária do setor privado significa enorme ganho para a sociedade devido à transferência de suas práticas de gestão, determinantes para o sucesso de qualquer empreendimento. O voluntariado permite obter melhor eficiência econômica e aprimorar o comportamento humano. Faz com que as instituições sociais se tornem capazes de administrar melhor suas atividades e de mobilizar a comunidade para as suas causas com mais eficiência (JOHANNPETER, 2006b).

Destacamos que a importância conferida ao “empresário símbolo” deve-se também ao fato de que, além de presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, atualmente, é também presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC, do Governo Federal⁵⁰ e “*um dos principais assessores da presidente Dilma Rousseff para a continuidade da reforma do Estado iniciada nas gestões Bresser-Pereira e Cláudia Costin*”⁵¹ (EVANGELISTA & LEHER, 2012, p. 7). Ademais, Jorge Gerdau foi coordenador da Ação Empresarial, está à

⁵⁰ A CGDC conta com quatro representantes da sociedade civil, “com reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade”, segundo a Presidência da República. Além de Jorge Gerdau Johannpeter, que preside a Câmara, são representantes da sociedade civil: Abílio Diniz (Companhia Brasileira de Distribuição – redes Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem, Sendas e Ponto Frio); Antônio Maciel Neto (Suzano Papel e Celulose); e Henri Philippe Reichstul (ex-presidente da Petrobrás – 1999/2001). Fonte: CDES.

⁵¹ Cláudia Costin é graduada em Administração Pública, mestre em Economia e doutora em Administração Pública – todos cursados na Fundação Getúlio Vargas. Entre outras funções, foi Coordenadora de Projetos da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap); Diretora de Planejamento e Avaliação Empresarial do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Secretária-Adjunta de Previdência Complementar; Ministra da Administração Federal e Reforma do Estado; Gerente de Políticas Públicas do Banco Mundial para a América Latina na área de Setor Público e Combate à Pobreza; Secretária de Cultura do Estado de São Paulo. Foi diretora-geral da Promon Intelligens, empresa de e-learning do Grupo Promon, voltada a soluções de educação corporativa e gestão do conhecimento, que possui parceria com a Saba, empresa americana que oferece infraestrutura para o ensino à distância. Atuou em consultoria para os governos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, em administração pública e gestão de estatais, além de atuação acadêmica em instituições como a Fundação Getúlio Vargas/RJ. Atuou como vice-presidente da Fundação Victor Civita, ligada ao Grupo Abril, da revista Veja e Nova Escola. Escreve para o Instituto Millenium (o IBAD do século XXI). Defende as Organizações Sociais, estratégia velada de privatização do serviço público. Quando Secretária da Administração e do Patrimônio, foi uma das criadoras dos Programas de Demissão Voluntária, o qual defende ainda hoje como mecanismo destinado a aliviar o peso do funcionalismo nos cofres da União. Foi uma das idealizadoras da reforma administrativa que acabou com a estabilidade dos servidores públicos (EVANGELISTA & LEHER, 2012, p. 3).

frente do Movimento Brasil Competitivo, é membro do Conselho do Instituto Aço Brasil, faz parte do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, do Conselho Superior Estratégico da Fiesp e do Conselho da Parceiros Voluntários. O empresário também é integrante do conselho consultivo do escritório brasileiro do *David Rockefeller Center for Latin American Studies* (Universidade de Harvard)⁵². Portanto, seu histórico de atuação, não apenas no campo econômico, mas, também, no campo social e político faz com que ele possua uma competência diretiva e, ao mesmo tempo, organizativa⁵³, que conferiria ao TPE uma maior capacidade de interlocução na sociedade.

Viviane Senna⁵⁴, presidente do Instituto Ayrton Senna e ligada a diversos grupos empresariais, usa como estratégia de convencimento de outros setores empresariais a ideia do crescimento econômico pautado na responsabilidade social, atrelando desenvolvimento econômico e social. Senna busca promover uma “nova ética” a partir da corresponsabilidade dos “três segmentos” da sociedade na equalização da questão social:

Após 500 anos de história, estamos cansados de saber que o Brasil até agora não deu certo porque ainda não fomos capazes de colocar, numa mesma equação, desenvolvimento político, social e econômico. Construímos um país para poucos, dividido entre cidadãos e subcidadãos. É necessário que se instale uma nova equação que agregue desenvolvimento econômico e transformação produtiva com equidade social. Isso não é tarefa de poucos, mas de todos nós, com foco numa nova ética, a da corresponsabilidade dos três segmentos da vida pública nacional: o primeiro setor, público com fins públicos, que é o governo; o segundo setor, privado com fins privados, que é o universo empresarial; e o terceiro, privado com fins públicos, constituído por organizações sem fins lucrativos.[...] Todos nós somos corresponsáveis e podemos alterar realidades a partir das experiências em nossos próprios âmbitos de atuação. Só assim poderemos (SENNA, 2000).

De fato, em 500 anos de história, acumulamos um passivo social cujo resgate só poderá ser empreendido pela convergência e complementaridade de esforços das políticas públicas, do mundo empresarial e das organizações sem fins lucrativos, que integram o chamado terceiro setor. [...] Diante desse quadro, impõe-se, de forma inarredável e urgente, a adoção de uma ética de corresponsabilidade entre os três grandes setores da vida nacional. Cumpra ao Estado não abrir mão de seus fins universais e se empenhar na construção de políticas públicas efetivamente redistributivas e autopromotoras. Ao mundo empresarial, cabe identificar aspectos relevantes do desenvolvimento social brasileiro e atuar de forma complementar ao poder público, no sentido do aumento e da melhoria das ações

⁵² Fonte: CDES. <http://www.cdes.gov.br/noticia/21555/governo-cria-camara-de-politicas-de-gestao-desempenho-e-competitividade.html>. Acesso em: 08/2012.

⁵³ Cf. o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, 2001.

⁵⁴ Viviane Senna fundou e preside o Instituto Ayrton Senna. Integra vários conselhos e comitês, entre eles o CDES; o CONSOCIAL/FIESP; o conselho consultivo da FEBRABAN e do Banco Citibank Brasil; o conselho de administração do Banco Santander e o conselho de educação da CNI. Cf. ANEXO 1.

no foco eleito. Por fim, às organizações do terceiro setor cabe, com sua sensibilidade, espírito de luta e criatividade pessoal, institucional e comunitária, contribuir para a expansão dos limites do possível, através da produção de ideias e iniciativas que se mostrem capazes de promover a alteração das ações do governo e das empresas, no que diz respeito ao bem comum. Essa nova ótica e essa nova ética precisam ser instaladas na consciência social do nosso tempo (SENNA, 2002).

Defendendo sua posição de classe, Viviane Senna convoca outros setores a atuar na educação, sem, no entanto, substituir o Estado.

Como, então, estender as oportunidades para todas as crianças do País sem virar o Estado? Como trabalhar em larga escala sem querer substituir o Estado? Essa pergunta é absolutamente estratégica. A primeira parte da resposta é a seguinte: não apenas fazer, mas também “fazer fazer”. Tão importante quanto fazer é “fazer fazer”, ou seja, influir para que outros façam. Esses “outros” são governo, mundo privado e sociedade em geral (SENNA, 2006, p. 5).

Para uma das principais articuladoras do movimento TPE, Milu Villela⁵⁵, a atuação através do voluntariado está ligada à responsabilidade social, alicerçada, por um lado, “na consciência de que o interesse público não consiste apenas no dever jurídico do Estado, sendo também uma obrigação coletiva”, e, por outro, “na consciência de que é possível humanizar o sistema econômico, no sentido de que ele não precisa ser perverso para funcionar de modo eficiente” (VILLELA, 2002, p. 17)⁵⁶. Villela ainda destaca o papel de líderes empresariais, governos e sociedade civil (utilizando o conceito como sinônimo de terceiro setor) no enfrentamento da questão educacional:

No campeonato mundial da educação, o Brasil perde por goleada. Faz pelo menos quatro décadas que sofre a indiferença dos sucessivos governos e da sociedade como um todo. O mesmo cidadão que considera inaceitável perder a Copa do Mundo aceita, como um fato consumado e fruto do destino, uma escola que não ensina aos alunos o necessário. [...] Para mudar este quadro, um grupo de líderes empresariais, governos e sociedade civil, junto com educadores e comunicadores, está criando o Compromisso Todos pela Educação. É um movimento de cidadania inédito na sociedade brasileira. Pela primeira vez, se constrói uma aliança intersetorial, ampla e representativa, com missão, objetivo e horizonte muito claros: fazer valer o direito a uma educação pública de qualidade para todos, de forma que todas as crianças que nascem agora terminem, em 2022, [...], uma escola primária com que possam enfrentar os desafios do século XXI. [...] Com pouca educação, a grande maioria dos brasileiros permanecerá excluída das

⁵⁵ Maria de Lourdes Egydio Villela, conhecida publicamente como Milu Villela, é uma das principais acionistas individuais do Grupo Itaú. Além disso, é embaixadora de Boa Vontade da Unesco; presidente do Instituto Itaú Cultural; presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo e presidente do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário e presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP). Cf. ANEXO 1.

⁵⁶ Nesse sentido, Villela (2002) compartilha dos pressupostos da Terceira Via (GIDDENS, 1999; 2001) que, não divergindo das bases neoliberais, incorpora em seu discurso ideológico um viés humanizador do sistema capitalista.

melhores oportunidades abertas pela globalização da economia. Para o Brasil, educação é uma questão de soberania nacional (VILLELA, 2006a)⁵⁷.

Destaca-se, ainda, que, um ano antes do lançamento oficial do TPE, Milu Villela afirmou: “*A educação é a única variável estratégica que nunca falha para o desenvolvimento de um país*”⁵⁸. Baseando-se em um relatório da OCDE⁵⁹, em que os estudantes brasileiros aparecem nas últimas colocações no domínio de língua portuguesa e matemática (exame PISA), a autora concluiu: “*se quisermos reduzir nossas desigualdades, incluindo mais cidadãos no processo de crescimento econômico, o primeiro passo é oferecer educação de qualidade a todos*”.

No âmbito da educação, a mobilização de grupos empresariais no sentido do estabelecimento de alianças com o governo para atuar em políticas públicas para educação, não é nova. Shiroma, Campos & Garcia (2011) apresentam um breve histórico dessas iniciativas, sobretudo a partir dos anos 1990. O Fórum Capital/Trabalho (1992) – que reuniu empresários e representantes sindicais –, procurava seguir a recomendação da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* – Cepal na tentativa de construir um amplo consenso educativo que abrangesse diversos atores econômicos, políticos e sociais. Deste Fórum, resultou a *Carta Educação*, a qual expressava o interesse convergente dos setores empresariais e sindicais na priorização da educação.

Em 1993, o Instituto Herbert Levy – IHL e o jornal Gazeta Mercantil publicaram e promoveram o documento organizado por João Baptista Araújo de Oliveira e Cláudio Moura e Castro: “*Educação fundamental & competitividade empresarial: uma proposta para a ação do governo*”. Já no governo de Cardoso (1995), o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT e de associações de empresários, discutiu o que seriam as bases de uma ampla reforma do

⁵⁷ Tradução livre da autora, a partir do original: “*En el campeonato mundial de la educación, Brasil pierde por goleada. Hace por lo menos cuatro décadas que sufre la indiferencia de los sucesivos gobiernos y de la sociedad como un todo. El mismo ciudadano que considera inaceptable perder la Copa del Mundo acepta, como un hecho consumado y fruto del destino, una escuela que no enseña a los alumnos lo necesario. [...] Para cambiar este cuadro, un grupo de líderes empresariales, gobiernos y sociedad civil, junto con los educadores y comunicadores, está creando el Compromiso Todos por la Educación. Es un movimiento de ciudadanía inédito en la sociedad brasileña. Por primera vez, se construye una alianza intersectorial, amplia y representativa, con misión, objetivo y horizonte muy claros: hacer valer el derecho a la educación pública de calidad para todos, de forma que todos los niños que nacen ahora terminen, en 2022, [...], una escuela primaria con la que puedan enfrentar los desafíos del siglo XXI. [...] Con poca educación, la gran mayoría de los brasileños permanecerá excluida de las mejores oportunidades abiertas por la globalización de la economía. Para Brasil, educación es una cuestión de soberanía nacional*”.

⁵⁸ VILLELA, M. Educação, instrumento contra desigualdade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 2005.

⁵⁹ Relatório OCDE -, elaborado em 2003, a partir de pesquisa em 40 países.

sistema público de ensino (FOGAÇA, *apud*, SHIROMA, CAMPOS & GARCIA, 2011, p. 230).

Ainda nesse contexto, observa-se o surgimento de outras organizações que tinham por objetivo incidir nas políticas públicas para educação em nível regional. Como elemento comum, tais grupos apresentavam-se como uma aliança entre poder público e sociedade civil, promovida por esta. Tais alianças estavam, muitas vezes, ligadas a setores empresariais, os quais sustentavam as bandeiras do direito e da qualidade da educação, e contavam com o apoio de organismos internacionais, como o BID e Banco Mundial. Dentre essas iniciativas, destacam-se o “Pacto de Minas pela Educação”⁶⁰ (Minas Gerais), “O Direito é Aprender”, (Rio Grande do Sul), e “Aliança de Campinas pela Educação” (Campinas, São Paulo). Mesmo logrando algum impacto, tais iniciativas não alcançaram uma projeção nacional, e tiveram a sua atuação restrita às políticas educacionais de curto prazo no âmbito local ou regional. Com o decorrer dos anos e com as mudanças na conjuntura política, os grupos tiveram sua atuação enfraquecida ou simplesmente foram extintos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 4).

A equipe que iniciaria o TPE toma como exemplo as iniciativas anteriores para criar uma organização com vistas a *“superar a descontinuidade, o imediatismo, a falta de constância de propósito e o pouco realismo quanto às dificuldades a serem enfrentadas no que se refere à consolidação de um pacto junto ao poder público pela educação”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 4). Assim, um grupo com força para influenciar na reorganização da educação pública brasileira deveria ter uma penetração nas instâncias decisórias do governo e, ao mesmo tempo, contar com a legitimidade e pressão da sociedade civil. Agregar interesses antes dispersos, só seria possível a partir da capacidade de liderança de certos intelectuais que, ao mesmo tempo, poderiam conformar, através de uma intrincada e complexa teia de relações, uma rede de membros e instituições com poder de alcance, penetração e influência nas mais diversas classes e frações de classe, articulando interesses comuns de grupos empresariais, governos e segmentos da sociedade civil.

⁶⁰ Cf.: Pesquisa de PEDROSA (2006) p. 72-73.

1.5. Rede social de relações

A conjuntura do país, somada a diversos fatores, tais como: as bases criadas pelas reformas do Estado empreendidas por governo Cardoso (e que propiciaram uma maior abertura à participação da sociedade civil); a aproximação entre setores empresariais e Lula da Silva e as pressões de agências internacionais, confere respaldo e legitimidade à mobilização de grupos empresariais em prol de uma aliança com o governo e outros setores da sociedade na reorganização da educação pública.

Entretanto, a categoria “empresários” abrange diferentes frações de classe, com interesses e formas de atuação díspares. Existem diferenças entre tamanho e origem do capital, entre setores de atividade econômica, origem geográfica, ligações transnacionais, afinidades e vínculos políticos, valores morais etc. Afim de localizarmos os segmentos empresariais e as frações de classe que conformaria o TPE, apresentamos a seguir um quadro em que constam os principais grupos empresariais relacionados aos sócio-fundadores do TPE.

Quadro 2 – Principais Grupos Empresariais ligados ao TPE

Grupos empresariais ⁶¹	<p>Indústria: Grupo Gerdau, Votorantim, Metal Leve S.A, Grupo Camargo Correa, Suzano Holding S/A, Irmãos Klabin & Cia, Grupo Orsa, Grupo Odebrecht, AMBEV/INBEV.</p> <p>Financeiro: Grupo Itaú/Unibanco, Bradesco, Banco Santander, Citibank Brasil.</p> <p>Comércio e Serviços: Grupo Pão de Açúcar, Grupo Dpaschoal, Grupo Graber, AMBEV.</p> <p>Comunicação: Organizações Globo, Grupo Abril, Grupo RBS de Comunicação/TV Rede Brasil Sul, TV1, Rede Bahia Comunicação, Grupo Bandeirantes, Grupo Ypy Publicidade e Marketing, Lew’Lara/Tewa Publicidade.</p> <p>Tecnologia e Telecomunicações: Telefônica, Grupo Promon.</p> <p>Editorial: Grupo Santillana/PRISA (Avalia - Assessoria Educacional).</p> <p>Educação: Grupo Positivo, Yázigi Internexus.</p>
-----------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Anexo 1.

O quadro 2 apresenta apenas os grupos empresariais aos quais os principais sócio-fundadores estão mais nitidamente relacionados. No entanto, o quadro oferece uma mostra do poder econômico representado pelas frações de classe que os sócio-fundadores do TPE pertencem.

Muitas das empresas acima listadas se destacaram no “Ranking Proprietários do Brasil”, organizado em 2012 pelo Instituto Mais Democracia. Neste “ranking”, dentre as

⁶¹ Várias indústrias conformam conglomerados complexos que atuam em diversos ramos.

organizações ligadas ao TPE, encontram-se nas primeiras posições as seguintes empresas⁶²: BBD Participações S/A (Grupo BRADESCO) – 4º. lugar; Stichting Gerdau Johannpeter, 5º. lugar; Wilkes Participações S.A. (Grupo Pão de Açúcar - Companhia Brasileira de Distribuição), 6º. lugar; Banco Santander, 8º. lugar; IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., 14º. lugar. Também fazem parte da lista os grupos: Kieppe Patrimonial Ltda. S/C (Grupo ODEBRECHT), 17º. lugar; Stichting InBev (AmBEv – Fundação Lemann), 20º lugar; Participações Morro Vermelho S.A. (Grupo Camargo Correa); 26º. lugar; SUZANO HOLDING S.A., 36º. lugar; Klabin Irmãos & Cia, 75º. lugar; ATIVIC S.A. (Grupo Abril), 85º. lugar, listados dentre as 397 maiores empresas privadas com capital aberto ou fechado⁶³ atuantes no Brasil.

Percebe-se que o TPE foi engendrado por frações de classes da burguesia vinculadas ao capital predominantemente nacional, com forte presença de grupos empresariais, principalmente paulistas. Essas frações encontram-se emaranhadas numa rede de participação de todo tipo e origem, como analisa Fontes (2010):

Na forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, pornograficamente entrelaçadas (FONTES, 2010, p. 198).

Assim, indicadas as ligações de diversos sócio-fundadores do TPE com grupos empresariais de origem, porte e setores bastante diversos, mas que, no seu conjunto, representam uma importante fração da economia brasileira, importa saber como estes se organizaram para atuar na educação pública. Como veremos no Grafo 1, os sócio-fundadores do TPE ligados às empresas, atuam, simultaneamente, em várias entidades, colaborando com a organização de frações da classe burguesa em diversos segmentos econômicos e sociais. Esses sujeitos, articulam-se em *rede sociais*, que, embora tenham um caráter informal, acabam legitimando novas posições de poder e influência. Tais redes, como bem analisa Lopes (2010, p.44), quando associadas ao Estado, operam por projetos

⁶² Fonte: <http://www.proprietariosdobrasil.org.br/index.php/pt-br/>. Acesso em: 03/2013.

⁶³ Empresas de capital aberto são Sociedades Anônimas que podem negociar ações na bolsa de valores. A autoridade que permite que uma empresa abra seu capital é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ligada ao governo federal. Essas empresas devem preencher periodicamente, por lei, o formulário de referência com diversas informações contábeis, de faturamento, de governança e controle, entre outros. São consideradas empresas de capital fechado as Limitadas (LTDA), estrangeiras, sociedades anônimas de capital fechado, holdings, entre outras. Fonte: <http://www.proprietariosdobrasil.org.br/index.php/pt-br/metodologia>. Acesso em: 03/2013.

e/ou programas executados em parceria com a iniciativa privada (empresas e organizações sem fins lucrativos) e influenciam na produção de políticas sociais.

Assim, para compreendermos a densidade e a capilaridade dessa rede social, apresentamos esquematicamente os vínculos que se estabelecem entre seus sócio-fundadores, a partir de seu pertencimento simultâneo em empresas, conselhos, associações, ONGs, bem como instâncias do governo.

Dadas as limitações de diversas ordens – como a grande mobilidade ou a impossibilidade em se verificar a intensidade das ligações entre sujeitos e entidades –, o grafo apresentado é meramente ilustrativo da rede de relações do TPE.

Como depreendido no Grafo 1, os sócio-fundadores do TPE participam de diversas instâncias deliberativas e/ou consultivas em instituições privadas e empresas. Estes sócios, assumem papéis ou articulam-se com entidades tradicionais da estrutura de representação de interesses de classe (FIESP, Febraban); com associações de natureza mercantil-filantrópica, ou seja, com conselhos, fundações, institutos, ONGs; com organismos internacionais como consultores; com o Estado através de cargos executivos, representativos, ou como conselheiros.

É imperativo destacar que a participação simultânea em instituições de natureza tão diversa confere ao TPE capilaridade, legitimação, e uma circulação e compartilhamento de suas ideias e ideais, como a defesa da filantropia, voluntariado, responsabilidade social empresarial, colaboração e corresponsabilidade, tanto junto às instâncias decisórias no interior do aparelho do Estado, como no conjunto da sociedade, contribuindo, dessa forma, para a criação e consolidação de consensos.

Fomentada por organizações empresariais e, num contexto de abertura à participação no Estado, a mobilização empreendida por esses sujeitos em torno da reorganização da educação pública apresenta-se simultaneamente como resposta às pressões internacionais e como possibilidade de articular junto aos governos um projeto único para toda a nação. O surgimento e as estratégias de atuação do TPE demonstram precisamente como este projeto é construído e por que coincide com as propostas dos governos atuais.

Capítulo 2

Gênese, inserção na sociedade e programa de atuação do Todos pela Educação

2.1. Gênese do Todos pela Educação - voluntariado e responsabilidade social

A gênese do TPE está ligada à uma tendência de alteração na relação entre sociedade e Estado que se fortalece nas décadas de 1980 e 1990 a partir da suposta necessidade de alteração da dualidade público/privado e da equiparação entre público e estatal (MONTAÑO, 2007). De procedência norte-americana, essa tendência promove o terceiro setor com a proliferação de ONGs, institutos e fundações, a partir de estratégias como a responsabilidade social empresarial/corporativa, o investimento social privado, o voluntariado e a parceria entre o público e o privado no enfrentamento das questões sociais.

Como bem analisa Montaña (2007, p. 53- 57), o conceito “terceiro setor”⁶⁴, tendo sido cunhado por intelectuais orgânicos do capital, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém, com interesses, espaços e significados diversos, e, por vezes contraditórios⁶⁵; denota também uma forte ligação com interesses de classe em relação às transformações necessárias à burguesia. A pesquisa de Montaña (2007, p. 53) também revela que, no Brasil, o conceito de Terceiro Setor começa a ser disseminado pela Fundação Roberto Marinho.

É também interessante notar que, na primeira década dos anos 2000, os mesmos grupos de empresários que formariam o TPE começaram a fomentar diversas organizações que, em parceria com o poder público, buscavam atuar em distintas áreas da sociedade, na promoção do desenvolvimento sustentável, da segurança pública e da competitividade econômica. Dentre essas organizações compostas pelo empresariado, destacam-se a Rede

⁶⁴ Para este autor, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: “o Estado (*primeiro setor*), o mercado (*segundo setor*) e a *sociedade civil* (*terceiro setor*) [...] Como se o *político* pertencesse à esfera estatal, o *econômico* ao âmbito do mercado e o *social* remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista” (MONTAÑO, 2007, p. 53).

⁶⁵ O conceito abrange desde ONGs, instituições filantrópicas, religiosas, associações comunitárias ou clubes, até associações profissionais ou de categorias. Abrangeria num mesmo conceito, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST e a Fundação Roberto Marinho, movimentos de Creches Comunitárias e Amigos da Escola.

Nossa São Paulo (2007)⁶⁶, o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente (2000)⁶⁷, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (2009)⁶⁸, o Movimento Brasil Competitivo (2001)⁶⁹ e o Instituto São Paulo Contra Violência⁷⁰. No campo da educação, como exemplos do envolvimento da iniciativa privada e da sociedade civil em ações relacionadas à educação pública brasileira, temos a atuação do Instituto Ayrton Senna⁷¹ e o projeto Amigos da Escola⁷². Como bem observa Leher (2010a, p. 379), as entidades que organizaram essa iniciativa, ocultavam o seu caráter corporativo e empresarial por meio da filantropia, da responsabilidade social das empresas e da ideologia do interesse público.

Neste contexto, surgiram, também, o Centro de Voluntariado de São Paulo (1997) e o Instituto Faça Parte⁷³ (2001). Dessa forma, o primeiro antecedente do TPE pode ser identificado em 2001, com o trabalho de promoção do voluntariado educativo no interior da rede pública de ensino, realizado pelo Instituto Faça Parte/Instituto Brasil Voluntário, presidido Milu Villela, e cujos vice-presidentes/diretores são Luís Norberto Pascoal e Maria Lucia Meirelles Reis.

A rede de relações e parceiros do Instituto Faça Parte é uma peça importante para a compreensão da gênese do TPE. Dela fazia parte tanto as grandes empresas e fundações promotoras da *responsabilidade social empresarial e investimento social*

⁶⁶ A Rede Nossa São Paulo (2007) tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e pautar uma agenda e um conjunto de metas, articulando e promovendo ações que têm como fim uma cidade de São Paulo justa e sustentável. Fonte: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>. Acesso em: 08/2012.

⁶⁷ O Instituto Akatu é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o Consumo Consciente. Fonte: <http://www.akatu.org.br/>. Acesso em: 08/2012.

⁶⁸ O Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS (2008) é uma OSCIP, criada por lideranças de ONGs, empresários, acadêmicos e políticos que tem por objetivo buscar alternativas de desenvolvimento para o Brasil com base na valorização do potencial econômico, do patrimônio ambiental e da diversidade sociocultural do país. Fonte: <http://www.idsbrasil.net/>. Acesso em: 08/2012.

⁶⁹ O Movimento Brasil Competitivo (2001) é uma OSCIP que busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, através do aumento da competitividade do país. Para cumprir o papel de construtor de capital social, o MBC sustenta a ética, o foco em resultado e a transparência como valores fundamentais. Um dos objetivos do MBC é transformar a cultura empreendedora e competitiva, construída ao longo de seus dez anos, em realidade para a população brasileira. Para tanto, desenvolve e fomenta o nível de comprometimento assumido pelos envolvidos com a questão da competitividade como ferramenta de desenvolvimento do país. Fonte: <http://www.mbc.org.br/>. Acesso em: 08/2012.

⁷⁰ O Instituto São Paulo Contra a Violência é uma OSCIP criada por lideranças do setor privado, da sociedade civil, das instituições financeiras e dos meios de comunicação. Seu objetivo é contribuir com a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos, programas e políticas de redução e prevenção da violência e da criminalidade. Fonte: <http://www.ispcv.org.br/>. Acesso em: 08/2012.

⁷¹ Para mais informações, conferir pesquisa coordenada por ADRIÃO e PERONI: “Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional” (2009-2011).

⁷² Para uma análise crítica do projeto Amigos da Escola, Cf. SOUZA (2008).

⁷³ O Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário foi criado por Milú Villela em conjunto com Heloísa Coelho (Rio Voluntário), José Roberto Marinho (Fundação Roberto Marinho), Maria Elena Johannpeter (Grupo Gerdau/Centro de Voluntariado do Rio Grande do Sul), Roberto Klabin (SOS Mata Atlântica) e Valdir Cimino (Instituto Viva e Deixe Viver) em 2001, ano Internacional do Voluntário. Para uma análise crítica do Faça Parte, Cf. SILVA (2005).

*privado*⁷⁴, quanto os órgãos governamentais, como o CONSED e a UNDIME, bem como organismos internacionais.

Foi durante um evento, em cujo se promoveria uma dessas parcerias, que surgiu a primeira ideia de estudar as iniciativas em educação pública buscando a convergência das ações propostas por governos, organizações internacionais e iniciativa privada:

Priscila Cruz explica que o TPE surgiu inspirado em uma colocação feita pela Maria do Pilar, então presidente da UNDIME, no evento da assinatura da parceria entre o Instituto Faça Parte, o programa Amigos da Escola da Rede Globo, o CONSED e a UNDIME. Maria do Pilar disse que o Brasil precisaria definir a 'educação de que precisamos para o país que queremos'. Foi a partir daí que Priscila, que era coordenadora do Faça Parte, começou a estudar o investimento social privado em educação, os tratados internacionais que o Brasil havia assinado, o PNE, entre outros, para montar uma matriz. Com esta matriz, 'acharam muitas coincidências e, mesmo assim, viram que as pessoas não estavam trabalhando juntas, ficando ainda mais clara a necessidade de articulação' (SIMINELLI, 2008, p. 145).

A gente montou vários documentos. As pessoas começaram a se aglutinar e a se aproximar do Todos pela Educação. Não era o Todos pela Educação, ainda era um grupo, mas começaram a transitar ao redor dessa ideia. Da ideia de ter uma organização que organizasse, que articulasse, que fosse ou servisse de ponte. Como a gente tinha o trabalho do Faça Parte aqui, a gente já tinha parceria com UNDIME, com o CONSED, com Fundação Roberto Marinho, com Ministério da educação, com UNESCO, UNICEF. A gente já tinha contato com os principais *players* da educação. Todos os institutos e fundações, o próprio GIFE que organiza esse investimento social privado. A gente já tinha [contato] e no começo foi com a rede que era do Faça Parte (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

O grupo que iniciou o TPE, utilizando a estrutura do Instituto Faça Parte⁷⁵ e a assessoria especializada de consultores da Universidade de Harvard, começou a sua mobilização no sentido de agregar empresas interessadas no investimento social privado em educação.

Contratamos um especialista de Harvard para que nos ajudasse a estudar o problema, e depois saímos falando com todo mundo. Em pouco tempo, tínhamos setenta empresas privadas interessadas em colaborar, e contratamos um pequeno *staff* de três pessoas para que comessem a trabalhar num escritório que o Banco Itaú nos emprestou (Depoimento de Luís Norberto Paschoal, sócio-fundador do TPE à Andrés Oppenheimer, *In: OPPENHEIMER*, 2010, p.224).

⁷⁴ Na pesquisa realizada por Lopes (2010), é possível distinguir 'responsabilidade social' e 'Investimento Social Privado' pois este prevê o *repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática* para projetos sociais, visando intervir, modificar e/ou reformar a sociedade.

⁷⁵ Hoje o TPE divide a mesma estrutura física com o Instituto Faça Parte/Centro de Voluntariado de São Paulo: um escritório localizado na Avenida Paulista/São Paulo, emprestado pelo Banco Itaú.

Em relação aos seus objetivos, este grupo, ciente de que nas últimas décadas o país havia avançado na universalização do ensino fundamental, apresentou como urgentes as questões da universalização da educação infantil e média, e, sobretudo a qualidade da educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p.6). Logo, o TPE assumiu como emblema de sua mobilização o direito à educação de qualidade, retomando reivindicações históricas das lutas políticas dos anos 1980 e, ao mesmo tempo, conferindo à “qualidade da educação” um conceito peculiar.

A partir de uma aliança que tinha por objetivo abranger os diferentes setores da sociedade, da política e da economia do país, o grupo que iniciou o TPE, nesse momento, conformaria o “Pacto Nacional pela Educação” firmado entre governo, empresas e algumas organizações da sociedade civil.

A partir do documento ‘10 Causas e 26 compromissos’ começou a ganhar forma, em agosto de 2005, o Pacto Nacional Pela Educação. Dele deveriam fazer parte União, estados, municípios, empresas socialmente responsáveis, organizações da sociedade civil e educadores. E - por que não? - todos os cidadãos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 8).

Em suas primeiras reuniões, o grupo que, até então, era chamado de “Pacto Nacional pela Educação” recebeu o nome oficial de “Compromisso Todos pela Educação”⁷⁶ (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012c, p. 61). Além disso, foi nesse período que se estabeleceu, para o alcance das metas, a data de setembro de 2022⁷⁷, “*ano da comemoração do bicentenário da independência do Brasil*”. Tal data foi estabelecida a partir de uma associação feita pelo jornalista Gilberto Dimenstein entre os objetivos do Compromisso TPE e a independência do Brasil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012c, p. 21). Entretanto, para alcançar seus objetivos e se legitimar, o TPE necessitava conformar uma aliança que abrangesse a sociedade em seu sentido mais amplo. Como estratégia para firmar essa aliança, o Movimento iniciou um processo de construção de propostas, em princípio, consensuais, que, por incorporar demandas históricas da educação, poderiam ser aceitas pela maioria dos segmentos da sociedade.

⁷⁶ “Compromisso Todos Pela Educação” – mesmo nome do Decreto nº 6.094/07 - PDE. Ressalta-se que o TPE foi lançado oficialmente em 2006 e o PDE, por sua vez, em 2007.

⁷⁷ Em realidade, o TPE trabalha com o ano de 2021 como referência para o cumprimento de suas metas, considerando que as estatísticas serão disponibilizadas em 2022.

2.2. A construção de propostas consensuais

Uma das primeiras ações do grupo que deu início às atividades do TPE foi, ainda em 2005, a realização de um levantamento (matriz) das ações e das políticas públicas em educação no Brasil, promovidas pela iniciativa privada, pelo governo (MEC, CONSED e UNDIME), por organismos internacionais (UNICEF e UNESCO), além do Plano Nacional de Educação (PNE), vigente na época – Lei N° 10.172/2001.

A partir do reconhecimento da existência e da importância da atuação de outras organizações sociais em educação⁷⁸, tal levantamento/diagnóstico teve por objetivo verificar as ações convergentes e divergentes entre os segmentos público e privado, além de verificar temas polêmicos em educação pública no Brasil para que, a partir de então, o grupo começasse a procurar outros parceiros com interesses comuns.

O resultado da pesquisa revelou um quadro rico em coincidências e permitiu uma organização estruturada de objetivos e conceitos. [...] Tal alinhamento reforçava a necessidade de formar uma pauta mínima que congregasse diferentes perspectivas em um esforço maior pela qualidade do ensino no Brasil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 6).

A partir do resultado do levantamento das iniciativas em políticas para educação colocou, o grupo identificou um problema ou uma brecha na atuação na educação pública: embora houvesse alguns consensos entre as iniciativas, as ações e as políticas para educação pública analisadas, essas eram múltiplas e desarticuladas. Na análise de Evangelista & Leher (2012), partiu-se da

constatação de que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção ‘de classe’ na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos (EVANGELISTA & LEHER, 2012, p. 7).

A partir também desse primeiro levantamento, houve o reconhecimento, de parte dos principais protagonistas do TPE, de que aquele momento era propício para o

⁷⁸ Destacam-se as atuações das organizações: CENPEC (1987), financiado, principalmente, com recursos do Banco Itaú, e com o financiamento público e com apoio da UNICEF; Fundação ABRINQ (1990), iniciativa de um grupo de empresários do setor de brinquedos; Campanha Nacional pelo Direito à Educação (1999), ligada à Campanha Global pela Educação e à Campanha Latino-Americana e do Caribe pelo Direito à Educação e UniEthos (2004), iniciativa de empresários associados ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

surgimento de um movimento que articulasse as inúmeras ações promovidas pelos diversos segmentos da sociedade que atuavam na educação pública.

‘Vamos começar a trabalhar no que todo mundo está alinhado’. A gente viu nessa matriz que tinha muito mais coisas convergentes do que divergentes e mesmo assim as pessoas não trabalhavam juntas. A gente fez essa matriz também incluindo investidores privados, fundações, Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco, Fundação Leman, Fundação Bradesco, Instituto Ayrton Senna. Pegamos os maiores investidores privados na educação e vimos que eles têm muita convergência, mas trabalham pouquíssimo juntos. Mesmo com o governo, não tinha, incrível isso, mas em 2005, tinha pouquíssimo alinhamento do governo com esses institutos, com a sociedade civil de forma geral. Então, quando a gente montou isso, visualizamos um campo de atuação imediato: existiam espaço e necessidade de uma organização que articulasse esses diferentes esforços para um objetivo comum. Aí a gente começou a trabalhar. (Entrevista 2, diretora executiva do TPE, grifos meus).

Tal articulação, deveria ocorrer em torno de alguns preceitos como os de promoção da responsabilidade social empresarial e da necessidade de implementação de uma cultura de avaliação, focalizando “resultados”. Segundo o TPE:

Havia por parte das empresas uma tendência crescente de abraçar a responsabilidade social; grande parte dos gestores públicos de educação já se mostrava em sintonia com a necessidade de avaliações periódicas e do foco em resultados concretos; e as organizações sociais concentravam cada vez mais esforços nessa área (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 6).

Depois da síntese das propostas consensuais em educação, o grupo realizou entrevistas “*com mais de 70 pessoas que não poderiam deixar de ser ouvidas na formulação de um projeto que pretende ajudar a educação pública do país*” (Entrevista 2, diretora executiva do TPE). Foi nesse momento que o grupo passou a contar com novos e importantes integrantes: José Roberto Marinho (Organizações Globo), Denise Aguilar Valente (Grupo Bradesco), Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) e Ricardo Voltolini (Jornalista especializado nos temas Terceiro Setor, investimento social privado, responsabilidade social corporativa e sustentabilidade) (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p.16). As informações coletadas nessas entrevistas foram sistematizadas⁷⁹ e consolidadas em dois temas: “Desafios da Educação no Brasil” e “Desafios do

⁷⁹ Nessa etapa do processo, o grupo contou com a consultoria da empresa Symnetics para utilizar a metodologia do *Balanced Scorecard* para a gestão de sua estratégia. “Com a ajuda do BSC, o movimento definiu ações estratégicas, que, atualmente, norteiam sua atuação. Tais estratégias consistem em: articular e comprometer todos os setores e influir para a continuidade das boas políticas públicas; mapear e reconhecer boas práticas e políticas; divulgar informações, análises e a evolução dos indicadores; e mobilizar toda a sociedade brasileira, qualificando e ampliando a demanda por educação de qualidade para todos.” Fonte: Case de Sucesso Symnetics – www.symnetics.com.br/. Acesso em: 07/2012. O BSC é uma metodologia de gestão e desempenho utilizada em administração de empresas. Foi desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School*, Robert Kaplan e David Norton, em 1992 (KAPLAN & NORTON, 1997).

compromisso Todos Pela Educação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 16). A intenção dessas entrevistas era traçar os objetivos e estratégias de ação da organização e, ao mesmo tempo, incorporar novos integrantes, fortalecendo o grupo. Para tanto, a contribuição de líderes do governo na área de educação seria fundamental.

Eu fiz pessoalmente 70 entrevistas na virada de 2005 para 2006 e nos 4 primeiros meses de 2006. Foram 70 pessoas, lideranças de várias áreas. De professor, diretor, aluno e pai até Ministro da educação. Foi nesse período que a gente pegou a entrada do Fernando Haddad no Ministério. Então, o Fernando Haddad, a Maria do Pilar [Lacerda], que era a Secretária da Educação Básica, a Cleuza [Rodrigues Repulho]⁸⁰, o Reynaldo Fernandes⁸¹. A gente tinha empresários, jornalistas⁸², economistas, educadores, a gente fez uma lista de 70 pessoas. (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

Ao documento-síntese deste trabalho, deu-se o nome de *10 Causas e 26 Compromissos* (Anexo 3)⁸³. Este documento é considerado pelo TPE como a base da formação de uma aliança em prol da educação básica de qualidade e, ao mesmo tempo, um manifesto público do movimento (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p.6).

O próximo passo desse início de mobilização foi a realização de um Workshop para planejamento, na cidade de Guarulhos. No evento, discutiu-se o resultado das entrevistas realizadas previamente com o objetivo de “*priorizar os desafios da Educação e do compromisso [TPE], de maneira a obter as metas a serem alcançadas – no primeiro caso – e as ações estratégicas, no segundo*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 19).

A gente fez um workshop de planejamento que foi super bom. Foi em Guarulhos, porque é perto do aeroporto. Foi um dia e meio de gente de agendas difíceis. Acho que o grande engajamento já começou aí [...]. O que deveriam ser as metas do movimento? A gente já tinha uma ideia que tinha que apresentar metas para a sociedade. Assim, quais são essas metas, o que a gente deve pretender da educação pública brasileira? E o que o movimento ia fazer, ia atuar onde? Foi daí que a gente saiu de ter técnico, comunicação e articulação. Que é o que a gente faz até hoje. A gente faz essas 3 coisas (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

A gente saiu desse workshop e depois [...] lançou o movimento em 2006, com uma ideia ainda mais modesta do que a gente faz hoje. O quê que a gente ia fazer? A gente ia apresentar essas metas para a sociedade, ia medir, divulgar [...] as metas. Mas a gente ia fazer [só] isso. A gente ia fazer campanha de comunicação, trabalho com jornalistas, e aumentar a comunicação ao redor da educação. E [...] articulação política, sempre voltada para as 5 metas (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

⁸⁰ Presidente da UNDIME (2010-2012).

⁸¹ Na época, presidente do INEP.

⁸² Nesse momento, passaram a integrar o grupo os jornalistas Raul Bastos, Ricardo Kotscho e Ricardo Voltolini (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 5).

⁸³ No Capítulo 5 desse trabalho, apresentaremos as relações entre o documento *10 Causas e 26 Compromissos* e o PDE.

A partir de todo esse processo de elaboração de documentos, de entrevistas e discussões, o grupo estabeleceu os primeiros objetivos pelos quais o TPE trabalharia. Seriam estes: universalizar o acesso e garantir a permanência na escola; assegurar o aprendizado em cada etapa do ensino; avaliar, valorizar e responsabilizar os educadores; ampliar o turno escolar; profissionalizar a gestão com foco na aprendizagem; ampliar a participação da família e da comunidade, bem como assegurar os recursos, a transparência e o monitoramento da execução das ações públicas. Esses temas, posteriormente, seriam transformados pela Comissão técnica do TPE nas 5 metas a serem alcançadas até 2022.

O passo seguinte seria separar os resultados concretos a partir da perspectiva do aluno – e que, portanto, podiam ser traduzidos em metas – dos meios para alcançá-las, e que seguiriam fazendo parte do ideário do compromisso (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 19).

Também foram definidas as ações estratégicas que orientariam o trabalho do TPE:

Articular e comprometer todos os setores e influir para a continuidade das boas práticas públicas; mapear e reconhecer boas práticas e políticas; divulgar informações, análises e evoluções dos indicadores; mobilizar toda a sociedade brasileira, qualificando e ampliando a demanda por educação de qualidade para todos” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 19).

Dessa forma, o grupo que formaria o TPE avançou em seu trabalho com a perspectiva de articular governo, investidores privados e sociedade civil em torno de um “objetivo comum”, único e consensual, que seria traçado a partir das convergências em suas propostas. Iniciou-se, assim, o esboço do que seria um projeto único para a educação pública brasileira.

2.3. Aproximação com outros segmentos

Traçadas suas primeiras diretrizes, todos os setores da sociedade deveriam estar mobilizados em torno de um projeto que se materializava nas propostas do TPE. Além da busca por parcerias com empresas consideradas pelo TPE como socialmente responsáveis, o grupo deu continuidade a um importante processo de aproximação com organismos internacionais e outras instâncias governamentais, como CONSED e Undime. Mais do que estabelecer parcerias, o TPE buscava incorporar pessoas ligadas ao governo e o próprio Ministro da educação.

O documento [10 Causas e 26 compromissos] foi apresentado ao vice-presidente do Consed, o então secretário de Pernambuco, Mozart Neves Ramos, e à presidente da Undime, a então secretária de Belo Horizonte, Maria do Pilar Lacerda. E no dia 25[08/2005], era a vez do ministro da educação, Fernando Haddad, conhecer o movimento e suas diretrizes, para, de pronto, aceitar participar do Pacto Nacional Pela Educação.

[...] No dia 30[09/2005], o ministro da educação, Fernando Haddad, mencionou publicamente o Pacto, utilizando pela primeira vez, a palavra “compromisso”, em jantar comemorativo pelos 60 anos da Unesco no Brasil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 8; 11).

Dessa forma, além do Ministro da educação, foram convidadas a compor o Movimento, na condição de sócio-fundadores, pessoas que ocupavam posição de destaque no governo de então, como o presidente do INEP e a Secretária de Educação Básica do MEC.

Eu tomei contato [com o TPE] via Ministério [da educação]. Eu participei de uma reunião com o Ministro [Fernando Haddad]. Comecei a ser interlocutor e fui convidado a participar [do TPE]. Acabei sendo sócio-fundador e fui convidado para participar do Comitê técnico, que era pouca gente na época. Eles [o TPE] procuraram o ministro. Ocorreram algumas reuniões. E eu fui com a [Maria do] Pilar [Lacerda] em algumas dessas reuniões. Eu, como presidente do INEP e a Pilar como Secretária de Educação Básica. Começamos a conversar, eu fui a duas reuniões na casa da Milu Villela. E aí criamos esse grupo, eu fui para esse grupo técnico, onde eu trabalhei mais com a Viviane Senna, que é o grupo que eu participo até hoje. Quando têm reuniões técnicas eu vou (Entrevista 7, ex-presidente do INEP, membro da Comissão técnica do TPE).

Neste momento, o grupo que estava à frente do TPE era: Ana Maria Diniz (grupo Pão de Açúcar); Antônio Jacinto Matias (Grupo Itaú); Luís Norberto Paschoal (grupo DPaschoal); Milu Villela (Grupo Itaú-Unibanco); Ricardo Voltolini (Jornalista); Maria Lúcia Meirelles Reis e Priscila Fonseca Cruz, ambas ligadas ao tema de trabalho voluntário e terceiro setor. Por parte do governo federal, a participação no “Pacto” foi corroborada pela presença nas primeiras reuniões do então ministro da educação Fernando Haddad, do então Secretário de educação básica, Francisco das Chagas Fernandes, de José Henrique Paim Fernandes, presidente do FNDE na época, de Gabriel Chalita, presidente do CONSED na época e da então presidente da Undime, Maria do Pilar Lacerda.

Como, no seguinte momento, tornou-se estratégica a ampliação da rede de parceiros priorizando os dirigentes públicos, o TPE foi apresentado aos 27 secretários estaduais de educação, na IV Reunião Ordinária do CONSED, realizada em 2005. É interessante notar que a participação do CONSED e da Undime, desde o início do Movimento – uma vez que o presidente e o vice-presidente do CONSED, na época, eram

sócio-fundadores do TPE –, reforça o grau penetração do TPE nas instâncias decisórias da educação, possibilitando a sensibilização de Secretários de educação (estaduais e municipais) em nível nacional, em torno de suas propostas.

Outra ação importante que precedeu o lançamento oficial do Movimento, foi a presença na conferência “Ações de Responsabilidade Social em Educação: melhores práticas na América Latina”, promovida pelas Fundações Lemann, Jacobs e o Grupo Gerdau no estado da Bahia. No evento, foram reunidos intelectuais, jornalistas, representantes do governo e de empresas para propor compromissos concretos para a melhoria da educação na região (FUNDAÇÃO LEMANN, 2006). A participação do TPE nessa conferência pode ser considerada um marco para sua consolidação, pois, além de ampliar as adesões no meio empresarial e projetar o TPE na América Latina, ocorreu a aproximação entre o Movimento e o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter. Em julho de 2006, Jorge Gerdau incorporaria o Compromisso TPE e passaria a presidi-lo, contribuindo, assim, para maior projeção do Movimento e também para a mobilização de outros empresários⁸⁴ (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 23).

Depois de seu lançamento, o Compromisso TPE intensificou seu trabalho de aproximação com outros segmentos da sociedade. Para tanto, utilizou-se como estratégia a participação em eventos, como a participação no Seminário de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e em eventos promovidos pelo Movimento Brasil Competitivo. No seguinte contexto, o Compromisso TPE iniciou um diálogo com outros setores da sociedade, tais quais os segmentos religiosos, os profissionais da mídia, os representantes do Ministério Público, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e o Conselho de Empresários da América Latina (CEAL).

2.4. Lançamento do Todos pela Educação

No dia 6 de setembro de 2006, ocorreu o lançamento nacional do Movimento, que ainda se chamava “Compromisso Todos Pela Educação” (CAFARDO, 2006). Da

⁸⁴ “Para Priscila Cruz, [...] ‘o TPE representa a incorporação de novos segmentos nessa luta histórica [pela educação]’. Para ela, as empresas também têm uma responsabilidade importante em relação à Educação, ‘trazendo novas visões e ideias, abrindo portas, articulando, financiando projetos complementares à gestão pública’. O nome de Jorge Gerdau, por exemplo, é visto como ‘importante, pois a participação de um empresário-símbolo como o Jorge Gerdau ajuda na mobilização de outros empresários’” (SIMIELLI, 2008, p. 149).

solenidade, participaram empresários da elite econômica paulista, inclusive Jorge Gerdau Johannpeter, agora presidente do movimento. Estavam presentes, ainda, representantes do governo, como a então presidente da Undime, Maria do Pilar Lacerda, e o presidente do CONSED (na época), Mozart Neves Ramos. O evento também contou com a presença do então Ministro da educação, Fernando Haddad, que evidenciou o elo entre o poder executivo e o movimento “Compromisso Todos Pela Educação”, ao anunciar em entrevista veiculada em cadeia nacional que as metas lançadas deveriam ser assumidas pela sociedade (JORNAL NACIONAL, 2006). Também participaram atores que trabalhavam na Rede Globo de Televisão, representantes de pais de alunos, além de estudantes do ensino básico.

Na análise de Martins (2009), o lançamento do TPE pode ser considerado um marco para o fortalecimento, no meio empresarial, de uma organização que, em conjunto com o governo, apresenta capacidade de intervir na definição de políticas públicas para a educação brasileira.

Em 2007, o ex-presidente do CONSED, Mozart Neves Ramos, assumiu a direção executiva do Movimento. Foi também neste momento que o governo federal apresentou o PDE e lançou para sua consolidação o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, através do Decreto 6.094/07 (BRASIL, 2007a), explicitando o alinhamento existente entre a organização TPE e o poder executivo. Neste momento, o grupo passou a denominar-se Movimento “Todos Pela Educação”.

Houve um alinhamento de intenção, de programa, houve um alinhamento muito forte entre a gente e o Ministério nesse início, e por isso as pessoas relacionam tanto o Todos pela Educação a esse início da gestão do Fernando Haddad. Da palavra Pacto, a gente evoluiu para Compromisso Todos pela Educação. Só que o Ministério [da Educação], quando fez o PDE, o chamou de Decreto Compromisso Todos pela Educação. Então a gente não podia mais usar a palavra Compromisso, porque Compromisso virou a palavra do Governo. Foi em 2007, quando o PDE foi lançado. Depois [disso] a gente começou a se denominar Movimento Todos pela Educação. (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

2.5. Programa de atuação do Todos pela Educação - As cinco “Bandeiras”

No intervalo que compreendeu seu lançamento oficial, em 2006, a 2010, o TPE procurou divulgar o Movimento, incorporar outros segmentos da sociedade e monitorar o Ideb, de acordo com suas metas preestabelecidas. No entanto, neste período, o TPE recebeu críticas por apenas apresentar metas para educação, sem indicar a forma de alcançá-las

(SIMIELLI, 2008). Assim, devido à amplitude de suas metas e à necessidade de marcar um posicionamento frente às políticas para educação, a partir de 2010, o TPE apresentou um programa de atuação que levou o nome de “5 Bandeiras”.

Em 2010, a gente sentiu a necessidade de ter um programa de atuação. Porque cabe tudo nas metas. Você pode fazer os projetos mais absurdos [e] alguém pode falar que é para garantir que o aluno fique na escola, então, o Todos pela Educação tem que apoiar. Se por um lado, dificultava manter o foco, por outro, também dificultava a nossa necessidade cada vez maior, ao longo dessa trajetória, de firmar alguns discursos, aí sim, mais políticos, de posicionamento, etc. Então, em 2010 a gente também definiu 5 bandeiras (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

As 5 Bandeiras são as seguintes:

- **1) Currículo:** o País precisa ter um currículo nacional, com as expectativas de aprendizagem dos alunos por série/ciclo.
- **2) Valorização dos professores:** o magistério deve ter uma formação adequada, com foco na aprendizagem dos alunos, além de contar com uma carreira mais atraente.
- **3) Fortalecimento do papel das avaliações:** as provas aplicadas para medir a qualidade da educação devem orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas. Por isso, é necessário que elas forneçam informações aos professores e aos gestores sobre o que os alunos aprenderam e deixaram de aprender.
- **4) Responsabilização dos gestores:** os gestores brasileiros devem ser apoiados, mas também responsabilizados pelo desempenho dos alunos.
- **5) Melhora das condições para a aprendizagem:** o país deve ampliar a exposição dos alunos à aprendizagem por meio do cumprimento das quatro horas diárias obrigatórias e da ampliação do turno de ensino, com utilização do contraturno para reforço escolar e recuperação.

O próprio TPE apresenta alguns elementos para compreender melhor seu programa de atuação:

A **primeira** é a definição e a adoção de um currículo nacional, que seja a expressão concreta do direito ao aprendizado, visando a igualdade de oportunidades, uma participação ativa na sociedade e uma inserção produtiva no mundo do trabalho.

A **segunda** é a valorização dos professores. O Todos Pela Educação entende que, sem um magistério com a adequada formação para garantir a aprendizagem dos alunos, sem uma carreira que recompense e remunere de forma condizente o esforço docente e o desempenho profissional em sala de aula, será difícil o país ter êxito no desafio da oferta de uma educação de qualidade. Mas o movimento também entende que, sem gestores bem preparados e engajados, esse êxito fica comprometido.

Por isso, a **terceira** bandeira trata do fortalecimento e da responsabilização da gestão pelos resultados educacionais.

Já a **quarta** expressa a urgente necessidade da ampliação do papel das avaliações, para que efetivamente sirvam para corrigir o rumo e atacar o que precisa ser melhorado na educação brasileira, seja na definição das grandes políticas para a área, seja na gestão escolar e da sala de aula.

Por fim, a **quinta** bandeira trata da melhora das condições de aprendizagem, mediante a ampliação da jornada escolar, associada a condições adequadas de funcionamento das escolas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010, p. 4).

É interessante destacar que o estabelecimento de “Bandeiras” foi fruto da troca de experiências entre o TPE e o grupo MEXICANOS PRIMERO⁸⁵, fato que demonstra a articulação entre grupos que procuram atuar na educação pública na América Latina. Conforme o depoimento:

A colaboração e a troca de experiências com nossa organização irmã no México foi extraordinária para o movimento Todos pela Educação no Brasil. *‘Mexicanos Primero’ nos ensinou e nos inspirou a buscar excelência técnica e a ser persistentes com os ideais* que nos motivam a lutar por uma educação de qualidade e equidade em nosso país. Em concreto, ao lado de nossas cinco metas, adotamos – graças a eles – cinco bandeiras que acreditamos que são os caminhos mais poderosos para avançar com resultados sustentáveis que garantam a aprendizagem de todos os alunos brasileiros (Depoimento da Diretora Executiva do TODOS PELA EDUCAÇÃO. In: MEXICANOS PRIMERO, 2011 - grifos do texto original)⁸⁶.

Dessa forma, as metas a serem alcançadas e o programa e as estratégias de atuação do TPE se apresentam como bem definidas:

Eu tenho 5 metas que são aquilo que eu quero atingir. E eu tenho as 5 bandeiras que são os “comos”, que são basicamente a nossa agenda. A nossa agenda são as 5 bandeiras. Se você for olhar o que a gente está fazendo agora, as publicações, os encontros, os *Think Tanks*, os projetos de articulação no MEC, INEP, etc., tudo tem a ver com as 5 metas e as 5 bandeiras juntas. Às vezes, é uma bandeira

⁸⁵ O TPE e o MEXICANOS PRIMERO, juntamente com mais 11 grupos originários de países da América Latina, formaram, em 2011, a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, tema que trataremos mais adiante.

⁸⁶ Tradução livre da autora, a partir do original: *“La colaboración y el intercambio de experiencias con nuestra organización hermana en México fue extraordinaria para el movimiento Todos Pela Educação en Brasil. ‘Mexicanos Primero’ nos ha enseñado e inspirado a alcanzar una excelencia técnica y a ser persistentes en los ideales que nos motivan a luchar por una educación de calidad y equidad en nuestro país. En concreto, al lado de nuestras cinco metas, adoptamos – gracias a ellos – cinco banderas que creemos que son los caminos más poderosos para avanzar con resultados sustentables que garanticen el aprendizaje de todos los alumnos brasileños”* (Depoimento da Diretora Executiva do TODOS PELA EDUCAÇÃO. In: MEXICANOS PRIMERO, 2011 – grifos do texto original).

com 2 ou 3 metas. É sempre uma conjunção nessa matriz. Tendo como pano de fundo essa nossa forma de atuar técnica-comunicação-articulação. É basicamente isso que a gente faz. O nosso discurso, a nossa agenda política, programática, institucional, de conteúdo, tudo, a gente pode resumir, sintetizar, nessa conjunção das 5 metas com as 5 bandeiras (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

Capítulo 3

Pressupostos e Princípios do Todos pela Educação

O Todos Pela Educação não é um projeto de uma organização específica, mas sim um *projeto de Nação*. É uma união de esforços, em que cada cidadão ou instituição é corresponsável e se mobiliza, em sua área de atuação, para efetivar o direito à uma educação pública de qualidade para que, em 2022, bicentenário da Independência do Brasil, todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação básica de qualidade, capaz de prepará-los para os desafios do século XXI (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 9, grifos meus).

O TPE define-se como um “projeto de nação”. Suas proposições para a educação pública brasileira, simultaneamente, pressionam e coincidem com o projeto de país dos últimos governos.

Conforme observa Freitas (1987, p. 123),

um projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que devemos colocar em prática para sua consecução. [...] É concreto, está amarrado às condições existentes e, a partir delas, postula fins e meios.

Ao reconhecer a educação como área estratégica⁸⁷ no novo contexto econômico, social, político e cultural do Brasil, o grupo que conforma o TPE começa sua jornada a partir da identificação de que é necessário um “novo” projeto para a educação pública brasileira. Quais seriam os pressupostos e princípios que fundamentam tal projeto? Quais seriam as bases sobre as quais se assentam suas diretrizes éticas, pedagógicas, político-sociais e culturais, de modo a gerar uma necessária plataforma de consenso que requeira um projeto em nível nacional?

3.1. Pressupostos: crises da educação pública

Para o TPE, o contexto que justifica sua atuação são as crises pelas quais atravessa a educação básica pública: crise de qualidade, de responsabilidade e de gerenciamento. Essas crises encontram-se interligadas, uma vez que, a crise de qualidade

⁸⁷ “Enfim, trata-se de ter um Projeto de Nação e dar a ver a todos o papel estratégico da educação de qualidade na sua consecução” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 25).

da educação pública seria resultado da incapacidade gerencial do Estado em administrar a educação pública e da falta de responsabilização da sociedade em pressionar/fiscalizar os governos. Portanto, seria necessário compartilhar a tarefa educacional com outros segmentos da sociedade. Contudo, a sinalização dessas “crises” não é exclusividade do TPE. Ao contrário, desde o Consenso de Washington (1989), na perspectiva neoliberal, os países latino americanos enfrentam uma crise de gerenciamento das políticas educacionais (crises de eficiência, eficácia e produtividade), mais do que uma crise de universalização e extensão dos serviços e direitos (GENTILI, 2002, p. 16-17). Para Gentili (2002), já na década de 1990:

[...] os governos foram, segundo essa perspectiva, incapazes de assegurar a democratização mediante o acesso das massas às instituições educacionais e, ao mesmo tempo, a eficiência produtiva que deve caracterizar as práticas pedagógicas nas escolas de qualidade (GENTILI, 2002, p. 17).

Nos anos 2000, as crises na educação pública aparecem como um consenso na sociedade e são respaldadas pelos baixos índices de desempenho dos estudantes em exames internacionais. No enfrentamento das crises, o TPE propõe reorganizar a educação pública em torno de um projeto único em que pactuariam (a partir de consensos) os governos, os diferentes setores da sociedade e os empresários, sempre sob a liderança destes. Nessa reorganização, dois conceitos se destacam: *Accountability* e *Advocacy*.

O conceito de *accountability*⁸⁸ é histórico, polissêmico, denso e pode assumir diferentes perspectivas de acordo com a realidade social de cada país. Para Schedler (1999, p. 13), o significado de *accountability* permanece sub-explorado, e, embora o uso do termo seja cada vez mais recorrente, seu significado permanece evasivo, com fronteiras indefinidas e estrutura interna confusa. Na análise de Campos (1990), a *accountability* é sinônimo de responsabilidade objetiva, isto é, a responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra, fora de si mesma. Tal responsabilidade tem consequências,

⁸⁸ Taubman (2009) amplia esse tema a partir do estudo de “Cultura de auditoria” (*Audit Culture*), que envolveria normas e as práticas de *accountability*. A partir de uma pesquisa que considerou relatórios de empresas sobre educação, práticas como a observação professor-aluno e contratos de desempenho de diretores, o autor analisa a nova relação de professores e administradores escolares com a autonomia. Para Taubman: “*Audit culture refers to emergence of systems of regulation in which audit serves as form of meta-regulation whereby the focus is on control of control. Institutions become auditable by abstracting performance objectives and focusing on the managing system for defining and monitoring performance*” (TAUBMAN, 2009, p. 108).

implicando em prêmios pelo seu cumprimento, e castigos, quando o inverso é verificado (CAMPOS, 1990, p. 4).

Afonso (2009), entretanto, associa o conceito a três dimensões articuláveis: avaliação, prestação de contas e responsabilização. Para o autor, a *accountability* consiste em mensurar e codificar padrões de resultados e prever consequências no caso do não alcance destes. Por isso, os dados com os quais trabalha são quantitativos e seus métodos de mensuração são padronizados. Dessa forma, explica o autor, “*não é, portanto, por acaso, que algumas formas de accountability em educação têm sido estruturadas tendo como fundamento, exclusivo ou predominante, os resultados dos testes standardizados no âmbito de avaliações externas*” (AFONSO, 2009, p. 18).

Por sua vez, a prática de influenciar políticas públicas, conhecida por *advocacy* ou *lobbying*, tem sido pouco estudada no Brasil. Devido à sua amplitude e também ao fato de ser mais comum entre as ONGs estadunidenses, no Brasil, o conceito de *advocacy* permite diversas interpretações (ANDREWS & EDWARDS *apud* BRELÀZ, 2007). Para Brelàz, embora *advocacy* e *lobbying* possam ser empregados como sinônimos, esses conceitos possuem diferenças significativas.

Por *advocacy* entendemos o ato de identificar, adotar e promover uma causa. É um esforço para moldar a percepção pública ou conseguir alguma mudança seja através de mudanças na lei, mas não necessariamente. *Lobbying* é uma forma específica de fazer *advocacy* e é focada em influenciar a legislação. Sendo assim, *lobbying* pode ser entendido como parte da atividade de *advocacy* (BRELÀZ, 2007, p. 1-2).

Para Lopes (2010, p. 228), o desenvolvimento de atividades de *advocacy*, que objetiva a alteração de políticas em benefício de grupos específicos, não se distancia do *lobby* – que designa a prática de influenciar as decisões governamentais com o objetivo de levar o Estado a favorecer (ou deixar de favorecer) determinados interesses.

Cabe compreender como os conceitos de *accountability* e *advocacy* respaldam as propostas do TPE.

3.2. Crise da qualidade da educação

Nas últimas décadas, o tema da democratização da educação vem sendo substituído pelo da educação de qualidade (BEISIEGEL, 1980; ENGUITA, 1995). Como bem analisa Krawczyk (2009), a ideia de qualidade e da necessidade de melhorar a aprendizagem dos estudantes não são temas novos, pelo contrário, acompanham todo o desenvolvimento da escola pública, permanecendo circunscritos, porém, às propostas de mudança no trabalho pedagógico. Entretanto, continua a autora, *“as propostas de gerenciamento institucional têm ocupado esse lugar, venerando a importância do setor privado na conquista da qualidade educacional”* (KRAWCZYK, 2009, p. 24-25).

No caso do TPE, o direito a uma educação de qualidade constitui-se como sua principal bandeira de luta. Mesmo reconhecendo os avanços do Estado no provimento da educação pública, na perspectiva do Movimento, os governos não conseguiriam conjugar a universalização da educação (quantidade) com sua qualidade. Para o TPE, a expressão mensurável da ineficiência do Estado e da má qualidade da educação são os índices de reprovação, abandono escolar, e baixo desempenho dos estudantes em exames internacionais, como é o caso do PISA, sintetizados na expressão *“a escola não ensina, a criança não aprende, e o Brasil não se desenvolve”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 9).

A má qualidade do ensino seria, para o TPE, *“o verdadeiro exterminador do futuro de milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 9). Ela traria quatro tipos de prejuízos ou “preços”:

1. o **preço humano**: uma criança que chega ao fim do ano sem aprender o que devia sofre um enorme impacto sobre sua autoestima, sua autoconfiança e seu autoconceito. É triste para uma criança chegar ao fim do ano e ver que seus esforços não valeram nada e ter que começar tudo de novo. Para uma vida ainda em seu início, essa experiência do fracasso costuma marcar para sempre.
2. o **preço social**: cada criança que abandona a escola, sem ter aprendido o mínimo necessário, é um brasileiro a mais despreparado para a vida. Um futuro cliente dos programas de assistência social, de cesta básica, de renda mínima e outros. Um desempregado, um subempregado ou potencial candidato a optar pelos caminhos da delinquência.
3. o **preço político**: numa democracia, na hora de eleger os dirigentes ou de acompanhar o seu desempenho, o soberano é o povo. Um país, que não educa o

seu soberano estará sempre exposto a ser governado por políticos eleitos na base da exploração da miséria e da ignorância de grande parte dos seus cidadãos. Somos um país que não educou o seu soberano.

4. o **preço econômico**: os recursos desperdiçados com repetência e evasão, que refletem a ineficiência do sistema educacional, poderiam ser gastos no aumento da qualidade e da melhoria das condições do ensino (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 9-10).

Além disso, como observam Shiroma, Campos & Garcia (2011, p. 235), para o TPE, a ideia é que a educação é um direito de todos e que o cumprimento desse direito exige uma vigilância ativa dos fornecedores desse serviço (no caso, o Estado), ao mesmo tempo, tal ideia exige como contrapartida uma responsabilidade partilhada pelos resultados educacionais. As autoras observam ainda uma apropriação, acompanhada de ressignificação do conceito de qualidade da educação utilizado pelos movimentos críticos de lutas pela educação da década de 1980. No entendimento de Shiroma, Campos & Garcia:

essa inflexão discursiva indica uma apropriação, por parte do discurso empresarial e governamental, das críticas da década anterior diante da política expansionista de FHC de que não bastava garantir o acesso. Para que o direito à educação fosse efetivado, era preciso assegurar a permanência com qualidade. A grande diferença reside no fato de que a qualidade na perspectiva empresarial agora é reduzida aos resultados de aprendizagem, medidos através dos testes de rendimento e pela avaliação das performances dos estabelecimentos escolares. (SHIROMA, CAMPOS & GARCIA, 2011, p. 237-238).

Considerando o caráter histórico do termo e sua forte associação a um projeto social, político e econômico, buscamos identificar através dos documentos do TPE o significado que este Movimento atribui à “qualidade da educação”. Percebemos que, para o TPE, a medida da qualidade de uma escola é expressa “*nas metas e parâmetros nacionais que indicam essa qualidade*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 11). Dessa maneira, pensar em qualidade da educação significa também pensar em avaliação, no seu aspecto mensurável, ou seja, na avaliação externa executada por meio de exames em larga escala. Apenas a partir da avaliação, seria possível verificar o aprendizado dos alunos.

A avaliação externa, como mecanismo de informação do desempenho do sistema e subsídio para o planejamento das políticas públicas, aparece como eixo central no conceito de qualidade da educação do TPE. Para o Movimento, ela deve ser utilizada pelos governos como instrumento de replanejamento e de gestão da educação. A avaliação

externa é, para o TPE, o instrumento *que “permite à própria escola, às famílias, às organizações comunitárias e, principalmente, ao poder público local posicionar-se diante da situação e adotar ações convergentes e complementares, objetivando a superação das dificuldades encontradas”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 23). Assim,

Sem avaliação externa, fica muito difícil saber se, por exemplo, medidas como capacitação de professores, melhoria das condições de ensino, gestão democrática, implantação de planos salariais atrelados ao desempenho, à autonomia da escola e a outras medidas estão, ou não, tendo impacto positivo sobre a qualidade do ensino. Isto quer dizer que, sem um instrumento objetivo de mensuração dos resultados, não é possível saber se o ensino está melhorando de verdade ou não (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 23-24).

Assim, percebe-se que, para o TPE, os diversos aspectos que envolvem a educação devem ser orientados para a garantia dos resultados de desempenho. Ao enfatizar a mensuração da aprendizagem através da avaliação externa no alcance de uma educação de qualidade, o TPE outorga menos valor aos itens “não mensuráveis”, reduzindo, dessa forma, o caráter cultural e político da escola pública.

3.2.1. Princípio do direito à educação de qualidade

No Brasil, embora se considerem as disputas políticas no campo educacional, o acesso à educação pública sempre esteve submetido aos interesses das classes dominantes. Considerar a democratização e o ensino de qualidade são elementos importantes na sustentação da expansão econômica, porque o acesso da população a uma educação que forma o “cidadão” legitima o sistema de produção capitalista. Para o TPE,

o descaso histórico com que a educação foi tratada no Brasil, mais do que uma percepção equivocada em relação ao Sistema de Ensino e seus integrantes, reflete um descompromisso das elites públicas e privadas com o direito das camadas populares terem acesso a oportunidades efetivas de desenvolvimento do seu potencial pessoal, social e produtivo. Os avanços do PNUD e da Comunidade Internacional como um todo, na conceituação e mensuração do Desenvolvimento Humano, permitiram-nos visualizar com mais clareza a gravidade do quadro brasileiro, gerando iniciativas de enfrentamento, tanto por parte do Estado, como por parte da sociedade civil. O saldo deste esforço, embora positivo, ainda está muito longe de produzir o conjunto de mudanças que o Brasil necessita e requer neste campo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 5).

Dessa forma, o TPE assume o tema do “Direito à educação de qualidade”.

Ainda é muito comum, principalmente entre as pessoas das classes sociais menos privilegiadas, a ideia de que a educação é uma dádiva, uma concessão, um privilégio dado pelo Governo. A ideia de que a educação é direito de todos e dever do Estado ainda não é assimilada pelas pessoas em toda sua inteireza (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 7).

Entretanto, uma vez que o próprio TPE reconhece os avanços na universalização da educação básica pública, importa saber qual o sentido da “qualidade da educação” para este movimento. Conforme depoimento da diretora executiva do TPE:

Consideramos a qualidade de uma forma bem pragmática. Para a gente, qualidade é o aluno aprender, é o resultado do aluno, e hoje, com Saeb, Prova Brasil, Enem, Pisa, podemos aferir como está a aprendizagem. Até hoje, não discutimos matriz curricular, já existem muitas instituições que discutem se o currículo que temos é o ideal. Se políticas e ações não resultam em aprendizagem para o aluno, não podem ser avaliadas como sucesso. Precisamos aliar investimento a resultados na aprendizagem. (Entrevista de Priscila Cruz, diretora executiva do TPE concedida à Joana Gusmão, *In: GUSMÃO, 2010, p. 99*).

Percebe-se, assim, que o TPE dissemina uma ideia de qualidade da educação num sentido pragmático, em que os investimentos em educação devem ser aliados aos resultados do desempenho dos estudantes, medidos por meio dos exames nacionais de larga escala.

3.3. Crise da responsabilidade pela educação

Na análise de Shiroma, Campos & Garcia (2011, p. 226), a recomposição da agenda empresarial no âmbito da educação oferece novas referências para a redefinição da atuação da chamada “sociedade civil”. Para as autoras, o TPE visa criar uma “nova consciência”, uma “nova sensibilidade social” com relação ao direito à educação e à responsabilidade social que o exercício desse direito implica. Isso porque,

ao apelar para um grande pacto social em prol de algo tão caro a todos nós, como é a educação, os empresários se antecipam e pautam a agenda governamental: reafirmam o papel do Estado redefinindo, no entanto, o sentido e o significado da educação pública. Esse processo foi marcado por uma forte incorporação e ressignificação das reivindicações do campo crítico e das lutas políticas dos anos 1980, instituindo receituários meramente técnicos acerca da educação (SHIROMA, CAMPOS & GARCIA, 2011, p. 227).

No entanto, para o Movimento, a educação de qualidade não poderá ser alcançada apenas através da atuação do Estado, mas a partir de uma aliança entre governos e sociedade organizada⁸⁹. Faz-se necessária, portanto, uma maior articulação de três setores: o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil em torno

de uma rede estratégica solidária e permanente, capaz de transformar intenções elevadas e boas ideias em práticas efetivas, que desçam dos gabinetes e cheguem aos alunos nas salas de aula, especialmente aos mais pobres. E nossa crença que apenas quando cada um dos setores fizer a sua parte [...] a educação deixará de ser pauta de importância secundária, tornando-se instrumento de autonomia e emancipação para os brasileiros hoje excluídos do processo de desenvolvimento do país (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, 12).

Por isso,

a pedra angular da ética do Compromisso Todos Pela Educação é a CORRESPONSABILIDADE PELO TODO, que se consubstancia na atuação convergente, intercomplementar e sinérgica entre as políticas públicas, o mundo empresarial e as organizações sociais sem fins lucrativos; [...] O Estado tem o dever e a obrigação de ser o detentor dos fins universais (atender a todos). O mundo empresarial destaca-se pela sua capacidade de fazer acontecer (lógica dos meios) com eficiência, eficácia e efetividade. As Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor) caracterizam-se pela sua sensibilidade, criatividade e espírito de luta. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 7).

Um dos princípios do TPE é a corresponsabilidade pela educação, princípio que, mediante a correlação de forças existente na sociedade, recupera o papel do empresariado como sujeito na interlocução com o poder executivo. Além disso, a capacidade do TPE de incidir nas políticas para educação, a partir de sua experiência gerencial e do seu pragmatismo, revelam a coincidência de propostas entre este grupo e os governos. O depoimento da diretora executiva do Movimento é elucidativo a esse respeito:

[...] o “Todos” tem um pouco essa lógica empresarial e um pouco a lógica do setor público, por quê? Na nossa concepção, é um movimento que precisa acolher todo o mundo, e por isso que é “todos pela educação”. Mas todo mundo precisa saber que é corresponsável pela educação. [...] A minha responsabilidade é uma, com certeza a do Fernando Haddad é muito maior do que a minha. [...] Então todo mundo tem um pouco. [...] A gente tem muito de lógica empresarial: metas, acompanhamento, monitoramento, avaliação, mudança de processos. [...] Mas nem tudo do mundo empresarial se encaixa na educação pública. Às vezes, tem um empresário que chega e fala: ‘então é fácil, é só fazer tal coisa’. Isso não

⁸⁹ PREFEITURA DE ARACAJÚ. Semed adere à mobilização nacional ‘Todos pela Educação’. *Portal Prefeitura de Aracajú*. 02 set. 2007.

existe em educação. A gente sabe que não é tão fácil assim, que tem que respeitar a estrutura, a hierarquia da gestão da educação, você tem carreiras diferenciadas. Você não pode mandar embora igual se faz na iniciativa privada, então as ferramentas que você tem são outras. [...] O problema do extremo do público eu acho que é muito o discurso. Fica muito no discurso, muito filosófico, é um direito, é um direito. [...] Então acho que é muito no discurso. Mas a gente tem que efetivar esse direito. Então, entra a parte pragmática da lógica empresarial. O “Todos Pela Educação” é uma mescla dessas duas visões. (Entrevista de Priscila Cruz, diretora executiva do TPE concedida à Eduardo Malini, *In: MALINI, 2009*, p. 114).

3.3.1. Princípio da Corresponsabilidade

Juridicamente, o TPE assenta sua atuação através da corresponsabilidade na “Convenção internacional dos direitos da criança”, na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 10-16).

Tem lá no artigo 210 ou 211 da Constituição Federal que fala que a educação é uma tarefa de toda a sociedade. A corresponsabilidade é muito nesse sentido. Eu não posso esperar que tudo vá vir do governo. E que o governo sozinho vai resolver. Eu também não posso imaginar, ser ingênua, e achar que a sociedade vai tomar conta e que o governo vai ficar a reboque. Então, como a gente pode fazer para que o governo atue melhor? Com controle social e com apoio. Com pressão e apoio. Provocando a sociedade, fazendo chamamento para que todo mundo participe, por que muito da educação é feito no dia-a-dia. A educação não é só feita em gabinete de político. A educação é feita no dia-a-dia, então, tem uma participação importante dos pais, das famílias, dos professores, dos diretores de escola. Nesse sentido, a corresponsabilidade é a responsabilidade compartilhada entre todos, mas cada um cumprindo aquilo que é do seu mandato. O que é responsabilidade do governo? O que é responsabilidade da família? O que é responsabilidade da sociedade? Cada um dentro da sua arena, dentro do seu campo de atuação tem que fazer a sua parte (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

Para o TPE, a sociedade deve relacionar-se com o aparelho estatal a partir de uma “nova cultura”. Essa nova cultura, expressa na corresponsabilidade pela educação, inclui uma nova forma de definição e gestão de políticas públicas que incorpora “todos os setores”, tal qual exposto nas Bases Culturais do TPE (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 27).

uma nova cultura em relação ao desenvolvimento do potencial das novas gerações pressupõe e requer de todos os que se engajem nesse processo um compromisso em relação a três dimensões fundamentais de todo processo de

mudança sócio-cultural: compromisso ético, vontade política e competência técnica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 27).

Uma característica da corresponsabilidade relaciona-se à representatividade do TPE. Mesmo ambicionando mobilizar todos os segmentos da sociedade em torno de suas propostas, a interlocução com agentes fundamentais no processo educativo, além de ser deficiente, assume um caráter prescritivo. Em seu projeto, aquilo que é apresentado pelo TPE como sendo responsabilidade dos pais, dos professores e dos demais profissionais da educação, expõe-se como mera “execução” de tarefas. Dessa forma, tendo como objetivo

criar um movimento permanente de mobilização nacional, alimentado pelo acompanhamento da sociedade de poucas metas verificáveis e mensuráveis, [no qual] os responsáveis por cada meta devem se sentir estimulados a cumpri-la e constrangidos se não o fizerem (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p.13),

Os documentos do Movimento apresentam uma espécie de cartilha que, no marco da “nova cultura”, orienta pais, professores e gestores a respeito de quais devem ser suas tarefas na execução do projeto do TPE para a educação pública.

Essa “nova cultura” traria em seu bojo uma crítica aos princípios da gestão pública construídos na segunda metade do século XX, conjugando a necessidade de criar uma burocracia forte no Estado e as reivindicações sociais. Para o TPE,

no plano interno do Sistema de Ensino Básico, é preciso vencer a cultura burocrático-corporativa, bem como o nefasto costume de uso clientelista e fisiológico, que os dirigentes políticos frequentemente costumam fazer da educação, tornando a política educacional um mero capítulo da política eleitoral (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 27).

A partir de uma crítica ao funcionalismo público, o TPE propõe, então, uma reorganização do trabalho dos professores e dos gestores da educação pública, de modo a torná-lo “mais eficiente”, relacionando o problema da educação aos aspectos técnicos e gerenciais.

Dessa forma, aos professores – embora não tenham participado efetivamente da elaboração das metas propostas pelo TPE – foi dedicada especial atenção nas orientações para implementação de seu projeto. Isso porque, para o Movimento, são os professores os principais responsáveis pelas mudanças na educação. O motivo do fracasso de reformas de movimentos educacionais anteriores foi a desconsideração e a não valorização dos

professores, *“gerando no magistério fortes resistências ideológicas e corporativas aos planos, programas, projetos e reformas vindos dos gabinetes do poder”*. Para o TPE,

valorizar o professor é apoiá-lo para que alcance metas de desempenho crescentes, a cada ano. Qual foi o índice de aprovação de sua turma no ano passado? Como podemos melhorar esse índice nesse ano? Qual o tipo de suporte que o professor necessita no seu dia a dia para que possa superar seu desempenho até então e alcançar resultados melhores a cada ano? (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 25-26).

Entretanto, é preciso destacar que, os docentes são encarados pelo TPE como profissionais do magistério e não como uma categoria de luta. Dentro do projeto de educação pública proposto pelo TPE, o docente é responsável individualmente pelo desempenho dos alunos, e a escola deve apoiá-lo *“naquilo que ele sabe fazer: ensinar e garantir que os alunos aprendam”*. Assim *“o professor tem o direito de se sentir responsável e de ser responsabilizado pelo desempenho de sua turma, e precisa ter oportunidades reais de aperfeiçoamento e acompanhamento profissional e de capacitação em serviço”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 26-27). Na análise de Evangelista & Leher (2012, p. 11-12), o TPE tem como propósito o *“apagamento do professor e do aluno como sujeitos históricos”* por meio da expropriação dos conhecimentos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos de docentes e estudantes e, além disso, tem também o propósito de tornar o professor mero coadjuvante da comunidade escolar na definição do projeto político-pedagógico da escola.

Cabe aos gestores o dever de *“incentivar a inclusão e a permanência de todos os jovens na escola para que, por meio da qualificação educacional, as diferenças sociais sejam permanentemente superadas em nosso País”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010, p. 23). À Secretaria de educação cabe articular um mecanismo eficiente de supervisão das escolas, com foco em resultado. O TPE sugere também que a gestão do plano de metas da Secretaria de educação esteja amparada por um sistema de informação que colete dados das escolas em tempo real (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 30). Percebe-se que as orientações do TPE em relação ao que cabe à gestão e à Secretaria de educação pautam-se pela *“gestão por resultados”*, incorporando uma racionalidade empresarial que tem na excelência e na eficácia os eixos de educação de qualidade.

Ainda no marco da corresponsabilidade pela educação, para o TPE, a relação entre a escola e a família tem sido apresentada como “superficial”. Na visão do Movimento, os pais, cujos filhos estudam em escolas públicas, são passivos e submissos, não possuindo uma “cultura de cidadania”, no que se refere à exigência da qualidade. “*Para a grande maioria deles, o direito à educação continua sendo confundido com a vaga, ou com o acesso da criança ao transporte, ao uniforme e à merenda escolar*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p.12). Portanto, aos pais cabem ser “*ativos, solidários e críticos dos educadores de seus filhos*”. Tomando como exemplo a exigência por qualidade que ocorre nas escolas privadas, na relação de corresponsabilidade pela educação, pais e alunos devem agir como consumidores:

Por ser a escola de seus filhos pública e gratuita, eles não acreditam que podem agir como os pais das escolas particulares, que reclamam e exigem seus direitos de consumidores [...]. Na escola pública, principalmente nas frequentadas pelos segmentos da população economicamente mais frágeis e vulneráveis, isto não ocorre porque essa exigência é vista como uma demonstração de ingratidão e de desrespeito para com as autoridades (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 7; 12).

No nível federal, a corresponsabilidade do TPE pela educação manifesta-se em sua atuação junto ao poder executivo, em diversos níveis de articulação: junto ao MEC, ao CONSED e à Undime. Outro espaço político em que tem sido notada a influência do Movimento é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, diretamente ligado à presidência da república. Do CDES fazem parte diversos sócio-fundadores do TPE, inclusive, Jorge Gerdau Johannpeter.

Cabe destacar que o TPE também fundamenta e legitima sua atuação a partir da corresponsabilidade pela educação, tendo por base os consensos internacionais que orientam um determinado modelo de gestão de políticas públicas. Este é o caso das declarações internacionais, como a Declaração de Dakar (UNESCO, 2000):

[...] Nós, os governos, organizações, agências, grupos e associações representadas na Cúpula Mundial de Educação, comprometemo-nos a: [...] assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento de estratégias para o desenvolvimento da educação.

Ainda no âmbito internacional, observa-se a projeção do TPE em relação ao tema da corresponsabilidade, sobretudo quando relacionado ao protagonismo dos empresários na orientação da educação pública.

O Brasil é o país onde há mais potencial de inovação educativa nos próximos dez anos. [...] Criou-se no Brasil uma convergência de vontades dos setores público e privado, na qual todos estão envolvidos em melhorar a educação. Fundou-se uma aliança chamada ‘Todos Pela Educação’ que é, sob meu ponto de vista, uma inovação na América Latina. É uma aliança liderada por empresários, com muita participação do setor público, e que decidiu que a educação é importante demais para que só o governo se ocupe dela. (Entrevista de Fernando Reimers, diretor do Programa de Políticas Educativas Internacionais da Universidade de Harvard concedida à Andrés Oppenheimer, *In: OPPENHEIMER*, 2010, p. 222).

O lugar de onde fala Fernando Reimers nos dá indicativos sobre sua posição política a respeito da centralidade da responsabilidade pela educação. Em seu discurso, a responsabilidade pela educação já não se constitui como monopólio do governo, mas como “uma tarefa de todos”. Assim, essa responsabilidade deve ser compartilhada com o setor privado – sob a liderança dos empresários.

Em relação à forma como o TPE apresenta seus preceitos para a corresponsabilidade de cada agente da educação, Shiroma, Campos & Garcia (2011, p. 239) observam que ocorre

um deslocamento da noção de participação no contexto da ‘gestão democrática’ construída nas lutas dos anos de 1980 para a ideia da ‘gestão participativa’ usada como estratégia de responsabilização (*accountability*) em que não se faz menção à participação como partilha de poder, mas apenas de responsabilidades.

Destacamos ainda que, para o Movimento, as mudanças na estrutura e no funcionamento da educação básica brasileira se dariam a partir da implementação de uma “nova cultura” – a corresponsabilidade. Fundamentam essa “nova cultura” os consensos existentes entre os diferentes órgãos políticos nacionais e internacionais.

No discurso do TPE, o conteúdo da corresponsabilidade adquire dois significados: 1) Quando refere-se a sua própria atuação junto as esferas públicas, a “nova cultura” não se restringe à incorporação do empresariado na corresponsabilidade pela educação, antes disso, ao mesmo tempo em que essa “nova cultura” incorpora setores da sociedade que compartilham interesses, ela os subordina à liderança empresarial. 2)

Quando refere-se à corresponsabilidade dos diferentes agentes da educação, o TPE apresenta um modelo de corresponsabilidade em que as responsabilidades de cada setor estão muito bem definidas. Dessa forma, a responsabilidade de pais, professores e gestores pela educação se manifesta na atuação individual. Na análise de Gentili (2002):

Desconfiar do Estado e da sociedade é, dessa forma, o primeiro passo para reconhecer que a transformação da educação depende apenas da capacidade, de inventiva, do esforço e do mérito incessante de cada indivíduo (professores, alunos, pessoal não docente, pais, etc.) para mudar *seu* próprio trabalho, na *sua* própria escola. Trata-se de um chamamento para que cada um ‘ocupe o seu lugar’ e não espere soluções milagrosas justamente por parte daqueles âmbitos que criaram as condições propícias para o desenvolvimento da crise. Em suma, a mudança educacional depende, aparentemente, de que ‘cada um faça o que tem que fazer’ e reconheça a responsabilidade que teve com relação à crise de qualidade da escola (GENTILI, 2002, p. 22-23).

Acerca da corresponsabilidade, subjaz ao discurso do TPE, que o lugar que cabe ao Estado é o coordenação e controle do resultado do processo educativo. Entretanto, tal controle, realizado principalmente via exames padronizados em larga escala, já vem sendo exercida pelo Estado há tempos⁹⁰. Como bem analisa Saviani (2005), desde, pelo menos, 1988, na disputa política pelo conteúdo dos projetos da LDB, o governo federal reafirma e amplia sua tutela em relação à educação pública,

chamando para si o controle do processo educativo por meio da avaliação de todos os graus de ensino, ao mesmo tempo em que procurou se desvencilhar da responsabilidade da manutenção do sistema de ensino transferindo-o para o estados e municípios e para a própria população, encarada seja nas suas diferentes formas de organização, seja enquanto indivíduos identificados como pais de alunos, empresários, comerciantes e profissionais de diferentes tipos (SAVIANI, 2005, p. 175).

3.4. Crise do gerenciamento da educação

Em seus documento, o TPE não discute a gestão democrática da educação. Para o Movimento, a educação pública estaria passando por uma crise de gerenciamento, uma

⁹⁰ Como bem analisa Saviani (2005), desde, pelo menos, 1988, na disputa política pelo conteúdo dos projetos da LDB, o governo federal reafirma e amplia sua tutela em relação à educação pública, “*chamando para si o controle do processo educativo por meio da avaliação de todos os graus de ensino, ao mesmo tempo em que procurou se desvencilhar da responsabilidade da manutenção do sistema de ensino transferindo-o para o estados e municípios e para a própria população, encarada seja nas suas diferentes formas de organização, seja enquanto indivíduos identificados como pais de alunos, empresários, comerciantes e profissionais de diferentes tipos*” (SAVIANI, 2005, p. 175).

vez que, na perspectiva do TPE, o principal problema em relação aos recursos financeiros destinados ao ensino público seriam de planejamento e distribuição, atrelados à profissionalização de sua gestão⁹¹. Para o TPE,

fica evidente pelas comparações internacionais que é preciso investir mais na Educação Básica. Porém, mais que isso, é preciso gastar melhor. Além da carência de recursos, muitas escolas e redes não têm um bom planejamento da aplicação do orçamento disponível. Em muitos casos, seria possível obter resultados educacionais muito melhores simplesmente gerindo melhor seus próprios recursos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 63).

Dessa forma, o TPE, a partir da experiência em gestão dos seus sócio-fundadores empresários, vem apoiando diversas iniciativas para o melhor gerenciamento escolar em nível municipal e estadual. Uma dessas ações é a Conviva Educação⁹², uma plataforma que objetiva auxiliar as Secretarias Municipais de educação a gerir sua rede/sistema de ensino, a partir de diversas ferramentas de gestão e de informações a respeito de índices educacionais.

Outra iniciativa é o QEd⁹³, um portal que fornece índices do aprendizado de escolas, municípios e estados provenientes das avaliações Prova Brasil e do Censo Escolar, utilizando como parâmetro os critérios do TPE para medir o desempenho das redes de ensino.

⁹¹ BBC BRASIL. Boa gestão é tão importante quanto investimento na educação. *Portal Terra Educação*, 22 set. 2010; RAMOS, M. N. As urgências da educação. *Revista Época*, 03 out. 2010; TUPINAMBÁS, G. Matemática multiplica desafios de estudantes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 dez. 2010; CIEGLINSKI, A. Resultado de Avaliação Internacional mostra que educação no Brasil avança com lentidão. *Agência Brasil*, 07 dez. 2012; RAMOS, M. N. Os desafios da Educação brasileira. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 jan. 2011.

⁹² A Plataforma Conviva Educação é uma ferramenta tecnológica baseada em uma parceria entre diversas entidades sem fins lucrativos, sob administração do Instituto Natura. Podem ter acesso à plataforma apenas funcionários de Secretaria de Educação. Fonte: <http://convivaeducacao.org.br/>. Acesso em: 06/2013. A responsável pelo gerenciamento do site é a própria Undime. O Consed auxilia na divulgação, assim como as fundações e institutos envolvidos na criação do novo ambiente virtual – são eles: Todos Pela Educação; Instituto Gerdau; Instituto Natura; Fundação Victor Civita; Fundação Lemann; Fundação SM, Fundação Telefônica Vivo; Fundação Itaú Social, Itaú BBA; Fundação Roberto Marinho e Instituto Razão Social. Fonte: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/25722/conviva-educacao-pretende-ajudar-na-gestao-das-redes-de-ensino/>. Acesso em: 06/2013.

⁹³ O QEd é uma iniciativa da Fundação Lemann em parceria com a Meritt Informação Educacional. O QEd utiliza os critérios do Todos Pela Educação para medir o desempenho das escolas e redes de ensino. Ao escolher um município, por exemplo, é possível visualizar se o nível de aprendizado da rede está adequado ou não para aquele ano. “Grande parte do site é a Meta 3 do Todos Pela Educação, que mede o aprendizado adequado à série”, afirma Ernesto Martins Faria, coordenador de projetos da Fundação Lemann. Fonte: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/24883/site-reune-dados-educacionais-de-todo-o-pais/>. Acesso em: 06/2013.

Além do apoio a essas iniciativas, o TPE vem trabalhando na criação de um indicador nacional de eficiência da gestão⁹⁴.

Eu estou fazendo o índice de eficiência para [o TPE]. Eu pego os gastos, [...] algum indicador de desempenho (como o Ideb), eu pego os mais eficientes. E vejo a distância entre eles. ‘Você gasta isso e tem alunos com essa característica, nível socioeconômico e tal. Tem município que gasta a mesma coisa que você, parecido com você, que está aqui’. É a medida da eficiência. Na verdade sempre são escolhidos alguns municípios que são considerados de melhor desempenho, gasto e perfil dos alunos, perfil socioeconômico da cidade (Entrevista 7, ex-presidente do INEP, membro da Comissão técnica do TPE).

3.5. Princípios Pedagógicos do Todos pela Educação

‘As tendências pedagógicas são sempre subordinadas a uma visão de projeto histórico’ (Libâneo *apud* FREITAS, 1987, p. 124). Concordando com essa afirmação, torna-se fundamental examinar os princípios pedagógicos que orientam o projeto educacional proposto pelo TPE. Conforme explicitado em suas “Bases pedagógicas” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a), o compromisso do TPE é com a “educação básica necessária” e seu enfoque está, primordialmente, voltado para os resultados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a). A preocupação fundamental do Movimento é com o processo aprendizagem-ensino, traduzido em resultados mensuráveis, obtidos por meio de avaliação externa.

Percebe-se que o projeto educacional proposto pelo TPE busca reorganizar a educação pública no sentido de adaptá-la à nova realidade do contexto econômico mundial. Nessa nova realidade, o TPE entende que a educação tornou-se uma condição para a *inclusão*, e:

a razão disso é o fato de a civilização humana estar ingressando em uma nova etapa de seu desenvolvimento. A economia está cada vez mais globalizada, as fronteiras econômicas, a cada dia, vão perdendo o significado e a função que tiveram ao longo de séculos. O sistema produtivo rapidamente caminha para a era pós-industrial. As novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho desvinculam para sempre o crescimento do emprego, que, até aqui, sempre haviam caminhado de mãos dadas. As novas formas de organização do trabalho cada vez mais enxugam o organograma das empresas, eliminando postos de trabalho, que se vão para nunca mais voltar, gerando o chamado

⁹⁴ RAMOS, M. N. Educação: melhora lenta. *Correio Braziliense*, DF, 02 dez. 2010.

desemprego estrutural, ou seja, o desemprego que não depende das flutuações da conjuntura econômica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 17).

O Brasil tem hoje uma importante “janela de oportunidade” que decorre da pujança do nosso atual momento econômico. Nesse contexto, a educação exerce um papel estratégico: sabemos que os resultados educacionais ajudam a garantir um desenvolvimento mais sustentável e a diminuir as desigualdades sociais. No entanto, a melhora educacional que vem sendo registrada nos últimos anos é ainda insuficiente para o estágio de desenvolvimento necessário (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010, p. 3).

As teorias que subjazem o projeto do TPE pautam-se na pedagogia dos resultados e na pedagogia das competências. Para o TPE,

a principal habilidade para a viabilização de uma vida e de uma carreira, depois de adquirir um conjunto de conhecimentos, valores e habilidades básicas, é aprender a aprender, condição essencial para as cada vez mais frequentes qualificações e requalificações exigidas pela inserção, permanência e progresso no mundo do trabalho transformado pelas novas tecnologias e pelas novas formas de organização do processo produtivo de bens e serviços (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 18).

Na análise de Bruno (2011), o grande desafio para o capitalismo na contemporaneidade é *“como impor o trabalho enquanto controle social numa situação em que o capital se mundializou”* e o uso das novas tecnologias é redutor de trabalho vivo, aumentando o desemprego estrutural. Nesse contexto, continua a autora, a educação teve de ser reformulada. A pedagogia das competências *“é a forma contemporânea de subordinar a aprendizagem às novas necessidades do capital”*, encarregando-se da reprodução da classe trabalhadora em diferentes âmbitos (BRUNO, 2011, p.553).

A “educação básica necessária” também é apresentada pelo TPE como “competência básica”⁹⁵, ratificando a ideia do currículo básico como referência. Como observa Freitas (2012),

O argumento para justificar a limitação ao básico é que os outros aspectos mais complexos dependem de se saber o básico, primeiro. Um argumento muito conhecido no âmbito do sistema capitalista e que significa postergar para algum futuro não próximo a real formação da juventude, retirando dela elementos de análise crítica da realidade e substituindo-se por um ‘conhecimento básico’, um corpo de habilidades básicas de vida, suficiente para atender aos interesses das

⁹⁵ CRUZ, P. Entrevista de Priscila Cruz, diretora executiva do Todos Pela Educação concedida a Ederson Granetto. *TV Univesp*. Programa transmitido em 19/01/2011. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=kOIWEWZrzo>. Acesso em: 08/2012.

corporações e limitado a algumas áreas de aprendizagem restritas (usualmente leitura, matemática e ciências). A consequência é o estreitamento curricular focado nas disciplinas testadas e o esquecimento das demais áreas de formação do jovem, em nome de uma promessa futura: domine o básico e, no futuro, você poderá avançar para outros patamares de formação. [...] Com esta lógica de senso comum, são definidos os objetivos da ‘boa educação’. Mas o básico exclui o que não é considerado básico – esta é a questão. O problema não é o que ele contém como ‘básico’, é o que ele exclui sem dizer, pelo fato de ser ‘básico’. Este é o ‘estreitamento curricular’ produzido pelos ‘standards’ centrados em leitura e matemática. Eles deixam de fora a boa educação que sempre será mais do que o básico (FREITAS, 2012, p. 389-390).

Para Bruno (2011), ainda que a produção de capacidade de trabalho exija mais anos de escolaridade e conhecimentos mais complexos, essa produção está longe de incluir o domínio de um pensamento teórico sólido e investigativo, ao contrário, trata-se apenas de garantir o aprendizado de conhecimento instrumental e as competências trabalhadas são de caráter adaptativo às exigências do sistema (BRUNO, 2011, p.554).

Assim, quando o TPE propõe que a educação pública se pautar por um currículo básico, está, na verdade, reduzindo ou limitando a formação da classe social que usualmente frequenta a escola pública.

3.5.1. Capital Humano, Capital Social e Todos pela Educação

Em seu projeto, o Movimento considera imprescindível a criação de “capital social” em torno da qualidade da educação:

uma sociedade com capital social elevado é aquela que formula objetivos de médio e longo prazos, é capaz de gerar coesão social em torno desses objetivos e manter constância de propósito na sua consecução, mesmo em face das adversidades (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 25).

A Teoria do Capital Social, sistematizada nos Estados Unidos, por autores como Francis Fukuyama e James Coleman, afirma que “*o capital social é a ‘capacidade’ de articulação de grupos de indivíduos e/ou comunidades locais para resolver problemas sociais imediatos, revertendo a pobreza em uma atitude não passiva diante do Estado*” (MARTINS & GROppo, 2010, p. 97-102). Na análise de Pires (2005), toda política educacional que, de algum modo, procure envolver a comunidade em sua formulação,

gestão e implementação, estará se orientando pelo capital social como uma de suas diretivas, ainda que indiretamente. Contudo, continua o autor,

isso é marginal no estabelecimento de uma relação clara e concreta entre capital social e educação. Mais importante é notar que a educação é uma das áreas de atuação dos atores sociais que melhores e mais rápidas oportunidades cria para a disseminação de ideárias e comportamentos, tanto que os reformadores sociais com frequência recorrem a ela como instrumento de mudança (PIRES, 2005, p. 89, grifos meus).

Ao mesmo tempo em que tenta elevar o Capital Social da sociedade brasileira, o TPE também afirma que a educação não só teria potencial para consolidar o desenvolvimento sustentável e a distribuição de renda⁹⁶, como teria, ainda, o poder de combater a pobreza, reduzir a desigualdade social e fazer com que o Brasil se posicione no mundo como exemplo de democracia e de desenvolvimento social e econômico⁹⁷. Isso fica evidente no entendimento que o Movimento tem em relação à política social:

BASES POLÍTICAS SOCIAIS:

Uma boa política social deve ter duas qualidades fundamentais: (i) ser redistributiva (promover a capilarização de recursos e oportunidades) e autopromotora (levar à emancipação pessoal, social e produtiva de seus destinatários). Nenhuma política pública é mais redistributiva e autopromotora que a educação. Por isso, mais do que uma política setorial, a educação deve ser considerada uma política estratégica para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de uma Nação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 24).

Ao situar a educação como política estratégica para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de uma nação, o TPE aproxima-se da denominada Teoria do Capital Humano – TCH⁹⁸. Desde o final da década de 1950, Theodore Schultz,

⁹⁶ O GLOBO. Educação para desenvolver o país. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 out. 2010; RAMOS, M. N. Por um Brasil sustentável. *Correio Braziliense*, DF, 24 out. 2010; VILELLA, M.; RAMOS, M. N. A educação mobilizando o Brasil. *Folha de São Paulo*, 24 mai. 2010.

⁹⁷ CRUZ, P. Educação, uma agenda urgente. *O Estado de São Paulo*, 09 abr. 2011.

⁹⁸ A Teoria do Capital Humano apresentada pelo economista Theodore Schultz (1902 – 1998) tinha por objetivo explicar os ganhos de produtividade gerados pelos trabalhadores na produção. A conclusão apontou que, quanto mais qualificado o trabalhador, maior a produção e o “ganho” individual. O pressuposto central da Teoria é o de que o capital humano é algo produzido, isto é, resultado de decisões deliberadas de investimento em educação e/ou em treinamento. A Teoria de Schultz tomou corpo e encontrou campo nos diferentes caminhos da educação com o trabalho do também economista Gary Becker (1930), que publicou, em 1964, a obra *Human Capital: a theoretical and empirical analysis with especial reference to education*, pela Universidade de Columbia. O discurso econômico hegemônico apregoa que o grau de educação de cada indivíduo correlaciona-se positivamente com os rendimentos pessoais e, a teoria do Capital humano, afirmando que uma educação adicional elevaria rendimentos futuros, subsidia esses discursos. A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação, é a de que aumentos significativos na renda de um país são consequências de adições a essa forma de capital. A “educação investimento” obedece a uma opção racional entre custos atuais e renda futura, no contexto mais amplo da maximização dos retornos individuais e/ou sociais. Fonte: Verbete Teoria do Capital Humano. In: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/t.html>. Acesso em: 04/2013. Cf. SCHULTZ (1973).

um dos expoentes da TCH, associa essa teoria ao processo de desenvolvimento econômico, identificando mecanismos que podem levar ao crescimento econômico, seja pela via do investimento público, seja pelo caminho da decisão individual de investir em capacitação para se adquirir melhores remunerações (PIRES, 2005, p. 75).

Com as mudanças da realidade ocorridas a partir da década de 1990, a TCH é adaptada para um mundo onde o trabalho é precário. A partir da noção de “empregabilidade”⁹⁹, seu enfoque passa a ser o dos recursos humanos com o diferencial de não mais admitir o conceito de emprego (PIRES, 2005, p. 82; LEHER, 2010c, p. 42-43). Dessa forma, o aspecto “microeconômico” do Capital Humano se fortalece, destacando sua lógica individualista em que o “fornecedor do trabalho” é motivado a aumentar seu conhecimento, supostamente ampliando sua possibilidade de ganhos salariais. De acordo com a análise de Pires (2005):

Aquilo que Schultz já alertava - o capital humano rende mais que outras formas de capital - agora é apresentado como algo sem volta: o valor por excelência está na qualificação do trabalho e sem ele não há possibilidade de a empresa obter vantagem competitiva. [...] Não há espaço para empresas que não sejam inovadoras, isto é, que, logicamente, precisam mais e mais de capital humano, gente com capacidade para criar, inovar e não apenas para executar tarefas rotineiras de baixa qualificação (PIRES, 2005, p 80).

Nesse contexto, analisa Leher (2010c, p. 43), a educação “*deveria ser calibrada às condições particulares do capitalismo dependente nos anos 1990, expressando os anseios particularistas das frações dominantes no bloco de poder*”¹⁰⁰. Isso, porque, diferentemente da abordagem de Schultz e dos clássicos da economia, a partir da década de 1990, a TCH é apresentada de forma mais pragmática, compreendendo “*capacidade (entendida como conhecimento, habilidade e talento), comportamento (definido como ‘formas observáveis de agir que contribuem para a realização de uma tarefa’) e empenho (‘aplicação consciente de recursos mentais e físicos para determinado fim’)*” (PIRES, 2005, p. 82), colocando, assim, em evidência o lugar dos sistemas de educação formal.

⁹⁹ Cf. estudos de Thomas Davenport: DAVENPORT, Thomas. *Ecologia da informação*. São Paulo, Futura, 1999; DAVENPORT, Thomas. *O Capital humano*. São Paulo: Nobel, 2001.

¹⁰⁰ No cenário brasileiro, o governo de Cardoso “*foi pragmático e coerente com as avaliações feitas anteriormente pelo Banco Mundial sobre o futuro do trabalho no Brasil. A meta era a formação superficial da massa trabalhadora, objetivando a difusão de habilidades instrumentais e a socialização de um certo ethos cultural pró-sistêmico, afim ao padrão de acumulação então em curso*” (LEHER, 2010c, p. 43).

O que se percebe é que os pressupostos das propostas do TPE conjugam tanto a TCH nos termos apresentados por Schultz, ou seja, como elemento de crescimento econômico, quanto em seu sentido mais pragmático, como investimento individual, ou seja, um requisito para a empregabilidade.

Além do mais, para o TPE, a educação, ao elevar o capital social e o capital humano dos indivíduos, possibilitaria sua inclusão social:

Se, até aqui, a educação foi um fator de ascensão social, permitindo às pessoas maiores chances de subirem na vida, daqui para frente a educação será, cada vez mais, um fator de inclusão social. Isto significa que as pessoas que não tiverem pelo menos 8 a 10 anos de educação escolar de boa qualidade não terão condições sequer de participar do cotidiano da vida social, ou seja, serão excluídas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 5).

Nesse sentido, a visão de inclusão social via educação adotada pelo TPE assemelha-se à sustentada pela posição de alguns autores que a identificam como Terceira Via. Para esta, a principal forma de desigualdade, em tempos de globalização e economia de conhecimento, não se dá tanto pela diferença de renda, mas pela “exclusão social” (GIDDENS, 1999, p. 114-120).

Leher (2010b) chama a atenção para os fundamentos, diagnósticos e alternativas que o discurso hegemônico neoliberal vem apresentando no âmbito da educação:

Diagnóstico: o sistema de educação público é ineficiente, de baixa qualidade, ministrado por professores desprovidos de responsabilidade social e indiferentes às múltiplas identidades dos pobres. É, em uma palavra, excludente. É, portanto, responsável pela exclusão social e pela pobreza. Como as políticas públicas centradas no Estado falharam, é preciso promover parcerias com a sociedade civil, em especial com as organizações imbuídas de responsabilidade social e comprometidas com o desenvolvimento sustentável. A participação da sociedade civil é indispensável para identificar os grupos vulneráveis de excluídos que precisam ser “empoderados” para que adquiram empregabilidade ou se afirmem como empreendedores, condições para a inclusão social e a cidadania e, assim, garantir a paz social e a governabilidade. Alternativas: a melhoria da qualidade da educação tem de ser baseada em indicadores objetivos conferidos por sistema externo de avaliação que fundamentem as metas a serem alcançadas. O alcance das metas exige o envolvimento de novos parceiros da sociedade civil. Os docentes devem ser estimulados por meio de recompensas que envolvam toda a escola. Para ser inclusivo, é imprescindível que o ensino seja focado em

competências condizentes com as múltiplas identidades dos pobres e produzam resultados práticos imediatos, como o alívio à pobreza (LEHER, 2010b).

O cerne da crise educacional, para o TPE, encontra-se na relação entre sociedade e Estado. Portanto, deve-se mudar a cultura de delegar somente ao Estado a responsabilidade pela educação. Segmentos da sociedade civil, a partir de propostas consensuais, devem compartilhar a responsabilidade pela tarefa educacional com o Estado, quer seja na execução, quer seja na forma de colaboração.

O sentido das propostas do TPE resgatam a TCH e o tema da importância do Capital Social, conjugando, nesse momento, desenvolvimento econômico, empregabilidade, inclusão social e a colaboração para resolução de problemas. Nessa visão, toda a sociedade e cada indivíduo deve se sentir corresponsável pela educação do país.

A reorganização da educação pública se pautaria nas propostas compartilhadas/consensuais entre TPE e Governo, incorporando critérios empresariais: o gerencialismo deve constituir o projeto de educação para o país, regulando toda a política educacional. A materialização dessas propostas se dá através da atuação dos governos por meio de um aperfeiçoamento de mecanismos de controle que combinam estratégias centralizadoras (exames padronizados, aplicados em larga escala, índice de qualidade nacional, metas nacionais – cultura de metas) e, ao mesmo tempo, descentralizadoras (mecanismos de financiamento que repassam recursos para os níveis cada vez mais locais – FUNDEB, PDDE, PAR –, políticas focalizadas, mecanismos de controle da gestão, e responsabilização), significando uma penetração em todos os âmbitos educativos.

Procurando compreender o projeto do TPE, percebe-se que suas propostas para educação trazem em seu bojo a alteração na relação entre sociedade e Estado no que se refere ao espaço de produção e implementação de políticas públicas. Isso porque, na correlação de forças entre classes sociais e suas frações por um projeto para educação, esse Movimento utiliza como estratégia de legitimação e de adesão de outros segmentos a construção de consensos, o fortalecimento de discursos e a difusão de ideais - temas que serão abordados no próximo capítulo.

Capítulo 4

Organização, Estrutura e Formas de atuação do Todos pela Educação

4.1. Organização e Estrutura do Todos pela Educação

A ampliação dos parceiros e a projeção midiática fizeram com que o TPE alcançasse o estatuto de especialista em educação, tornando-se um movimento de dimensão nacional. Entretanto, dentro de sua estrutura organizativa, os lugares de decisão (presidência, conselhos, coordenações) ainda são ocupados, predominantemente, por empresários, os quais demarcam as diretrizes e interesses fundamentais desse movimento.

Juridicamente, o TPE constitui-se como uma organização da sociedade civil. Seu organograma coincide com a teoria moderna de administração de empresas, contemplando um desenho organizacional moderno de estrutura matricial¹⁰¹ que se pauta por uma racionalidade tipicamente empresarial. Sua estrutura administrativa está baseada em um Conselho de Governança, que se formalizou em 2007, a partir de uma proposta elaborada pelo secretário executivo do GIFE, Fernando Rossetti, e do advogado Eduardo Szazi. A ideia da estrutura de governança era que esta *“desse conta da pluralidade e da diversidade da grande aliança que constitui o movimento. Um formato que acolhesse a todos, e, ao mesmo tempo, garantisse agilidade ao processo de tomada de decisão”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 31).

Cerca de 100 sócio-fundadores compõem uma Assembleia que é presidida por Jorge Gerdau Johannpeter e se divide em: fundadores, mantenedores e instituições (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 46). Essa Assembleia é responsável por eleger o Conselho de Governança, composto por 20 representantes (12 fundadores, 4 mantenedores e 4 institucionais).

O Conselho de Governança é assessorado por quatro comissões: Articulação, Técnica, Comunicação e Relações Institucionais e conta ainda com um Conselho Fiscal. O

¹⁰¹ Sobre Teoria da Administração de Empresas, ver MAXIMIANO, 2004.

Comitê Gestor, formado pelos coordenadores das Comissões juntamente com o diretor-executivo e o representante do presidente do TPE, é responsável pela interlocução com a equipe-executiva e pelo acompanhamento dos trabalhos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 46).

Dessa forma, a estrutura organizacional do TPE, em 2012, apresenta-se assim:

- **Presidente:** Jorge Gerdau Johannpeter
- **Conselho de governança:** Ana Maria Diniz (Grupo Pão de Açúcar); Antônio Jacinto Matias (Grupo Itaú); Beatriz Bier Johannpeter (Grupo Gerdau); Cesar Callegari (ex-secretário de Educação Básica); Daniel Feffer (Grupo Suzano Celulose); Danilo Santos de Miranda (SESC); Denise Aguiar Alvarez (Grupo Bradesco); Fabio Coletti Barbosa (Grupo Abril); Fernão Bracher (Itaú BBA); José Francisco Soares (UFMG); José Paulo Soares Martins (Grupo Gerdau); José Roberto Marinho (Organizações Globo); Luís Norberto Pascoal (Grupo Dpaschoal); Luiz Paulo Saade Montenegro (Instituto Paulo Montenegro); Maria Lucia Meirelles Reis (Instituto Faça Parte); Milu Villela (Grupo Itaú); Mozart Neves Ramos (UFPE); Ricardo Young da Silva (Instituto Ethos); Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna); e Wanda Engel Aduan (Grupo Unibanco).
- **Comitê Gestor:** Ana Maria Diniz (Grupo Pão de Açúcar); José Paulo Soares Martins (Grupo Gerdau); Luís Norberto Pascoal (Grupo Dpaschoal); Milu Villela (Grupo Itaú); Priscila Fonseca da Cruz (Instituto Faça Parte); e Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna).
- **Conselho Fiscal:** Carlos Mário Siffert (Grupo Promon); Horácio Lafer Piva (Irmãos Klabin & Cia); e Jayme Sirotsky (TV Rede Brasil Sul).
- **Coordenação das Comissões:** *Comunicação:* Ana Maria Diniz; *Articulação:* Milu Villela; *Técnica:* Viviane Senna; e *Relações Institucionais:* Luís Norberto Paschoal.
- **Equipe executiva:** Priscila Fonseca da Cruz (Diretora Executiva); Andrea Bergamaschi (Coordenadora Geral); Camilla Salmazi (Relações com a Mídia); Carolina Fernandes (Campanhas e Eventos); Diana Lima

(Logística); Lucas Rodrigues (Estagiário de Conteúdo); Mariana Mandelli (Jornalista); Rose Rodrigues (Financeiro); Simone Bega Harnik (Publicações)¹⁰².

Nota-se que, na composição geral do TPE, à exceção da equipe executiva, a maioria dos cargos é ocupada por empresários ou pessoas ligadas a grupos empresariais.

4.2. Financiamento e parcerias estratégicas

Financeiramente, o TPE organiza-se a partir da captação de recursos privados, feitos através de doações de grandes grupos empresariais. Para iniciar o Movimento, foram captados US\$ 750 mil, além de espaços gratuitos concedidos pela mídia (OPPENHEIMER, 2010, p. 224). Este fato, na visão da diretora-executiva do Movimento, se explica porque:

[Somos] um movimento que tem apoio, recursos financeiros dos empresários, que é importante. Se a gente quer se manter independente do governo não podemos ter dinheiro de governo. Por isso que a gente fala, a gente é 100% financiado pela iniciativa privada. [...] E os empresários ao colocarem o dinheiro, o que é o correto? É conhecer o projeto, se aproximar (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

Os patrocinadores do Movimento são divididos em três níveis, conforme o valor de sua doação. Cada nível corresponde a um tipo de cota:

- *Cota Diamante* - Grupo Gerdau;
- *Cota Ouro* - Banco ABN AMRO Real, Banco Itaú, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Suzano Papel e Celulose e Fundação Educar Dpaschoal;
- *Cota Bronze* - Banco Santander Banespa; REDE - Celtins; Instituto Ayrton Senna (TODOS PELA EDUCAÇÃO *apud* SIMIELLI, 2008).

No âmbito internacional, o BID financia¹⁰³ e incentiva o TPE através de diversos Convênios de Cooperação Técnica Não-Reembolsável(is), tal qual constam em seus documentos:

¹⁰² Fonte: www.todospelaeducacao.org.br. Acesso em: 08/2012.

A Divisão de Educação do BID se compromete em atuar como colaboradora e facilitadora de iniciativas inovadoras para uma mudança educacional nos países fomentando as alianças entre a sociedade civil, o setor privado e a educação pública na América Latina e Caribe¹⁰⁴.

O TPE também conta com apoiadores na área de comunicação (Instituto Razão Social, MC Comunicação, Fundação Telefônica, Fundação Bradesco, Rapp Collins, Agência África, DM9DDB, TV1, Rede Record e Lew’Lara) e de estrutura física (Centro de Voluntariado de São Paulo e Instituto Faça Parte).

A estrutura de parcerias e apoios, sobretudo nas áreas de comunicação¹⁰⁵ e estrutura física, garantem ao TPE um custo de operacionalização baixo frente ao patamar financeiro de seus apoiadores.

Nós somos muito poucos aqui. Temos 9 pessoas, a equipe é muito enxuta. Quando se ouve falar de ONGs pequenas, [elas] têm 40 pessoas, nós somos 9. A gente tem muito trabalho voluntário, como por exemplo, comunicação, etc. [...] A gente tenta [transmitir os ideais]: com pessoas, com encontros, com o Consed, com a Undime, com os pesquisadores, com pesquisa de Ibope, com uma porção de coisas. Chegar mais na ponta é muito complicado porque nós somos pequenos e temos pouco dinheiro. Tudo nosso é emprestado, o espaço, a luz, o ar condicionado, o condomínio, o IPTU, tudo é emprestado. Dá a impressão de que a gente tem muito dinheiro, mas não temos (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

A forma de financiamento também apresenta sua configuração estratégica:

Sob os regulamentos do grupo, não foram aceitos na diretoria membros que ocupassem cargos políticos, nem verbas do Estado, nem contribuições superiores a US\$150 mil de nenhuma empresa em particular, para que o esforço não acabasse manipulado politicamente pró ou contra o governo, nem terminasse monopolizado por alguma das grandes empresas que o financiavam (OPPENHEIMER, 2010, p. 224-225).

¹⁰³ O BID financia os Convênios de Cooperação Técnica Não-Reembolsável(is) No. ATN/KP-13461-BR; ATN/CF-13488-BR e ATN/BC-13487-BR. Projeto Movimento Todos pela Educação: Novas Práticas Educativas e Agenda de Políticas.

¹⁰⁴ Tradução livre da autora, a partir do original: “*La División de Educación del BID se ha comprometido a actuar como colaborador y facilitador de iniciativas innovadoras para un cambio educacional en los países fomentando los enlaces entre la sociedad civil, el sector privado y la educación pública en Latinoamérica y el Caribe (LAC)*”. Fonte: <https://events.iadb.org/calendar/eventDetail.aspx?lang=ES&id=3055>. Acesso em: 04/2013.

¹⁰⁵ Os primeiros materiais de divulgação impressos foram elaborados voluntariamente pela agência de publicidade Lew’Lara. As parcerias com a Rede Record, Rede Globo de Televisão, Grupo ABC (Nizan Guanaes) e Conspiração Filmes viabilizaram, voluntariamente, a produção de vinhetas com a participação de artistas televisivos. Além disso, foram produzidos e veiculados jingles de rádio, através da parceria entre o grupo ABC e as emissoras Nativa, 89 FM e Alpha e os grupos CPM 22 e NXZero, entre outros (SIMIELLI, 2008).

Além disso, o Movimento possui parcerias que não se caracterizam pelo financiamento, mas demarcam um cunho político, dentre as quais destacam-se as estabelecidas com: Conselho Nacional de Educação – CNE, CONSED, Unicef, Unesco, Gife, Instituto Ethos, MEC, Ministério Público Federal e Undime. Para além dos trabalhos em conjunto desenvolvidos entre TPE e tais instituições, essas parcerias evidenciam coincidências entre interesses estratégicos e políticos e o nível de articulação entre as organizações.

Não receber dinheiro do governo, que também é uma particularidade [do TPE] que ajuda muito. A gente trabalha em consonância com o governo no seguinte sentido ‘Eu preciso deles coisas que são muito mais valiosas que o dinheiro, por exemplo, os dados do INEP’. A gente precisa dos números. Mas, dinheiro, a gente não recebe de nenhum governo. Então a gente tem uma independência (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Apesar do baixo custo de operacionalização que o TPE consegue manter devido à sua forma de organização (sistema de cotas, parcerias estratégicas e apoios voluntários), é possível perceber que este Movimento possui recursos (financeiros, técnicos, organizacionais e simbólicos) que o situa de maneira peculiar na sociedade. Na tentativa de incorporar à sua causa outros segmentos da sociedade (através do apelo a temas caros à educação) e, ao mesmo tempo, reorganizar a educação pública, oferecendo sua experiência gerencial e não apenas recursos materiais, o TPE tenta esquivar-se da atuação filantrópica tradicional. Leher (2010b) caracteriza essa forma de atuação como “neofilantropia empresarial”. Outros autores, como Verger (2012), usam o termo “filantropismo”.

4.3. Formas de atuação

O TPE organiza sua atuação a partir de três eixos que têm por objetivo:

influenciar a demanda da sociedade pela educação – por meio da comunicação -, a oferta, por meio da articulação com outras entidades e com as esferas governamentais, e a quantidade e a qualidade das informações sobre o tema, por meio do acompanhamento e da divulgação de dados, pesquisas e informações relacionadas à educação e às 5 Metas, tendo como resultado uma mobilização efetiva (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 30).

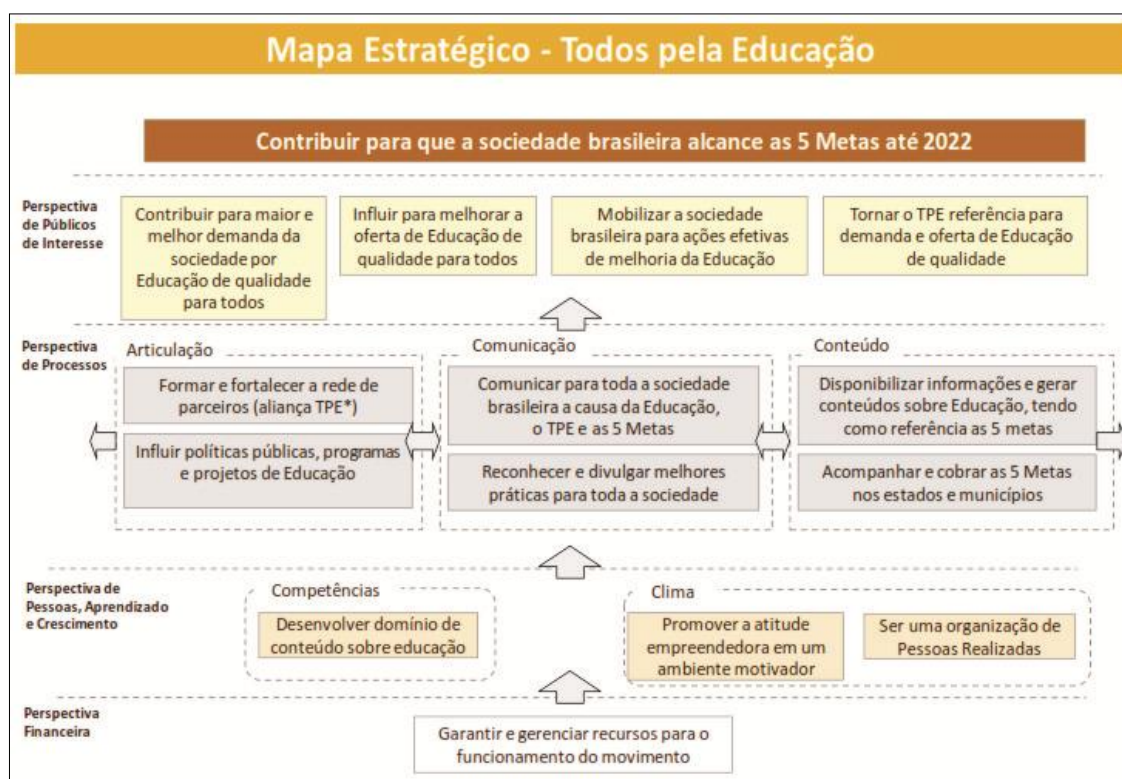
Podemos identificar esses eixos à Frentes de Trabalho, são elas: Articulação e Relações Institucionais – visa o fomento do debate e da mobilização; Comunicação e

Mobilização – tem por objetivo a maior inserção do tema Educação Básica na mídia; e Geração de Conhecimentos Técnicos – monitora e analisa os indicadores educacionais oficiais.

Quanto a nossa atuação, que é o nosso tripé atual, que é fazer produção técnica, ser o observatório da educação, produzir relatórios, pesquisas, colocar isso de forma transparente, pública, para todo mundo, etc. Comunicação, uma ideia de colocar mais isso na imprensa, sensibilizar a população, criar controle social, fazer as pessoas demandarem mais educação de qualidade, enfim. E articulação política, fazer incidência, debates sobre Plano Nacional de Educação, Lei de responsabilidade educacional, projeto com o Inep, projeto no MEC, todos os nossos projetos de articulação (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

O trabalho dos três eixos de atuação é viabilizado pelo Comitê Executivo, e assessorado por comissões de especialistas – formadas por empresários, professores universitários, políticos, que dão respaldo ao trabalho. Trataremos especificamente dessas Frentes de Trabalho mais adiante. Apresentamos, a seguir, um “Mapa Estratégico” do Movimento que sintetiza sua organização.

Quadro 3 – Mapa Estratégico – Todos pela Educação



Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c, p. 2.

Essas três frentes de trabalho se articulam na busca por uma legitimidade do projeto educacional proposto pelo TPE frente à sociedade. Assim, as ações voltadas para a articulação e as relações institucionais objetivam um grande alinhamento entre o Movimento, as três esferas de governo e a iniciativa privada. O trabalho da área técnica traz o embasamento teórico e procura dar credibilidade ao Movimento, sendo base para as ações da área de Comunicação. Esta busca difundir o conhecimento teórico e colocar o tema da educação na pauta de discussões da sociedade.

A seguir, trataremos especificamente da atuação prioritária de cada Frente de Trabalho, ressaltando que estas trabalham de modo articulado.

4.4. Geração de Conhecimento técnico

O trabalho do eixo *Geração de Conhecimento técnico* é fundamental para subsidiar os demais eixos de trabalho (comunicação, articulação e relações institucionais) e para dar sustentação à defesa das cinco metas. Além de produzir conhecimentos sobre a realidade da educação brasileira, este eixo também monitora a evolução das cinco metas em cada estado brasileiro com base em projeções pré-definidas pelo próprio TPE. Este trabalho é viabilizado com o respaldo de uma Comissão Técnica, composta por acadêmicos, economistas e políticos, sob a coordenação de Viviane Senna:

No trabalho da área técnica do TPE,

A comissão técnica, coordenada por Viviane Senna, é a comissão mais ativa. O TPE é um movimento da sociedade civil, é um grupo de pessoas que se uniu em torno de uma causa [...], mas não são especificamente educadores, são pessoas das mais diversas áreas, preocupadas com a qualidade da educação. A gente precisava ter uma comissão técnica que soubesse do que está falando, que entendesse, e tentasse nos ajudar na definição das metas. Então essa comissão técnica [...] tem pessoas que são as mais expressivas na parte de educação. [...] Essas pessoas, com o apoio da Viviane Senna, são as que definem a parte técnica pra nós (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Para o TPE, a atuação dessa comissão

tem como um dos principais diferenciais a expressão clara e objetiva daquilo que se pretende alcançar na educação brasileira, dentro de um prazo pré-estabelecido. Essa é uma atuação diferenciada, uma vez que planos e documentos de intenção

se multiplicam na história da educação brasileira, mas não há como afirmar se obtiveram sucesso ou em que parte fracassaram, porque não definem metas possíveis de serem monitoradas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 8).

Na época da fundação do TPE, compunha a comissão técnica:

- Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) – Coordenadora;
- Cláudia Costin (Fundação Victor Civita, Secretária de Educação do RJ);
- Cláudio de Moura Castro (Economista - Sistema Universitário Pitágoras);
- Creso Franco (PUC/RJ);
- Gustavo Ioschpe (Economista / Iochpe-Maxion);
- José Francisco Soares (ABAVE, UFMG);
- Marcelo Neri (FGV/RJ);
- Maria Helena Guimarães de Castro (Representante do PREAL no Brasil, ex-secretária de educação de São Paulo / Parceiros da Educação);
- Nilma Fontanive (Fundação Cesgranrio);
- Raquel Teixeira (Profa. UFG /ex-deputada federal PSDB);
- Reynaldo Fernandes (Ex-presidente do INEP/ CNE / USP);
- Ricardo Chaves Martins (Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados);
- Ricardo Paes de Barros (IPEA, Academia Brasileira de Ciências);
- Ruben Klein (Fundação Cesgranrio).

Em 2012, além do grupo citado anteriormente, a comissão técnica do TPE ainda contava com:

- Célio da Cunha (consultor da Unesco);
- Maria Auxiliadora Seabra Rezende (Presidente do CONSED e Secretária de Educação do Tocantins);
- Mariza Abreu (Secretária de Educação do RS)¹⁰⁶.

Na pesquisa de Malini (2009, p. 118), é possível perceber como alguns parceiros que integram o TPE podem exercer mais influência nas diretrizes do Movimento do que outros. Este é o caso do Instituto Ayrton Senna – IAS, cuja presidente – Viviane Senna –, é também coordenadora da comissão técnica do TPE. Margareth Goldenberg, diretora Executiva do IAS, *“sugere a dimensão dessa proximidade ao declarar que ‘outros comitês são mais de divulgação [...] A parte hard, vamos dizer assim, do Todos Pela Educação, é aqui mesmo, internamente, que a gente faz’”* (MALINI, 2009, p. 118).

¹⁰⁶ Fonte: www.todospelaeducacao.org.br. Acesso em: 08/2012.

Percebe-se que a comissão técnica conta com um grupo de pessoas com experiência na área de educação e cuja atuação tem marcado a política educacional brasileira¹⁰⁷. Além de legitimar e dar credibilidade às proposições do TPE, a composição da comissão técnica deixa transparecer um posicionamento político.

Então são pessoas que dão muita credibilidade para um movimento de pessoas avulsas, grande maioria delas sem ser educador ou da área de educação. Eu acho que um dos pontos fortes do TPE foi ter conseguido a adesão de pessoas que participaram e participam efetivamente da comissão técnica, pessoas que são tão consideradas. Eu acho que a gente conseguiu que a produção técnica não fosse “chapa branca”, porque as metas são difíceis (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Em conjunto com a equipe executiva, a comissão técnica produz documentos e sistematiza dados e indicadores estatísticos, além de divulgar relatórios periódicos, atuando, assim, como um *Think Tank* da educação.

Anualmente, o TPE divulga o relatório “De olho nas Metas” por meio impresso e digital¹⁰⁸. Sua primeira edição foi lançada em 2007, durante um evento¹⁰⁹ organizado pelo Movimento Brasil Competitivo, em parceria com o TPE e o Consed. Esse relatório converteu-se em um instrumento fundamental para o TPE, devido ao seu caráter técnico. Ao apresentar os dados da evolução de suas 5 metas, o TPE, ao mesmo tempo em que se estabelece como referência para a mídia e para pesquisadores, “instrumentaliza” a sociedade para a fiscalização e cobrança dos governos por uma educação nos moldes propostos pelo TPE. Assim, através desse relatório “*o movimento dava forma e conteúdo a um dos pilares fundamentais de sua estratégia*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 7).

Desde então, o movimento se firmou como referência quando o assunto é qualidade da educação. Consolidou-se assim uma mudança cultural representada pela adoção de metas que iam muito além da declaração de intenções – eram mensuráveis e verificáveis, a partir de indicadores sólidos que começaram a estar disponíveis em meados da década de 1990, com a criação do Sistema de

¹⁰⁷ Malini (2009, p. 118) destaca a importância da comissão técnica do TPE para o futuro do PDE. Para este autor, “foi del[a] que saíram as cinco metas que norteiam as 28 diretrizes do Compromisso Todos Pela Educação”. Este tema será abordado no Capítulo 5 dessa pesquisa.

¹⁰⁸ Os relatórios podem ser acessados no Portal De Olho na Educação (www.deolhonaeducacao.org.br).

¹⁰⁹ O evento “A Educação que precisamos para a o País que queremos” ocorreu em 30 de novembro de 2007 e reuniu secretários de educação de todo o país, jornalistas e convidados, e foi destaque na mídia, com especial ênfase no Jornal Nacional, da TV Globo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

O TPE também produz outros documentos os quais fundamentam e apresentam à sociedade e aos governos suas propostas para educação pública brasileira demarcando sua posição¹¹⁰. Dentre os documentos, destacam-se as recomendações técnicas (como no caso do “Guia de Melhores Práticas Educacionais”¹¹¹), as notas com comentários a respeito de políticas educacionais¹¹², os documentos com diagnósticos atualizados da educação brasileira¹¹³ e as pesquisas de opinião a respeito da educação pública encomendadas pelo TPE¹¹⁴. Ademais, os mecanismos de controle e acompanhamento de metas elaborados e difundidos pelo TPE alcançam o nível de monitoramento de cada escola (pública ou privada) em território nacional¹¹⁵.

A partir da suposta neutralidade técnica, os diversos “produtos” que o TPE elabora e divulga fazem parte da estratégia de construção do projeto educacional do Movimento. Tais “produtos”, além de reunir dados da educação no Brasil, nos estados e nos municípios, também apresentam “*recomendações sobre como cada um pode fazer a sua parte, bons exemplos, e uma seção de comunicação, para ajudar o jornalista a colocar a Educação em destaque*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

4.4.1. Metas do Todos pela Educação e a “Cultura de Metas”

O objetivo principal do TPE é a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira, e, segundo seus parâmetros, a qualidade da educação traduz-se em metas e indicadores. Assim, o Movimento pretende consolidar na educação pública brasileira uma “Cultura de Metas” porque

¹¹⁰ Compromisso Todos pela Educação. Rumo a 2022. (2006) Mimeo; Compromisso Todos pela Educação. Bases Éticas, Jurídicas, Pedagógicas, Gerenciais, Político-Sociais e Culturais, (2006) Mimeo.

¹¹¹ A Comissão Técnica do Todos Pela Educação iniciou a elaboração do Guia de Melhores Práticas Educacionais, elaborado pelo TPE, que tem por objetivo orientar administradores, professores, pais e alunos sobre ações que afetam positivamente o desempenho escolar dos alunos. O processo contou com a colaboração da ex-secretária de Educação de Santo André, Cleuza Repulho (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

¹¹² Como exemplo, citamos o documento: “Algumas contribuições do Todos Pela Educação ao Plano Nacional de Educação 2011-2020”, amplamente divulgado pelo TPE.

¹¹³ TODOS PELA EDUCAÇÃO. (CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano. (orgs.)). *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. São Paulo, Todos Pela Educação; Editora Moderna, 2012a.

¹¹⁴ Pesquisa de opinião a respeito da qualidade da Educação, encomendada pelo TPE ao IBOPE, em 2007.

¹¹⁵ No sítio eletrônico do TPE é possível consultar dados como número de matrícula, fluxo, taxas de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação, distorção idade-série e infraestrutura de cada uma das escolas brasileiras da rede pública ou privada, situadas em zona rural ou urbana, nos níveis: Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio. Os dados informados são do MEC/INEP/DTDIE.

as Metas de qualidade do Todos Pela Educação, as metas educacionais do Governo Federal, ou eventuais metas dos governos estaduais, devem figurar entre os principais objetivos de trabalho desses agentes. Nesse sentido, é importante introduzir a ‘cultura de estabelecer e cumprir metas’ no ambiente institucional do setor público (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 43-44).

Mesmo reconhecendo as críticas, para o TPE é necessário que se implemente essa prática. Segundo a sócio-fundadora do TPE:

Quando a gente começou, tinha uma grande parte das pessoas da educação que achava que metas são um modelo empresarial e não se pode vender a educação para um modelo empresarial e hoje as pessoas já entendem que se você não tem metas você não sabe para onde vai, que é necessário que existam as metas, mas vamos discutir o valor das metas. Então, já melhorou incrivelmente. O valor das metas sempre tem que ser discutido, mas precisa existir uma meta. (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Para o TPE, o cumprimento de suas cinco metas constitui-se como um indicativo de garantia da melhoria da qualidade da educação. Suas metas contemplam tanto os aspectos quantitativos, de fluxo e acesso escolar, como os aspectos que dizem respeito à qualidade da educação e ao aprendizado dos alunos. As metas incluem, também, o financiamento e a gestão de recursos públicos para a educação. Como veremos no próximo subitem deste Capítulo, elas abrangem 5 aspectos da educação: acesso, alfabetização, qualidade, conclusão e investimento/gestão. Quatro delas estão dirigidas diretamente ao aluno. A quinta meta (financiamento/gestão) refere-se à viabilização das anteriores e, de acordo com Simielli (2008, p. 158), foi “*uma solicitação de UNDIME, CONSED e MEC*”.

A “cultura de metas” não se configura como um dado novo para a educação brasileira. Há várias décadas organismos internacionais recomendam sua adoção nos diferentes níveis de elaboração de políticas. Ademais, constata-se sua influência no marco legal da educação brasileira desde a LDB/96, além de sua presença no Plano Nacional de Educação de 2001 – Lei N^o 10.172/2001. A introdução dessa cultura no Brasil ocorreu na década de 1990, quando foi implementado um sistema de avaliação em escala nacional, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)¹¹⁶ que, desde então, forneceria

¹¹⁶ O SAEB foi implementado pelo INEP em 1990. Em 1995 o sistema foi reformulado para permitir a comparação de resultados de diferentes edições. Os exames (Língua portuguesa e Matemática) são aplicados bianualmente em alunos matriculados nas 4as e 8as séries do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas e particulares, rurais e urbanas. Fonte: INEP.

indicadores a respeito do nível de aprendizagem dos estudantes brasileiros a partir dos resultados de avaliações em larga escala.

A novidade, portanto, refere-se ao fato de o TPE apresentar para a sociedade metas (finais e intermediárias) mensuráveis com prazo para seu cumprimento, assim como mecanismos de controle e acompanhamento de tais metas. O TPE

acredita que um compromisso efetivo por uma educação de qualidade requer objetivos claros, a serem alcançados em prazo determinado. Planos e documentos de intenção se multiplicam na história da educação brasileira, mas não há como afirmar que tiveram sucesso ou fracassaram, pois não trouxeram explícitas as metas a serem perseguidas ou o prazo em que elas deveriam ser alcançadas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007b, p. 2).

Esse dado também coloca o TPE numa posição distinta perante outros movimentos e/ou grupos da sociedade civil que historicamente lutaram por educação no Brasil. Para o TPE, a apresentação à sociedade brasileira das cinco metas a serem alcançadas até 2022 expressaria um elemento novo no cenário educacional, além de credenciar o Movimento a participar dos debates a respeito da educação pública no país: *“Foi uma mudança cultural significativa que se iniciou com a adoção de metas que iam muito além de uma declaração de intenções: eram mensuráveis e verificáveis”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 7).

4.4.1.1. Processo de elaboração das metas

A configuração da comissão técnica do TPE apresenta-se como uma chave para compreender sua articulação com os governos atuais. Para além do alinhamento e proximidade existentes com o governo federal, as metas do TPE e sua expressão quantitativa foram engendradas por sujeitos que compõem a comissão técnica do Movimento e, simultaneamente, fazem ou fizeram parte de instâncias do governo executivo a partir do primeiro mandato de Lula da Silva:

Tem gente do MEC no Comitê Técnico [do TPE] desde o início. Então o ministro foi, porque ele de algum modo acompanhou toda a formulação das metas. E quem estava na formulação era o então presidente do Inep na época, que era o Reynaldo Fernandes, que é hiper próximo do ministro. E o ministro gosta muito de fazer contas. Então, as contas que saiam de lá, certamente o Reynaldo conversava com ele. Essa fusão, ou melhor, essa aproximação, a meu ver, foi porque o ministro percebeu que o TPE podia cumprir um papel na sociedade fundamental. Daí ele prestigiar indo ao lançamento [do TPE] (Entrevista 1,

professor universitário, ex-secretário executivo adjunto ao Ministro da educação, quando da época do lançamento do TPE).

Nós saímos do workshop em Guarulhos com nove objetivos bem mais direcionados do que ‘educação de qualidade para todos’, mas ainda assim, não eram metas quantitativas. E a gente saiu desse workshop com a tarefa de convidar os maiores especialistas do Brasil para [...] analisar esses objetivos e traçar metas quantitativas. [Um desses especialistas] foi o Reynaldo Fernandes, que era presidente do INEP. E foi o INEP que traçou as metas do Todos Pela Educação [...] Foi dentro do INEP que essas metas foram [traçadas]: a projeção das metas, o cálculo das metas. Se eu tenho que chegar em 2022 com tanto e eu estou com ‘x’, essas trajetória, esses gráficos todos, depois fatiar esse gráfico por ano, definir a meta por ano, tudo isso foi feito lá no INEP. Isso não é tão divulgado mesmo. Por que tinha realmente um alinhamento super forte com o governo federal. A gente estava bem alinhado e não é à toa que as metas do INEP são... batem com as metas... A trajetória é a mesma, as metas são as mesmas, basicamente o mesmo cálculo (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

O processo de elaboração dessas metas envolveu a) um levantamento de consensos na educação pública; b) o debate desses consensos, realizado por um grupo selecionado de pessoas; e c) a sistematização, realizada pela comissão técnica, dos principais temas em 5 metas.

Coerentemente com as bases pedagógicas do TPE, as metas foram elaboradas de modo a serem focadas no resultado e não em “atividades-meio” ou em processos de aprendizagem. Na seleção dos indicadores de acompanhamento, a comissão adotou os seguintes critérios: “*que fossem nacionais; sistematicamente coletados e divulgados; que tivessem séries históricas, permitindo comparações; e que fossem oriundos de instituições com credibilidade*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 8).

Apesar de, desde seu lançamento, o TPE apresentar as cinco metas¹¹⁷, estas ainda não eram mensuráveis, faltavam indicadores de acompanhamento de cada meta. Foi a comissão técnica que definiu metas intermediárias para as Metas 1 (acesso), 3 (qualidade) e 4 (conclusão) para os estados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c), ou metas de acompanhamento anuais e bienais, para monitorar a evolução de cada indicador. Além disso, elaborou também as metas específicas para estados e municípios (em virtude de

¹¹⁷ Participaram da reunião do comitê técnico que definiu as cinco metas: Ricardo Paes de Barros, Maria Helena Guimarães Castro, Cláudia Costin, Ruben Klein, Creso Franco, Gustavo Ioschpe e Reynaldo Fernandes (SIMIELLI, 2008, p. 158).

limitação de bases de dados para o nível local) para orientar esses níveis de governo e incentivar o comprometimento mais amplo com os objetivos do TPE. A comissão técnica, definiu, ainda, um período de convergência para a redução das desigualdades das metas entre os estados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 8).

Ao mesmo tempo, o governo executivo vinha desenvolvendo indicadores de mensuração da aprendizagem a partir dos resultados do SAEB. Observa-se também que a comissão técnica do TPE é composta por pessoas do alto escalão do governo executivo. Tal dado ajuda a explicar a similitude entre as metas propostas pelo TPE e pelo MEC, através do PDE.

Acabei sendo sócio-fundador e fui convidado para participar do Comitê Técnico, que tinha a ideia de formular metas, e nós estávamos também trabalhando no governo com a ideia das metas, do Ideb. Foi tudo no mesmo período. E as metas, as projeções, foram definidas em conjunto com as metas do governo. A projeção de metas do movimento [TPE] e do Ideb são as mesmas. É a mesma metodologia que gera os dois elementos. Então, foi esse o movimento, foi em 2007. Quando eu cheguei, havia as metas genéricas. ‘Alfabetização para todos...’ mas não tinha indicador. Quando eu entrei, [disse] ‘estão aqui, os indicadores são esses’. O TPE tinha metas gerais, ‘Todo mundo alfabetizado...’ mas o que é isso? Foi aí que eu entrei: ‘Vamos pegar o SAEB, isso significa ter tantos pontos, qual é o alcance, qual a trajetória anterior?’ Tinha uma meta para 2012. Nós pegamos números no comitê, depois usamos uma metodologia de metas intermediárias. Esse foi o primeiro trabalho da comissão técnica, e isso eu estava presente no governo (Entrevista 7, ex-presidente do INEP, membro da Comissão técnica do TPE).

O critério de referência das metas, tanto do TPE como do MEC, foram estabelecidos de acordo com a escala do PISA (OCDE).

Por exemplo tem o sistema de metas, a questão de usar o OCDE como critério de referência, isso estava no meio do PDE do governo. Quando eu cheguei no INEP, a ideia era de metas a partir de critérios pedagógicos. ‘Eu faço o SAEB, eu pego o SAEB, eu vejo o que as escalas, os meninos sabem em cada ponto da escala e determino um critério do que eles deveriam saber de conteúdo pedagógico com base nos parâmetros. O aluno tem que saber isso e isso’. Saber isso e isso equivale a 200 pontos no SAEB, então a média é 200 pontos. Essa era a discussão, e essa é a visão também do TPE. Só que o pessoal da área pedagógica não chega num acordo. Para um era 150, outro, 200. Não existe um critério único. Então, vamos fazer o seguinte: se os países da OCDE fizessem o SAEB, em quanto eles estariam? A gente usa o critério de referência. E isso foi um pouco o que levou a meta do TPE. [As metas do TPE] são mais apertadas que as do MEC, são mais duras. Mas o desenho... eles têm poucas metas, são 5, e têm uma meta de recursos. São quatro de resultados e uma de financiamento e gestão. E as metas do PDE, que [acabou] tendo o mesmo [nome do] do TPE, têm coisas em

comum. O ministério participou das reuniões do grupo, mas foi feito separadamente. Nós estabelecemos as metas do ministério e as metas do TPE são mais duras. As metas, já [existiam], mas não tinham [indicador], eles foram feitas depois (Entrevista 7, ex-presidente do INEP, membro da Comissão técnica do TPE).

Embora haja um indicativo por parte do TPE de que a “cultura de metas”, da forma como eles a introduziram, tenha rapidamente ganhado adesão dos gestores públicos dos três níveis de governo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 7), percebe-se a resistência enfrentada na consolidação dessa cultura, sobretudo pelos professores. No entanto, a penetração da “cultura de metas” na atual política educacional e as similitudes entre as metas do TPE e as do governo (PDE) denotam o alinhamento entre o TPE e o então governo de Lula da Silva:

O público professores [é resistente], por existir essa resistência à cultura de metas, que era muito maior antes do MEC ter o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Além disso, para o TPE, a divulgação de suas metas e da evolução dos indicadores educacionais deve auxiliar os gestores públicos no planejamento e gestão da educação. Deve, também, servir como referência para que a sociedade possa cobrar dos governos a melhoria da educação¹¹⁸. Dessa forma, essa estratégia adquire um duplo sentido: ao mesmo tempo em que se apresenta como um instrumento de gestão da educação pública é também um mecanismo de pressão dos governos e controle por parte da sociedade.

Todas as metas possuem um enunciado, um indicador técnico e um índice (metodologia) de acompanhamento que varia de acordo com cada meta. Apesar de não integrar as metas do TPE, o Ideb também é considerado no acompanhamento dos níveis municipais e das escolas, pois esse tipo de monitoramento não é possível de ser realizado com base nos indicadores das metas estabelecidas pelo TPE (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 115).

¹¹⁸ RAMOS, M. N. ‘Secretário de educação tem de ir às escolas’. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03 nov. 2010; AGÊNCIA BRASIL. Prova vai detectar nível de alfabetização no início do ensino fundamental. *O Globo*, Agência Brasil, DF, 30 mar. 2011.

Quadro 4 - Metas - Todos pela Educação

Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.

Indicador técnico: “até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados e frequentando a escola”. O índice acompanhado anualmente por essa meta é a taxa de atendimento dessa faixa etária, calculada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) para o Brasil, as regiões e os estados.

Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.

Indicador técnico: “Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2ª série ou 3º ano do Ensino Fundamental.” Até 2010, o TPE utilizava como índice de acompanhamento a taxa de alfabetização das crianças de oito anos fornecida pelas Pnads, ainda que reconhecendo sua fragilidade, por este dado ser obtido através de uma declaração e não por testes padronizados da alfabetização.

Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.

Indicador técnico: “Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é essencial para a sua série. Ficou definido, então, que 70% dos alunos da 4a e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3a série do Ensino Médio do conjunto de alunos das redes pública e privada deverão ter desempenhos superiores a, respectivamente, 200, 275 e 300 pontos na escala de Português do SAEB, e, superiores, a 225, 300 e 350 pontos na escala de Matemática”. A meta é acompanhada bianualmente pelo percentual de alunos da 4a e 8a séries do Ensino Fundamental, e do 3o ano do Ensino Médio, que apresentaram desempenhos condizentes com os esperados para essas séries. Os padrões de acompanhamento foram assumidos pela Comissão Técnica do TPE, a partir da escala do Saeb/Prova Brasil, tendo como parâmetro a base territorial e não as redes de ensino.

Meta 4 – Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

Indicador técnico: “Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio”. O índice de acompanhamento anual é a taxa de conclusão do Ensino Fundamental por jovens de 16 anos, e a taxa de conclusão do Ensino Médio por jovens de 19 anos, calculadas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) para o Brasil, as regiões e os estados.

Meta 5 – Investimento em Educação ampliado e bem gerido

Indicador técnico: “Até 2010, mantendo até 2022, o investimento público em educação Básica deverá ser de 5% ou mais do PIB”. Não há um indicador que possa avaliar a gestão dos recursos da educação como um todo, portanto, o TPE faz o monitoramento dessa meta mediante um indicador nacional – o Investimento Público Direto em Educação Básica, calculado pelo Inep, em relação à proporção do PIB (Produto Interno Bruto). Para estabelecer a Meta 5, o TPE baseou-se em referências internacionais, relacionando os resultados alcançados pelos países que participam do Pisa com dados reunidos pela OCDE sobre gastos com educação, “*observamos que os países com melhor rendimento escolar investem, pelo menos, 5% do PIB em educação Básica, enquanto o investimento público direto na educação Básica brasileira foi de apenas 3,7% do PIB, no ano de 2006*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 59).

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 21; 2008a, p. 9 e 59; RIBEIRO, 2010, p. 40-42.

Podemos ainda fazer algumas observações em relação a como algumas metas do TPE têm influenciado as políticas educacionais. Por exemplo, o estabelecimento da *Meta 1* relaciona-se aos efeitos que o aumento da escolaridade pode ter sobre a sociedade como um todo. Para o TPE:

sabe-se que mais educação tem efeitos positivos para os indivíduos que a adquirem e para a sociedade em que convivem. Uma sociedade com maior escolaridade média está associada à saúde melhor, menores índices de violência,

melhor renda média e maiores taxas de crescimento econômico (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 11).

Quando essa meta foi estabelecida, a educação obrigatória, no Brasil, abrangia o nível fundamental. A partir de 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional 59, ampliam-se os níveis de obrigatoriedade da educação, que passam a abranger a educação Básica (Pré-Escola ao Ensino Médio). Essa emenda será implementada, progressivamente, até 2016. O TPE considera essa alteração um avanço e uma conquista, pois,

a educação Infantil, que favorece a permanência do aluno no sistema escolar e têm impactos no desempenho acadêmico futuro, permanecia à sombra. Esta também era a situação do Ensino Médio até 2009. [Assim] espera-se, portanto, que a Meta 1 tenha um forte impulso, caso a emenda seja de fato respeitada e cumprida. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011b, p. 9).

A Meta 1 também é comentada por um dos membros do comissão técnica do TPE:

O meu trabalho aqui é falar da Meta 1 do Todos Pela Educação, referente à quase-universalização da frequência ao ensino básico. Segundo a Meta 1, 98% dos alunos de 4 a 17 anos deverão estar na escola em 2021, mas seguindo trajetória consistente com este indicador desde agora. Os estudos de desenho de mecanismo para orientar a gestão de políticas públicas tendem a privilegiar metas-fim em detrimento das chamadas metas-meio. [...] e fluxos escolares? Esta é a pergunta central a ser respondida aqui. A Meta 1 é uma espécie de elo perdido entre a avaliação e os sem escola, fornecendo à sociedade insumos fundamentais para medir os resultados efetivamente alcançados a partir de medições de proficiência escolar. A Meta 1 é de fundamental importância instrumental, não apenas no processo educacional, mas para se avaliar o significado das variáveis-fim obtidas (Artigo de Marcelo Neri – membro da Comissão Técnica do TPE *In: TODOS PELA EDUCAÇÃO*, 2008a, p. 18).

Em relação à *Meta 2*¹¹⁹:

¹¹⁹ Para uma crítica ao conteúdo dessa meta, ver Arelaro, Jacomini, & Klein, em artigo publicado em 2011: “a meta do Movimento Todos pela Educação de alfabetizar todas as crianças até 8 anos, pode ser entendida, num primeiro momento, como um avanço, mas em outro pode significar uma desconsideração às necessidades, especificidades e singularidades com as quais cada criança se relaciona com o mundo e se apropria da cultura socialmente produzida, principalmente quando disso decorrem propostas de se iniciar mais cedo o processo formal de alfabetização e letramento” (ARELARO, JACOMINI, & KLEIN, 2011, p. 48).

Ainda segundo a análise de Saviani: “De fato, a alfabetização é a porta de entrada e a pedra de toque do sistema de ensino em seu conjunto. Mas é ilusão pensar que a alfabetização é apenas um momento inicial do processo de aprendizagem, acreditando-se que ela se completa ao final do primeiro ou do segundo ano do ensino fundamental. Nessa fase inicial, as crianças podem chegar a dominar os mecanismos da linguagem escrita. Mas reconhecer as estruturas formais da língua não é ainda incorporá-las. Ao final do primeiro ou do segundo ano, é possível que as crianças as

Quando a gente fez os instrumentos, tinha uma das metas que não foi possível dar número. Que é alfabetização? Não tinha nenhum instrumento para isso. O SAEB começa na quarta série. Quando a gente [o TPE] fez as metas, elas foram divulgadas e essa ficou genérica porque não tinha indicador. Na época, a gente [o INEP] estava fazendo a Provinha Brasil, eles [o TPE] queriam que fosse a Provinha Brasil e eu até prometi para eles fazer uma amostra, porque a Provinha Brasil não é igual ao SAEB, ela não volta (Entrevista 7, ex-presidente do INEP, membro da Comissão técnica do TPE).

A Provinha Brasil (lançada em 2007 e aplicada pela primeira vez em abril de 2008) não atendia aos propósitos do TPE de medir a alfabetização, pois esta se configurava como uma avaliação para fins pedagógicos, e, não, como uma avaliação externa, cujos resultados podem ser agregados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 30).

Frente à preocupação da falta de um índice que atendesse à sua Meta 2, o TPE não apenas apresentava a necessidade de uma avaliação ao final do ciclo de alfabetização, como também elaborava e implementava uma proposta de avaliação para os alunos que concluíram o 4º ano (3º série). Em decorrência do fato citado, em 2011, o TPE, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, a Fundação Cesgranrio e o INEP, realizou a Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização). As provas foram aplicadas no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de 250 escolas municipais, estaduais e particulares das capitais do país (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011b, p. 21). O objetivo principal da realização da Prova ABC foi desenvolver uma metodologia que permitisse verificar, por meio de uma avaliação externa e de larga escala, o desempenho das crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental (Meta 2), para que essas informações fossem utilizadas pelos gestores. A metodologia demonstra o nível de articulação entre o TPE e seus parceiros, destacando-se a atuação do INEP:

Cada aluno que participou da Prova ABC respondeu a 20 itens (questões de múltipla escolha) de leitura ou de matemática (somente uma das duas áreas). A todos foi solicitada uma breve redação a partir de um tema único. A Fundação Cesgranrio, com a colaboração do Inep, foi a entidade responsável pela elaboração das provas, pela correção e pela interpretação dos dados nas escalas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Inep também definiu o plano amostral e cedeu itens do Saeb que compuseram a prova. O Instituto Paulo Montenegro, organização sem fins lucrativos vinculada ao Ibope, colaborou aplicando o exame em todas as 250 escolas. As provas contaram com aplicadores

reconheçam. A incorporação, porém, vai se dar mediante o conjunto do currículo escolar, num trabalho pedagógico que se estende pelos anos subsequentes” (SAVIANI, 2007, p. 1246-47).

do Ibope, sem a presença do professor das turmas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011b, p. 22).

A *Meta 3* para o TPE é a “mais desafiadora”, pois constitui-se como “núcleo” das 5 metas e “*estabelece objetivamente o que seria uma Educação de boa qualidade*” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 29). Isso porque,

é preciso aprender na escola o conteúdo adequado a cada série escolar para obter melhor qualificação e, assim, formar jovens que possam exercer sua cidadania, melhorar futuramente suas chances no mercado de trabalho e sua qualidade de vida (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 21).

A criação da Prova Brasil também atende aos objetivos da Meta 3, pois possibilita que os resultados das avaliações das escolas e das redes de ensino sejam divulgados para que a sociedade acompanhe e cobre melhorias dos governos e, para que, ao mesmo tempo, tais dados sejam utilizados como ferramentas para os gestores públicos.

A *Meta 4* do TPE vai ao encontro de uma demanda por melhor formação da mão de obra (BRASIL, 2011b). Além disso, assim como no caso da Meta 1, a aprovação da Emenda Constitucional 59 passou a incluir o Ensino Médio como obrigatório.

A *Meta 5* trata dos meios para que as demais metas sejam alcançadas. Ela estabelece que o investimento em Educação alcance o patamar de 5%¹²⁰ ou mais do Produto Interno Bruto (PIB) até 2010, e que este seja bem gerido (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 42).

A gente defende o aumento do financiamento, mas atrelado à gestão. Porque, na nossa visão, na minha visão pessoal também, é ingênuo você falar em aumentar recurso sem falar também em aumentar a qualidade do gasto. Você tem que falar em quantidade e qualidade do gasto. Não dá para mudar nem com muita gestão e pouco financiamento e nem o contrário. Então, esses discursos ‘Olha, para melhorar a educação tem que ampliar o financiamento’. Tem, também, mas tem que ampliar a qualidade do gasto. Tem desperdício, falta de foco, gente pegando o dinheiro da educação para consertar a rua na frente [...]. Isso não dá. Isso não pode ser admitido no país. Então, a gente sempre atrela o discurso do financiamento com gestão e gestão com financiamento (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

¹²⁰ Em 2006, o investimento em educação, somados todos os níveis de ensino, alcançou 5% do PIB. Em 2011, esse montante foi investido somente na Educação Básica. Fonte INEP: “Percentual do Investimento Total em Relação ao PIB por Nível de Ensino”. In: http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm. Acesso em: 05/2013.

Vale, ainda, ressaltar que, para o TPE, a responsabilidade por alcançar as Metas não é apenas do Estado, mas envolve toda a sociedade, não impedindo as parcerias entre os setores público e privado.

Esse autor acredita que, tão importante quanto os recursos públicos, são os recursos privados alocados à educação. Em alguns países emergentes, como a Coreia do Sul e o Chile, boa parte dos recursos dedicados à Educação Básica é privada. No Chile, o gasto total (público e privado) com a Educação Básica já alcança 4,8% da renda nacional, sendo 30% deste montante, privado. Na Coreia, 20% dos recursos dedicados à Educação Básica são privados com a Educação Básica já alcança 4,8% da renda nacional, sendo 30% deste montante, privado. No Brasil, pouca atenção tem sido dada à mensuração da contribuição do setor privado à Educação Básica. Nenhuma estatística oficial sobre este importante parâmetro encontra-se disponível. É importante que esta omissão seja reparada (Artigo de Ricardo Paes de Barros – membro da Comissão Técnica do TPE *In: TODOS PELA EDUCAÇÃO*, 2008a, p. 67).

Depreende-se, assim, que essa “cultura de metas” traz em seu bojo pelo menos três importantes elementos que devem ser considerados: 1) Uma transformação cultural que se manifesta em uma reorganização da maneira de formular e implementar políticas públicas para a educação, incorporando nas instâncias educativas (do MEC à escola) uma racionalidade própria do mundo privado, que se materializa através da premiação, do controle e do aumento da competitividade; 2) O conteúdo diretivo das metas propostas pelo TPE, ao mesmo tempo em que busca a hegemonização de seu projeto através do seu caráter consensual, expressa determinada visão de mundo em sua concretização; 3) Pressupõe a possibilidade de avaliação do país não somente internamente, como, também, em relação aos referenciais internacionais (OCDE).

4.5. Mobilização e Comunicação

O eixo *Mobilização e Comunicação* tem por objetivo, segundo o TPE, disseminar as informações e os conhecimentos gerados e mobilizar os diversos segmentos da sociedade.

Ciente da importância da comunicação na legitimação de suas propostas, o TPE vem, desde seu lançamento, a partir de sua parceria com a mídia, se inserindo no debate

político sobre educação e difundindo suas ideias em escolas, entidades, governos e na sociedade em geral. Compreendemos a capacidade de comunicação do TPE a partir da consideração da mídia como um espaço de representação de interesses, em que se manifestam contradições e disputas por um projeto político. Dessa forma, é possível perceber que, mesmo levando-se em conta toda sua estratégia de comunicação, as redes de contatos e o poder econômico representados no TPE são determinantes na interlocução com os canais midiáticos.

‘No início, um dos principais desafios foi convencer a mídia. [...] Eu me reuni com muitos diretores de jornais e canais de televisão, e muitos eram céticos quanto à ideia de cobrir mais temas educativos. Começamos uma cruzada para convencê-los de que a educação é a única maneira de fazer o país crescer, e de que ela significa não só um maior crescimento econômico, mas também menos pobreza e menos criminalidade’ (Depoimento de Luís Norberto Paschoal, sócio-fundador do TPE à Andrés Oppenheimer, *In: OPPENHEIMER*, 2010, p. 225).

Como a proposta de atuação do TPE não contempla a intervenção direta na escola, mas, antes disso, pretende, como eles mesmos afirmam “*qualificar a demanda*” da educação básica, o Movimento utiliza-se de estratégias de comunicação que visam mobilizar e orientar os diferentes públicos relacionados ao universo da educação, estimulando a avaliação em larga escala e a “cultura de metas” como condicionantes de uma educação de qualidade. Nesse sentido, no processo de comunicação e mobilização, a categoria priorizada pelo TPE é a dos formadores de opinião, os quais procuram atingir, posteriormente, a sociedade como um todo. Para tanto, o Movimento tem dispensado especial atenção ao atendimento de profissionais da comunicação – jornalistas, radialistas, publicitários, relações públicas, profissionais da televisão e do marketing. Exemplo disso é a promoção de “Cursos de Jornalismo de Educação”¹²¹ do qual participam profissionais de diversos estados brasileiros.

Nos dias seguintes ao curso, registramos algumas reportagens realizadas por jornalistas que participaram e o Todos Pela Educação teve a oportunidade, com esta ação, de reforçar a rede de relacionamentos com a imprensa de todo o País (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

¹²¹ Um dos primeiros cursos foi realizado nos dias 15 e 16 de outubro de 2007 em parceria do TPE com a ANJ e o Comuniquê-se. Participaram do curso profissionais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas e Pará (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

Dando continuidade à sua estratégia de envolvimento da mídia, desde que o movimento foi oficialmente lançado, mais de dois mil jornalistas foram atendidos em eventos como este (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, p. 3).

Além dos cursos de formação, o TPE trabalha diariamente com veículos de comunicação de todo o país, opinando em matérias ligadas à educação, preparando entrevistas, sugerindo pautas e indicando fontes a jornalistas e editores (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008b, p. 16). O TPE publica três formatos de boletim. O boletim “Notícias do Dia” é um informativo diário com uma clipagem de notícias sobre educação nos principais jornais do país. O “Sugestão de Pauta” é direcionado, exclusivamente, a jornalistas, especialistas, gestores públicos da área de educação e formadores de opinião, sugerindo pauta e apresentando diversas matérias produzidas pelo TPE. O “Todos pela educação entrevista” divulga entrevistas semanais sobre temas relevantes para a educação. Além dos boletins de notícias, o movimento envia um Boletim Institucional a parceiros contando suas principais ações (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008b, p. 19).

Ao lado da estratégia de trabalhar com profissionais da mídia e formadores de opinião, o TPE procura alcançar os segmentos populares da sociedade com o objetivo de difundir o Movimento, firmar consensos e estabelecer um mesmo discurso.

‘Se todo o Brasil falar a mesma coisa dará certo. E aí entra uma coisa fundamental: se a mídia não estiver conosco, não teremos sucesso, por uma razão simples: o grande problema do Brasil é que a classe mais pobre acha que a educação é boa. Quem é que pode chegar nessas cabecinhas? A mídia. E que mídia? Rádio, principalmente, AM’. (Depoimento de Luís Norberto Paschoal, sócio-fundador do TPE *In*: SIMIELLI, 2008.p 163-164).

Nesse sentido, destaca-se a estreita relação do TPE com as grandes redes de comunicação de massa do país. Não por acaso, o coordenador da comissão de comunicação, no início do Movimento, foi José Roberto Marinho, um dos principais acionistas das Organizações Globo e sócio-fundador do TPE. O Movimento também firmou uma parceria com a Rede Record de Televisão para execução de uma campanha que foi veiculada através de vinhetas neste canal. O objetivo da campanha foi o de estimular pais e cidadãos a participar da educação de seus filhos e agir “*em favor da melhoria do ensino*”, a partir do pressuposto da corresponsabilidade (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c, s/p).

Em um segundo momento, a execução da parte de comunicação do TPE ficou a cargo de uma das maiores agências de comunicação do país, sem que isso, no entanto alterasse o direcionamento que o Conselho de Governança e a equipe executiva desejavam dar ao Movimento.

Na parte de comunicação, todo o conselho ou o grupo mais próximo, que seria o comitê executivo, dá orientação sobre o que fazer, sobre qual seria a linha da comunicação. Nós temos o Grupo ABC, que é do Nizan Guanaes. Todas as agências dele trabalham voluntariamente para nós. No começo, para decidir o que deveria ser feito, uma comissão de pessoas das mais diversas partes da comunicação se reuniu algumas vezes. Mas, hoje em dia, não tem uma comissão de comunicação ativa, porque nós temos todas as agências do grupo ABC fazendo essa parte pra nós (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

A partir da parceria com o Grupo ABC¹²², cujo principal acionista – Nizan Guanaes é também sócio-fundador do TPE –, o Movimento consolida sua estratégia de marketing e de divulgação através de ações de articulação político-institucional e peças de comunicação. Por meio desta parceria, o TPE inicia uma campanha institucional, com *spots e jingles*¹²³, que tiveram o objetivo de apresentar o Movimento e suas 5 Metas. Buscando atingir todos segmentos e extratos sociais da sociedade brasileira, a campanha foi transmitida pela Rede Globo¹²⁴ e por emissoras de rádio nacionais e locais. Isso porque *“nenhum outro veículo de comunicação consegue dialogar com tantos públicos e regiões geográficas como o rádio. É difícil imaginar qualquer transformação social bem-sucedida no Brasil sem a participação direta e relevante das emissoras de rádio”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

Um exemplo da magnitude dessa ação foi o desenvolvimento de um projeto, em parceria com a Unicef, para produção e distribuição mensal de conteúdos educativos,

¹²² Fazem parte do Grupo ABC/Grupo, Ypy Publicidade e Marketing, os seguintes sócio-fundadores do TPE: Nizan Guanaes, Sérgio Cunha Valente, Luis Roberto Pires Ferreira e Paulo César Queiroz.

¹²³ A campanha foi criada em parceria com as agências África, e Grupo ABC. Os jingles de rádio foram produzidos em parceria com as emissoras Nativa, 89FM e Alpha, que convidaram cantores e grupos, como o CPM 22, o NXZero, o Fábio Jr. e a Cláudia Leitte. Tais artistas cantaram suas músicas mais famosas com letras que versavam acerca da educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

¹²⁴ A Campanha “Eu, você, Todos Pela Educação”, transmitida pela Rede Globo, foi criada pelas agências do Grupo ABC e produzida pela Conspiração Filmes. As inserções veiculadas pela TV Globo contaram com as participações voluntárias dos artistas Angela Vieira, Camila Pitanga, Dira Paes, Gabriela Duarte, Lucio Mauro Filho, Mariana Ximenes, Isabel Filardis, Rodrigo Lombardi e Sérgio Marone. O VT teve 5 inserções diárias, 2 em horário nobre, durante 20 dias, em janeiro de 2008 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

pautados nas premissas do TPE, para radialistas de todo o Brasil¹²⁵. Além disso, numa estratégia que buscava atingir setores populares da sociedade, a campanha também estabeleceu parcerias com clubes de futebol¹²⁶.

O TPE também procurou alcançar a população através de uma campanha para mídia impressa elaborada pela agência de publicidade Lew’Lara¹²⁷ e veiculada em jornais e revistas, folhetaria e folders. Como parte da campanha, foi criado para divulgação, via internet, um Portal Institucional que apresentava o Movimento, suas cinco Metas, e disponibilizava documentos técnicos referentes à educação. Foi criado, ainda, um banco de dados no qual se pode consultar o Ideb dos estados, municípios e escolas.

O portal “De olho na Educação” contou com a parceria do INEP/MEC e do IBGE na área técnica, do Instituto Futuro Brasil, na criação da base de dados, e das Fundações Telefônica e Bradesco para a hospedagem. Hoje, o portal está integrado ao site institucional do Movimento e é, sem dúvida, um dos mais importantes portais de educação do país, contendo cerca de 40 milhões de dados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008b, p. 6).

A “mobilização editorial” não se limitou à divulgação do Movimento, mas procurou, também, difundir seus comentários e recomendações sobre temas atuais da educação através da concessão de espaço em jornais impressos de grande circulação e na televisão (Jornal Nacional, da TV Globo). Para o TPE,

tão ou mais importante do que os espaços ocupados, foi o fortalecimento do relacionamento com os jornalistas que cobrem a área da educação, nos grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) e em vários estados do país. Hoje, o Todos Pela Educação é procurado como fonte, para indicar fontes, na área da educação por diversos veículos de comunicação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

No âmbito da mobilização e comunicação, já no seu primeiro ano de existência oficial, o TPE não só ampliou seu leque de adesões ao Movimento, como formalizou parcerias com formadores de opinião, como o Conselho Nacional de Procuradores Gerais, a Pastoral da Criança, os Atletas Pela Cidadania, a Associação Nacional dos Jornais - ANJ, a

¹²⁵ Em 6 meses, cerca de 2 mil radialistas acessaram o portal do projeto e baixaram os conteúdos disponibilizados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 38).

¹²⁶ Por meio da parceria com o Clube dos 13, foi possível fazer com que, nas rodadas do Campeonato Brasileiro, os jogadores dos times de futebol da série A entrassem em campo com as faixas da campanha. Durante as partidas, mensagens sobre a importância da Educação foram veiculadas nos placares eletrônicos e comentadas pelos locutores esportivos da TV Globo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 50).

¹²⁷ Luiz de Alencar Lara, da agência Lew’Lara/Tewa Publicidade, é também sócio-fundador do TPE.

Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert), a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), o Afroreggae, a Frente Nacional dos Prefeitos e o IBGE (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c, s/p). Essas são parcerias estratégicas para o TPE no âmbito da comunicação, pois traduzem-se em projetos importantes e ações concretas e conjuntas para divulgação do Movimento e de suas propostas. Como exemplo, cita-se a parceria com a Aberje, através da qual o TPE é divulgado nos veículos empresariais; a parceria com a ANJ, a qual viabiliza o curso de formação destinado a jornalistas; a parceria com a Abert, a qual possibilitou a veiculação das campanhas e conteúdos do TPE em uma rede que abrange rádios e TVs. Todas essas parcerias procuram transformar a educação num tema de debate da sociedade sob a orientação das propostas do TPE.

Num trabalho em que pequenas iniciativas e conquistas vão se somando para formar, no longo prazo, um quadro de mudanças substanciais, dirigentes do movimento percorreram milhares de quilômetros e participaram de incontáveis eventos e reuniões. Em contrapartida, viram a adesão ao Todos Pela Educação crescer a olhos vistos, e a cultura de metas impregnar cada vez mais o sistema de gestão do ensino público (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 8).

Assim, a partir de sua estratégia de comunicação, do apoio da mídia, e, considerando a rede de relações e o poder econômico que respaldam o TPE, em poucos anos de atuação, o Movimento tem conseguido alcançar diversos segmentos da sociedade:

Em 2010, o TPE já era um movimento consolidado, conhecido, e com um impacto concreto na agenda política brasileira. Tinha 5 mil estações de rádio mobilizadas, as seis maiores redes de televisão do país e 350 jornalistas ativamente envolvidos em suas atividades (OPPENHEIMER, 2010, p. 226).

Percebe-se que a eficácia da estratégia de comunicação e mobilização do TPE, para além das possibilidades que seus recursos financeiros e humanos proporcionam, explica-se também por sua capacidade de compreender, assimilar e utilizar os novos meios de comunicação: o Movimento possui uma página na internet, envia *clippings* com uma seleção das principais notícias sobre educação publicadas em jornais de circulação nacional e utiliza, de forma dinâmica, os recursos das novas redes de comunicação na internet¹²⁸. Além disso, a estreita articulação do TPE com instâncias governamentais - como o INEP - proporciona ao TPE o acesso a dados que qualificam as informações divulgadas em seus

¹²⁸ O TPE está presente em redes de comunicação social como Facebook e Twitter. Possui também um canal no Youtube, além de uma galeria de fotos no Flickr.

canais. A utilização dessas estratégias e a vinculação entre TPE e os meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que colocou a educação como um tema a ser discutido pela sociedade, a partir dos pressupostos do Movimento, fez também com que o TPE alcançasse uma projeção que nenhum outro grupo que atua junto à educação na sociedade brasileira possui.

4.5.1. Comunicação: O Todos pela Educação e a mídia

Como já visto, o TPE forma jornalistas para atuar na educação, sugere pautas, fornece dados e informações. Assim, na intenção de perceber como o Movimento vem utilizando a mídia na consolidação de seu projeto, iniciamos, como primeira atividade da pesquisa, a leitura e sistematização de artigos de jornal que citavam e utilizavam os dados e informações do TPE. Essa iniciativa buscou identificar de que maneira o TPE vem utilizando a mídia como estratégia de difusão de seus ideais¹²⁹. Cabe ressaltar que o TPE tem como parceiro determinado setor da mídia, sobretudo os jornais de grande circulação, com demarcada posição política, como Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, revista Veja, etc. A relação dos artigos pesquisados encontra-se no Anexo 2.

Apresentamos aqui uma síntese do levantamento realizado, considerando que alguns temas se repetem ao longo deste trabalho.

No período abrangido pelo levantamento, identificamos dois momentos. No primeiro, as notícias tinham por objetivo divulgar o TPE e suas metas, a fim de promover a ampliação da adesão de outros segmentos da sociedade ao Movimento e a difusão das metas. O conteúdo das metas não foi discutido ou contestado nos meios pesquisados. Além disso, as notícias relacionadas ao lançamento do TPE evidenciavam a relação entre o Movimento, que buscava a “melhoria da educação”, e o desenvolvimento econômico do país. No segundo momento, as notícias mais recentes relacionavam-se, sobretudo, a pautas do governo em matéria de educação. Nesse caso, coube ao TPE, na condição de “especialista em educação”, comentar e sugerir direcionamentos para políticas públicas,

¹²⁹ Realizamos a pesquisa em periódicos de circulação nacional e local, além de notícias divulgadas em portais eletrônicos. Foram utilizados 61 documentos dentre notícias, artigos, entrevistas, reportagens e editoriais divulgados em 26 veículos, incluindo mídia impressa e digital. As matérias abrangem o período de 2006 a 2011, com uma maior concentração entre os anos de 2010 e 2011. Os documentos foram selecionados a partir da divulgação de Clippings eletrônicos. Cf. Anexo 2.

sempre a partir do seu respaldo técnico. Nesse sentido, através da mídia, o TPE destacou a adesão de municípios, estados e outros segmentos da sociedade ao Movimento; além dos temas: avaliação/metras; financiamento/gestão; e docentes, que serão abordados no Capítulo 5.

4.5.2. Mobilização e Ampliação da adesão ao Todos pela Educação

Em relação à ampliação das adesões ao Movimento, a partir das notícias veiculadas na mídia, percebe-se que, de acordo com o pressuposto da corresponsabilidade pela educação, o TPE traçou como objetivos estratégicos sua articulação com todas as regiões do país; a intensificação do seu relacionamento com estados e municípios para incidir em políticas públicas e promover o cumprimento de suas cinco metas; e a divulgação do Movimento por todo o território brasileiro, abrangendo todos os estratos sociais, por meio de campanhas institucionais e mobilização editorial¹³⁰.

O TPE rapidamente se alastrou pelos os estados e municípios de todo o território nacional por meio de adesões firmadas entre o governo e o Movimento. Constatou-se que alguns estados e municípios interessaram-se pelo TPE motivados pelo possível estabelecimento de parcerias com empresários e ONGs ligadas à educação¹³¹. Aderiram ao Movimento, estados e municípios com administrações de diversos partidos políticos, além de uma grande variedade sócio-geográfica.

Com objetivos distintos dos entes federados, outras organizações também se somaram ao Movimento. No caso da Confederação Nacional da Indústria – CNI, a adesão evidenciou a importância do investimento em educação na garantia da competitividade da economia, na elevação da produtividade industrial e no atendimento das demandas da indústria por mão de obra qualificada¹³².

¹³⁰ KOTSCHO, R. “Todos pela educação”: a luta por uma educação para todos. *Portal IG Educação*, 17 abr. 2008; PORTAL G1. Compromisso Todos pela Educação completa um ano. *Portal G1*, 18 set. 2007.

¹³¹ TAJRA, T. Piauí adere ao Movimento Nacional Todos Pela Educação. *Portal do Governo de Piauí*, Teresina, 15 jun. 2008; PORTAL DA ILHA. Florianópolis adere ao movimento Todos Pela Educação. *Portal da Ilha*, Florianópolis, 06 mar. 2009.

¹³² DIÁRIO DO AMAPÁ. Conferência Nacional da Indústria adere ao movimento “Todos pela Educação”. *Diário do Amapá*, Macapá, 30 ago. 2008.

Entretanto, a adesão assumiu distintos significados de acordo com as demandas e características de diferentes segmentos da sociedade: a esfera pública – representada por estados e municípios – vislumbrou na adesão ao TPE uma possibilidade de estabelecer parcerias com empresários, de modo a atuarem de forma conjunta. Já a ampliação da adesão de setores ligados a grupos empresariais teve como objetivo a elevação da produtividade, estabelecendo uma relação direta entre investimento em educação e desenvolvimento econômico.

4.6. Articulação e Relações Institucionais

A frente *Articulação e Relações Institucionais* objetiva buscar a interlocução entre o TPE e os diversos setores da sociedade, como empresários, profissionais da mídia, representantes de organismos internacionais, lideranças do terceiro setor, lideranças religiosas, representantes do governo e gestores públicos da educação na intenção de incidir em políticas públicas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, s/p). Essa frente era assessorada, inicialmente, por uma “comissão de legitimação”, e foi coordenada por José Paulo Soares Martins (Grupo Gerdau) (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 20). Atualmente, existe a “comissão de relações institucionais” que é coordenada por Luís Norberto Paschoal, principal acionista do Grupo Dpaschoal (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007a, p. 46). Segundo a entrevista realizada com uma das sócio-fundadoras, a comissão *“funciona mais como um departamento. A gente está sempre pensando em buscar novos parceiros”* (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

No entanto, como para o TPE *“não existe mudança possível sem o envolvimento do Estado. Para ajudar a melhorar a educação pública do país é necessário estarmos ao lado dos gestores públicos da educação, para apoiá-los ou cobrá-los”* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c).

O TPE - que é um movimento de mobilização, que põe um holofote em cima de metas, de dados - é uma gota d'água. Perto do MEC, nosso tamanho é absolutamente insignificante. A gente tem que fazer o grande esforço para [trabalhar] em consonância, em parceria com o governo sem perder a autenticidade, sem perder a independência, para mostrar o que está errado e para dizer, ‘Pelo menos isso tem que ser atingido’. Tem pessoas que foram de governo – tem governo que é oposição, que é situação, tanto faz PSDB, PT – a gente tenta

trabalhar junto com o governo por que tem que trabalhar junto com o governo em educação (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Nesse sentido, o TPE vem privilegiando a interlocução e articulação com o Estado, na tentativa de estabelecer um diálogo direto e permanente com os governos nas suas três esferas. Para execução de seu projeto para educação pública, o TPE mantém contato constante com as instituições que representam esses gestores (CONSED e Undime), com os próprios secretários (principalmente, os estaduais e os municipais de cidades maiores) e o MEC. Assim, pode se perceber que o TPE busca mudanças do marco legal referente à educação - *advocacy* - e na elaboração de políticas públicas. A *advocacy* ou a incidência em políticas públicas em educação que o TPE vem praticando será abordada no Capítulo 5.

Em nível regional, o TPE procurou estabelecer uma base de atuação em, pelo menos, 10 estados brasileiros através da criação de comitês locais. Já em 2007, foram criados comitês em Campinas (sob a liderança do Luís Norberto Pascoal), em Goiás (sob a liderança da Deputada Raquel Teixeira e do Deputado Thiago Peixoto) e em Sergipe (sob a liderança da então Primeira-Dama e do Secretário Estadual de educação). O comitê de Campinas serve como modelo de orientação para a formação de comitês nos demais municípios ou estados. O diretor do grupo campineiro descreve como se deu tal processo:

Agora existe um movimento nacional e Campinas pode contribuir com isso. Então criamos o Compromisso Campinas pela Educação - CCE. [...] O município (governo) só tomou ciência do TPE pelo CCE. Quando começamos o CCE, a gente pensava 'Como vamos nos relacionar com o TPE?'. Ninguém sentou numa mesa e escreveu num papel. Em determinado momento, alguém falou 'O CCE é uma célula local do TPE em Campinas'. Não sei se fomos nós ou eles, ou se nós falamos aqui e eles lá. Perguntavam para eles 'O que eu posso fazer no meu município? – Olha, vai em Campinas, tem um pessoal lá fazendo alguma coisa'. Quando começamos a mobilização, [os parceiros] diziam 'Quais são as metas disso', principalmente quando eu ia falar com o mundo empresarial. [...] As nossas metas são as mesmas do TPE. Isso legitimou mais [a ideia] de que a gente é uma célula local. E eu, nessa época, ia muito à São Paulo, nas primeiras reuniões do TPE, com o Luís [Norberto Pascoal], eles vinham aqui. Quando eu coloquei as metas do TPE eu tinha que falar do TPE. [...] 'Existe um movimento nacional e nós queremos fazer em Campinas algo específico de acordo com as nossas necessidades. E as pessoas começaram a conhecer em Campinas o TPE' (Entrevista 5, Diretor do movimento Compromisso Campinas pela educação).

A interlocução com o Estado também proporcionou que o Movimento realizasse diálogos entre o MEC e grupos que representavam os empresários. Esse foi o caso da parceria entre o TPE, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - Ibmecc/São Paulo. Tal associação auxiliou a promoção do workshop “Alinhamento do Investimento Social Privado em Educação”, em que os associados do GIFE discutiram com o então ministro da educação, Fernando Haddad, as possibilidades de criação de agendas comuns dos investimentos público e privado, tendo como eixo as 5 Metas do TPE, além da articulação entre o PDE e o investimento social privado no país (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c; 2009b, p. 41).

Em parceria com a Unesco, a Associação de Empreendedores Amigos da Unesco, o Ibmecc e a Fundação Victor Civita, com o apoio do Instituto Endeavor, Conaje, Fórum Novos Líderes, CJE/FIESP e ABTU, o TPE também realizou o evento “Todos Pela Educação: como os sistemas escolares de melhor desempenho no mundo chegaram ao topo”. Tal evento contou com a participação da pesquisadora Mona Mourshed, da consultoria *McKinsey* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008b, p. 13). O encontro reuniu representantes de organizações sociais que atuavam na área de educação e gestores públicos, e foi marcado pelo debate sobre as características comuns aos países que apresentam os melhores desempenhos na educação (Reino Unido e Cingapura), enfatizando a formação e a valorização do professor como pontos-chave para a melhoria do ensino.

A articulação e as relações institucionais também foram promovidas através da participação do TPE em eventos, seminários e congressos ocorridos no país¹³³, na América Latina, América Central e Estados Unidos. Assim, o TPE procura estabelecer relações com os mais diversos setores da sociedade organizada, privilegiando as lideranças do terceiro setor, secretários de educação, educadores, lideranças religiosas, empresários, parlamentares, gestores de escolas, profissionais da mídia e representantes de organismos internacionais. Nesses eventos, o TPE apresenta suas diretrizes e suas 5 Metas, além de discutir sua proposta para a educação pública brasileira.

¹³³ Destaca-se a participação do TPE em: I Reunião Ordinária do Consed de 2007, em que o TPE foi apresentado especialmente aos novos secretários estaduais; 11º Fórum Nacional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime); VI Encontro Internacional do Terceiro Setor; *Summit Symmetics* que teve a presença de mais de 800 empresários; Convenção Nacional Conjunta da Seicho-No-Ie do Brasil; 1º Encontro Estadual de Educação: Compromisso do Ministério Público; III Seminário Anual da Andifes de Políticas Públicas para a Educação: Carência de professores na Educação Básica: diagnóstico e propostas em dezembro, em Brasília (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c, p. 4).

Como parte de uma estratégia maior de construção de um movimento regional pela Educação, o TPE também participou de eventos em seis países da América Latina e da América Central. O resultado dessa articulação foi o surgimento de grupos análogos ao TPE em, pelo menos, oito países da região. Com o apoio do BID, o TPE promoveu, junto a estes e outros grupos desse tipo, presentes em treze países latino-americanos, a Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, da qual trataremos a seguir.

4.7. Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação - REDUCA

Um aspecto importante que surge durante o desenvolvimento da pesquisa e que está relacionado ao trabalho de mobilização e articulação realizado pelo TPE, foi o surgimento na América Latina e Caribe, nas últimas décadas, de diversas iniciativas com o objetivo comum de incidir nas políticas públicas para educação em seus países de origem. A organização da ação conjunta de empresários para incidência em políticas para educação na América Latina conta com o apoio institucional de organismos internacionais, como exemplo, citamos a atuação do BID¹³⁴ e do PREAL¹³⁵ – responsáveis pela implementação do projeto “Liderança Empresarial e Educação na América Latina e no Caribe”. Este tem como objetivo o fortalecimento dos vínculos entre o setor empresarial e os sistemas educativos na América Latina.

A mobilização desses grupos teve seu marco em setembro de 2011, na cidade de Brasília-DF, quando, no último dia do Congresso Internacional “Educação: uma Agenda Urgente”, promovido pelo TPE, em parceria com o BID, ocorreu o Encontro Latinoamericano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação. De tal encontro, participaram treze organizações de países latino-americanos cuja atuação assemelha-se à do TPE, representantes do BID, o então ministro da educação Fernando Haddad. Acompanhou a realização desse evento uma plateia composta por jornalistas, representantes de governos estaduais e municipais, fundações, ONGs, dentre outros. O encontro teve por objetivo criar

¹³⁴ Fonte: <https://events.iadb.org/calendar/eventDetail.aspx?lang=ES&id=3055>. Acesso em: 20/04/2012.

¹³⁵ Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e do Caribe.

a Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação. O propósito dessa rede, segundo sua “Carta de constituição”, é: 1) trabalhar em conjunto para a garantia do direito à educação de qualidade para toda criança e jovem; 2) trocar conhecimento e aprender coletivamente; 3) ter uma voz coletiva no nível regional. A carta também explicita a ênfase que a rede coloca na troca de experiências entre os membros, recursos e projetos e na promoção de ações em conjunto e com outros atores (DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA, 2011).

Logo após a constituição da rede, foi realizada uma sessão de trabalho, em que o Setor de Conhecimento e Aprendizagem da Divisão de Educação do BID coordenou os países membros no sentido de definir os desafios e “boas práticas” da organização recém-criada, assentando as bases para os temas prioritários e ações imediatas. Seguindo a mesma lógica de atuação utilizada por estes grupos, nessa ocasião, foi proposto, como meta comum para o ano de 2024, que crianças e jovens obtenham trajetórias completas de 12 anos de escolaridade. Outra meta traçada foi a de que os países da América Latina atingissem a média da OCDE no exame PISA¹³⁶.

Na data do lançamento, as organizações que compunham a rede foram as seguintes: Proyecto EducAR 2050 (Argentina); Todos pela Educação (Brasil); Fundación Empresarios por la Educación – ExE (Colômbia); Fundación Educación 2020 (Chile); Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo – Fepade (El Salvador); Grupo FARO (Equador); Empresarios por la Educación (Guatemala); Fundación Educativa Ricardo Ernesto Maduro Andreu – Ferema (Honduras); ‘Mexicanos Primero’ (México); Unidos por la Educación (Panamá); Juntos por la Educación (Paraguai); Asociación Empresarios por la Educación (Peru); e EDUCA (República Dominicana).

Dentre essas organizações, o TPE é a de maior projeção. Na visão do Movimento, isso se explica, sobretudo, pela “sinergia” existente entre o TPE e o governo, também, pelo apoio da mídia de massa.

As Metas do movimento Todos Pela Educação representam um caso exemplar de resposta brasileira à iniciativa “*Education for All*” (Educação para Todos) proposta em 2000 pela ONU, em Dakar. O fato de o Governo Federal ter lançado

¹³⁶ O exame PISA utiliza uma escala que vai de 200 a 800 pontos. A média dos países da América Latina que participam de tal exame é de 496 e a média que a rede busca alcançar é de 500 pontos.

iniciativa quase-homônima – a saber, o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação – no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, reflete a sinergia especial entre esferas internacionais e nacionais, e dentro destas, entre esferas públicas e da sociedade civil. Temos hoje um movimento permeando diferentes nações, mas que é especialmente denso no caso brasileiro por apontar metas e datas comuns de resultados educacionais por parte do Estado e da sociedade, culminando na véspera do aniversário da independência do Brasil, em 2021. As Metas Educacionais fixadas em 2000, monitoradas desde então pela Unesco, são como qualquer conjunto de indicadores acompanhados em escala mundial, relativamente vagos a fim de acomodar especificidades de países em estágios de desenvolvimento educacional bem distintos. O grupo técnico do Todos Pela Educação conseguiu dar uma resposta brasileira à altura dos desafios educacionais mundiais e nacionais, tirando partido da riqueza de informações, de conhecimentos e de lideranças locais. O caso brasileiro é exemplar. O *Global Monitoring Report* da Unesco avaliou mais de 40 experiências mundiais e o caso do Brasil foi um dos quatro selecionados para publicação em revista especializada. Isto reflete, ao meu ver, este interessante alinhamento de ações externas e internas em curso, bem representado pelos adventos das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e das 5 Metas do Todos Pela Educação. Agora como as duas pernas nacionais do tripé de metas educacionais, ou seja, o Ideb e as 5 Metas, se integram? (Artigo de Marcelo Neri – membro da Comissão Técnica do TPE *In: TODOS PELA EDUCAÇÃO*, 2008a, p. 18).

Além disso, o TPE vem sendo divulgado através de outros canais no meio internacional:

O Fernando Reimers é professor do departamento de educação de Harvard, ele adora a gente. É muito interessante. Outro dia, [...] ligou uma moça da Venezuela ‘O professor Reimers falou de vocês, gostaria de ter mais informações’. Então, todos os latinos que aparecem em Harvard, ouvem falar de nós. E o departamento de educação de Harvard é muito conceituado. E o BID, também por ser um banco interamericano, conheceu vários modelos e apoia muito o nosso modelo. Então o BID, por ter representação em diversos países, esses países ficam sabendo da gente. [...] E a gente tem não só ido [a outros países] e feito a apresentação [do TPE], como criado um relacionamento bem legal. Eu fui com a Priscila [Cruz] ao México também. Estamos criando um relacionamento de trocas no seguinte sentido, ‘o que eu fiz está à disposição para quem quiser aproveitar e fazer algo melhor’. Estamos formalizando [a rede] porque não é fácil ter diversas organizações em diversos países cada um fazendo uma coisa. Estão formalizando, digamos, uma diretoria, um comitê organizador que seriam 4 ou 5 países para promover encontros e trocas de experiências, porque é o que dá pra fazer (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Depois da formalização da rede, sua coordenação ficou a cargo de três organizações: Todos pela Educação (Brasil), Educación 2020 (Chile) e ‘Mexicanos Primero’ (México). Esses grupos são os responsáveis por desenhar uma proposta comum

para incidência na educação pública em todos os países que participam da rede, inclusive com a projeção de ações conjuntas. A partir do uso de tecnologias de comunicação, tais grupos mantêm entre si um contato muito intenso, sobretudo a respeito de trocas de experiências de estratégias de atuação, dado que a questão conjuntural é muito distinta entre os países. A proposta inicial para atuação em nível regional se concentra em três frentes: 1) Elaboração de uma plataforma de dados relevantes e atualizados sobre a educação em toda América Latina, a cargo do grupo mexicano; 2) Elaboração de uma plataforma de informações e notícias vinculadas às organizações da rede, sob responsabilidade do grupo brasileiro; e 3) Construção de um banco de “boas práticas” – experiências exitosas em termos educativos – que possam ser trasladadas de um país a outro, tarefa a cargo do grupo chileno.

4.7.1. Características das organizações¹³⁷

Desde meados da década de 1980, constata-se a presença de tais organizações na América Latina. Contudo, foi a partir dos anos 2000 que se intensificou a criação desses grupos. Marcadas desde sua origem pela forte presença de grupos empresariais de elite econômica, algumas dessas organizações têm procurado incorporar outros segmentos da sociedade formando coalizões que buscam agregar instituições governamentais e não governamentais, de diversos níveis, em torno de um objetivo comum. Em sua estratégia de ação, essas organizações têm procurado estabelecer alianças entre os setores público e privado em torno da educação pública.

Caracterizando-se como uma nova forma de participação, a atuação dessas organizações baseia-se na corresponsabilidade pela educação e, para tanto, buscam reorientar a educação pública, seja através do fomento ao debate público em torno do tema, seja através da produção técnica de documentos, ou, ainda, através de pressões aos governos e de propostas para intervenção nas políticas públicas para educação. Para tanto, tais organizações valem-se de sua experiência empresarial para oferecer ideias, conhecimento e experiências vindas de outros contextos, mas que podem ser aplicadas na

¹³⁷ Os dados apresentados aqui são resultado de uma síntese de diversas exposições orais, conversas informais e observações realizadas durante a participação no Encontro Latino-americano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, realizado em Brasília, em 2011. Também foram incorporadas informações de entrevistas realizadas no México e no Brasil, além de dados da Carta Constitutiva da REDUCA.

educação básica pública. Embora não seja o foco de tais grupos, em poucos casos, também há a oferta de recursos, sobretudo na implementação de projetos pontuais para educação em regiões menos favorecidas de seus países.

A emergência dessas novas formas de organização aponta para tensões na representação de interesses do empresariado, em nível regional, na incidência de políticas públicas junto aos governos. Nesse sentido, como contexto de seu surgimento, apresenta-se o fato de que, na era da “sociedade do conhecimento”, a educação dos países da América Latina figure nas últimas colocações em exames de medição de aprendizagem como o PISA (OCDE).

Entre seus traços em comum, destacamos que tais organizações não se limitam a atuar como um *Think Tank* da educação, mas, antes disso, procuram intervir junto aos governos buscando mudanças do marco legal referente à educação - *advocacy* - e na elaboração de políticas públicas. Também fomentam a corresponsabilidade pela educação, ou seja, a educação não seria uma responsabilidade somente de escolas, professores ou governos, mas de toda a sociedade.

Essas organizações têm alguns elementos de missão em comum e que expressam a dívida social desses países: encaram a educação como um direito, reconhecendo o avanço da cobertura educativa na América Latina. No entanto, o grande desafio é a sua universalização e a melhoria da qualidade da educação básica pública. Portanto, tais grupos têm sua atuação focalizada neste nível de ensino. Além disso, esses grupos compartilham a visão de que a promoção da qualidade da educação pública é uma das estratégias mais eficazes para produzir avanços sociais e econômicos na América Latina.

Esses grupos possuem uma série de produtos comuns entre si e, em maior ou menor escala, geram propostas de programas educativos e tentam construir “agendas” em longo prazo. Apoiam, sobretudo, os programas que envolvem parcerias entre os setores público e privado, ressaltando, em alguns casos, o trabalho voluntário. No entanto, tais organizações almejam, prioritariamente, incidir em políticas públicas, e, mesmo quando implementam projetos pontuais, o fazem com este foco. É importante destacar que esses

grupos utilizam como estratégia de atuação a autonomia e independência em relação aos governos, procurando, geralmente, estabelecer com estes boas relações para que possam construir intervenções em conjunto. Quando não possuem boas relações com os governos, buscam estratégias para se aproximar de ministros e técnicos do aparelho estatal.

Além dos governos, essas organizações também mantêm relações estreitas com os meios de comunicação, os quais reconhecem como imprescindíveis para alcançarem seus objetivos. Todos têm como estratégia de atuação a produção de conhecimento e indicadores sobre educação e sua difusão na sociedade. Para tanto, fazem uso dos meios de comunicação e das novas tecnologias da mídia e, em alguns casos, formam jornalistas para que se melhore a divulgação do tema educativo, segundo seus parâmetros.

Essas organizações, a partir do uso de diferentes estratégias, procuram alcançar o estatuto de especialistas em educação, opinando sobre diversas políticas educacionais implementadas por governos. Sua capacidade institucional, bem como seu nível de adaptação às mudanças de seus países de origem, têm feito com que suas iniciativas não se tornem apenas conjunturais, mas que se perpetuem no âmbito da política educacional.

Como novidade no cenário latino-americano, tais organizações adquirem um potencial de atuação na esfera educacional pública que outros segmentos da sociedade, como pais e sindicatos, não possuem. Nesse processo, o TPE é compreendido por organismos internacionais, como o BID, e também pelos demais grupos que compõem a rede, como “o caso mais exitoso”. O TPE é considerado o exemplo a ser seguido, devido à sua capacidade de organização, penetração e atuação junto às esferas públicas de poder e na sociedade em geral. Mais do que restringir sua atuação dentro do seu país de origem, essas organizações visam criar um espaço para realizar ações conjuntas, e, para tanto, constituíram a rede de cooperação, que, durante o segundo Encontro Anual, realizado em agosto de 2012, na Argentina, passou a ser chamada de REDUCA.

Essa articulação entre grupos financiados e promovidos por frações de classe burguesa, além de mostrar como esses setores podem dispor de diversos mecanismos de pressão sobre o Estado, apresenta, também, a questão de sua mobilização, sua ação política



e interlocução junto a instâncias decisórias. O interesse de tais grupos em incidir nos rumos da educação pública ultrapassa o âmbito nacional, conformando uma proposta em nível de América Latina.

Capítulo 5

Reorganização da educação básica pública brasileira

A proposição de metas, exames em larga escala, alterações na gestão escolar e estímulo à colaboração entre o mercado, o Estado e a sociedade, assim como a promoção da corresponsabilidade da sociedade pela educação pública não se constituem como uma novidade no cenário educacional brasileiro. Ao contrário, no plano internacional, há várias décadas, observam-se essas proposições, como foi o caso ocorrido durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, promovida pela UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e PNUD.

Nesse evento, firmou-se a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” que, mesmo sem o estabelecimento de datas¹³⁸ para o cumprimento das metas e objetivos, estimulou, durante toda a década de 1990, iniciativas¹³⁹ baseadas nos princípios da declaração. Uma dessas iniciativas aconteceu durante a realização do “Fórum Mundial da Educação” em Dakar, Senegal, em 2000.

Em tal fórum, estabeleceu-se um “Plano de Dakar para Ação”. Este apresentou uma série de metas de qualidade, equidade e acesso à educação básica a serem alcançadas até o ano de 2015 pelos países signatários. Ressaltou, também, a necessidade do envolvimento de governos nacionais, subnacionais, setor privado, organizações não-governamentais, entidades civis, entre outros grupos, para que, juntos, pudessem todos trabalhar na mobilização da sociedade e na execução de um plano de melhoria da educação. O “Plano de Dakar para Ação” também destacou a importância da elaboração de indicadores de desempenho de médio prazo para o cumprimento de suas metas (UNESCO, 2000). Por abranger um conjunto de países heterogêneo, o plano previa a elaboração de Planos Nacionais de Educação mais específicos por parte dos países participantes, dentre eles, o Brasil.

¹³⁸ Os documentos de Jomtien apenas situam o ano de 2000 como horizonte para seu Marco de Ação.

¹³⁹ Dentre as iniciativas, destacam-se: Cúpula Mundial pelas Crianças (1990), Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade (1994), Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995), Quarta Conferência Mundial da Mulher (1995), Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996), Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997) e Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil (1997).

Durante o fórum em Dakar, ainda foi estabelecido pela UNESCO o período entre 2005 e 2014 como a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, estimulando a responsabilidade pela “educação para o desenvolvimento sustentável” não só dos governos, mas, também, de organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais¹⁴⁰.

No Brasil, verifica-se o alinhamento dessas ações já na LDB/1996 a partir da influência da “Declaração Mundial Educação para Todos”, sobretudo no estabelecimento de metas para a educação:

no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1996, Art. 87, § 1º).

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 2001¹⁴¹, também foi elaborado de acordo com os princípios da declaração “Declaração Mundial Educação para Todos”. O PNE/2001 estabeleceu metas e objetivos para vários níveis e modalidades de ensino, além de prever a contribuição de outros setores da sociedade, tais como universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil. Soma-se a isso o fato de que, há pelo menos 20 anos, os alunos dos ensinos fundamental e médio são submetidos à avaliações externas em larga escala¹⁴².

Diante desse quadro, quais seriam as novidades nas proposições do TPE? Como observam Shiroma, Campos & Garcia (2011, p. 243), “*a perspectiva das escolas eficazes, da centralidade do ensino, do gerencialismo, não é uma novidade nem uma invenção do movimento TPE*”. Para as autoras, “*O que há de novo nesse movimento é o objetivo de ‘educar’ a sociedade, notadamente os pais, para exercerem o controle e a fiscalização sobre as ações da escola e do Estado*”. A necessidade, por parte dos setores dominantes, de conformação de um novo *ethos* educativo, também é apontada por Leher (2010a, p. 369).

¹⁴⁰ Fonte: www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/prizes-and-celebrations/the-united-nations-decade-of-education-for-sustainable-development/. Acesso em: 07/2012.

¹⁴¹ O PNE/2001 (Lei nº 10.172/2001) foi fruto de discussões e disputas entre dois projetos, o primeiro elaborado a partir do movimento de educadores e, o segundo, apresentado pelo governo da época (SAVIANI, 2010).

¹⁴² O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), foi aplicado pela primeira vez em 1990. Em 2005, o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Fonte: INEP: <http://provabrasil.inep.gov.br/historico>. Acesso em: 05/2013.

Para entender como ocorre esse processo, é preciso examinar a influência do TPE junto do governo federal.

5.1. O projeto do Todos pela Educação para a educação básica brasileira

Como visto nos capítulos anteriores, o surgimento do TPE coincide com uma mudança em relação ao lugar que educação pública passa a ocupar no projeto de desenvolvimento do Brasil do início do século XXI. Mudança essa que foi compartilhada, concomitantemente, por frações de classes da burguesia e pelo grupo político que passou a ocupar o poder nacional a partir da ascensão de Lula da Silva à presidência.

Nesse sentido, no início do seu segundo mandato, em 2007, Lula da Silva lança o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, política que, em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e a expansão dos investimentos da Petrobrás, compunham uma série de programas para o desenvolvimento do país que buscavam dinamizar investimentos (BRASIL, 2011b, p. 20). Assim, o PDE e o PAC, “*passariam, juntos, a ser a alavanca do desenvolvimento nacional*” (KRAWCZYK, 2008, p. 803).

Na análise de Krawczyk (2008, p. 803), “*este alinhamento justifica-se pela necessidade de que os investimentos em infraestrutura sejam acompanhados de investimentos em educação, com vistas a aumentar o crescimento do país*”. Além disso, outros pesquisadores (LEHER, 2010a, p. 378-379; SAVIANI¹⁴³, 2007, p. 1243), também têm destacado que a aliança com os setores dominantes permitiu que estes pudessem ter mais peso na definição da educação brasileira, incorporando (dentre outras) a agenda empresarial representada pelo TPE no PDE.

Dessa forma, importa aprofundarmos em como ocorrem as relações entre TPE e governo federal através do PDE.

¹⁴³ Para Saviani (2007), na ascensão do PT ao poder federal, seu setor majoritário aproximou-se do empresariado, distanciando-se de suas bases originárias. “*Talvez isso explique, de certo modo, por que o MEC, ao formular o PDE, o tenha feito em interlocução com a referida parcela da sociedade e não com os movimentos dos educadores*” (SAVIANI, 2007, p. 1242-43).

5.1.2. O Todos pela Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação: sintonia com o governo

A pesquisa de Araújo (2012, p. 517-518) revela que, frente ao cenário de instabilidade do então ministro Fernando Haddad à frente do MEC, somados à derrota de Marta Suplicy nas eleições municipais em São Paulo e à “pressão” do Partido dos Trabalhadores para que a mesma assumisse o MEC, o então presidente Lula da Silva solicita ao seu ministro uma medida de impacto como única forma de resistir às pressões e mantê-lo no cargo.

Tal medida de impacto consubstanciou-se no lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. O PDE – cuja maior novidade foi o Ideb –, atendeu tanto às orientações propostas pelo CDES¹⁴⁴ no marco da “Agenda para o Novo Ciclo do Desenvolvimento” (BRASIL, 2004; 2011b), integrando o conjunto de políticas que envolveriam diferentes áreas prioritárias de desenvolvimento, quanto, de acordo com Saviani (2007, p. 1242), aos clamores da sociedade frente aos baixos índices nacionais e internacionais de rendimento dos alunos.

A diretora executiva do TPE explicitou o alinhamento entre o Movimento e o então ministro Fernando Haddad, explicando como o lançamento do PDE contribuiu para a permanência do ministro frente ao ministério:

[...] o Fernando Haddad assumiu o Ministério da educação. [...] Estava no começo e ocorreu uma jogada política interessante. O Fernando Haddad, no começo, parecia que estava como interino até chegar o ministro de verdade. Só que ele foi se firmando. Houve uma movimentação política [no sentido] de colocar a Marta [Suplicy] no Ministério, como ministra, e o Fernando Haddad fez uma jogada interessante. Rapidamente, de forma muito intensa e bem sucedida, ele fez o PDE. E os decretos que regulam o PDE tem o nome de ‘Compromisso de Metas Todos pela Educação’. Surgiram críticas ao governo, críticas ao Todos pela Educação, ou aplausos ao governo, aplausos ao Todos pela Educação. Teve reações muito intensas de ambos os lados. E eu entendo ambas as reações, porque até a gente ficou um pouco assustado. A gente não sabia que ia ter um alinhamento tão forte e tão explícito por parte do Fernando Haddad. Se você for

¹⁴⁴ Um exemplo dessa relação pode ser averiguado pela prioridade que o CDES confere aos avanços trazidos pelo Ideb em relação à melhoria da educação e à inovação tecnológica (BRASIL, 2011b, p. 59). É preciso ressaltar que fazem ou fizeram parte do CDES na condição de Conselheiros, os seguintes sócio-fundadores do TPE: Jorge Gerdau Johannpeter, Milu Villela, Viviane Senna, Marcelo Neri, Fabio Coletti Barbosa, Daniel Feffer, José Vicente, Oded Grajew, Ricardo Young Silva e Zilda Arns.

olhar, o Ideb, as metas do Ideb, o que compõe o PDE, são totalmente alinhados com as metas do Todos pela Educação (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

Contudo, é preciso considerar que, mesmo antes do lançamento oficial do TPE, o então ministro Fernando Haddad “já participava de algumas reuniões sendo, segundo Cruz, um dos primeiros membros do Movimento” (MALINI, 2009, p. 112). Esse foi o período em que o documento *10 Causas e 26 Compromissos* (Anexo 3) foi apresentado ao então ministro. Malini (2009, p. 110) ressalta que, a partir de então, começou um processo de delineamento das formas mais gerais que o PDE assumiria.

A apresentação desse documento ao ministro fez com que ele se surpreendesse com a capacidade de síntese da equipe do Movimento. Segundo Priscila Cruz, a reação de Haddad foi de perplexidade: ‘Poxa! Mas isso é tudo o que o Brasil precisa. Vocês conseguiram sintetizar num documento curto com tudo que o Brasil precisa colocar na educação. Vocês conseguiram dar um foco, vocês conseguiram dar um norte bem claro’ (MALINI, 2009, p. 110).

O “norte bem claro”, segundo Malini (2009, p.110), coincidia com a objetividade que o ministro necessitava no momento. Assim, além da forte influência do documento *Dez Causas, 26 Compromissos* no PDE, seu principal decreto – nº. 6.094/2007 –, recebeu o nome de *Compromisso Todos Pela Educação*¹⁴⁵.

Ficamos sabendo três dias antes. O Mozart [Neves Ramos] tinha recém assumido a presidência aqui [no TPE] e estava em Brasília e aí o ministro o chamou para conversar, apresentou e ele até ligou aqui para gente para consultar alguma coisa e aí a gente teve até acesso a alguma coisa do decreto. Não ao PDE inteiro. Ao decreto. Mas quem colocou a mão na massa mesmo foi a equipe do MEC e eu acho que teve alguma coisa do UNICEF também (Entrevista de Priscila Cruz, diretora executiva do TPE concedida à Eduardo Malini, In: MALINI, 2009, p. 112).

O principal decreto assinado pelo presidente era o Programa de Metas Compromisso Todos Pela Educação, que reúne ações referentes à Educação Básica e foi assim chamado em reconhecimento à sintonia existente entre as 5 Metas defendidas pelo movimento e os objetivos do Plano proposto pelo MEC. Compartilhando o ideário defendido pelo Todos Pela Educação de que apenas com a busca incansável de resultados é possível melhorar a qualidade da educação no Brasil, o MEC introduziu, entre outras medidas, de forma inédita, uma política de metas e indicadores de qualidade como condição para o repasse de recursos a estados e municípios. Também é programa de Nação, não apenas de

¹⁴⁵ A pesquisa de Malini revela que, nesse processo, havia “um fluxo de informações que partiram diretamente do MEC chegando ao Todos Pela Educação através de seu Presidente Mozart Neves Ramos sendo disseminada posteriormente por seus associados [do TPE]. Tal informação [referente ao nome do decreto nº. 6.094/2007] já havia sido fornecida por Priscila Cruz Diretora-Executiva do ‘Todos’ em sua entrevista” (MALINI, 2009, p. 128).

um governo, cujo mandato é finito e requer, portanto, diálogo permanente com toda a sociedade, preservada sua rica diversidade de pontos de vista, e com esferas da administração pública (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007c, grifos meus).

Milu Vilela e Luís Norberto Paschoal, dois dos principais organizadores do TPE, reconhecem a forte influência das orientações do TPE no novo plano do governo:

‘Copiaram até o nosso nome, e seguiram praticamente todas as nossas recomendações. [...] Se o governo está fazendo o que pedimos, e fixou a mesma meta que nós, o ano de 2022, que seja bem-vindo’ (Depoimento de Luís Norberto Paschoal, sócio-fundador do TPE à Andrés Oppenheimer, *In: OPPENHEIMER*, 2010, p. 225).

Era preciso que o Ministério da educação, seguindo preceitos constitucionais, se colocasse, enquanto gestor público, responsável pelo setor, como o maior articulador, mas não como o único responsável. Que associasse a liberação de recursos públicos a metas a serem cumpridas pelos estados e municípios para melhorar a sua educação, a partir de um diagnóstico preliminar. E, principalmente, que fosse capaz de fazer com que todos os brasileiros se sentissem parte dessa iniciativa de política pública para a educação, rompendo, assim, com a cultura de projeto de governo, passando a adotar um projeto de nação. Foi isso que presenciamos no último dia 15 de março, no Palácio do Planalto, sob a liderança desse jovem e operante ministro Fernando Haddad, com o apoio decisivo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (VILLELA, 2007).

Essa “sintonia” entre TPE e MEC demonstra também o imbricamento do governo e do Movimento e de parte da sociedade civil organizada. Isso porque, mesmo quando Reynaldo Fernandes, então presidente do INEP e também integrante da comissão técnica do TPE, sugere que o decreto nº. 6.094/2007 devesse ter “outro nome”, ele também revela que a base de sustentação de ambos os programas, e, inclusive, a equipe que os elabora, coincidem.

[Entre PDE e o TPE] têm umas coisas em comum. Primeiro, a ideia de metas. As metas são diferentes. No governo, nós tínhamos a ideia de uma meta por coisa, pra facilitar um pouco. Quanto mais metas, mais difícil gerenciar um programa desses [PDE]. Tem coisas parecidas, por exemplo, nós tínhamos metas individualizadas. Eu estava nos dois [governo e TPE] e foram os mesmos técnicos que fizeram. Fui eu mais dois técnicos do INEP que projetamos [as metas do TPE e do PDE]. A metodologia é parecida. E tem *feedback*. Por exemplo, tem o sistema de metas, a questão de usar o OCDE como critério de referência, isso estava no meio do PDE do governo. As metas do TPE [...] são mais apertadas que as do MEC, são mais duras. Mas o desenho... eles têm poucas metas, são quatro de resultados e uma de financiamento e gestão. Tem coisas em comum. Mas são dois programas diferentes e acho que deveriam ter nomes

diferentes. Isso [a ideia do nome] foi uma opção do Fernando [Haddad], o ministro (Entrevista 7, ex-presidente do INEP, membro da Comissão técnica do TPE).

Além disso, para o TPE

[...] muitas questões envolvendo as metas do Ideb, assim como as soluções encontradas para elas, são semelhantes às das metas do Todos Pela Educação. Isso se deu porque os dois projetos ocorreram simultaneamente, de maneira articulada, com uma interação bastante forte entre o Ministério da educação e o movimento Todos Pela Educação, juntamente com seus parceiros (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 70).

É preciso ressaltar que o Ideb expressa certo ideal de qualidade da educação que coincide com o defendido pelo TPE na medida em que contribui para o controle das escolas, estimula a meritocracia e a consolidação de uma “cultura de metas”:

O MEC fez uma coisa que para nós foi muito interessante: primeiro ele deu a nota para as escolas. A partir do momento que existiu o Ideb, existe uma maneira oficial de acompanhar as escolas. Ninguém discute, porque foi o MEC que fez. Se a gente tivesse que fazer uma nota para as escolas, seria quase impossível, não teria credibilidade nenhuma. Quando o MEC faz, é o MEC. E, no plano de metas do MEC, tem um dinheiro que não é obrigatório, é opcional. Quem cumprir determinados itens do PAR, recebe esse dinheiro. Quem cumprir as metas, recebe esse dinheiro. Então é maravilhoso, porque as pessoas, as escolas, as secretarias municipais, etc. têm já uma tendência natural de querer cumprir a meta para conseguir um dinheiro extra. Então, maravilha. Essa cultura deixou de ser tão mal vista na medida em que o MEC, com tudo o que fez, veio reforçar que metas são necessárias, existem e precisam existir e ser acompanhadas (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Destaca-se que, assim como nas propostas do TPE, a linha mestra do PDE é a orientação para a aprendizagem dos estudantes. Desta maneira, os indicadores de qualidade e suas metas passaram a nortear as políticas do MEC. O Ideb conjuga desempenho e fluxo escolar sintetizando duas das metas propostas pelo TPE (meta 3 e 4).

Podemos fazer um paralelo, por exemplo, entre as Metas 3 (de desempenho nos exames) e 4 (taxa de conclusão dos níveis de ensino), e o Ideb. O Ideb sintetiza essas duas informações e sua meta nada mais é que os jovens concluam as três etapas da Educação Básica no tempo correto com o desempenho adequado a cada uma. O mesmo que foi definido para as 5 Metas do Todos Pela Educação, mas apenas com diferenças na forma de medir essa melhora e nos níveis exigidos como metas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008a, p. 73).

Entretanto, tal como analisa Malini (2009, p. 118), a associação entre distorção idade-série e desempenho já era utilizada pelo parceiro do TPE, o Instituto Ayrton Senna – IAS, através do seu programa *Acelera*¹⁴⁶. Considerando que a coordenadora da comissão técnica do TPE – Viviane Senna –, é também a presidente do IAS, podemos perceber a permeabilidade e a imbricação entre os “parceiros” do TPE, o próprio TPE e as políticas federais.

Outro “ponto de integração” e complementaridade entre as metas do TPE e o Ideb é ressaltado por um dos sócios do Movimento:

A Meta 1 talvez seja, no conjunto de compromissos do Todos pela Educação, a que mais complementa o Ideb, o produto mais nobre do Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação. O Ideb procura, através da tensão embutida no produto de indicadores de fluxo e de performance, sintetizar em um único número os desafios educacionais locais e nacionais. [...] O objetivo é não permitir aos gestores atalhos que apenas maquiem a performance educacional efetiva dos alunos. Neste caso, o uso da variável-meio, o fluxo, torna mais consistente a medição da variável-fim, o aprendizado. Similarmente, se o objetivo é maximizar o Ideb, os gestores podem optar por manter fora do sistema de ensino um grupo de alunos, de forma a ocultar tanto o fluxo com a proficiência dos alunos mais pobres, que naturalmente apresentam piores fluxos e proficiências prospectivas esperadas. Neste sentido, a Meta 1 adiciona importante pressão ao Ideb, de forma a impedir atitudes oportunistas da pior espécie pelos gestores: manter os alunos mais pobres fora da escola, a fim de não contaminar os progressos medidos em indicadores de proficiência. A sociedade poderá acompanhar, por meio das metas de universalização do Todos Pela Educação, quem, de fato, está sendo avaliado. [...] A limitação do Ideb é a de avaliar apenas os alunos que estão na escola, não conseguindo por construção captar os que estão fora da escola. Uma possível justificativa para esta limitação é que o Ideb pode, dessa forma, ser calculado em nível de cada escola e das redes de ensino, responsabilizando gestores públicos e privados. No fundo, podemos encarar a Meta 1 de acesso do Todos Pela Educação como aquela que trata de uma terceira perna da rede educacional: os que estão fora da escola. Nessa perspectiva, o objetivo final da Meta 1 seria incorporar ao quadro de acompanhamento da sociedade aqueles sem escola, nem avaliação (Artigo de Marcelo Neri, membro da Comissão Técnica do TPE *In: TODOS PELA EDUCAÇÃO*, 2008a, p. 19).

Tomando como referência os documentos, entrevistas e pesquisas percebemos que, mais do que influenciar o processo de construção do PDE, o TPE, por meio de seus

¹⁴⁶ Segundo o IAS: “Criado em 1997, o *Acelera Brasil* é um programa emergencial, de correção de fluxo do Ensino Fundamental. Ele combate a repetência que gera a distorção entre a idade e a série que o aluno frequenta e, também, o abandono escolar”. Fonte: http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_acelerabrasil.asp. Acesso em: 05/2013. Para uma análise crítica desse programa, conferir pesquisa coordenada por Adrião e Peroni: “Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional” (2009-2011).

sócio-fundadores, representou um ponto de imbricação entre setores da sociedade civil organizada e o Estado. Com o lançamento do PDE, a agenda do grupo representado pelo TPE entrou na pauta nacional, e passou a orientar a política para a educação básica no Brasil. Entretanto, é importante que se ressalte que a incidência do TPE na política educacional não se restringe à apenas essa questão.

5.1.3. O Todos pela Educação e o Plano Nacional de Educação (2011 - 2020)

A mobilização do TPE em torno do *Plano Nacional de Educação* – PNE (2011 – 2020) – PL N.º 8.035/2010, revela outras estratégias de atuação empregadas pelo Movimento.

Procurando ocupar as instâncias representativas, o TPE participou da comissão organizadora e de sete conferências da CONAE¹⁴⁷, a partir da representação de Mozart Neves Ramos, o então presidente executivo do Movimento, que ocupou a cadeira de suplente dos “Movimentos em Defesa da Educação”. A cadeira titular foi ocupada por Daniel Tojeira Cara, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O Movimento divulgou, através da mídia, uma avaliação do primeiro documento da CONAE 2010¹⁴⁸, relativizando algumas questões, como o processo de constituição de delegados. Para Mozart Ramos, entidades importantes, como o Sistema S, deveriam ter participado da conferência. Além disso, para o TPE, algumas das decisões da CONAE tiveram um caráter acentuadamente corporativista. Dentre os pontos positivos da CONAE, o TPE apontou as questões do Custo Aluno-Qualidade como forma de alcançar um financiamento equitativo; a reafirmação da valorização docente, por meio do piso e da carreira do professor; e a constituição do Sistema Nacional de Educação através de um tripé formado por planos articulados de educação, regime de colaboração e Lei de responsabilidade educacional – uma das propostas do TPE. Dentre os pontos negativos apontados, foram citadas: a regulamentação do setor privado e as restrições ao ensino à distância.

¹⁴⁷ A Conferência Nacional de Educação - CONAE é um espaço aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. O Tema da CONAE em 2010 foi: Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação. Fonte: http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57. Acesso em: 02/2001.

¹⁴⁸ Revista Educação, “Bandeiras ao vento”, 17 mai. 2010.

Na avaliação do TPE, o setor público não teria “fôlego” suficiente para assumir suas tarefas, dependendo, dessa forma, do setor privado. Além disso, ao setor público caberia a supervisão da qualidade do ensino, podendo atuar diante da constatação da baixa qualidade da oferta educacional.

O TPE apreciou, ainda, o texto do novo PNE 2011-2020, divulgado pelo MEC¹⁴⁹ e que, até o momento de elaboração dessa pesquisa, encontrava-se em tramitação na Câmara de Deputados. A partir de um esforço para analisar e traçar similitudes entre as metas do PNE 2011-2020 e suas próprias metas e bandeiras, o TPE avaliou que o novo PNE deve ser objetivo: conter poucas e exequíveis metas, indicadores capazes de mensurá-las regularmente e proporcionar o acompanhamento de seu cumprimento pela sociedade civil, além de recursos financeiros necessários para sua execução¹⁵⁰. Para o TPE, a ênfase dada pelo documento ao ensino básico é fundamental para elevação da qualidade da educação. Outros pontos de destaque foram: a preocupação em diminuir as desigualdades educacionais; a valorização do magistério; a possibilidade de maior participação da sociedade para a garantia do direito ao ensino de qualidade; e a reduzida quantidade de metas. No entanto, na análise do TPE, uma das falhas do PNE 2011-2020 diz respeito à falta de consequências do não cumprimento das metas estratégicas, daí a necessidade de uma Lei de responsabilidade educacional.

A “cultura de metas” e a intensificação das avaliações na verificação do desempenho de alunos foram vistas como pontos positivos do novo plano. Contudo, segundo o TPE, faltou ao PNE uma estratégia para melhorar a divulgação dos resultados do Ideb aos professores, gestores e sociedade em geral.

Em relação ao financiamento da educação previsto no PNE, o TPE defendeu que, até 2014, pelo menos 7% do PIB nacional seja destinado à educação, com foco na educação básica. Tal índice é sustentado mesmo diante da informação de que, na CONAE-2010, foi constatada a necessidade de ampliação do financiamento para 10% do PIB para a

¹⁴⁹ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Veja os comentários do Todos Pela Educação sobre o PNE 2011-2020. *Portal Todos Pela Educação*, 15 dez, 2012.

¹⁵⁰ RAMOS, Mozart Neves. O novo Plano Nacional de Educação. *Correio Braziliense*, DF, 16 set 2010; GUERREIRO, Carmen. Menos metas, mais compromisso. *Revista Educação*, Ago. 2011; AGÊNCIA SENADO. O Plano Nacional de Educação deveria ter metas anuais, sugerem especialistas. *Agência Senado*, DF, 01 jun. 2011; RAMOS, Mozart Neves. Panorama da educação: avanços e desafios. *Correio Braziliense*, DF, 19 ago. 2010.

educação, sendo 8% do valor destinado à educação básica e 2% destinado à educação profissionalizante-técnica e superior. O TPE justificou a defesa do investimento de apenas 7% do PIB em educação alegando ter informações de que um eventual aumento acima de tal índice elevaria a carga tributária. Além disso, a questão do PIB seria uma “ficção”, isso porque, compartilhando da mesma opinião do executivo, o TPE argumenta que aumento dos investimentos previstos no novo plano deve vir acompanhado da indicação das novas fontes de recurso¹⁵¹.

Ainda sobre a avaliação do documento do PNE 2011-2020, o TPE criticou o regime de colaboração entre os entes federados: o novo plano não estabeleceu a responsabilidade de cada ente no cumprimento das metas nacionais. Ademais, o baixo número de Planos Estaduais de Educação (PEEs) refletiria a pouca importância que os estados deram ao novo PNE¹⁵². Para o TPE, o novo PNE deve também reafirmar a importância de se intensificar coalizões e parcerias que assegurem a “*modernidade social*”¹⁵³.

Na perspectiva do TPE,

a forma como foram estabelecidos os mecanismos de acompanhamento do cumprimento das metas teve pouca eficácia. O PNE não estabeleceu metas objetivas finais ou parciais (baseadas em indicadores educacionais) para estados e municípios. Deixou a cargo dos últimos formularem suas metas, com base nas realidades específicas a cada ente. Isso acabou comprometendo o sucesso do PNE, pois este se baseou na premissa de que todos os estados e municípios dispunham dos recursos, do conhecimento técnico e da capacidade de coordenação e mobilização necessárias para formular e cumprir as metas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007b, p. 3-4).

¹⁵¹ RAMOS, M. N. O novo Plano Nacional de Educação. *Correio Braziliense*, DF, 16 set. 2010; WEBER, D.; BARBOSA, A. A. CNE quer 10% do PIB para educação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 mai. 2011; CIEGLINSKI, A. Com quase 3.000 emendas, PNE deve ficar para 2012. *Portal UOL Notícias. Agência Brasil*, DF, 18 jun. 2011; TODOS PELA EDUCAÇÃO. Veja os comentários do Todos Pela Educação sobre o PNE 2011-2020. *Portal Todos Pela Educação*, 15 dez. 2012.

¹⁵² RAMOS, M. N. ‘Situação é reflexo da pequena mobilização social’, diz membro do CNE. *O Estado de São Paulo*, 01 dez. 2012; CRUZ, E. P. Área educativa considera fundamental aprovar o PNE este ano. *Agência Brasil*, 11 mai. 2011.

¹⁵³ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Veja os comentários do Todos Pela Educação sobre o PNE 2011-2020. *Portal Todos Pela Educação*, 15 dez. 2012; RAMOS, M. N. O PNE e a formação docente. *Correio Braziliense*, DF, 17 fev. 2011.

5.1.3.1. Mobilização e resistências: o Congresso Internacional “Educação: Uma agenda Urgente”

A mobilização do TPE em relação ao PNE 2011-2020 não se limitou à participação nas conferências da CONAE e aos comentários aos documentos. O Movimento promoveu outras iniciativas relacionadas à discussão deste Plano, como uma palestra com o Prof. Carlos Roberto Jamil Cury sobre os desafios da construção de um plano que seja efetivo, que tenha metas claras e factíveis. A partir desse evento, em parceria com a Fundação Santillana e a Editora Moderna, o TPE preparou uma publicação a ser distribuída durante a CONAE, com o objetivo de subsidiar a elaboração do PNE 2011-2020 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 45).

Paralelamente às discussões ocorridas na CONAE-nacional, o TPE, em parceria com instituições nacionais e internacionais¹⁵⁴, promoveu um evento de grande porte, o Congresso Internacional “Educação: Uma agenda Urgente”¹⁵⁵, em 2011. O evento foi realizado na sede do Conselho Nacional de Educação – CNE em Brasília. Seu objetivo foi o de promover um debate em níveis técnico e político que subsidiasse um documento com as principais convergências e reflexões sobre cada um dos temas discutidos em 8 sessões (Justiça pela qualidade da educação; Regime de colaboração; Definição das expectativas de aprendizagem; Formação inicial do professor; Carreira do professor; Avaliações externas e seu uso na gestão educacional; Ampliação da jornada na perspectiva da educação integral; equidade e inclusão). No evento também houve uma sessão sobre os Movimentos pela educação na América Latina¹⁵⁶. O TPE, à época, pretendia entregar o resultado dessas discussões aos parlamentares, ao MEC e à Presidência da República (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011a, p.5).

Precederam o congresso, reuniões preparatórias, organizadas pelo TPE, em que foram elaborados documentos que serviram como base das discussões do evento:

¹⁵⁴ A promoção do evento envolveu parcerias estratégicas e patrocínios que demonstravam os setores de maior confluência com as propostas do TPE: Parceiros: CNE, INEP/MEC, Unesco, Unicef, Undime, SBPC, ABMP, BID e Consed; Patrocinadores: BID, Fundação Educar Dpaschoal, Fundação Itaú Social, Grupo Gerdau, Itaú BBA, Instituto Natura, Fundação Lemann e Instituto Unibanco; Apoio Institucional: GIFE e CDES; Apoio: CNE, Agência TUDO, Agência DM9DDB, Canal FUTURA e CNI.

¹⁵⁵ Pude participar deste evento na condição de estudante.

¹⁵⁶ Ver Capítulo 4, item 4.7., deste trabalho.

O congresso foi um momento, mas ele teve meses de preparação, até como desculpa, para criar esses consensos. A gente fez reuniões preparatórias, que fizeram com que pessoas que nunca se encontraram, setores que nunca se encontraram, instituições que nunca se encontraram, sentassem e passassem a dialogar (Entrevista 2, diretora executiva do TPE).

Um importante exemplo de articulação e geração de consensos para incidência na política educacional nacional pode ser notado através das reuniões que precederam ao congresso. Em algumas dessas reuniões, além dos representantes do TPE, participaram membros do Observatório da Equidade do CDES/Secretaria de Ações Estratégicas da Presidência da República, como o conselheiro José Vicente (que também é membro do TPE) e Esther Bemerguy, a secretária da Sedes (Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). Nessa reunião, foram debatidos temas em comum entre o CDES e o TPE, pautados nas diretrizes estratégicas da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento e nas recomendações para a política educacional, formuladas a partir dos Relatórios de Observação das Desigualdades na Escolarização.

Por meio do Observatório da Equidade, o CDES está participando como parceiro no diálogo preparatório para o congresso internacional, que será realizado pelo movimento Todos Pela Educação. O objetivo do congresso é debater e estabelecer compromissos acerca das políticas públicas urgentes para melhoria da qualidade da educação de todas as crianças e jovens brasileiros. Para o Conselho, o tema representa prioridade estratégica no novo ciclo de desenvolvimento do Brasil. Fonte: CDES. In: <http://www.sae.gov.br/site/?p=6316>. Acesso em: 09/2012.

A realização deste congresso teve grande repercussão e revelou dissidências entre o TPE e entidades e movimentos sociais ligados à educação. Ao discutir suas pautas com um segmento reduzido da sociedade, o TPE se sobrepunha à instância de debate e elaboração de um documento fundamentado num consenso entre toda a sociedade, objetivo da CONAE-nacional. Dessa forma, ao fim do evento promovido pelo TPE, foi divulgada uma “Carta Aberta ao Movimento ‘Todos Pela Educação’”. Essa carta, assinada por 32 entidades, afirmava que o Brasil já possuía uma agenda para a educação, construída democraticamente durante a CONAE. Na carta, também se exigia o comprometimento do TPE com as deliberações da CONAE (CARTA ABERTA, 2011).

O TPE considerou que essa reação foi promovida pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, e evidenciou, dessa forma, divergências entre ambas as organizações:

Foi a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É interessante, porque os que são contra avaliação usam esse argumento 'É um movimento de empresários'. Eu acho que em relação à Campanha, é tipo o filho mais velho quando teve irmão. A gente veio, ocupou espaço, faz barulho, ocupa a atenção da mãe. Então, sem dúvida, cria um certo ressentimento. Nós os convidamos para tudo que fazemos, todos os eventos, para o congresso, para as preparatórias do congresso. Nas preparatórias do congresso, alguns participaram. Já fizemos coisas em comum. Eu considero que o fato de eles jogarem todas as fichas em lutar só pelos 10% do PIB para educação, e não na maneira de como o dinheiro é gasto, eu acho um erro. Eu acho que eles deixaram passar todos os outros pontos para se fixar só nos 10%. Não acho que seja o mais importante no PNE só a quantia de 10%. Para mim, o mais importante é onde o que vier de dinheiro vai ser gasto. Acho que eles têm coisas boas. Mobilizam bem. Não acredito que tenham as 200 entidades que dizem ter. Na assinatura daquela carta tinha 20 e poucas... algumas pessoas disseram que 'ah nem sei como nosso nome está na carta, nós não assinamos, mas não vamos tirar isso a limpo, tanto faz...'. Eu acho que faz parte ter pessoas que pensam diferente. Eu acredito que a intenção deles é defender a educação é louvável, que bom. Mas, enquanto a gente tem foco no aluno, eles têm muito foco no professor. A gente, às vezes, participa de coisas que só fala de professor, professor, professor. Gente, o que o aluno aprende não entra em cogitação. Não é considerado. Às vezes, a gente escuta 'ah não podemos culpar o professor pela aprendizagem do aluno'. Tudo bem, não é só o professor, mas se ele não for responsabilizado pela aprendizagem do aluno, como é que fica? (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

5.2. Propostas e Incidência em políticas públicas para educação

Acompanhando os periódicos de circulação nacional, percebe-se que, para além do PDE e PNE 2011-2020, outros temas também ganharam destaque para o TPE, como veremos a seguir:

5.2.1. Avaliação/metás

O TPE, através da mídia, buscou consolidar na sociedade o consenso de que o estabelecimento de exames de larga escala constitui por si só um instrumento fundamental na garantia da qualidade da educação. Segundo o TPE, a sociedade deve exercer um poder de pressão e controle sobre os governos, valendo-se dos resultados dos instrumentos que

medem o desempenho escolar, tais como a Prova Brasil e as avaliações estaduais¹⁵⁷. Além disso, a qualidade da educação deve ser pautada por uma “cultura de metas”, cultura essa reforçada pelo governo através da criação do Ideb.

Mesmo reconhecendo as distorções que o Ideb pode provocar nas redes de ensino num primeiro momento – devido ao aumento da taxa de aprovações –, o TPE considera positiva sua utilização como medida para avaliar a melhoria da educação, indicando que o aumento do índice deve ser acompanhado da melhoria do aprendizado em língua portuguesa e matemática no decorrer dos anos¹⁵⁸. Essa constatação é feita pelo TPE a partir do respaldo técnico de estudos e relatórios em que são divulgados os resultados do acompanhamento periódico de suas 5 metas. Tendo como parâmetro esses documentos, o TPE reconhece, através da mídia, os avanços nos indicadores da educação brasileira, contudo, tais avanços seriam ofuscados pela baixa qualidade do ensino. Apenas o “bom desempenho” de um estado ou município nos exames não garantiria que todas as crianças de determinada região teriam acesso a uma aprendizagem de qualidade. Para o TPE, a evolução das notas deve ser acompanhada por equidade entre as redes¹⁵⁹.

Um exemplo da atuação do Movimento no que se refere à adoção da cultura de avaliação/metasp foi a proposta de monitoramento do nível de alfabetização dos alunos do 3.º ano do ensino fundamental através de um exame em larga escala. Lançada pelo TPE em 2010, a Prova ABC contou com a parceria do governo, através do INEP, para sua realização¹⁶⁰.

¹⁵⁷ RAMOS, M. N. ‘Secretário de educação tem de ir às escolas’. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03 nov. 2010; AGÊNCIA BRASIL. Prova vai detectar nível de alfabetização no início do ensino fundamental. *O Globo, Agência Brasil*, DF, 30 mar. 2011.

¹⁵⁸ RAMOS, M. N. Panorama da educação: avanços e desafios. *Correio Braziliense*, DF, 19 ago. 2010; GOIS, A.; TAKAHASHI, F. Cidades aprovam mais alunos para melhorar a nota no Ideb. *Folha de São Paulo*, 03 nov. 2008; RAMOS, M. N. Formação de professores. *Correio Braziliense*, DF, 02 mai. 2011; MOI, I.; MESQUITA, M. Currículo na mira. *Folha de São Paulo*, 16 mai. 2011.

¹⁵⁹ AGÊNCIA BRASIL. Relatório aponta baixo aprendizado de alunos do 5º ano em português e do 9º ano em matemática. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 dez. 2010; AGÊNCIA BRASIL. Bons resultados no Ideb não garantem ensino de qualidade em todas as escolas, diz estudo. *O Estado de São Paulo*, 10 ago. 2010; RAMOS, M. N. Redução nas diferenças educacionais. *Portal Todos Pela Educação*, 18 ago. 2008.

¹⁶⁰ MANDELLI, M.; ODA, Felipe. Brasil terá prova para avaliar alfabetização de crianças de 8 anos. *O Estado de São Paulo*, 02 dez. 2010; AGÊNCIA BRASIL. Prova vai detectar nível de alfabetização no início do ensino fundamental. *O Globo, Agência Brasil*, DF, 30 mar. 2011.

5.2.2. Financiamento/Gestão

O TPE tem divulgado através da mídia que, para aumentar a qualidade do ensino básico público, é necessário que a ampliação dos recursos financeiros seja acompanhada de melhor gestão de tais recursos. Tendo como parâmetro o investimento em educação de países como Chile e México, além da Comunidade Europeia, o TPE chega à conclusão da necessidade de se aumentar o percentual do PIB destinado à educação, priorizando o investimento na educação básica¹⁶¹. No entanto, parece não haver um consenso em torno do valor do aumento da percentagem do PIB.

Em 2008, o TPE declarou ser preciso chegar a 5% do PIB para a educação básica até 2010, aliando-se a isso a melhoria da gestão desses recursos. Em 2010, analisando o documento em elaboração do PNE 2011-2020, o TPE apontou que o financiamento gradual é fundamental, podendo alcançar, em 2020, 10% do PIB para a educação. Já em 2011, o Movimento defendeu que o incremento de recursos no valor de 7% do PIB¹⁶² seria suficiente para a melhoria da educação pública.

Além disso, para o TPE, o aumento dos recursos financeiros destinados à educação só faz sentido se acompanhado da profissionalização da gestão dos recursos¹⁶³. O Movimento tem divulgado através da mídia que diretores de escola devem assumir novas responsabilidades, não se limitando a ser um profissional que apenas entenda de educação, mas, também, de gestão de recursos humanos e financeiros, além de demonstrar capacidade de liderança¹⁶⁴. Isso porque, segundo o TPE, a melhora no desempenho escolar estaria mais

¹⁶¹ RAMOS, M. N. As urgências da educação. *Revista Época*, 03 out. 2010; MÁXIMO, L. Gasto público com educação chega a 5% do PIB em 2009. *Valor Econômico*, 03 nov. 2010; AGÊNCIA BRASIL. DF é a unidade da federação que mais investe por aluno ao ano, aponta relatório sobre educação. *O Estado de São Paulo*, 01 dez. 2010.

¹⁶² RAMOS, M. N. Redução nas diferenças educacionais. *Portal Todos Pela Educação*, 18 ago. 2008; AZEVEDO, G. “Não se muda nada sozinho na educação”, Entrevista com Mozart Ramos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 06 ago. 2010; RAMOS, M. N. O PNE e a formação docente. *Correio Braziliense*, DF, 17 fev. 2011.

¹⁶³ BBC BRASIL. Boa gestão é tão importante quanto investimento na educação. *Portal Terra Educação*, 22 set. 2010; RAMOS, M. N. As urgências da educação. *Revista Época*, 03 out. 2010; TUPINAMBÁS, G. Matemática multiplica desafios de estudantes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 dez. 2010; CIEGLINSKI, A. Resultado de Avaliação Internacional mostra que educação no Brasil avança com lentidão. *Agência Brasil*, 07 dez. 2012; RAMOS, M. N. Os desafios da Educação brasileira. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 jan. 2011.

¹⁶⁴ BBC BRASIL. Boa gestão é tão importante quanto investimento na educação. *Portal Terra Educação*, 22 set. 2010; MANDELLI, M.; Indicação política influencia nomeação de diretor em 42% das redes de ensino. *O Estado de São Paulo*, 02 mar. 2011.

relacionada à gestão eficiente dos recursos do que ao aumento dos investimentos. Daí a necessidade de um indicador nacional de eficiência da gestão¹⁶⁵.

5.2.3. Docentes

A questão dos professores ganhou destaque para o TPE em 2010, quando foram lançadas suas “5 bandeiras”, as quais viabilizariam o cumprimento de suas 5 metas. A bandeira 2 trata do tema que parece ser central para a elevação da qualidade do ensino público: “Valorização dos professores”. Para tanto, o TPE divulgou, através da mídia¹⁶⁶, que os alunos dos “melhores professores aprendem 68% mais do que os colegas orientados pelos piores docentes”. Nesse sentido, no ranking dos fatores que mais influenciariam a capacidade de aprendizado, a “qualidade” do docente ocupa o primeiro lugar, seguido do tamanho e da composição da turma. Dessa forma, com o slogan “Um bom professor, um bom começo”, o TPE lançou na mídia uma Campanha de Valorização do Professor¹⁶⁷. Em sua campanha midiática, o “bom professor” é aquele que tem o foco no aprendizado de seus alunos e que, assim, contribuiria efetivamente para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Na campanha, a valorização dos professores é pautada por quatro eixos: salário inicial atraente, plano de carreira, formação inicial e continuada e boas condições de trabalho. Para o TPE, tal valorização só pode ser viabilizada através de um pacto nacional liderado pelo próprio Presidente da República¹⁶⁸.

A partir da constatação de que existe um déficit de 250 mil professores nas redes públicas brasileiras e, ao mesmo tempo, de que apenas 3% dos “melhores alunos” ambicionam a carreira docente dado o seu desprestígio social, o TPE – seguindo uma tendência de organismos internacionais, como o PREAL¹⁶⁹ – apresentou na mídia uma proposta para reverter essa situação. Tal proposta tinha como pauta: tornar o magistério um objeto de desejo, atraindo os jovens mais bem qualificados do ensino médio através de

¹⁶⁵ RAMOS, M. N. Educação: melhora lenta. *Correio Braziliense*, DF, 02 dez. 2010.

¹⁶⁶ BRUM, I. Aluno aprende 68% mais com bom professor. *O Estado de São Paulo*, 18 jul. 2011; CARRIEL, P. Como melhorar o ensino. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 jul. 2011.

¹⁶⁷ Portal Todos pela Educação, 12 abr. 2011. O vídeo da campanha, veiculado em rede nacional de televisão, pode ser acessado em <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/sala-de-imprensa/releases/14837/um-bom-professor-um-bom-comeco-e-a-nova-campanha-do-movimento-todos-pela-educacao/>. Acesso em: 25/07/2011.

¹⁶⁸ RAMOS, M. N. Pacto pelo professor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 nov. 2010.

¹⁶⁹ PREAL *Enlaces: Cómo atraer a los mejores profesionales a la docencia*. Fonte: <http://blogdepreal.org/2013/06/07/preal-enlaces-como-atraer-a-los-mejores-profesionales-a-la-docencia/>. Acesso em: 05/2013.

melhores salários, carreira promissora, condições de trabalho adequadas, formação inicial sólida e formação continuada¹⁷⁰. Nessa proposta de valorização, a carreira do bom professor devia ser pautada pelo mérito, pelo desempenho do professor, por sua formação e capacidade de formar alunos¹⁷¹. Nesse sentido, uma de suas propostas para motivar a carreira docente seria a de que as redes de ensino municipais e estaduais vinculassem o resultado do Ideb ao pagamento de bônus para professores¹⁷².

A formação do professor que irá atuar na rede pública também é alvo de preocupação do TPE¹⁷³. Partindo do pressuposto de que a formação inicial oferecida pelas universidades brasileiras – sobretudo faculdades de pedagogia e licenciaturas – seria “*muito voltada para a teoria e pouco prática*”¹⁷⁴, não atendendo, dessa forma, às necessidades atuais da escola pública, os professores formados por tais instituições pouco ou nada conheceriam da realidade escolar.

Para o TPE, o distanciamento entre universidade e ensino básico produziu uma falta de vocação da universidade para formar professores destinados às salas de aula. Além disso, embora o MEC se esforce para reverter essa situação¹⁷⁵, pelo fato de o tempo da maioria dos professores universitários estar comprometido com as atividades de ensino, pesquisa e burocracia, a educação básica teria deixado de ser uma prioridade da universidade brasileira. Assim, uma proposta¹⁷⁶ feita pelo ex-diretor executivo do TPE para formação de professores seria: transferir a formação do professor para institutos especialmente criados para este fim. Instalados no interior das universidades, tais institutos

¹⁷⁰ O GLOBO. Educação para desenvolver o país. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 out. 2010; ALVAREZ, L. Número de formandos em cursos que preparam docentes cai 50% em 4 anos, *O Estado de São Paulo*, 02 fev. 2011; RAMOS, M. N. Os desafios da Educação brasileira. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 jan. 2011; VILELLA, M.; RAMOS, M. N. A educação mobilizando o Brasil. *Folha de São Paulo*, 24 mai. 2010; BERNARDES, M.; GUIMARÃES, C. A loteria do ensino público. *Revista Época*, 24 set. 2010.

¹⁷¹ RAMOS, M. N. Pacto pelo professor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 nov. 2010; AZEVEDO, G. “Não se muda nada sozinho na educação”, Entrevista com Mozart Ramos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 06 ago. 2010; PINHO, A. Presidente do “Todos pela Educação” critica propostas dos candidatos para o setor. Entrevista com Mozart Ramos. *Folha de São Paulo*, 01 set. 2010.

¹⁷² SANCHEZ, L.; TARGINO, R. Desconhecimento do Ideb por parte dos coordenadores é uma “preocupação”, diz MEC. *Portal UOL Educação*, 19 out. 2010.

¹⁷³ MOI, I.; MESQUITA, M. Currículo na mira. *Folha de São Paulo*, 16 mai. 2011.

¹⁷⁴ AGÊNCIA BRASIL. Especialistas: Plano de Educação é peça chave para melhorar ensino. *Portal Terra Educação*, 12 abr. 2011.

¹⁷⁵ Exemplos da atuação do MEC em relação ao problema da formação de professores: criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com foco na formação de professores; implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB); implantação da Plataforma Freire vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), que agora possui uma diretoria só para cuidar da formação de professores.

¹⁷⁶ RAMOS, M. N. Formação de professores. *Correio Braziliense*, DF, 02 mai. 2011.

teriam uma característica interdisciplinar, em que os docentes universitários se dedicariam exclusivamente à formação de professores para a sala de aula. Aos docentes universitários se juntariam os melhores professores da educação básica – na condição de professores colaboradores – que dedicariam parte de sua carga horária de trabalho ao Instituto.

Esse novo Instituto, localizado dentro da universidade, seria o responsável por formular um novo currículo próximo à realidade escolar. Além disso, novos incentivos, por meio da Capes, poderiam ser concedidos aos professores envolvidos, que teriam como maior compromisso resgatar a escola pública no contexto da universidade – produzindo experiências de baixo custo para serem disseminadas nas redes de ensino.

5.2.4. Arranjos de Desenvolvimento da Educação

Para o TPE, o regime de colaboração, juntamente com os Planos Articulados de Educação e a Lei de Responsabilidade Educacional, devem conformar um Sistema Nacional de Educação. Isso porque, na concepção do TPE, o regime de colaboração definiria *“com clareza o papel e a responsabilização de cada ente federado na oferta educacional”* (CRUZ, 2012, p. 146).

Assim, o TPE, em parceria com os três níveis de governo, fundações e institutos de empresas, iniciou a operacionalização do chamado Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE). Segundo o TPE, trata-se de um trabalho em rede, em que um grupo de municípios, com proximidade geográfica e características sociais e econômicas semelhantes, busca trocar experiências e solucionar conjuntamente dificuldades na área da educação. Priscila Cruz explica que *“os ADE’s seriam, assim, instrumentos indutores de cooperação e colaboração entre municípios, articulados com os estados e a União, e contando, quando necessário, com a contribuição transversal dos institutos e fundações”* (CRUZ, 2012, p. 148). Na perspectiva do Movimento, os ADE’s possuem uma dimensão estratégica para o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território brasileiro, ordenado, por sua vez, pela lógica de arranjo educativo¹⁷⁷.

¹⁷⁷ RAMOS, M. N. Opinião: Arranjos de desenvolvimento da educação. *Correio Braziliense*, DF, 03 jul. 2011.

Embora não seja uma novidade do PDE, a concepção de ADE's aparece de forma sistemática já no documento do “O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, quando este afirma que

reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, exige pensa-la no plano de país. O PDE pretende responder a esse desafio através de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo (BRASIL, 2007c, p. 6).

Entretanto, tal como apresenta Araújo (2012, p. 517), a efetivação dos ADE's “começou a ganhar forma quando o Instituto Votorantim entrou em contato com o TPE, no ano de 2008, para encontrar maneiras de atuar coletivamente em 12 (doze) municípios do Recôncavo Baiano” (ARAÚJO, 2012, p. 518).

O TPE justifica sua iniciativa em relação aos ADE's, a partir do reconhecimento da fragilidade do ente municipal e da necessidade em fortalecê-lo em função do papel estratégico que exerce na oferta educacional. Assim, a partir da mobilização empreendida pelo TPE, institutos e fundações¹⁷⁸, exercendo sua “corresponsabilidade social”, estabelecem parcerias com os municípios para a execução dos ADE's. Segundo a sócio-fundadora do TPE:

Nós estamos fazendo os arranjos. Nós fomos incubadora desse projeto e agora está se espalhando. Seria um arranjo regional de municípios trabalhando juntos. Os primeiros foram na região do noroeste paulista Votuporanga, no recôncavo da Bahia, Garanhuns, Pernambuco, Maranhão. E agora já tem vários que a [Fundação] Vale está fazendo no Maranhão, em vários municípios. Tem uns que a Natura está fazendo na Chapada. Seriam municípios geograficamente vizinhos, trabalhando juntos em vários temas. Porque, em geral, no interior, muitas vezes a professora dá aula num município de manhã e em outro de tarde porque é tudo muito pertinho. Isso se chama Arranjo de Desenvolvimento em Educação. O Mozart [Ramos], que foi nosso presidente executivo há muito tempo, e agora é do Conselho [do TPE e do CNE], que começou e está continuando. Inclusive o CEDAC¹⁷⁹ está participando muito nisso. E já foi visto que os municípios conseguem usar o sucesso ou as experiências que não deram certo de um para passar para o outro. Então, nos arranjos é uma maneira de partidos diferentes da mesma região geográfica trabalharem juntos. Se é: como criar uma biblioteca ou como fazer capacitação de professores; ou como fazer um plano de carreira ou como fazer um processo de seleção; ou [como fazer] qualquer uma das partes que compõe o PAR, vão trabalhar juntos. É um projeto que foi incubado pelo TPE e

¹⁷⁸ Os investimentos nessa área, segundo os últimos números do Grupo de Institutos e Fundações de Empresas (Gife), têm girado em torno de dois bilhões de reais (CRUZ, 2012, p. 147).

¹⁷⁹ CEDAC – Comunidade Educativa, é uma ONG que atua em parceria com empresas como Natura, Vale e Votorantim, na assessoria aos gestores da educação pública. Do seu conselho consultivo, destaca-se a participação de: Cleuza Rodrigues Repulho, Fernando Reimers, José Francisco Soares. Do Conselho Fiscal faz parte a sócio-fundadora do TPE, Maria Lucia Meirelles Reis. Fonte: CEDAC. <http://www.comunidadeeducativa.org.br/>. Acesso em: 06/2013.

agora é executado por parceiros. No Maranhão, vários são executados pelo CEDAC, que é o Comunidade Educativa, que tem como parceira a Vale, porque sempre tem que ter um parceiro que seria o financiador. (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Dessa maneira, de acordo com CEDAC (2011), até 2011, cerca de 100 municípios brasileiros dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo já haviam recebido sua assessoria para a gestão das escolas e das políticas educacionais, por meio dos ADE's. A metodologia utilizada no ADE's conforma o programa "Ação Educação" do CEDAC, no entanto, essa metodologia, seria de iniciativa do TPE. *"Na prática, a organização [CEDAC] assessora o poder público municipal na implantação e acompanhamento de programas de educação dos governos federal e estaduais, tendo como eixo estruturante o Plano de Ações Articuladas – PAR"* (CEDAC, 2011).

Além da atuação do CEDAC, Araújo (2012) aponta que os ADE's também contam com o apoio da Fundação Vale, Serviço Social da Indústria (SESI), consultoria *Symnetics*, dentre outros (ARAÚJO, 2012).

O próprio TPE apoiou e incubou, em parceria com Instituto Votorantim, em 2009, a experiência de cooperação entre municípios do Recôncavo Baiano. De acordo com Priscila Cruz, o Instituto Votorantim, a partir do reconhecimento dos baixos índices educacionais, decidiu atuar na educação da região, ultrapassando os limites de um só município (CRUZ, 2012). Dessa forma, observa Cruz (2012), a atuação evitaria não só *"alguns dos problemas gerados pelas discontinuidades dos governos"*, como também contribuiria *"para a promoção de um ambiente mais colaborativo"* (CRUZ, 2012 p. 147).

Priscila Cruz ainda sugere que o processo de articulação e de cooperação poderia ser implementado mediante o aval das várias instituições apoiadoras dos ADE's, *"que, a priori, poderiam ser identificadas em três grupos distintos"* (CRUZ, 2012, p. 150). Tais grupos seriam: *Grupo 1*: mobilização, fomento de estudos, formação *in loco* e desenvolvimento do modelo¹⁸⁰; *Grupo 2*: Corresponsabilidade social na gestão e no

¹⁸⁰ À exemplo da atuação do Todos pela Educação, Cedac, Instituto Chapada, Instituto Mind Group e Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em relação aos ADE's.

financiamento¹⁸¹; *Grupo 3*: Observadores externos do processo de implantação e de funcionamento dos ADE's¹⁸² (CRUZ, 2012, p. 150).

A incidência em educação pública por parte do TPE também pode ser identificada no caso dos ADE's. Isso porque o PL nº 8.035/2010, relativo ao PNE 2011-2020, em tramitação no Congresso Nacional, incorporou o modelo de ADE “*como mecanismo eficaz para o fortalecimento do regime de colaboração*”¹⁸³ (CRUZ, 2012, p. 148-149). Em 2011, o MEC homologa o parecer Nº:9/2011 do CNE, a respeito da “Análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação”¹⁸⁴.

Araújo (2012) alerta para o fato de que ao inserirem empresas e ONG's nos ADE's acirra-se a possibilidade das disparidades regionais e locais, “*uma vez que o território nacional tem desenvolvimento socioeconômico muito desigual*” (ARAÚJO, 2012, p. 527). Além disso, continua a autora, a tentativa de regulamentar a matéria no Congresso Nacional condiciona a assistência técnica e financeira da União à adesão aos ADE's, o que se caracterizaria como instrumento de coordenação federativa por indução. Para Araújo, os ADE's recairiam “*nas competências voluntárias, o que tem sido a marca das políticas educacionais e gerado mais problemas do que soluções*” (ARAÚJO, 2012, p. 528).

¹⁸¹ À exemplo da atuação da Fundação Vale, Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Gerdau, Instituto Votorantim, Mindlab e Fundação Itaú Social em relação aos ADE's.

¹⁸² Organismos internacionais, como a Unesco.

¹⁸³ Tal incorporação é evidenciada através da Emenda ao Substitutivo nº 74 que propõe acrescentar o § 5º ao art. 6º do Substitutivo com a previsão de que o “*fortalecimento do Regime de Colaboração horizontal entre municípios, articulado com o Regime de Colaboração vertical envolvendo estados e União, pode ser implementado mediante Arranjos de Desenvolvimento da Educação*”. Aprovada, na forma do inciso XI do art. 2º por sua importância.

A incorporação do ADE também aparece na Emenda ao Substitutivo nº 95, quando esta acrescenta dois parágrafos. No primeiro, prevê a criação de instância permanente de negociação e cooperação entre os entes federados; no segundo, prevê a possibilidade de organização das políticas por meio de ADE's, ou seja, de cooperação entre municípios. A emenda é acatada nos termos da redação e adotada no novo Substitutivo. Cf. CRUZ, 2012, p. 149.

¹⁸⁴ Compunha a comissão: Mozart Neves Ramos e Cesar Callegari (ambos sócio-fundadores do TPE), além de Adeum Hilário Sauer (ex-presidente da UNDIME), José Fernandes de Lima (diretor de programas da CAPES e secretário de Educação de Sergipe entre 2007 e 2010 na primeira gestão do governador Marcelo Déda - PT) e Rita Gomes do Nascimento (Membro do Colegiado de Culturas Indígenas do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) do Ministério da Cultura e Membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena). Cf. BRASIL (2011d) Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 22/11/2011, Seção 1, Pág. 23. Parecer CNE/CEB Nº: 9/2011, Aprovado em: 30/8/2011.

5.2.5. Lei de Responsabilidade Educacional

A questão da responsabilização é fundamental para o TPE. Por isso, o Movimento vem trabalhando junto a parlamentares e ao governo federal¹⁸⁵ no sentido de implementar uma LRE com determinadas características. Para o Movimento, as “*obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública na abrangência da ação civil pública fariam com que desvios e fraudes envolvendo verba do Fundeb, por exemplo, fossem abarcadas pela LRE*”¹⁸⁶. Outro argumento utilizado pelo TPE é que uma LRE poderia contribuir para a adoção de critérios de longo prazo para a educação brasileira.

Segundo o Movimento, o Brasil necessita de tal alteração no marco regulatório, pois passa por uma crise de “*accountability*”, por isso, uma LRE deve estabelecer parâmetros de ação para todas as esferas de governo na área da educação, tais como o estabelecimento de metas e a limitação de gastos – envolvendo sanções em caso de seu descumprimento.

Além do estabelecimento de parâmetros de ação para o governo, na visão do TPE, uma LRE organizaria o marco regulatório da educação, definindo com maior clareza a responsabilidade de cada ente federado na educação, melhorando o regime de colaboração entre as esferas de governo e estabelecendo uma distribuição de responsabilidades e responsabilização pelos resultados de aprendizagem. Isso porque, para o TPE, “*se o aluno não aprende, alguém deve ser responsabilizado por isso*”¹⁸⁷.

Desde 2008, o TPE participa ativamente de debates preliminares a respeito do estabelecimento de uma LRE, que, na perspectiva do Movimento, deveria ter contornos semelhantes à Lei de Responsabilidade Fiscal. Em sua forma de atuação, o Movimento passou a acompanhar e promover articulações no sentido de agilizar o processo de trâmite

¹⁸⁵ EDITORIAL da Folha de São Paulo. Por um ensino melhor, *Folha de São Paulo*, 31 ago. 2010; PINHO, A. Presidente do “Todos pela Educação” critica propostas dos candidatos para o setor, Entrevista com Mozart Ramos. *Folha de São Paulo*, 01 set 2010; RAMOS, M. N. As urgências da educação. *Revista Época*, 03 out. 2010.

¹⁸⁶ DUARTE, A. Irresponsabilidade educacional. Novo plano federal para o setor de educação exclui lei que pune gestor por mau uso de recursos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abr. 2011.

¹⁸⁷ DUARTE, A. Irresponsabilidade educacional. Novo plano federal para o setor de educação exclui lei que pune gestor por mau uso de recursos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abr. 2011.

da LRE, assim como realizar debates sobre o tema na mídia e em diversos eventos. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 45).

Já em 2008, no Congresso Nacional, o TPE, em parceria com a Unesco do Brasil e a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, realizou o seminário internacional “Ética e Responsabilidade na Educação: Compromisso e Resultados”. Esse seminário objetivou o estabelecimento de marcos regulatórios de responsabilidade dos governantes para a área da educação. Segundo o TPE, “o seminário resultou em um texto norteador legitimado para uma Lei de Responsabilidade Educacional¹⁸⁸” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009b, p. 40).

Dentre os debatedores do seminário, destacavam-se o então senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a então deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO), e a presidente do CONSED, Maria Auxiliadora Rezende – todos sócios fundadores do TPE. Após a realização do seminário, o debate a respeito da LRE (PL 7420/06 e apensados) se fortaleceu entre seus defensores na Câmara Federal dos Deputados.

Em 2011, foi constituída Comissão Especial sobre a LRE. De acordo com Ximenes (2012), essa decisão política retirou da Comissão de Educação e Cultura a apreciação do assunto. Isso significa que, na Comissão Especial, a matéria pode ser votada em caráter terminativo, sem necessidade de passar pelo Plenário. Dessa forma, a partir da ampliação do enfoque do debate sobre responsabilidade educacional, como assinala Ximenes (2012, p. 355), cabe ao mandato da Comissão Especial “*legislar sobre nada menos que a qualidade da educação*”. É preciso ressaltar, ainda, que, diversos membros do TPE¹⁸⁹ têm participado de audiências públicas para instruir a matéria legislativa em trâmite nessa Comissão Especial, tal como explica a sócio-fundadora do TPE:

A Lei de Responsabilidade Educacional é uma lei que vai definir as responsabilidades. Não adianta por exemplo, responsabilizar o secretário de educação porque o prefeito [o] troca: ‘A culpa era dele, ele era péssimo, tchau’. Quem tem que ser responsabilizado é quem tem voto, que seria, no caso, o

¹⁸⁸ Documento: FUNDAMENTOS DE UMA LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL (2008) – Promovido pela UNESCO, Comissão de Educação e Cultura, CNE, Consed, UNIME e TPE, por solicitação deste.

¹⁸⁹ Dentre os membros, destacam-se: Priscila Cruz (diretora executiva do TPE); Maria do Pilar Lacerda (ex-secretária de educação básica/MEC); Cleuza Rodrigues Repulho (presidente da UNDIME). Fonte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/lei-de-responsabilidade-educacional/conheca-a-comissao/historico>. Acesso em: 01/2012.

prefeito. Também tem que se pensar em uma maneira que a responsabilização não seja uma punição aos alunos, porque não adianta dizer: ‘Fecha as escolas’. Tem uma comissão especial na Câmara dos Deputados, que a gente acompanha, subsidia, faz reuniões, etc., que é a comissão da Lei de Responsabilidade Educacional. (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE).

Mesmo tramitando na Câmara de Deputados pelo menos uma dezena de projetos de LRE¹⁹⁰, a base da discussão é o PL 7420/06, de autoria da sócio-fundadora do TPE e ex-deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO). Este PL, em conjunto com os PLs 680/07, 413/11 e 450/11, prevê que o descumprimento das metas neles estabelecidas – dentre elas a evolução nos resultados aferidos nos exames nacionais –, seja caracterizado como “*ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública, nos termos da legislação específica – Lei n. 8.429/92 –, aplicando-se ainda penas em dobro em relação ao estabelecido nessa lei*” (XIMENES, 2012, p. 369).

A leitura, sistematização e análise dos artigos nos quais o TPE é citado, revelam que o conteúdo publicado na mídia responde sistematicamente as 5 metas do Movimento. Além disso, são expostas algumas das prioridades do TPE para consolidação de seu projeto: o déficit de professores e a “inadequada e onerosa” formação oferecida por universidades públicas; a ampliação do financiamento da educação vinculado ao seu principal problema: gestão eficiente de recursos; o fortalecimento de uma “cultura de metas” e a consolidação da avaliação em larga escala como pressuposto para a melhoria da qualidade da educação. Além de temas como o estabelecimento de um regime de colaboração entre os entes federados, uma Lei de Responsabilidade Educacional e, finalmente, uma sociedade engajada e corresponsável pela educação pública de seu país.

Ainda é preciso destacar que, em todo o processo de elaboração das metas, não houve participação ou consulta aos principais envolvidos no processo educativo, como professores, profissionais da educação - através de sindicatos -, e pais. Até mesmo os entes federados não participaram dessa elaboração. Assim, as metas “chegaram prontas” e foram comunicadas para os interessados em cumpri-las. Aos agentes centrais no processo

¹⁹⁰ PL 4.020/06, de Raquel Teixeira (PSDB/GO); PL 1.680/07, de Lelo Coimbra (PMDB/ES); PL 247/07, de Sandes Júnior (PP/GO); PL 600/07, de Carlos Abicalil (PT/MT); PL 1.256/07, de Marcos Montes (DEM/MG); PL 8.039/10, do Poder Executivo; PL 8.042/10, de Jovair Arantes (PTB/GO); PL 413/11, de Gastão Vieira (PMDB/MA); PL 450/11, de Thiago Peixoto (PSD/GO); PL 1.747/11, de Teresa Surita (PMDB/RR); e PL 1.915/11, de Carlos Souza (PP/AM).

educativo, restou, portanto, a adesão e execução de todas as metas propostas pelo TPE, sem sequer opção de escolha ou diálogo.

Partindo dos “consensos”, as metas desconsideram as críticas ou divergências ideológicas e/ou políticas. Além disso, as metas, ou os objetivos que as metas pretendem alcançar, não buscam explicar por que a qualidade da educação não está adequada. Ademais, mesmo diante da suposta “neutralidade” técnica utilizada na elaboração das metas, observa-se que estas, como um conjunto que expressaria a melhoria da qualidade da educação, não são consensuais, antes, são parte de escolhas e prioridades que demonstram certos valores e visões de mundo e que procuram pautar a agenda da educação pública.

O esforço empreendido pelo TPE no sentido de implementar uma “cultura de metas” se materializa no estabelecimento de um conjunto de 5 metas que expressam um projeto para educação. É relevante ressaltar que as metas do TPE e sua proposta de promoção de uma “cultura de metas” para a educação pública no Brasil têm se manifestado nas políticas públicas. A interdependência entre “cultura de metas” e o estabelecimento da cultura de avaliação de larga escala nos diversos aspectos da educação manifesta-se na proliferação de provas (Prova Brasil, Provinha Brasil, Prova ABC) e índices (Ideb, indicador de eficiência na gestão). No PDE, a manifestação dessa cultura envolve incentivos técnicos e financeiros, além de promover, como bem observa Krawczyk (2008), *“a responsabilização da classe política, juntamente com o comprometimento dos gestores e dos docentes das escolas, e a mobilização social”*.

Considerações Finais

Esta pesquisa procurou apresentar elementos para a compreensão do processo de construção de um projeto hegemônico para a nação brasileira, em que a educação pública ocupa um papel estratégico, e, portanto, passa a ser objeto de disputas políticas. Evidentemente, mesmo no âmbito da educação, tal projeto em curso, empreendido por frações de classe da burguesia, ultrapassa em muito a atuação do movimento “Todos Pela Educação”.

A escolha do Todos pela Educação como objeto de estudo deve-se ao fato de que, neste momento da história brasileira, o objetivo fundamental deste Movimento consiste em, no âmbito da política educacional, alterar a forma de definição e implementação de políticas, na qual a relação dos empresários com o Estado no processo decisório seria ampliada. Isso porque, para o TPE, o cerne da crise educacional encontra-se na suposta ineficiência histórica do Estado em relação às questões sociais. Logo, as mudanças estruturais na educação pública não poderão ser alcançadas apenas através do Estado, mas a partir de uma aliança entre governos e sociedade organizada. Nesse sentido, segmentos da sociedade civil, a partir de propostas consensuais, devem compartilhar a responsabilidade pela tarefa educacional com o Estado

O TPE tem se apresentado como um movimento que conjuga as propostas para educação provenientes do governo, da iniciativa privada e de outros setores da sociedade constituindo uma aliança em prol da educação pública em nível nacional. No entanto, o processo de surgimento e consolidação do TPE demonstra precisamente como se constrói e se amplia essa aliança. Como estratégia para o alcance de consenso na sociedade, o Movimento conta com um maciço poder de comunicação, com um respaldo técnico que sustenta suas afirmações e suas propostas e com um alto grau de articulação com o Estado, representado em seus três poderes. Isso porque, a partir desses elementos a apresentação dessas propostas é feita de modo a descolar o TPE da sua origem empresarial, ao mesmo tempo em que seu projeto busca responder a demandas históricas da sociedade brasileira, no que se refere à educação pública de qualidade. Estas características permitem ao TPE construir um consenso em torno de suas propostas, entretanto, mesmo ambicionando ser o

representante de “todos”, a história do surgimento e a organização desse grupo situa-o política e economicamente de maneira inequívoca: trata-se de uma organização promovida por determinado segmento da classe capitalista, representada por importantes grupos da elite empresarial, principalmente paulista, que vêm conseguindo adesões de diversos outros setores da sociedade. Dessa forma, seja qual for a base de sua forma de atuação, é possível perceber que o poder econômico e o segmento de classe ao qual pertence o TPE conferem a este grupo uma posição privilegiada na disputa pela educação pública e na influência junto ao aparelho estatal. Os argumentos e as propostas que este grupo apresentam para a reorganização da educação pública coincidem com o senso comum, alcançando aparente hegemonia perante a sociedade e, ao mesmo tempo, sendo respaldados por um conjunto de pressupostos e princípios cujos efeitos e desdobramentos não devem ser ignorados.

A *hegemonia* da qual tratamos é entendida aqui, como bem analisa Bianchi (2010), no sentido gramsciano. Isso quer dizer que a hegemonia é compreendida como exercício da capacidade de direção e liderança política e econômica. Significa, portanto, uma oposição à mera dominação, em que classes ou frações de classe simplesmente impõem seus projetos econômico-corporativos às demais frações sociais sem considerar os projetos ou interesses destas. Para Gramsci, a construção da hegemonia é atravessada por uma correlação de forças sociais, na qual uma combinação dessas forças tende a prevalecer e a ser difundida pela sociedade, determinando a direção econômica, política, intelectual e moral (GRAMSCI, 1980). Assim, fica claro o lugar dos intelectuais, singulares ou coletivos, na construção da hegemonia. Nesse sentido, a sociedade civil é o espaço em que as classes e frações de classe politicamente organizam-se, articulam-se e disputam a construção e a manutenção da hegemonia e da legitimidade necessária ao desenvolvimento dos seus projetos.

Assim, também observa-se a capacidade do TPE em propor um projeto de educação para o país como resultado de relações de forças sociais. Para alcançar uma hegemonia, o Movimento estrategicamente busca incorporar outros setores da sociedade através de alianças. Suas propostas para educação aparecem ora como respostas às pressões externas que não se contradizem com seus pressupostos, ora como tentativas de articulação de um projeto próprio, único para todo o país. Tais propostas, partindo de consensos,

procuram envolver a sociedade nas reformas educacionais pretendidas, universalizando a responsabilidade pela educação, incorporando e negociando demandas históricas de diferentes segmentos da sociedade, sem, no entanto, se sobrepor aos interesses e à liderança de grupos empresariais.

A construção do consenso em torno de suas propostas está diretamente relacionada à articulação entre suas Frentes de trabalho: a partir da geração de conhecimentos técnicos e acompanhamento das 5 metas, o TPE procura legitimar-se como um especialista em educação, ocupando, dessa forma, o lugar de “representante” da sociedade nas instâncias consultivas do governo. A frente Articulação e Relações Institucionais, ao proporcionar um canal de diálogo direto com Estado e com outros segmentos da sociedade, potencializa as ações do Movimento em suas áreas de interesse. A eficiência da estratégia de comunicação, partindo do princípio da corresponsabilidade, procura alcançar todos os estratos da sociedade; buscando mobilizá-la e comprometê-la em torno de suas propostas.

Essas propostas se materializam em um conjunto de 5 enunciados: as 5 metas. Esses enunciados recuperam demandas de lutas históricas do campo crítico da educação, apresentando alta capacidade de adesão da sociedade, pois conformam consensos difíceis de serem contestados. No entanto, é preciso destacar que as metas não se limitam aos seus enunciados. Aderir a este conjunto de enunciados significa não só aderir aos índices e indicadores – pautados em exames padronizados aplicados em larga escala – que os acompanham, mas, ainda, aderir às bases sobre as quais se assentam suas diretrizes éticas, pedagógicas, político-sociais e culturais.

Ainda é preciso ressaltar o significado que a mobilização e a divulgação de dados educativos adquire frente às ações concretas do TPE. Os trabalhos de comunicação e informação sob a prerrogativa de “qualificar a demanda”, buscam um “convencer” outros setores da sociedade em relação às propostas do Movimento, a partir do estabelecimento e acompanhamento de metas, das publicações de diversos alcances e complexidades, incluindo pesquisas acadêmicas, boletins com análises sobre temas diversos da educação, emissão de notas contendo avaliações, pareceres e opiniões a respeito de determinadas políticas educacionais, além da promoção de encontros, seminários e conferências que,

seguramente, estão carregadas de determinada visão de mundo. Contudo, mesmo as mais elaboradas campanhas de comunicação e informação não asseguram uma mobilização da sociedade de fato. Para além de um engajamento efetivo da sociedade, a mobilização empreendida pelo TPE refere-se muito mais ao estabelecimento de parcerias estratégicas na execução de suas propostas. É preciso destacar ainda que o TPE não se limita a atuar como um *Think Tank* da educação. O Movimento incorpora e ultrapassa essa condição, pois, além de produzir e difundir ideias, a complexa e eficiente combinação de estratégias de comunicação utilizadas têm proporcionado maior visibilidade ao TPE, fato que faz com que o Movimento construa um consenso em torno de suas ideias e consolide a legitimidade de suas propostas para educação pública brasileira junto ao governo e à sociedade.

Em relação à ampliação das adesões ao TPE, percebe-se que, motivados por propósitos diversos, a adesão de heterogêneos segmentos da sociedade tem provocado um duplo movimento: ao mesmo tempo em que os grupos aderentes corroboram e subscrevem as suas metas, também demandam questões, que, ao serem incorporadas ao Movimento, produzem alterações na forma de apresentação dos seus objetivos iniciais. A saber: em um primeiro momento, a importância da educação para os principais articuladores do TPE estava centrada na relação entre investimento em educação e desenvolvimento econômico do país. O TPE não abandonou essa perspectiva, contudo, incorporou ao seu conceito de “potencial da educação” os ideais de justiça, democracia e a possibilidade de diminuição de desigualdades sociais.

Dentro do contexto e do marco ideológico em que o TPE se insere são estabelecidas alianças com determinados grupos da sociedade, em detrimento de outros. Isso não significa que o grupo estudado seja completamente homogêneo. Como em qualquer outro grupo, no TPE, as contradições, conflitos, diferenças, negociações resistências e disputas também estão presentes. As dissidências ou as propostas não consensuais feitas por sócio-fundadores¹⁹¹ ou organizações¹⁹² ligadas ao TPE não são

¹⁹¹ Exemplo: Marcos Antônio Magalhães, ex-presidente da Phillips no Brasil, presidente do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e sócio-fundador do TPE, mobilizou um grupo de empresas para criar, em 2001, o primeiro modelo de escolas charter do País, localizada em Pernambuco a partir de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE) e o ICE. Fonte: WALTER, Bruna M. Escola com gestão empresarial. *Gazeta do Povo*, PR, 25/07/2011; GALL & GUEDES, 2009, p. 104.

¹⁹² Exemplo: As propostas do Parceiros da Educação, como adoção de escolas por empresas. <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/como.php>. Acesso em: 04/2013.

explicitamente apoiadas por se tratarem de temas polêmicos, não significando, no entanto, que o Movimento não compartilhe dos princípios de tais proposições. A necessidade de criar um bloco hegemônico e se fortalecer politicamente faz com que o TPE promova ideias consensuais.

A articulação de frações de classe em torno da conformação do TPE também significa uma tentativa de fortalecimento do empresariado enquanto sujeito coletivo, ultrapassando o âmbito da produção e da lucratividade imediata – ainda que para alcançar seus objetivos este grupo tenha tomado consciência da necessidade de alianças com os demais setores da sociedade. Para compreender a complexa relação entre os sujeitos que fundam o TPE e os governos é preciso ter em mente que a participação desses sujeitos em várias instâncias decisórias demonstram mais do que a importante (e necessária) capilaridade desse grupo em diversas áreas da sociedade. Exemplos dessa participação podem ser conferidos a partir da atuação dos sócio-fundadores do TPE em instâncias decisórias tais como MEC, INEP e secretarias de educação; ou instâncias consultivas, como CNE, Consed e CDES e, simultaneamente, em entidades de classe, como FIESP, Febraban, CNI; e, diversas organizações do terceiro setor e associações empresariais, tais como GIFE, Instituto Ethos, fundações e ONGs das mais variadas; organismos internacionais, como UNESCO, Banco Mundial, BID, PREAL; além de, evidentemente, sua participação em grupos empresariais de grande poder econômico. Tal como pode ser visualizado no grafo 1 (Capítulo 1) a imbricação entre um setor do empresariado e o Estado (governos e aparelho) facilita a difusão de ideias, informações, avaliações e análises que, não sem contradições¹⁹³, vão direcionando a reforma da educação pública no país.

Destaca-se, ainda, a particularidade da educação formal brasileira, que, historicamente, foi marcada pela descentralização. Esta originada, principalmente, pela omissão do poder público na disputa entre diferentes projetos societários das elites locais, e, em menor importância, originada pela própria organização federativa do país (KRAWCZYK, 2005). Assim, percebe-se que frações de classe burguesa sempre participaram ativamente do Estado, como classe dominante, na elaboração e implementação de políticas, inclusive educacionais.

¹⁹³ Não foi tema desse estudo, mas vale ressaltar que os membros do TPE participam de outros espaços nos quais apresentam posições que nem sempre são explicitadas pelo Movimento.

Nas reformas que se iniciaram na década de 1990, o processo de descentralização em suas três dimensões, tal como apresentado por Krawczyk (2005), descentralização entre os diferentes órgãos de governo (municipalização), descentralização para escola (autonomia escolar) e descentralização para o mercado (responsabilidade social), apontava caminhos para a compreensão da relação entre Estado e sociedade. Agora, o que se observa é um aprofundamento e, em alguns aspectos, uma ressignificação da descentralização para o mercado.

Embora neste trabalho fora destacada uma especificidade brasileira, tal processo também pode ser observado como uma tendência da lógica de desenvolvimento em âmbito internacional. O estabelecimento de parcerias entre grupos empresariais e instâncias supranacionais, como no caso das Nações Unidas (MAUREL, 2013); o amplo processo de prestação de consultorias em educação, à exemplo da *Mckinsey* e da *Pearson* (VERGER, 2012); a conformação de redes para incidência coletiva em políticas educacionais em nível regional, como já visto na REDUCA (Capítulo 4); são exemplo contundentes deste processo.

Ao se observar a realidade brasileira, é possível afirmar que, junto ao contexto político nacional, é necessário ter como categorias de análise o processo de reconfiguração do espaço de produção de políticas emergente no marco da crise de legitimidade da atuação dos Estados nacionais e o fortalecimento da lógica de gestão privada, para que os países alcancem os níveis de competitividade necessários para uma inserção exitosa no âmbito internacional. A partir de fatos, como a abertura política, a reforma do Estado, as pressões internacionais e os pactos firmados entre frações de classe burguesa e políticos o desenho de responsabilidade e atribuições do Estado se reconfigura, legitimando e ampliando o espaço de participação privada e da sociedade em geral no espaço de produção de políticas em geral, e, em específico, no âmbito educacional.

Entende-se, então, que a forma de atuação do TPE sinaliza uma nova relação entre sociedade e Estado. Isso porque, o TPE, ao mesmo tempo em que pressiona o governo, procura fortalecê-lo, pois existe coincidência entre suas propostas. Nesse sentido, entendemos que essa movimentação ultrapassa a descentralização para o mercado, apresentando agora elementos de um amplo processo de reestruturação da vida econômica,

política e cultural das sociedades capitalistas contemporâneas: o *empresariamento do espaço de produção de políticas*. Uma de suas características seria a progressiva alteração no modo como o aparelho estatal promove políticas.

A partir da ampliação da participação do espaço de produção de políticas sociais, reforça-se na sociedade o tema da corresponsabilidade entre o mercado, o Estado e a sociedade nas questões sociais. Do ponto de vista do Estado (aparelho governamental), tal ampliação da participação também representa uma estratégia de recomposição do bloco hegemônico, efetivada através de alianças com segmentos empresariais – como apresentado no Capítulo 1 – para responder às pressões internacionais, à crise capitalista e, ao mesmo tempo, manter a governabilidade¹⁹⁴. Nesse sentido, observando a atuação estatal no âmbito da educação, verifica-se que as políticas, sobretudo a partir dos anos 2000, vão no sentido de estender o acesso educacional das classes anteriormente excluídas do sistema educacional, ampliando, simultaneamente, o espaço do sujeito coletivo empresarial. Como exemplo, vemos a promulgação do PROUNI¹⁹⁵ e PRONATEC¹⁹⁶, a ampliação do FIES¹⁹⁷, e o próprio discurso do atual ministro da educação, Aloizio Mercadante, quando, ao comentar o relatório De olho nas metas (2011) do TPE, convoca os empresários a investir na educação “*com responsabilidade social e educacional na ponta*”¹⁹⁸.

Para o TPE, a participação da sociedade no espaço de produção de políticas é legitimada pela corresponsabilidade pela educação. É pela corresponsabilidade que, na correlação de forças ao interior da sociedade, as propostas desse Movimento alcançam projeção como projeto único para toda a nação. A corresponsabilidade aqui se apresenta com um discurso que, à primeira vista, reconhece a importância da participação do conjunto da sociedade. No entanto, existem evidências de que por detrás dessa premissa está a convicção do envolvimento diferenciado por parte dos diversos segmentos da sociedade. Caberia, então, a cada membro da sociedade, desde seu lugar (pais,

¹⁹⁴ Governabilidade: qualidade de governável. Controle, por alguns meios, de modo que um conjunto de resultados seja obtido (KRAWCZYK, 2002, p. 62).

¹⁹⁵ Lei Nº 11.096/2005 - Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Para uma análise dos programas para acesso ao ensino superior Cf. MANCEBO, 2004; PINTO, 2004.

¹⁹⁶ Lei Nº 12.513/2011 - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Para uma análise desse programa Cf. CIAVATTA & RAMOS, 2011.

¹⁹⁷ Lei Nº 10.260/2001 - Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

¹⁹⁸ ROCHA, D. Mercadante quer que empresário invista em educação profissional. *Portal do MEC*, 03 fev. 2012. In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17492. Acesso em: 05/2013.

trabalhadores, cidadãos), estar atento ao cumprimento de suas demandas, *vigiando o Estado*, mas sempre a partir do direcionamento empresarial.

A reorganização da educação pública se pautaria nas propostas compartilhadas/consensuais entre TPE e Governo, incorporando critérios empresariais: o gerencialismo deve constituir o projeto de educação para o país, regulando toda a política educacional. A materialização dessas propostas se dá através da atuação dos governos por meio de um aperfeiçoamento de mecanismos de controle que combinam estratégias centralizadoras (exames padronizados, aplicados em larga escala, índice de qualidade nacional, metas nacionais – cultura de metas) e, ao mesmo tempo, descentralizadoras (mecanismos de financiamento que repassam recursos para os níveis cada vez mais locais – FUNDEB, PDDE, PAR –, políticas focalizadas, mecanismos de controle da gestão, e responsabilização), significando uma penetração em todos os âmbitos educativos.

Ao propor mudanças que tornarão a gestão da educação e da escola mais eficientes, o TPE, representando a lógica empresarial, passa a ser o agente da modernização política e econômica. Modernização esta que tem por base a incorporação da eficiência empresarial no Estado, expressa pela reforma na gestão da educação e das escolas públicas. Essa lógica empresarial gerencialista tem se manifestado abertamente em suas diversas propostas, inclusive a partir de uma forte crítica à lógica do funcionalismo público. Isso se mostra através de suas reincidentes críticas à condução estatal do processo educativo, bem como se mostra na forma como apresentam sua experiência e conhecimento em gestão. Dessa maneira, este grupo trabalha no sentido de que a lógica empresarial da gestão seja incorporada a uma nova política educativa.

Além disso, a complexidade do Todos pela Educação, evidenciada por meio de sua relação com a mídia, pelo seu empenho na elaboração e difusão de pesquisas na área de educação, e pela sua imbricação com as instâncias decisórias de poder, somadas à constatação da pouca investigação acadêmica que situasse esse Movimento, abre um instigante leque de problemas investigativos que ultrapassam os limites de uma dissertação de mestrado.

Um destes problemas refere-se ao novos aspectos do processo de *privatização da educação*¹⁹⁹. Esses elementos nos obriga a pensar as limitações da categoria privatização e evidencia a necessidade de investigar as consequências nas diversas instâncias educativas (escolas, secretarias de educação) desse tipo de processo. Adotamos o termo “privatização da educação” em um sentido amplo. Para além de suas dimensões mais evidentes, o processo observado no Brasil – e do qual participa o TPE – relaciona-se à incorporação dos critérios empresariais ao interior da condução da educação pública.

Tal como nos apresenta Gentili (2004), a privatização das políticas sociais não decorre somente de decisões econômicas baseadas na racionalidade do gasto público. Ao contrário, trata-se de *“uma decisão política sustentada na necessidade de gerar uma profunda redefinição do papel do Estado e uma redistribuição regressiva do poder em favor dos setores mais poderosos da sociedade”*.

A reorganização da educação em curso submete a gestão da educação ao paradigma das metas e da avaliação da “qualidade da educação”, trazendo inúmeras implicações para a educação pública nacional. Embora as redes públicas de educação não sejam privatizadas no sentido estrito, elas vêm sofrendo um complexo e difuso processo de privatização, em que as responsabilidades públicas de elaboração e direcionamento das políticas são compartilhadas ou delegadas para entidades privadas. O que se observa é um tipo de privatização com fornecimento de serviços educacionais e financiamento públicos. Esse processo não ocorre apenas através da atuação do TPE, no entanto, esse grupo, por meio de suas propostas, pressupostos, princípios, e de sua capilaridade em diversas instâncias do governo, representa um ícone desse movimento de privatização.

Outra questão relaciona-se ao movimento de empresários prol educação na América Latina, que, a partir de 2011, encontram-se organizados em torno de uma rede de atuação em nível regional, a REDUCA. Percebe-se a necessidade de estudar a direção que esses grupos pretendem imprimir à educação na América Latina, explicitando suas

¹⁹⁹ Como dimensões mais evidentes do termo “privatização da educação” temos: o aumento do número de escolas privadas; como a criação de *charters schools* (DIAS, 1995; DIAS & GUEDES, 2010); a utilização de voucher para vagas escolares; a proliferação de empresas encaram a educação como “o negócio educativo” (ROSENBERG, 2002, p. 35), buscando “oportunidades para o desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para elevar a qualidade da educação oferecida para a população de baixa renda”(GOMES, 2013); empresas que “adotam” escolas; a prática de responsabilidade social empresarial ou investimento social privado; o estabelecimento de Parcerias Público-Privado – PPP; e da proliferação de ONGs e Institutos para atuarem na educação.

determinações econômicas e políticas na definição dos rumos dessas reformas, avançando nas abordagens que articulem economia, política e reforma educativa, tendo em vista compreender tanto os elementos de mudança social, quanto os de permanência.

Finalmente, a forma como o TPE foi estruturado – a partir de um pacto entre iniciativa privada, terceiro setor e governos – contribui para a ocultação dos conflitos entre classes, e frações de classe, tornando mais complexa a compreensão da realidade, sobretudo no que se refere aos tênues limites entre o público e o privado – de modo a tornar também menos nítida a distinção entre os direitos sociais e os direitos individuais. As propostas desse grupo contribuem para sustentar a possibilidade de aliar práticas de mercado à justiça social, integrando e promovendo pactos por supostos interesses comuns entre as classes sociais.

Referências Bibliográficas

ABOITES, Hugo. *La medida de una nación. Historia de poder y resistencia (1982 – 2012)*, Ciudad de Mexico, Editorial Ítaca, 2012.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (orgs.). *O público e o privado na educação. Novos elementos para o debate*. São Paulo, Xamã, 2008.

_____. *O público e o privado na educação. Interfaces entre o estado e a sociedade*. São Paulo, Xamã, 2005.

AFONSO, Almerindo J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 13, 2009.

ARAUJO, Gilda C. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de cooperação. *RBPAE* - v. 28, n. 2, p. 515-531 mai/ago. 2012.

ARELARO, Lisete R. G.; JACOMINI, Márcia A.; KLEIN, Sylvie B. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 35-51, jan./abr. 2011.

BARROSO, João. A utilização do conhecimento em política: o caso da gestão escolar em Portugal. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 109, dez. 2009.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEISIEGEL, Celso R. *Relações entre a quantidade e a qualidade no ensino comum*. (Trabalho apresentado na I Conferência Brasileira de Educação, em Abril de 1980).

BIANCHI, Álvaro. *Um Ministério dos Industriais*. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 28, Jun. 2007.

BRELÀZ, Gabriela. *Advocacy* das Organizações da Sociedade Civil: Principais Descobertas de um Estudo Comparativo entre Brasil e Estados Unidos. In: *Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o Estado e o mercado: O público não-estatal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. e GRAU, N. C. (orgs.). *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, Dec. 2011.

CAFARDO, R. Qualidade de ensino continua ruim na América Latina. *O Estado de São Paulo*, 26 jun. 2006.

CAMPOS, Anna M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990.

CARTA ABERTA Aos membros do Conselho de Governança do movimento “Todos pela Educação”, 2011. In: CEDES, http://www.cedes.unicamp.br/CartaAberta_TPE.pdf. Acesso em: 01/2013.

CEDAC. *Comunidade Educativa coordena 7 arranjos*. CEDAC, 10 jun. 2011. <http://www.comunidadeeducativa.org.br/noticia-interna.aspx?IDNoticia=87>. Acesso em: 05/2013.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo, Xamã. 1997.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CRUZ, Priscila. Contribuição para o fortalecimento do Regime de Colaboração. In: ABRUCIO, Fernando L.; RAMOS, Mozart N. (orgs). *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação*. São Paulo, Fundação Santillana, 2012.

CUNHA, Luís Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, Ago. 2004.

DIAS, Maria C. N.; GUEDES, Patrícia M. *O modelo de escola charter: a experiência de Pernambuco*. Coleção excelência em gestão educacional. São Paulo, Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, Fundação Itaú Social, 2010.

DIAS, Reginaldo. *O público e o privado na educação: a experiência da privatização do ensino em Maringá e temas afins*. Maringá, Secretaria da Educação do Município de Maringá, 1995.

DINIZ, Eli. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, 2002.

_____. Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula. In: *¿La esperanza venció el miedo? Una evaluación de los primeros años del gobierno Lula en Brasil*, Universidad de Salamanca, 2005.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

ENGUITA, Mariano F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P.; SILVA, T. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis, Vozes, 1995. p. 93-110.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, Ano 10, Nº 15/2012.

FERNANDES, Florestan. *Os circuitos da história*. São Paulo, Hucitec, 1977.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 53, n. 1, July 2010.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro, EPSJV, UFRJ, 2010.

_____. Sociedade Civil. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, abr.-jun. 2012.

_____. Projeto histórico, ciência pedagógica e 'didática'. *Educação & Sociedade*, Campinas, Ano IX, No. 27, set. 1987.

_____. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? Texto apresentado no *III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL*, fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/luiz_freitas.pdf. Acesso em: 01/2013.

GALL, Norman; GUEDES, Patrícia M. *A reforma educacional de Nova York*. Possibilidades para o Brasil (Excelência em gestão educacional). Fundação Itaú Social, Instituto Fernand Braudel, 2009.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso*. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis-RJ, Vozes, 2002.

_____. *A privatização da política educacional: dez questões*. Laboratório de Políticas Públicas, Betim nº 1, 2004. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net> Acesso em: jan/2013.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

_____. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GOLDMAN SACHS. *BRICs and Beyond*. London, Goldman Sachs, 2007.

_____. *Dreaming with Brics: the path to 2050*. London, Goldman Sachs, 2003.

GOMES, Patrícia. Estudo mapeia chances para negócio social de educação. *PORVIR*. 24 jun. 2013. Disponível em: <http://porvir.org/porpensar/estudo-mapeia-chances-para-negocio-social-de-educacao/20130624>. Acesso em: 07/2013.

GRAMSCI, Antonio. Análisis de las situaciones. Relaciones de fuerzas. *Nueva Antropología*, Año IV, No. 15-16, México, 1980.

_____. Caderno 12: Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaio sobre história dos intelectuais. *Cadernos de cárcere*. Vol 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 1. vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 3. vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 6. vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GUIOT, André P. O empresariado na formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ano de 2003): grupos econômicos e entidades da sociedade civil. In: *Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder: sociedade civil*, Uberlândia, 2012.

GUSMÃO, Joana B. B. *Qualidade da educação no Brasil: consenso e diversidade de significados*. 2010. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Perspectivas do desenvolvimento brasileiro*. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 10. Brasília, Ipea, 2010.

JOHANNPETER, Jorge Gerdau. Educação versus indignação. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 jun. 2006a.

_____. Fala do Conselheiro Jorge Gerdau no lançamento dos Enunciados Políticos e Enunciados do Modelo de Desenvolvimento, 2006c. In: *CDES*, <http://www.cdes.gov.br/documento/260170/fala-do-conselheiro-jorge-gerdau-24082006-.html>. Acesso em: 08/2012.

_____. Solidariedade e democracia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 dez. 2006b.

JORNAL NACIONAL. Lançamento do movimento “Compromisso todos pela Educação”. *Jornal Nacional*. São Paulo: Rede Globo de Televisão, 06 de setembro de 2006. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL568860-10406,00-COMPROMISSO+PELA+EDUCACAO.html>. Acesso em: 01/2011.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. *A Estratégia em Ação, Balanced Scorecard*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

KRAWCZYK, Nora. Em busca de uma nova governabilidade na educação. In: OLIVEIRA, D.A.; ROSAR, M.F.F. *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

_____. *O ensino médio no Brasil (Em questão, 6)*. São Paulo, Ação Educativa, 2009.

_____. O PDE: novo modo de regulação estatal? *Cad. Pesquisa*. 2008, vol.38, n.135.

_____. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, Oct. 2005.

LEHER, Roberto. 25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: Guimarães, C. (Org.). *Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica no SUS*. Rio de Janeiro, EPSJV, 2010c.

_____. A sociedade civil contra a esfera pública. *RPP*. 2005, vol.9, n. 1, p. 129-156, jan-jul, 2005.

_____. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. (orgs.). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara, SP, Junqueira & Marín, 2009.

_____. Educação no governo de Lula da Silva. In: *Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010a.

_____. Neoliberalismo se apropria da ideia de “inclusão” para privatizar a educação e a política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Jornal dos Sem Terra*, n. 308. nov. dez. 2010b.

LIMA, Jorge A. Redes na educação: questões políticas e conceituais. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 20, n. 2, 2007.

LOPES, Kátia C. *Educação Pública como nicho de Investimento Social Privado*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. (Dissertação de Mestrado), Florianópolis, 2010.

LULA DA SILVA, Luiz. I. *Carta ao povo brasileiro*, 2002. Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf. Acesso em: 02/2013.

LUZ, Liliene. X. *Participação do Empresariado na Educação no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

MALINI, Eduardo. *O Consenso como ponto de partida? Uma análise dos papéis desempenhados pelos atores participantes na formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, Oct. 2004.

MARINHO, José Roberto. Educação, ciência e tecnologia: a inteligência a serviço do desenvolvimento social. In: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio (orgs.). *Investimentos em educação, ciência e tecnologia. O que pensam os empresários*. Brasília, UNESCO Brasil, 2004.

MARTINS, André. S. A educação básica no século XXI. O projeto do organismo “Todos pela Educação”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.1, jan.-jun. 2009.

MARTINS, Marcos Francisco; GROppo, Luís Antonio. *Sociedade civil e educação: fundamentos e tramás*. Campinas, Autores associados, 2010.

MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julho, 2007.

MAUREL, Chloé. ONU, seduzida pelo setor privado. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 02 abr. 2013.

MAXIMIANO, Antonio C. A. *Introdução à Administração*. São Paulo, Editora Atlas, 2004.

MONTAÑO Carlos. *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Editora Cortez, 2007.

NEVES, Lúcia M. W. As Reformas da Educação Escolar Brasileira e a Formação de um Intelectual Urbano de novo tipo. *Texto apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPED*, novembro de 2004.

OLIVEIRA, Sérgio R. A. *O PREAL como sujeito político da ofensiva neoliberal para o recondicionamento do trabalhador docente*. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Elaine. Empresários lançam hoje manifesto para apoiar candidatura de Lula. *Revista Época*, Edição Nº 219, 29/07/2002. In: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG49497-6009,00-EMPRESARIOS+LANCAM+HOJE+MANIFESTO+PARA+APOIAR+CANDIDATURA+DE+LULA.html>. Acesso em: 03/2013.

OPPENHEIMER, Andrés. *Basta de Histórias! A obsessão latino-americana com o passado e as 12 chaves do futuro*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2010.

PEDROSA, Larisse D. *O Banco Mundial e as políticas educacionais do Estado de Minas Gerais: o Programa de Capacitação de Professores (PROCAP) nos anos 90 – intervenção, consentimento e resistência*. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, (Dissertação de Mestrado), Campinas, SP, 2006.

PINTO, José M. R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004.

PIRES, Valdemir. *Economia da Educação: para além do capital humano*. São Paulo, Cortez, 2005.

PREAL. Quantidade sem qualidade: um boletim da educação na América Latina. *Relatório do Conselho Consultivo do PREAL*. 2006.

RIBEIRO, Alice A. *A Agenda das Metas e Indicadores Educacionais: Disseminação, Atores e Desafios*. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. (Dissertação de Mestrado), São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Daniela M. F. A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento? In: *Observador On-Line*, v.4, n.04, abr. 2009.

RIBEIRO, Fábio P. O desafio do BRICS – Educação e Formação, e o Brasil. *Revista Exame*, 15 jun. 2012. In: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/brasil-no->

munido/2012/06/15/o-desafio-do-brics-educacao-e-formacao-e-o-brasil-isso-tudo-1000/. Acesso em: 03/2013.

ROCHA, Diego. Mercadante quer que empresário invista em educação profissional. *Portal do MEC*, 03 fev. 2012. In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17492. Acesso em: 05/2013.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

ROSENBERG, Cynthia. O meganegócio da educação. *Revista Exame*, São Paulo, ano 36, nº 7, 3, abr. 2002.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007*.

_____. O público e o privado na história da educação brasileira. In: Lombardi, J. C; Jacomeli, M. R. M.; Silva, T. M. (orgs). *O público e o privado na história da educação brasileira. Concepções de práticas educativas*. Campinas, Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005.

_____. “Plano Nacional de Educação foi solenemente ignorado”, diz especialista. *R7 Notícias*. Março, 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/-plano-nacional-de-educacao-foi-solenemente-ignorado-diz-especialista-20100306.html>. Acesso em: 07/2012.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing accountability. In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. *The self-restraining state. Power and accountability in new democracies*. Boulder and London, Lynne Rienner Publishers, 1999.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano*. Investimentos em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

SENNA, Viviane. Desenvolvimento de pessoas em larga escala. *HSM Management*, 59 novembro-dezembro, 2006.

_____. Desenvolvimento humano. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 ago. 2002.

_____. Educação para o desenvolvimento humano e um novo Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio (orgs.). *Investimentos em educação, ciência e tecnologia. O que pensam os empresários*. Brasília, UNESCO Brasil, 2004.

_____. Indignação positiva. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 mar. 2000.

SHIROMA, Eneida O. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, M. L. N.; LARA, A. M. B. (Org.). *Políticas para a educação: análises e apontamentos*. Maringá, EDUEM, 2011.

SHIROMA, Eneida O.; GARCIA, Rosalba M. C.; CAMPOS, Roselane F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos Pela

Educação. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs). *Políticas Educacionais. Questões e dilemas*. São Paulo, Cortez, 2011, p. 222- 248.

SILVA, Artur de Moraes. *Voluntariado que faz a sua parte: a falácia do combate à pobreza*. Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado em Educação), Niterói, 2005.

SIMIELLI, Lara E. *Coalizões em educação no Brasil: a pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública*. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. (Dissertação de Mestrado), São Paulo, 2008.

SOUZA, Mário L. *As letras e o consenso: burguesia, educação, imprensa e hegemonia* Universidade Federal Fluminense. (Tese de Doutorado), Niterói, 2010.

SOUZA, Silvana A. *Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: “amigos da escola” e outras formas de participação*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, (Tese de doutorado), São Paulo, 2008.

SPONHOLZ, Liriam. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. *Soc. estado*, Brasília, v. 23, n. 3, dez. 2008.

STELZER, Vanessa. Empresários lançam “manifesto” de apoio a Lula. *UOL Notícias*, 29/07/2002. In: <http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/07/29/ult27u24362.jhtm>. Acesso em: 03/2013.

TAUBMAN, Peter M. *Teaching by numbers. Deconstructing the discourse of standards and accountability in educacion*. New York, Routledge, 2009.

THE ECONOMIST. The BRICs: The trillion-dollar club. Brazil, Russia, India and China matter individually. But does it make sense to treat the BRICs – or any other combination of emerging powers – as a block? *The economist Newspaper international*. London, v.397, n.8678, abril 15, 2010.

TRIVINÕS, Augusto. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VERGER. Antoni. Privatización de la Educación: Tendencias Globales y Retos para la Investigación Educativa. *Encuentro del GT5 de ANPED*, Campinas, 10 de Agosto de 2012.

VILLELA, Milu. A vez da Educação. *Folha de São Paulo*, 21 de março de 2007.

_____. Educação, responsabilidade social. In: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio (orgs.). *Investimentos em educação, ciência e tecnologia. O que pensam os empresários*. Brasília, UNESCO Brasil, 2004.

_____. Faça Parte e o I Congresso Brasileiro do Voluntariado. In: PEREZ, C.; JUNQUEIRA, L. P. (orgs.). *Voluntariado e a gestão de políticas sociais*. São Paulo, Futura, 2002.

_____. La copa de la educación en Brasil. *El País, Internacional*, Madrid, 10 jul. 2006a.

_____. Todos pela educação de qualidade. *Folha de São Paulo*, 06 set. 2006b.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio (orgs.). *Investimentos em educação, ciência e tecnologia. O que pensam os empresários*. Brasília, UNESCO Brasil, 2004.

XIMENES, Salomão B. Responsabilidade educacional: concepções diferentes e riscos iminentes ao direito à educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 353-377, abr.-jun. 2012.

Documentos

BANCO MUNDIAL. *Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Resumo Executivo*. Washington, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/463292-1306181142935/Portuguese_Exec_Summary_ESS2020_FINAL.pdf>. Acesso em: 04/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer no 9, de 30 de agosto de 2011. Análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 de novembro de 2011d.

_____. Ministério da Educação. *O Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF, 2007c.

_____. Ministério da Educação. PROINFÂNCIA E QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC 2). Brasília, DF, Setembro de 2011a.

_____. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda para novo ciclo de desenvolvimento*. 2. ed. Brasília, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2011b.

_____. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND*. 3. ed. Brasília, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010.

_____. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND*. Brasília, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007b.

_____. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *CARTAS DE CONCERTAÇÃO DO CDES*. Brasília, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004. (mimeo) Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/documento/186106/cartas-de-concertacao-032004-.html>. Acesso em: 08/2012.

_____. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Enunciados para o Desenvolvimento*. Brasília, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2006. <http://www.cdes.gov.br/documento/290144/cdes-enunciados-para-o-desenvolvimento.html>. Acesso em: 08/2012.

_____. Presidência da República. *Democracia Participativa*. Nova relação do Estado com a Sociedade: 2003 – 2010. 2. ed. Brasília, Secretaria Geral da Presidência da República, 2011c.

DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA da rede latino-americana de organizações da sociedade civil pela educação. Encontro Latinoamericano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, Brasília, 2011, (mimeo).

FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual da Fundação Lemann. 2006.

MEXICANOS PRIMERO. *Informe Anual 2011*. Ciudad de México, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. (CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano. (orgs.)) *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. São Paulo, Todos Pela Educação; Editora Moderna, 2012a.

_____. *COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO. Bases Éticas, Jurídicas, Pedagógicas, Gerenciais, Político-Sociais e Culturais*. São Paulo, Todos pela Educação, 2006a (Mimeo).

_____. *Congresso Internacional Educação: Uma agenda urgente*. TODOS PELA EDUCAÇÃO, Brasília, 13 a 16 de setembro de 2011a.

_____. *De olho nas metas - 2008. Primeiro relatório de acompanhamento das 5 metas do movimento Todos Pela Educação*. São Paulo, Todos pela Educação, 2008a. Versão on-line disponível em www.todospelaeducacao.org.br.

_____. *De olho nas metas - 2009. Segundo relatório de acompanhamento das 5 metas do movimento Todos Pela Educação*. São Paulo, Todos pela Educação, 2009a.

_____. *De olho nas metas - 2010*. São Paulo, Todos pela Educação, 2010. Versão on-line disponível em www.todospelaeducacao.org.br.

_____. *De olho nas metas - 2011. Quarto relatório de acompanhamento das 5 metas do movimento Todos Pela Educação*. São Paulo, Todos pela Educação, 2011b.

_____. *História, conquista e visão de futuro. Edição comemorativa do primeiro ano do compromisso Todos pela Educação*. São Paulo, Todos pela Educação, 2007a.

_____. *Nota Técnica Preliminar. Metodologia para a obtenção das Metas Finais e Parciais*. Comissão Técnica do Compromisso Todos Pela Educação. São Paulo, 2007b (Mimeo).

_____. O perfil do bom professor, 2012. 14 de outubro de 2012b. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/24439/o-perfil-do-bom-professor/>. Acesso em: 12/2012.

_____. Relatório de Atividades do Todos Pela Educação 2007. São Paulo, Todos pela Educação, 2007c. (Mimeo).

_____. Relatório de Atividades do Todos Pela Educação 2008. São Paulo, Todos pela Educação, 2008b (Mimeo).

_____. *TODOS PELA EDUCAÇÃO. RUMO A 2022*. São Paulo Todos pela Educação, 2006b (Mimeo).

_____. *Todos Pela Educação: 2006-2009. Relatório de Atividades*. São Paulo, Todos pela Educação, 2009b.

_____. *Todos Pela Educação: 5 Anos, 5 Metas, 5 Bandeiras*. São Paulo, Todos pela Educação, 2012c.

_____. Um bom professor, um bom começo. [Filme-vídeo]. Produção: DM9DDB. São Paulo, 2011c. Digital, 1 min. color. son. In: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=2fgE2hGZbA8. Acesso em: 12/2012.

UNESCO. *Conferência Mundial de Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 07/2012.

_____. *Declaração de Dakar*. Dakar, Senegal, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 07/2012.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 de abril de 2007a.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 jan. 2001.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 de maio de 2003.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Sítios eletrônicos

A educação precisa de respostas: www.precisamosderespostas.com.br. Acesso em: 02/2013.

ABAVE: <http://www.abave.org.br>. Acesso em: 02/2013.

Andi: <http://www.andi.org.br>. Acesso em: 02/2013.

Associação Comunitária Despertar: <http://www.despertar.org.br>. Acesso em: 02/2013.

Atletas pela cidadania: <http://www.atletas.org.br>. Acesso em: 02/2013

AVALIA: <http://www.avaliaeducacional.com.br/>. Acesso em: 02/2013.

Banco de Teses de Capes: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em: 05/2012.

Biblioteca da FGV: <http://bibweb.fgv.br/>. Acesso em: 02/2011.

Biblioteca Digital da UNICAMP: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>. Acesso em: 05/2011.

Bracelpa: <http://www.bracelpa.org.br>. Acesso em: 02/2013.

CDES: <http://www.cdes.gov.br>. Acesso em: 08/2012.

CEBRAP: <http://www.cebrap.org.br>. Acesso em: 02/2013.

CEDAC: <http://www.comunidadeeducativa.org.br/>. Acesso em: 06/2013.

CEE/SP: <http://www.ceesp.sp.gov.br>. Acesso em: 02/2013.

CENPEC: <http://cenpec.org.br>. Acesso em: 02/2013.

Centro de Voluntariado de São Paulo: <http://www.voluntariado.org.br/>. Acesso em: 02/2013.

FIEB: <http://www.fieb.org.br/>. Acesso em: 02/2013.

FIESP: <http://www.fiesp.org.br/>. Acesso em: 03/2013.

Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho:
<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/fmss/home,0,1436,Home.html>. Acesso em: 02/2013.

Fundação Roberto Marinho: <http://www.frm.org.br/>. Acesso em: 02/2013.

GIFE: <http://www.gife.org.br/>. Acesso em: 02/2013.

Grupo Abril: <http://www.abrileducacao.com.br/>. Acesso em: 02/2013.

IBOPE: <http://www.ibope.com.br>. Acesso em: 02/2013.

ICE: <http://www.ice.org.br/>. Acesso em: 02/2013.

IETS: <http://www.iets.org.br/>. Acesso em: 02/2013.

Inspere Instituto: <http://www.insper.edu.br>; Acesso em: 02/2013.

- Instituto Ayrton Senna: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/home/index.asp>, Acesso em: 02/2013.
- Instituto Braudel: <http://pt.braudel.org.br/>. Acesso em: 02/2013.
- Instituto Ethos: <http://www3.ethos.org.br/>. Acesso em: 02/2013.
- Instituto Mais Democracia: <http://maisdemocracia.org.br>. Acesso em: 06/2013.
- Instituto Millenium: <http://www.imil.org.br/>. Acesso em: 02/2013.
- IPEA: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 02/2013.
- Itau cultural: <http://novo.itaucultural.org.br/>. Acesso em: 02/2013.
- Junior Achievement Brasil: <http://www.jabrasil.org.br>. Acesso em: 02/2013.
- MEC: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 02/2013.
- Movimento Brasil Competitivo: <http://www.mbc.org.br>. Acesso em: 02/2013.
- Parceiros da Educação: <http://www.parceirosdaeducacao.org.br>. Acesso em: 02/2013.
- Parceiros Voluntários: <http://www.parceirosvoluntarios.org.br>. Acesso em: 02/2013.
- Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 02/2013.
- Portal dos jornalistas: <http://portaldosjornalistas.com.br>. Acesso em: 02/2013.
- PREAL: <http://www.preal.org>. Acesso em: 02/2013.
- Rede energia: <http://www.redenergia.com/>. Acesso em: 02/2013.
- Rede Nossa São Paulo: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>. Acesso em: 02/2013.
- Revista Época: <http://revistaepoca.globo.com/>. Acesso em: 02/2013.
- Rio voluntário: <http://www.riovoluntario.org.br>. Acesso em: 02/2013.
- SciELO: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em: 02/2011.
- Symnetics: <http://www.symnetics.com.br/>. Acesso em: 07/2012.
- Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 03/2013.
- UNDIME: <http://undime.org.br/>. Acesso em: 02/2013.
- UNESCO: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 02/2013.
- Valor Econômico: <http://www.valor.com.br/>. Acesso em: 02/2013.

Anexos

Anexo 1 - Rede de Sócio-fundadores do TPE e principais entidades de pertencimento

Entidades	Sócios-fundadores
<p>Grupos empresariais</p>	<p>Indústria: <i>Grupo Gerdau:</i> Jorge Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Beatriz Bier Johannpeter; <i>Votorantim:</i> Antonio Carlos Gomes da Costa (Consultor); <i>Metal Leve S.A.:</i> Sérgio Ephim Mindlin; <i>Grupo Camargo Correa:</i> Renata de Camargo Nascimento; <i>Suzano Holding S/A:</i> Daniel Feffer; <i>Irmãos Klabin & Cia.</i> Horácio Lafer Piva; <i>Grupo Orsa:</i> Sergio Antonio Garcia Amoroso; <i>Grupo Odebrecht:</i> Emílio Alves Odebrecht; Antonio Carlos Gomes da Costa (Consultor); <i>AMBEV/INBEV:</i> Jorge Paulo Lemann.</p> <p>Financeiro: <i>Grupo Itaú/Unibanco:</i> Milu Villela, Antonio Jacinto Matias, Maria Alice Setubal, Pedro Moreira Salles (presidente do Conselho de Administração do Itaú-Unibanco), Roberto Teixeira da Costa, Rodolfo Villela Marino; <i>Bradesco:</i> Denise Aguiar Alvarez, Antonio Carlos Gomes da Costa (Consultor); <i>Citibank Brasil:</i> Viviane Senna (Conselho consultivo); <i>Banco Santander:</i> Fabio Colletti Barbosa (presidente do conselho), Viviane Senna (Conselho de Administração).</p> <p>Comércio e Serviços: <i>Grupo Pão de Açúcar:</i> Ana Maria dos Santos Diniz; Roberto Teixeira da Costa (consultor); <i>Grupo Dpaschoal:</i> Luís Norberto Paschoal; <i>Grupo Graber:</i> Peter Graber; <i>Grupo Lojas Americanas:</i> Jorge Paulo Lemann; <i>B2W/Submarino:</i> Jorge Paulo Lemann.</p> <p>Comunicação: <i>Organizações Globo:</i> José Roberto Marinho (Vice-presidente), Albert Alcoulloumbre Jr, Luis Roberto Pires Ferreira, Luis Horta Barbosa Erlanger; <i>Grupo Abril:</i> Roberto Civita, <i>Grupo RBS de Comunicação/TV Rede Brasil Sul:</i> Jaime Sirotsky (Presidente Emérito), Nelson Sirotsky (presidente); <i>TV1:</i> Sérgio Motta Melo; <i>Grupo Bandeirantes:</i> José Ernesto Freitas de Camargo (vice-presidente); <i>Grupo Ypy Publicidade e Marketing:</i> Nizan Guanaes, Sérgio Cunha Valente, Luis Roberto Pires Ferreira (diretor de Responsabilidade Social), Paulo César Queiroz; <i>Lew Lara/Tewa Publicidade:</i> Luiz de Alencar Lara.</p> <p>Tecnologia e Telecomunicações: <i>Telefônica:</i> Antonio Carlos Gomes da Costa (Consultor); <i>Grupo Promon:</i> Carlos Mário Siffert.</p> <p>Editorial: Grupo Santillana/PRISA (Avalia - Assessoria Educacional): Simon Schwartzman (Conselho Consultivo), José Francisco Soares (Revista Avalia)</p> <p>Educação: <i>Grupo Positivo:</i> Cláudio Mora e Castro; <i>Yázigi Internexus:</i> Ricardo Young Silva.</p>
<p>Entidades de classe</p>	<p><i>Febraban:</i> Antonio Jacinto Matias, (vice-presidente), José Vicente, Viviane Senna (Conselho Consultivo), Rodolfo Villela Marino.</p> <p><i>FIESP:</i> Horácio Lafer Piva (ex-presidente), Daniel Feffer; Cláudia Costin (CONSOCIAL); Viviane Senna (CONSOCIAL), José Vicente (CONSOCIAL), Marcos Antônio Magalhães (CONSOCIAL), Maria Helena Guimarães de Castro (CONSOCIAL), Maria Inês Joaquim de Carvalho (CONSOCIAL), Mozart Neves Ramos (CONSOCIAL), Rodolfo Villela Marino (CONSOCIAL), Sergio Antonio Garcia Amoroso (CONSOCIAL), Wanda Engel Aduan.</p> <p><i>CNI:</i> Horácio Lafer Piva, Viviane Senna (Conselho de Educação), Mozart Neves Ramos (Conselho de Educação).</p> <p><i>PNBE:</i> Sérgio Ephim Mindlin (membro fundador e ex-coordenador), Oded Grajew (membro-fundador), Ricardo Young Silva (ex-coordenador nacional).</p> <p><i>FIEB:</i> Isaac Chaves Edington (conselho de responsabilidade social empresarial).</p>
<p>Org. Internacionais</p>	<p><i>Unesco:</i> Milu Villela (embaixadora de Boa Vontade), Célio da Cunha (Assessor), Celso Antunes (Assessor); Vincent Defourny, Cleuza Rodrigues Repulho (ex-consultora), Maria Helena Guimarães de Castro (consultora), Ricardo Henriques (consultor), Viviane Senna.</p> <p><i>Unicef:</i> Marie-Pierre Poirier, Cenise Monte Vicente - ex- coordenadora executiva em São Paulo (2006); Jailson de Souza e Silva (consultor)</p> <p><i>Banco Mundial/BIRD:</i> Fernando Luiz Abrúcio (consultor), Claudio de Moura e Castro (consultor).</p> <p><i>PNUD BRASIL:</i> Fernando Luiz Abrúcio (consultor).</p> <p><i>BID:</i> Fernando Luiz Abrúcio (consultor).</p> <p><i>PREAL:</i> Maria Helena Guimaraes de Castro, Claudio de Moura Castro, Simón Schwartzman.</p>
<p>Acadêmicos</p>	<p>Universidades Privadas: Naercio Aquino Menezes Filho (professor do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa), Cláudio Luiz Haddad (Presidente do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa); Eduardo Giannetti da Fonseca (professor do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa); Regina Carla Madalozzo (professora do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa), Horácio Lafer Piva (Comissão de Avaliação Externa do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa), Jorge Paulo</p>

	<p>Lemann (Insper Instituto de Ensino e Pesquisa), Pedro Moreira Salles (conselho deliberativo do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa), Luís Norberto Paschoal (conselho do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa), Peter Graber (Insper Instituto de Ensino e Pesquisa); Fernando Luiz Abrucio (professor da Fundação Getúlio Vargas), Marcelo Côrtes Neri (professor da Fundação Getúlio Vargas), Mário Aquino Alves (professor da Fundação Getúlio Vargas); Eduardo Giannetti da Fonseca (professor da Ibmecc Educacional S A); Antonio Jacinto Matias (Conselho da ESPM); José Vicente (Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares); Mario Sergio Cortella (Professor da PUC-SP); Cláudio de Moura e Castro (Faculdade Pitágoras).</p> <p>Universidades Públicas: Jailson de Souza e Silva (professor da UFF), Ricardo Henriques (professor da UFF); Jose Francisco Soares (professor da UFMG); Mozart Neves Ramos (professor e reitor da UFPE (1996-1999 e 2000-2003)); Raquel Teixeira (professora da UFG); Cristovam Buarque (professor da UNB); Fernando Haddad (professor da USP), Reynaldo Fernandes (professor da USP), Naercio Aquino Menezes Filho (professor da USP); Maria Helena Guimarães de Castro (professora aposentada da Unicamp).</p>
Estado	<p>Governos: Federal: <i>Ministério da Educação:</i> Fernando Haddad (ex-ministro (2006 - 2012)); José Henrique Paim Fernandes (secretário executivo), Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (ex-Secretária Nacional de Educação Básica), Maria Helena Guimarães de Castro (ex-secretária-executiva (2002)), Paulo Renato Souza (ex-ministro (1995-2002)), Ricardo Henriques (ex-secretário da SECAD); <i>INEP:</i> Reynaldo Fernandes (ex-presidente (2005-2009)), Maria Helena Guimarães de Castro (ex-presidente (1995 a 2001)), José Francisco Soares (conselho), Nilma Santos Fontanive (assessora do Presidente do INEP); <i>FNDE:</i> José Henrique Paim Fernandes (ex-presidente 2004-2006); <i>Ministério de Desenvolvimento Social:</i> Ricardo Henriques (ex-secretário executivo (2003)); <i>Secretaria de Ações Estratégicas/Presidência da República, IBGE:</i> Jose Francisco Soares (conselho), Simon Schwartzman (ex-presidente (1994-1998)); <i>IPEA:</i> Marcelo Côrtes Neri (Presidente), Ricardo Paes de Barros, Claudio de Moura e Castro (ex-secretário); <i>Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento:</i> Maria Helena Guimarães de Castro (ex-secretária (2006)); <i>Presidência da República:</i> Secretaria de Ações Estratégicas/PR: Ricardo Paes de Barros (secretário); Oded Grajew: ex-assessor especial do Presidente da República (2003), Ricardo Kotscho (ex-secretário de Imprensa da Presidência da República (2003-2004)).</p> <p>Estadual: <i>SEE/SP:</i> Maria Helena Guimarães de Castro: ex-secretária (2007-2009), Paulo Renato de Souza: ex-secretário (2009-2010); <i>SEE/DF:</i> Maria Helena Guimarães de Castro: ex-secretária (2007-2009); <i>SEE/TO:</i> Maria Auxiliadora Seabra Rezende (ex-secretária); <i>SEE/RS:</i> Mariza Vasques de Abreu (ex-secretária); <i>SEE/PE:</i> Mozart Neves Ramos (ex-secretário (2002-2006)); <i>SEE/GO:</i> Raquel Teixeira (ex-secretária).</p> <p>Municipal: <i>Undime:</i> Cleuza Rodrigues Repulho (Presidente), Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (ex-presidente), Mariza Vasques de Abreu; <i>SME/RJ:</i> Cláudia Costin (Secretária); <i>SME/São Bernardo do Campo/SP:</i> Cleuza Rodrigues Repulho (Dirigente); <i>Prefeitura de São Paulo:</i> Fernando Haddad (prefeito).</p> <p>Senado: Cristovam Buarque;</p> <p>Câmara Federal de Deputados: Raquel Teixeira PSDB/GO (2002-2010), Ricardo Chaves de Rezende Martins (assessor legislativo).</p>
Conselhos do ESTADO	<p><i>CDES:</i> Jorge Gerdau Johannpeter, Daniel Feffer, Viviane Senna; José Vicente, Oded Grajew, Ricardo Young Silva, José Henrique Paim Fernandes (ex-subsecretário da Secretaria Especial, 2003), Horácio Lafer Piva (ex-membro), Marcelo Côrtes Neri (ex-membro).</p> <p><i>Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC/Conselho de Governo da Presidência da República:</i> Jorge Gerdau Johannpeter (presidente);</p> <p><i>CONSED:</i> Maria Auxiliadora Seabra Rezende (ex-presidente), Mozart Neves Ramos (ex-Presidente (2005-2006)), Raquel Teixeira (ex-presidente).</p> <p><i>CEE/SP:</i> Francisco Aparecido Cordão (ex-Conselheiro durante 18 anos).</p> <p><i>CNE:</i> Francisco Aparecido Cordão (conselheiro e ex-presidente), José Francisco Soares (conselheiro); Mozart Neves Ramos (conselheiro); Reynaldo Fernandes (conselheiro), Raquel Teixeira (ex- conselheira (1999-2001)).</p> <p><i>Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI:</i> Jorge Gerdau Johannpeter (membro).</p>
Centros de Responsabilidade Social Empresarial	<p><i>Instituto Ethos:</i> Oded Grajew (Sócio-fundador e presidente emérito), Sérgio Ephim Mindlin (Sócio-fundador e Presidente do conselho deliberativo), Ricardo Young Silva (ex-diretor-presidente (2005-2010)), José Vicente (conselho deliberativo), Antonio Jacinto Matias (Conselho Consultivo), José Roberto Marinho (Conselho Consultivo), Horácio Lafer Piva (Conselheiro), Maria De Souza Aranha Meirelles.</p> <p><i>UniEthos:</i> Ricardo Young Silva (diretor-presidente (2004-2010)).</p> <p><i>Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS):</i> Antonio Jacinto Matias (conselho), Luís Norberto Paschoal (conselho), Viviane Senna, (conselho), Ricardo Young (conselho), Sérgio Mindlin (conselho), Rodolfo Villela Marino.</p>

	<p><i>Junior Achievement Brasil</i>: Jorge Gerdau Johannpeter (Membro-Fundador e Presidente do Conselho Consultivo), Jayme Sirotsky (membro-fundador), Fabio Colletti Barbosa (Conselho Consultivo), José Paulo Soares Martins (ex-diretor), Wilma Resende Araujo Santos.</p>
Movimentos Empresariais	<p><i>Movimento Brasil Competitivo</i>: Jorge Gerdau Johannpeter (presidente e Conselheiro Nato); José Fernando César de Mattos (ex-diretor-presidente), Daniel Feffer.</p> <p><i>Ação Empresarial Brasileira</i>: Jorge Gerdau Johannpeter (Coordenador-geral).</p> <p><i>Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives)</i>: Oded Grajew (fundador e coordenador de honra).</p> <p><i>LIDE – Lideranças Empresariais</i>: Marcos Antonio Magalhães (Conselho Consultivo).</p>
Institutos de Pesquisa	<p><i>Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)</i>: Daniel Feffer (conselho).</p> <p><i>Instituto Paulo Montenegro/IBOPE</i>: Ana Lucia D'Império Lima (Diretora executiva), Luiz Paulo Saade Montenegro (Conselho Fiscal).</p> <p><i>CEBRAP - Centro brasileiro de análise e planejamento</i>: Maria Helena Guimarães de Castro (Núcleo de Educação); Ruth Corrêa Leite Cardoso (Conselho Consultivo e de Assessoramento).</p> <p><i>Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)</i>: Simon Schwartzman (presidente), Jailson de Souza e Silva, Marcelo Cortes Neri, Wanda Engel Aduan.</p> <p><i>Instituto Fernand Braudel de Economia</i>: Norman Gall (diretor executivo), Maria Helena Guimarães de Castro (conselho diretor), Marcos Antonio Magalhães (membro), Cláudia Costin (membro), Roberto Civita (membro).</p> <p><i>Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária</i>: Maria Alice Setubal (presidente), Ana Moser (governança), Fernando Rossetti Ferreira (governança), Oded Grajew (governança), Maria do Carmo Brant de Carvalho (superintendente).</p>
Fundações e Institutos Empresariais	<p><i>Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE</i>: Denise Aguiar (Presidente do Conselho de Governança); Hugo Guimarães Barreto Filho (ex-presidente (2005), membro do conselho de governança), Fernando Rossetti Ferreira (secretário geral), Beatriz Johannpeter (Conselho de Governança); Luis Paulo Saade Montenegro (Conselho de Governança); Maria Alice Setúbal (Conselho de Governança); Renata de Camargo Nascimento (Conselho de Governança); Sergio Antonio Garcia Amoroso (Conselho de Governança), José Paulo Soares Martins (conselho de governança), Luis Norberto Pascoal (ex-secretário).</p> <p><i>Instituto Ayrton Senna</i>: Viviane Senna (presidente); Francisco de Assis Pinheiro (conselho consultivo); Gustavo Ioschpe (conselho consultivo), Antonio Carlos Gomes da Costa (Consultor); Cenise Monte Vicente - ex-coordenadora (1996-1999).</p> <p><i>Fundação Itaú Social</i>: Antonio Jacinto Matias (vice-presidente de Programas Sociais), Maria Alice Setubal, Naercio Aquino Menezes Filho (consultor), Rodolfo Villela Marino.</p> <p><i>Instituto Itaú Cultural</i>: Milu Villela (presidente), Antonio Jacinto Matias (diretor executivo).</p> <p><i>Instituto Unibanco</i>: Ricardo Henriques (superintendente executivo), Wanda Engel (ex-superintendente executiva, Conselho de Administração), Pedro Moreira Salles (Conselho de Administração), Claudio Moura Castro (Conselho de Administração), Antonio Jacinto Matias (Conselho de Administração), Claudio Haddad (Conselho de Administração), Tomas Tomislav Zinner (diretor).</p> <p><i>Fundação Roberto Marinho</i>: José Roberto Marinho (presidente); Hugo Guimarães Barreto Filho (secretário-geral), Antonio Jacinto Matias Conselho Curador), Sérgio Ephim Mindlin (membro do Conselho Curador), Cristóvam Buarque (conselho curador), Denise Aguiar Alvarez Valente (conselho curador), Rodolfo Villela Marino.</p> <p><i>Instituto Gerdau</i>: José Paulo Soares Martins, Beatriz Bier Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter.</p> <p><i>Fundação Victor Civita</i>: Roberto Civita, Marcos Antonio Magalhães (Conselheiro).</p> <p><i>Instituto de Cidadania Empresarial – ICE</i>: Renata de Camargo Nascimento (Presidente, Governança, Conselho Deliberativo), Ana Maria F. Santos Diniz (Governança), Luiz de Alencar Lara (Diretoria executiva, Governança, Conselho Deliberativo).</p> <p><i>Fundação Orsa</i>: Sérgio Antonio Garcia Amoroso, Sérgio Ephim Mindlin (membro do Conselho Curador).</p> <p><i>IQE – Instituto de Qualidade no Ensino</i>: Francisco Aparecido Cordão (Conselho Diretor desde 1998), Marcos Antonio Magalhães (presidente do Conselho).</p> <p><i>Fundação Abrinq</i>: Sérgio Ephim Mindlin (ex-presidente do Conselho de Administração e ex-diretor-presidente), Oded Grajew (fundador e ex-presidente), Albert Alcoulombre Júnior (Conselho de administração), Renata de Camargo Nascimento.</p> <p><i>Instituto Millenium</i>: Jorge Gerdau Johannpeter (mantenedor/Conselho de governança), Daniel Feffer (mantenedor), Roberto Civita (mantenedor/Conselho de governança).</p>

	<p><i>Fundação Educar para Crescer</i>: Maria Helena Guimarães de Castro (Conselho Consultivo), Naercio Aquino Menezes Filho (conselheiro).</p> <p><i>Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho</i>: Jayme Sirotsky (presidente), Nelson Pacheco Sirotsky.</p> <p><i>Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação</i>: Marcos Antonio Magalhães (presidente).</p> <p><i>Fundação Ioschpe</i>: Gustavo Ioschpe, Maria Helena Guimarães de Castro (Conselho Curador).</p> <p><i>Fundação Educar Dpaschoal</i>: Luís Norberto Paschoal.</p> <p><i>Fundação Tide Setúbal</i>: Maria Alice Setúbal.</p> <p><i>Fundação Lemann</i>: Jorge Paulo Lemann.</p> <p><i>Fundação Telefonica</i>: Sérgio Mindlin (ex-diretor-presidente).</p>
Outros Conselhos	<p><i>Conselho Empresarial da América Latina (CEAL)</i>: Alberto Pfeiffer Filho (Diretor Executivo), Roberto Teixeira da Costa (ex-presidente internacional (1998-2000)).</p>
Mídia	<p><i>Valor Econômico S/A</i>: Marcelo Côrtes Neri (colunista), Naercio Aquino Menezes Filho (colunista), Fernando Luiz Abrúcio (ex-colunista político de 2000 a 2006).</p> <p><i>Gazeta Mercantil</i>: Ricardo Voltolini (articulista do tema Responsabilidade Social).</p> <p><i>Revista Veja</i>: Claudio de Moura e Castro (articulista).</p> <p><i>Revista Época</i>: Fernando Luiz Abrúcio (colunista).</p> <p><i>Revista Exame</i>: Isaac Edington.</p> <p><i>Rede Globo</i>: Francisco de Assis Pinheiro (jornalista).</p> <p><i>Record News</i>: Ricardo Kotscho (comentarista).</p> <p><i>Folha de São Paulo</i>: Gilberto Dimenstein (colunista).</p> <p><i>ANDI- Agência de Notícias dos Direitos da Infância</i>: Cenise Monte Vicente (Presidente do Conselho diretor), Fernando Rossetti (Diretor de Assuntos Internacionais).</p>
Centros de voluntariado / Filantropia	<p><i>Centro de Voluntariado de São Paulo</i>: Milu Villela (Presidente); Luís Norberto Paschoal (diretor); Maria Lucia Meirelles Reis (fundadora e diretora); Antonio Jacinto Matias (conselho consultivo), Francisco de Assis Pinheiro (conselho consultivo), Renata Camargo Nascimento (conselho consultivo).</p> <p><i>Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário</i>: Milu Villela (presidente), Maria Lucia Meirelles Reis (Fundadora e diretora), Priscila Cruz.</p> <p><i>Rio Voluntário</i>: Heloisa Maria Martins Coelho (Diretora Executiva).</p> <p><i>Parceiros Voluntários</i>: Jorge Gerdau Johannpeter; <i>Associação Comunitária Despertar</i>: Milu Villela (presidente);</p> <p><i>Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC)</i>: Luís Norberto Paschoal.</p> <p><i>Comunitas</i>: Ruth Cardoso (fundadora), Renata de Camargo Nascimento.</p>
Religiosos	<p><i>Pastoral da Criança</i>: Zilda Arns Neumann; Carlos Alberto Libânio Christo – Frei Beto.</p>
ONGs/Educação:	<p><i>Parceiros da Educação</i>: Maria Helena Guimarães de Castro (coordenadora geral executiva), Ana Maria Diniz (membro executiva), Denise Aguiar (conselho), Nizan Guanaes (conselho), Nilma Santos Fontanive.</p> <p><i>Compromisso Campinas pela Educação</i>: Luís Norberto Paschoal.</p> <p><i>A Educação Precisa de Respostas</i>: Nelson Sirotsky.</p> <p><i>Fundação Cesgranrio</i>: Ruben Klein, Nilma Santos Fontanive.</p> <p><i>ABAVE - Associação Brasileira de Avaliação Educacional</i>: Ruben Klein (Diretor Presidente (2012-2014), Conselho Científico), José Francisco Soares (ex-diretor 2005-2007, Conselho Científico), Reynaldo Fernandes (Conselho Científico), Maria Helena Guimarães de Castro (Conselho Científico).</p> <p><i>Fundação Estudar</i>: Jorge Paulo Lemann (co-fundador e membro do conselho).</p>
ONGs / Fundações não-educacionais	<p><i>Fundação Filantrópica Arymax</i>: Daniel Feffer.</p> <p><i>Instituto Ecofuturo</i>: Daniel Feffer.</p> <p><i>Instituto EcoDesenvolvimento</i>: Isaac Edington.</p> <p><i>Fundação AVINA</i>: Isaac Edington (Lider Parceiro).</p> <p><i>Instituto Akatu</i>: Sérgio Ephem Mindlin (fundador e membro do Conselho Deliberativo); Oded Grajew (Conselho Deliberativo); Ricardo Young Silva.</p> <p><i>Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior</i>: José Vicente (fundador e presidente).</p> <p><i>Fundação Care Brasil</i>: José Vicente (conselheiro).</p> <p><i>Fundação Iberê Camargo</i>: José Paulo Soares Martins (ex-diretor).</p>

	<p><i>Instituto Afrobras:</i> José Vicente.</p> <p><i>Atletas pela Cidadania:</i> Ana Beatriz Moser (diretoria), Raí Souza Vieira de Oliveira (diretoria), Oded Grajew (Filiado honorário).</p> <p><i>Rede Nossa São Paulo:</i> Oded Grajew (coordenador geral da Secretaria Executiva), José Vicente (membro-titular), Ricardo Young da Silva, Ana Moser, Renata de Camargo Nascimento.</p> <p><i>Ideia Sustentável:</i> Ricardo Voltolini (fundador).</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados nos sítios eletrônicos de: A educação precisa de respostas, ABAVE, Andi, Associação Comunitária Despertar, Atletas pela cidadania, AVALIA, Bracelpa, CEBRAP, CEE/SP, CENPEC, Centro de Voluntariado de São Paulo, FIEB, FIESP, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fundação Roberto Marinho, GIFE, Grupo Abril, Instituto Ayrton Senna, IBOPE, ICE, IETS, Insper Instituto, Instituto Braudel, Instituto Ethos, Instituto Mais Democracia, Instituto Millenium, IPEA, Itau Cultural, Junior Achievement Brasil, MEC, Movimento Brasil Competitivo, Parceiros da Educação, Parceiros Voluntários, Plataforma Lattes, Portal dos jornalistas, PREAL, Rede energia, Rede Nossa São Paulo, Revista Época, Rio voluntário, UNDIME, UNESCO, Valor Econômico.

Anexo 2 - Lista de reportagens – Pesquisa em periódicos

AGÊNCIA BRASIL. Bons resultados no Ideb não garantem ensino de qualidade em todas as escolas, diz estudo. *O Estado de São Paulo*, 10 ago. 2010. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,bons-resultados-no-ideb-nao-garantem-ensino-de-qualidade-em-todas-as-escolas-diz-estudo,592986,0.htm>. Acesso em: 10/2011.

AGÊNCIA BRASIL. DF é a unidade da federação que mais investe por aluno ao ano, aponta relatório sobre educação. *O Estado de São Paulo*, 01 dez 2010. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,df-e-a-unidade-da-federacao-que-mais-investe-por-aluno-ao-ano-aponta-relatorio-sobre-educacao,648011,0.htm>. Acesso em: 02/2012.

AGÊNCIA BRASIL. Especialistas: Plano de Educação é peça chave para melhorar ensino. *Portal Terra Educação*, 12 abr. 2011. In: <http://noticias.terra.com.br/educacao/especialistas-plano-de-educacao-e-peca-chave-para-melhorar-ensino,89881a4045cea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 04/2012.

AGÊNCIA BRASIL. País precisa construir 25 bibliotecas por dia para cumprir nova lei. *Folha de São Paulo*, 02 jun. 2010. In: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/744506-pais-precisa-construir-25-bibliotecas-por-dia-para-cumprir-nova-lei.shtml>. Acesso em: 10/2011.

AGÊNCIA BRASIL. Prova vai detectar nível de alfabetização no início do ensino fundamental. *O Globo, Agência Brasil, DF*, 30 mar. 2011. In: <http://oglobo.globo.com/educacao/prova-vai-detectar-nivel-de-alfabetizacao-no-inicio-do-ensino-fundamental-2803181>. Acesso em: 04/2012.

AGÊNCIA BRASIL. Relatório aponta baixo aprendizado de alunos do 5º ano em português e do 9º ano em matemática. *O Globo, Rio de Janeiro*, 01, dez, 2010. In: <http://oglobo.globo.com/educacao/relatorio-aponta-baixo-aprendizado-de-alunos-do-5-ano-em-portugues-do-9-ano-em-matematica-2917126>. Acesso em: 02/2012.

AGÊNCIA SENADO. Plano Nacional de Educação deveria ter metas anuais, sugerem especialistas. *Agência Senado, DF*, 01 jun. 2011. In: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/06/01/plano-nacional-de-educacao-deveria-ter-metas-intermediarias-sugerem-especialistas>. Acesso em: 05/2012.

ALVAREZ, L. Número de formandos em cursos que preparam docentes cai 50% em 4 anos, *O Estado de São Paulo*, 02 fev. 2011. In:

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,numero-de-formandos-em-cursos-que-preparam-docentes-cai-50-em-4-anos,674136,0.htm>. Acesso em: 04/2012.

AZEVEDO, G. “Não se muda nada sozinho na educação”, Entrevista com Mozart Ramos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 06 ago. 2010. In: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2010/08/gauchos-sao-destaque-em-premio-nacional-de-educacao-2995217.html>. Acesso em: 10/2011.

BARROS, R. Bandeiras ao vento. *Revista Educação*, Ago. 2011. In: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/157/artigo234766-1.asp>. Acesso em: 10/2011.

BBC BRASIL. Boa gestão é tão importante quanto investimento na educação. *Portal Terra Educação*, 22 set. 2010. In: <http://noticias.terra.com.br/educacao/boa-gestao-e-tao-importante-quanto-investimento-na-educacao,5979ec8d7cbea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 02/2012.

BERNARDES, M.; GUIMARÃES, C. A loteria do ensino público. *Revista Época*, 24 set. 2010. In: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI174610-15228,00-A+LOTERIA+DO+ENSINO+PUBLICO.html>. Acesso em: 02/2012.

BRUM, I. Aluno aprende 68% mais com bom professor. *O Estado de São Paulo*, 18 jul. 2011. In: <http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/aluno-aprende-68-mais-com-bom-professor>. Acesso em: 05/2012.

CARRIEL, P. Como melhorar o ensino. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 jul. 2011. In: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id=1149701&tit=Como-melhorar-o-ensino>. Acesso em: 05/2012.

CIEGLINSKI, A. Com quase 3.000 emendas, PNE deve ficar para 2012. *Portal UOL Notícias. Agência Brasil*, DF, 18 jun. 2011. In: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/06/19/com-quase-3000-emendas-pne-deve-ficar-para-2012.htm>. Acesso em: 05/2012.

CIEGLINSKI, A. Resultado de Avaliação Internacional mostra que educação no Brasil avança com lentidão. *Agência Brasil*, 07 dez, 2012. In: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/12/07/resultado-de-avaliacao-internacional-mostra-que-educacao-no-brasil-avanca-com-lentidao.htm>. Acesso em: 02/2012.

CRUZ, E. P. Área educativa considera fundamental aprovar o PNE este ano. *Agência Brasil*, 11 mai. 2011. In: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/10/area-educativa-considera-fundamental-aprovar-o-pne-este-ano.htm>. Acesso em: 04/2012.

CRUZ, P. Educação, uma agenda urgente. *O Estado de São Paulo*, 09 abr. 2011. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,educacao-uma-agenda-urgente,703937,0.htm>. Acesso em: 04/2012.

DIÁRIO DO AMAPÁ. Conferência Nacional da Indústria adere ao movimento “Todos pela Educação”. *Diário do Amapá*, Macapá, 30 ago. 2008. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/2309/conferencia-nacional-da-industria-adere-ao-movimento-todos-pela-educacao>. Acesso em: 03/2012.

DUARTE, A. Irresponsabilidade educacional. Novo plano federal para o setor de educação exclui lei que pune gestor por mau uso de recursos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abr. 2011. In: <http://oglobo.globo.com/educacao/novo-plano-federal-para-setor-de-educacao-exclui-lei-que-pune-gestor-por-mau-uso-de-recursos-2798063>. Acesso em: 04/2012.

ESTADO DE ALAGOAS. Alagoas adere ao Movimento Todos pela Educação. *Portal da Secretaria de Educação de Alagoas*, 29 abr. 2008. In: <http://www.educacao.al.gov.br/comunicacao/sala-de-imprensa/noticias/2008/04/alagoas-adere-ao-movimento-todos-pela-educacao>. Acesso em: 03/2013.

EDITORIAL da Folha de São Paulo. Por um ensino melhor, *Folha de São Paulo*, 31 ago. 2010. In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3108201001.htm>. Acesso em: 10/2011.

FREIRE, O. Minas adere ao movimento “Todos pela Educação”. *Portal da Secretaria de Educação de Minas Gerais*, 12 jun. 2008. In: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/multimedia/galerias/minas-adere-ao-movimento-todos-pela-educacao>. Acesso em: 03/2012.

PORTAL G1. Compromisso Todos pela Educação completa um ano. *Portal G1*, 18 set. 2007. In: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL106353-5604,00-COMPROMISSO+TODOS+PELA+EDUCACAO+COMPLETA+UM+ANO.html>. Acesso em: 03/2013.

GOIS, A; TAKAHASHI, F. Cidades aprovam mais alunos para melhorar a nota no Ideb. *Folha de São Paulo*, 03 nov. 2008. In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0311200801.htm>. Acesso em: 03/2012.

GUERREIRO, C. Menos metas, mais compromisso. *Revista Educação*, Ago 2011. In: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/155/artigo234732-1.asp>. Acesso em: 10/2011.

KOTSCHO, R. “Todos pela educação”: a luta por uma educação para todos. *Portal IG Educação*, 17 abr. 2008. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e>

midia/educacao-na-midia/941/todos-pela-educacao-a-luta-por-uma-educacao-para-todos. Acesso em: 03/2013.

MANDELLI, M. Indicação política influencia nomeação de diretor em 42% das redes de ensino. *O Estado de São Paulo*, 02 mar. 2011. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,indicacao-politica-influencia-nomeacao-de-diretor-em-42-das-redes-de-ensino,686414,0.htm>. Acesso em: 04/2012.

MANDELLI, M; ODA, F. Brasil terá prova para avaliar alfabetização de crianças de 8 anos. *O Estado de São Paulo*, 02 dez, 2010. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,brasil-tera-prova-para-avaliar-alfabetizacao-de-criancas-de-8-anos,648256,0.htm>. Acesso em: 02/2012.

MATA, C. São Paulo adere ao Todos pela Educação. *Portal da Secretaria de Educação de São Paulo*, 19 mai. 2008. In: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=95067>. Acesso em: 03/2012.

MÁXIMO, L. Gasto público com educação chega a 5% do PIB em 2009. *Valor Econômico*, 03 nov. 2010. In: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=74451>. Acesso em: 02/2012.

MOI, I.; MESQUITA, M. Currículo na mira. *Folha de São Paulo*, 16 mai. 2011. In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saber/sb1605201101.htm>. Acesso em: 05/2012.

O DIA. RJ: governo adere ao movimento Todos pela Educação. *O Dia*, Rio de Janeiro, 30 jun. 2008. In: <http://noticiasar.terra.com.ar/tecnologia/interna/0,,OI2980934-EI8266,00.html>. Acesso em: 03/3012.

O GLOBO. Educação para desenvolver o país. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 out. 2010. In: <http://www.redandi.org/noticia/educacao-para-desenvolver-o-pais>. Acesso em: 02/2012.

PINHO, A. Presidente do “Todos pela Educação” critica propostas dos candidatos para o setor, Entrevista com Mozart Ramos. *Folha de São Paulo*, 01 set. 2010. In: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=73193>. Acesso em: 10/2011.

PORTAL DA ILHA. Florianópolis adere ao movimento Todos Pela Educação. *Portal da Ilha*, Florianópolis, 06 mar. 2009. In: <http://www.portaldailha.com.br/noticias/lenoticia.php?id=2099>. Acesso em: 10/2011.

PREFEITURA DE ARACAJÚ. Semed adere à mobilização nacional ‘Todos pela Educação’. *Portal Prefeitura de Aracajú*. 02 set. 2007. In: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=imprimir&codigo=2747>. Acesso em: 03/2013.

RAMOS, M. N. 'Secretário de educação tem de ir às escolas'. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03 nov. 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/11290/secretario-de-educacao-tem-de-ir-as-escolas>. Acesso em: 02/2012.

RAMOS, M. N. 'Situação é reflexo da pequena mobilização social', diz membro do CNE. *O Estado de São Paulo*, 01 dez. 2012. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,situacao-e-reflexo-da-pequena-mobilizacao-social-diz-membro-do-cne,647924,0.htm>. Acesso em: 02/2012.

RAMOS, M. N. As urgências da educação. *Revista Época*, 03 out. 2010. In: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI176613-18176,00.html>. Acesso em: 02/2012.

RAMOS, M. N. Educação: melhora lenta. *Correio Braziliense*, DF, 02 dez. 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/12127/educacao-melhora-lenta>. Acesso em: 02/2012.

RAMOS, M. N. Formação de professores. *Correio Braziliense*, DF, 02 mai. 2011. In: <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=718475>. Acesso em: 04/2012.

RAMOS, M. N. O novo Plano Nacional de Educação. *Correio Braziliense*, DF, 16 set. 2010. In: <http://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/notSenamidia.asp?ud=20100916&datNoticia=20100916&codNoticia=457841&nomeOrgao=&nomeJornal=Correio+Braziliense&codOrgao=2729&tipPagina=1>. Acesso em: 02/2012.

RAMOS, M. N. O PNE e a formação docente. *Correio Braziliense*, DF, 17 fev. 2011. In: <http://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/notSenamidia.asp?ud=20110217&datNoticia=20110217&codNoticia=520993&nomeOrgao=&nomeJornal=Correio+Braziliense&codOrgao=2729&tipPagina=1>. Acesso em: 04/2012.

RAMOS, M. N. Os desafios da Educação brasileira. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 jan. 2011. In: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1086081&tit=Os-desafios-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 04/2012.

RAMOS, M. N. Pacto pelo professor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 nov. 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/10970/pacto-pelo-professor>. Acesso em: 02/2012.

RAMOS, M. N. Panorama da educação: avanços e desafios. *Correio Braziliense*, DF, 19 ago. 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/9970/panorama-da-educacao-avancos-e-desafios>. Acesso em: 10/2011.

RAMOS, M. N. Por um Brasil sustentável. *Correio Braziliense*, DF, 24 out. 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/11086/por-um-brasil-sustentavel>. Acesso em: 02/2012.

RAMOS, M. N. Redução nas diferenças educacionais. *Portal Todos Pela Educação*, 18 ago. 2008. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/521/reducao-nas-diferencas-educacionais>. Acesso em: 03/2012.

SANCHEZ, L.; TARGINO, R. Desconhecimento do Ideb por parte dos coordenadores é uma “preocupação”, diz MEC. *Portal UOL Educação*, 19 out. 2010. In: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/10/19/desconhecimento-do-ideb-por-parte-dos-coordenadores-e-uma-preocupacao-diz-mec.htm>. Acesso em: 02/2012.

TAJRA, T. Piauí adere ao Movimento Nacional Todos Pela Educação. *Portal do Governo de Piauí*, Teresina, 15 jun. 2008. In: <http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=30964>. Acesso em: 03/2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Lançamento da Carta-compromisso: “Pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade”. *Portal Todos Pela Educação*, 25 ago. 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/sala-de-imprensa/releases/10990/lancamento-da-carta-compromisso-entidades-se-unem-para-cobrar-compromisso-dos-futuros-governantes-e-parlamentares-com-a-educacao-de-qualidade-para-todos-os-brasileiros>. Acesso em: 10/2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Todos pela Educação lança Campanha de valorização do professor. *Portal Todos Pela Educação*, 12 abr. 2011. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/14852/todos-pela-educacao-lanca-campanha-de-valorizacao-do-professor>. Acesso em: 04/2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Veja os comentários do Todos Pela Educação sobre o PNE 2011-2020. *Portal Todos Pela Educação*, 15 dez. 2012. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/12520/veja-os-comentarios-do-todos-pela-educacao-sobre-o-pne-2011-2020/>. Acesso em: 02/2012.

TUPINAMBÁS, G. Matemática multiplica desafios de estudantes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 dez 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/12119/matematica-multiplica-desafios-de-estudantes>. Acesso em: 02/2012.

VALE, S. Movimento Todos Pela Educação elogia avanços no ensino do Acre. *Agência Notícias do Acre*, Rio Branco, 26 jul. 2008. In: <http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/educacao/5019-movimento-todos-pela-educacao-elogia-avancos-no-ensino-do-acre.html>. Acesso em: 03/2012.

VILELLA, M. Hora de pensar na educação. *Folha de São Paulo*, 11 de julho de 2006.

VILELLA, M. Todos pela educação de qualidade. *Folha de São Paulo*, 06 set. 2006.

VILELLA, M.; RAMOS, M. N. A educação mobilizando o Brasil. *Folha de São Paulo*, 24 mai. 2010. In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2405201008.htm>. Acesso em: 10/2011.

VILLELA, M. Educação, instrumento contra desigualdade. *Folha de São Paulo*, 15 set. 2005.

WEBER, D.; BARBOSA, A. A. CNE quer 10% do PIB para educação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 mai. 2011. In: <http://oglobo.globo.com/educacao/cne-quer-10-do-pib-para-educacao-2788952>. Acesso em: 04/2012.

Anexo 3 - 10 Causas e 26 Compromissos

Cresce no Brasil o consenso de que a Educação é o caminho mais consistente e sustentável para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e promover o nosso desenvolvimento social e econômico.

Não por outro motivo, União e estados, empresas socialmente responsáveis e organizações da sociedade civil têm assumido, cada vez mais, participação ativa na luta por uma educação de qualidade para todos. Faz-se necessária, portanto, uma maior articulação dos três setores em torno de uma rede estratégica, solidária e permanente, capaz de transformar intenções elevadas e boas ideias em práticas efetivas, que desçam dos gabinetes e cheguem aos alunos nas salas de aula, especialmente aos mais pobres.

É nossa crença que, apenas quando cada um dos setores fizer sua parte - de forma integrada e sinérgica - a Educação deixará de ser pauta de importância secundária, tornando-se instrumento de autonomia e emancipação para os brasileiros hoje excluídos do processo de desenvolvimento do País.

Com o objetivo de fortalecer os laços entre os que também acreditam nessa ideia, de organizar as reflexões em torno de grandes temas educacionais e de amular um movimento nacional pela Educação no Brasil, o Instituto Faça Parte realizou um levantamento dos projetos em curso em órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, e também em organizações da sociedade civil, totalmente afinados com premissas adotadas por organizações internacionais como, por exemplo, a Unesco. Nesse esforço, foram identificadas 10 grandes causas e 26 compromissos essenciais para a construção de uma Educação pública de qualidade, em sintonia com a Declaração de Jomtien (1990) e os desafios sociais e econômicos que nós, brasileiros, temos que enfrentar.

1. Acesso à escola para todos.

- garantir a oferta em todos os níveis da Educação Básica
- reduzir as desigualdades regionais e sociais
- combater a repetência e a evasão

2. Educação de qualidade

- Valorizar e promover a formação contínua dos profissionais da Educação
- Ampliar a oferta de Educação em tempo integral
- Incentivar a leitura

3. Educação para a cidadania

- Incentivar o voluntariado educativo e o estágio social
- Abrir as escolas nos finais de semana para atividades sociais, culturais e de lazer

4. Fortalecimento da gestão escolar

- Promover a autonomia da gestão escolar em seus aspectos físicos, humanos e financeiros
- Modernizar e democratizar a gestão da escola pública
- Fortalecer a participação da comunidade nos colegiados escolares
- Promover o desenvolvimento de lideranças em gestão escolar

5. Garantia de recursos para a Educação

- Garantir o repasse dos recursos vinculados à Educação
- Ampliar os mecanismos de prestação de contas e acompanhamento dos recursos
- Criar fundo de apoio a projetos escolares com recursos privados

6. Ampliação do atendimento da Educação Infantil

- Expandir o acesso à Educação Infantil, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas
- Subsidiar a ação pedagógica de creches e pré-escolas

7. Garantia do Ensino Fundamental obrigatório

- Ampliar para 9 anos o Ensino Fundamental
- Regularizar a defasagem idade-série

8. Ampliação do atendimento do Ensino Médio

- Expandir o acesso a todos os concluintes do ensino fundamental
- Incentivar a renovação pedagógica por meio de projetos juvenis
- Integrar o ensino médio e Educação Profissional

9. Elevação do nível de escolaridade de jovens e adultos

- Investir em Educação de Jovens e Adultos
- Erradicar analfabetismo

10. Educação inclusiva

- Democratizar o direito à Educação
- Subsidiar a ação pedagógica inclusiva

Como estes são compromissos desafiadores, baseados em princípios consensuais para a melhoria da qualidade educacional, entendemos que podem reunir, na condição de uma espécie de agenda mínima nacional, as atenções, os esforços e a energia de todos os que trabalham pela Educação brasileira.

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO. *História, conquista e visão de futuro*. Edição comemorativa do primeiro ano do compromisso Todos pela Educação. 2007, p. 7; TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Todos Pela Educação: 2006-2009*. 2009, p. 12-13.

Anexo 4 – Roteiro básico de Entrevistas

- 1) Como se iniciou sua participação no TPE? Como surgiu esta organização?
- 2) Qual a relação entre as proposições deste movimento com as demandas de diferentes setores sociais? Quais os consensos políticos que o TPE vem construindo? São consensos entre quais setores da sociedade?

Princípios e Ações

- 3) Desde o lançamento do TPE, nos documentos e no congresso, se falou muito sobre o pacto entre o TPE e o governo. Que tipo de pacto é esse?
 - a) Como surgiu a ideia do pacto? Entre quais setores? Como foi possível um pacto entre setores que pensam tão diferentes? e os sindicatos?
- 4) Quais os principais problemas da educação no Brasil para o TPE?
 - a) No lançamento da “Carta-compromisso” fala-se do Novo Projeto Nacional de Educação. No que constitui esse novo projeto e como o TPE se articula com outras entidades em torno desse novo projeto. Por ex. não há consenso sobre o valor do PIB para educação, sobre a carreira docente pautada no mérito ou quanto as políticas de avaliação de desempenho.
- 5) Qual é a proposta do TPE para a efetivação da valorização da educação básica?
- 6) Em alguns artigos de jornal fica a impressão que a figura do professor aparece como o grande responsável pela mudança na educação. Qual a proposta do TPE para a valorização do professor?
- 7) Qual o sentido da “corresponsabilidade pela educação” empregada por este movimento em seus documentos?

Relação com Governo

- 8) A educação sempre foi agenda de governo, qual a mudança para agora?
- 9) Quais são os principais interlocutores deste movimento no aparato estatal e na sociedade civil? Quais as relações com MEC, Consed e Undime e como foram estabelecidas?
- 10) Como avalia a relação do TPE com o governo federal? Proporia alguma mudança nessa relação? Quais os tensionamentos entre TPE e governo federal? De que forma o TPE exerce pressão sobre o governo federal? Exemplo concreto.
- 11) Como este movimento influencia o poder executivo na formulação e implementação de políticas públicas para educação? Existem as ações concretas do TPE junto aos governos?
 - a) A atuação do TPE se restringe à esfera política? Porque não atua junto às escolas ou aos professores?
- 12) No PDE do MEC aparece também a expressão TPE. Você saberia me dizer por que utilizaram a mesma

expressão? É resultado de um trabalho conjunto?

13) Ainda não sabemos quais as propostas do novo ministro, mas ele já deu algumas declarações sobre o TPE. Como o TPE está vendo essa mudança?

a) O Ministro Mercadante disse que espera de empresários uma parceria com o MEC, inclusive no financiamento da educação. As parcerias entre Estados e empresários na educação já existem há vários anos. Como o TPE vê esse quadro? Para o TPE como deve ser a atuação de empresas junto à educação?

Organização

14) Gostaria de entender como está organizado TPE. Como foi formada a comissão técnica? Qual o seu papel no TPE? De que forma atua? Como agem diante de divergências de propostas?

Adesão

15) No último dia congresso falou-se na necessidade de aglutinar outros setores da sociedade, falou-se inclusive na necessidade de “seduzir” outros setores. Como foi se dando essa ampliação para outros setores da sociedade? Quais as estratégias de ação do TPE? Como é esta “sedução”?

a) Com quais setores há mais diálogo? E com quais há menos diálogo?

16) Como os estados e municípios aderiram ao movimento? a partir da publicidade do TPE? Foram convocados? Você saberia me dizer quantos municípios e estados aderiram ao TPE?

a) Na adesão ao TPE houve, por parte dos municípios ou estados, maior afinidade por parte de algum partido?

Organismos internacionais

17) Quais organismos internacionais estão mobilizados em torno deste movimento?

a) Como se dá a influência desses organismos internacionais na estrutura e funcionamento do TPE?